

Andréa Casa Nova Maia
Vicente Saul Moreira dos Santos



CIDADE SUBMERSA

Imagem e História das inundações cariocas





**Andréa Casa Nova Maia
Vicente Saul Moreira dos Santos**



CIDADE SUBMERSA

Imagem e História das inundações cariocas





Diretor Editorial:
Lelo Oliveira

Vice Diretor:
Roger Lima

Diretor Financeiro:
Luciano Silva

Onira Editora Mei.

CNPJ (MEI): 32.058.941/0001-72

Inscrição Estadual (RJ/RJ): 1.236.071-1

Rua Henri Dunant, nº 808
CEP 23052-350 Campo Grande,
Rio de Janeiro, RJ

E-mail: contato@oniraeditora
www.oniraditora.com.br
Telefone: (21) 98369-0942

Todos os direitos reservados: proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo eletrônico, especialmente por sistemas gráficos, assim como traduzida, sem autorização, por escrito, do(a) autor(a). A violação dos Direitos do(a) Autor(a) é crime, mediante a Lei dos Direitos Autorais nº 9.610/98.

Copyright © 2025
by Andréa Casa Nova Maia e
Vicente Saul Moreira dos Santos

Título original em Português:
Rio, cidade submersa:
Imagem e história
das inundações cariocas

Revisão:
Patrícia Dassis

Projeto Gráfico:
Onirá Editora

Diagramação:
Lelo Oliveira

Capa:
Auleriano Messias

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Maia, Andréa Casa Nova/Santos, Vicente Saul Moreira dos
Rio, cidade submersa : imagem e história das inundações
cariocas / Andréa Casa Nova Maia, Vicente Saul Moreira dos
Santos. -- Rio de Janeiro : Onirá Editora, 2025.

Bibliografia.
ISBN 978-65-984280-3-7

1. Enchentes urbanas 2. Fotografias 3. Inundações
4. Rio de Janeiro (Cidade) - História 5. Rio de
Janeiro (Cidade) - Urbanismo I. Santos, Vicente Saul
Moreira dos. II. Título.

25-247594

CDD-981.53181

Índices para catálogo sistemático:

1. Rio de Janeiro : Cidade : História 981.53181

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

**Andréa Casa Nova Maia
Vicente Saul Moreira dos Santos**



CIDADE SUBMERSA

Imagem e História das inundações cariocas

**Rio de Janeiro
2025**

Sumário

Prefácio	11
Apresentação.....	13
Agradecimentos	16
Introdução.....	18

Capítulo 1

História e Memória das Enchentes **27**

A Cidade Que Sempre Enche: O Rio de Janeiro e as Inundações até o Século XX	27
As Enchentes na Primeira República	38
Um outro bota-abaixo: as inundações de 1905 e 1906	43
As águas de março fechando o verão de 1911, 1916 e 1918	54
As inundações da década de 20: 1920, 1922, 1924 e fevereiro de 1928.....	88
Fotografar a inundação: o lugar reservado para as fotografias das inundações no corpo das revistas ilustradas.....	99

Capítulo 2

A crítica político-social nas charges e caricaturas das enchentes

127

Um pouco sobre o ethos artístico dos desenhistas identificados e sobre O Malho	133
De quem é a culpa da enchente? A crítica ao governo e as questões políticas no problema socioambiental urbano.....	134
Os personagens na enchente e o humor tragicômico.....	150

Capítulo 3

As inundações: da capital federal ao Estado da Guanabara

161

Década de 1950 - Enchentes nos Anos Dourados	162
1959 - A última grande enchente do Rio como Distrito Federal	165
1966 - As águas que varrem a população dos morros	172
1967 - A enchente que ficou na memória do bairro de Laranjeiras	195
Considerações Finais	275
Referências Bibliográficas.....	285
Sobre os Autores	295

Nero R. Alves — O túburi do Custodio do Banco no atoleiro, com cinco homens!... O carro do Lauro e do Prefeito fluando... Cidadãos com água até o pescoço... Navegação de canoas e carroças... Famílias aflitas a pedir socorro... Móveis e cadáveres boiando pelas ruas transformadas n'um mar de lama... E é a heroica S. Sebastião do Rio de Janeiro!... E é a capital da Republica!... E é a primeira cidade da América do Sul!... Oh! calamidade atroz que a mente exalta! Se eu tivesse uma lira cantava-te, oh! sublime tragédia! oh! belo horrível! Cantava-te, sim, à semelhança do grande antepassado Nero... quando mandou incendiar Roma, a cidade Eterna!... Oh!... ferro!...

NERO PELO A VESSO



Ode à Tromba

Celebro – ó, tromba d'água!
 Ó, portadora
 Da ira celestial –
Celebro a grande fúria rugidora
Com que alagaste o leito da
 Central!
Para cantar-te a musa
 desentranho
Do olvido... Ó, grande, ó,
 temerosa tromba!
 Ó, nunca visto banho!
 Ó, barréia de arromba!
Louvado seja o grande Zeus no
 Olympo!
Mataste, gente? Pouco importa!
 – quem
Morre afogado, ao menos morre
 limpo,
o que já é um bem!

II

(Ó, Sapucaias! Que de vós seria,
Se tivésseis apenas, indigentes,
Para tratar da vossa porcaria,
 Médicos e intendentes?!
Que seria, cidades brasileiras,
De vós, nesta afflictção,
Carregadas de febres e lazeiras,
 Roídas de infecção,
Se cada uma de vós que se
 enganasse,
Possuindo Intendencia,
Ao lado da Intendência não
 tivesse
 O auxílio da Divina
 Providência!)

III

Cada cidade pelos cantos sujos
 Tem esterco aos montões;
Sobem pelas paredes caramujos;
 Em largos batalhões,
Cruzam sapos as ruas;
Não calçamento; encanamentos
 retos;
As praças são commúas:
 Os becos são esgotos;
E, por essa imundice, informa o
 vasto
 Magra, triste, infeliz,
Uma população banza se arrasta,
 Com a mão no nariz...

IV

Mas vem a tromba...Ullula,
Uiva, síblilla, estardalhaça e
estronda:
Roda... pára... prepara o salto...
pula...
Cáe!... E, desfeita em água, de
onda em onda,
Enche o valle... Espumando,
Sobe o monte, a roncar...
E despenca-se, e engrossa,
rebramando,
Vasto o deserto mar...
Ó, tromba meritória!
Ó, divina Empreza!
Hás de ficar na história
Da pública limpeza!

V

Adeus, lixos! Adeus, fedor do caos
Burros mortos, adeus!
O que os fiscais não fazem em
cem anos,
Fez num só dia a cólera de Deus!
Adeus, cisco e poeiras!
Caem, na Estrada, as estações,
em cacós...
Rolam as ribanceiras,
E tapam os buracos...
E é tudo um mar... E apenas
sobrenada,
Sobre esse mar sem fim,
Como Noé -, o diretor da
Estrada,
O marechal Jardim...

VI

Deus, que reges as Trombas,
Senhor das Tempestades,
Que dos Prefeitos zombas
E inundas as cidades!
- Mais trombas, ó, Senhor que
nos alagas,
Mais trombas por quem és!
Trombas! Até que as vagas
Te vão lamber os pés.
E para que o Brasil, tanto de
água,
De lazeira não cáia,
Manda uma tromba d'água
A cada Sapucaia!
Fantasio, pseudônimo de Olavo Bilac
(Gazeta de Notícias, 5 de março de
1918)



Prefácio

Lucia Lippi Oliveira¹

É muito bom se surpreender com um texto que vai falar da história da cidade do Rio de Janeiro, explorando fenômenos climáticos dramáticos.

É certo que as enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024, e o desastre acontecido na Serra Fluminense, em 2011, foram tragédias, entre outras, que acordaram e atualizaram os brasileiros de todas as regiões para os problemas climáticos atuais.

Assim, tomar a tragédia, seu registro como documento da história da cidade do Rio de Janeiro faz todo o sentido. Isto me faz lembrar que, frente à recente epidemia da Covid-19, foram publicadas obras sobre as epidemias anteriores que chegaram ao Brasil e ao Rio, como no caso da chamada gripe

espanhola, em 1918, não esquecendo a varíola e a febre amarela nas décadas de 1900/1910.

A passagem do tempo teve, ao longo da história, diversas formas de expressão. Diversos calendários, baseados no movimento dos astros apontavam e registravam medidas do tempo: dia/noite; primavera/verão/outono/inverno.

Ao longo desta longa duração, foram elaborados diversos e diferentes calendários. Assim como diversas festas, celebrações passaram a marcar a passagem do tempo. Por que não as tragédias? História das pestes, das guerras?

Comemorações envolvem a noção de lembrar em comum. Assim como se lembra de datas notáveis, também pode-se lembrar de tragédias. A recorrência das enchentes pode estar em lugar semelhante.

Um calendário de desastres. Alguns deles deixaram marcas na cidade e na vida das pessoas.

Ao lembrar a recorrência de tais fenômenos na cidade, o livro permite acompanhar o que se repetiu e o que se mostrou distinto em cada um deles. Daí mais uma relevância do livro que trabalha as inundações cariocas. A recorrência do fenômeno no século XX foi lembrada e imortalizada por Tom Jobim, nosso maestro soberano, que sacramentou em verso “são as águas de março fechando o verão...”

Se a chuva é um fenômeno natural, as inundações e suas consequências fazem parte da vida social, já que atingem de maneira diferenciada a população carioca. Igualmente oscilante é a atribuição a quem culpar: as administrações, a ocupação da encosta dos morros, o

1. Socióloga, cientista política e historiadora. Professora Emérita da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

lixo acumulado nas ruas e encostas, o esgoto, os aterros.

As enchentes no Rio de Janeiro distribuíram-se ao longo do século XX sem se preocuparem em saber qual definição administrativa presidia a cidade (Distrito Federal, Estado da Guanabara, Município).

Como dizem os autores, “a falta de uma política interligada entre as várias cidades, a ausência de engajamento dos governos em resolver o problema e o precário saneamento atravessam a história dessa unidade federativa no século XX, e com nefasta continuidade no século XXI”.

Resumindo o problema: de um lado, o volume de água, gerando a lama que desce dos morros; de outro, a sujeira, a água parada, a falta de saneamento. As enchentes se repetem e a incúria também.

Se o Rio de Janeiro está, hoje, mais inserido em circuito internacional, a cidade sofreu, ao longo do século XX, enchentes que evidenciam a fragilidade da urbanização, da administração

da cidade e da relação entre a cidade e a natureza.

Daí também a relevância da presente pesquisa, ao fazer menção ao olhar dos viajantes, dos escritores da época, no caso, do século XIX; o uso da imprensa ilustrada, das charges, das imagens que constituem a memória das enchentes no início do século XX e, mais adiante, das fotografias. E, no século XXI, as entrevistas com desabrigados. Assim, foi possível reconstruir o modo como a população vivenciou, sofreu, como a imprensa registrou tais momentos e também como a administração lidou com o problema, por meio de seus relatórios. Cabe também registrar a abrangência da bibliografia acionada, com o intuito de dar conta da riqueza do tema.

Assim, parabéns pela bela e importante história ambiental que pensou a história urbana a partir das enchentes!

Por fim, vale notar que as enchentes de 1966 e de 1967 contam com enorme cobertura da imprensa, principalmente do

Correio da Manhã, e que foram também cobertas pelas entrevistas com desabrigados, realizadas por Lise Sedrez e Andréa Casa Nova Maia, esta última coautora do presente livro.

A derradeira catástrofe mencionada, a de 1967, trata do episódio dramático acontecido em Laranjeiras. Uma enorme pedra atingiu uma casa na rua Belisário Távora, gerando uma avalanche que chegou ao prédio em frente e que, por fim, desabou sobre outro, na rua Cristóvão Barcelos, onde muitos moradores foram soterrados. Ali, o jornalista Paulo Rodrigues – cujos irmãos, também jornalistas (Augusto Rodrigues e Nelson Rodrigues), – foi atingido, em um episódio que ganhou repercussão nacional. Até 2024, o terreno onde ficavam os dois prédios é ocupado por uma horta comunitária.

O livro termina mencionando a proposta de cidades sustentáveis, definida pelo conceito de cidades-esponja.

Vale conferir!

Apresentação

Rio à la mer ou à la pluie

Antonio Edmilson M.
Rodrigues²

Leu com atenção e interesse tudo que posso sobre a cidade do Rio de Janeiro. Dediquei boa parte de minha vida de historiador para tentar compreender a história e a cultura cariocas e por isso fiquei muito contente de Andréa Casa Nova Maia e Vicente Saul Moreira dos Santos me convidarem para escrever esta apresentação. O tema, que está muito bem desenvolvido no livro *Rio, cidade submersa. Imagem e história das inundações cariocas*, é mais abrangente do que induz o título e realiza o trabalho de associar natureza e cultura, natureza e sociedade a partir da relação entre os desastres das chuvas, a expansão urbana,

a ação dos gestores e os falares da população carioca. Temática que se revela, por si só, importante para qualquer um que viveu, vive e viverá os tormentos de uma cidade onde as chuvas acabam com qualquer forma de transporte, de uso de luz, da possibilidade, enfim, de viver.

Lembro-me de que, na época do governo do presidente Sarney, foi produzida uma lei que levava todos os feriados para a segunda-feira, eliminando as folgas das sextas e das segundas. Aconteceu que um desses feriados da cidade, aquele dedicado ao santo padroeiro, foi transferido para uma dessas segundas, dia em que, segundo a sabedoria popular, fez chover cântaros. As autoridades arrependeram-se e acabaram com a lei. Isso mostra como o tema das inundações está presente no

anedotário carioca.

Olhado para esse anedotário, vislumbramos como o tema ganhou fôlego ao longo do tempo. Pesquisando o cenário musical, são observadas joias desse anedotário. Em 1924, Severino Gomes chamava atenção para o perigo das enchentes, na letra “A cheia de 24”:

Doutor, não foi brincadeira
Na correnteza das águas
Descia a família inteira
Quase não sobra vivente
Para contar a história
Assim falava mamãe
Aquele santa senhora.

Moreira da Silva fez sucesso com a canção *Cidade Lagoa*, com letra e música de Cícero Nunes e Sebastião Gomes, que apresento a seguir:

2. Historiador e professor do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ-Maracanã.

Esta cidade, que ainda é
 maravilhosa
 Tão cantada em verso e prosa
 Desde os tempos da vovó
 Tem um problema vitalício e
 renitente
 Qualquer chuva causa enchente
 Não precisa ser toró
 Basta que chova, mais ou menos
 meia hora
 É batata, não demora, enche tudo
 por aí
 Toda a cidade é uma enorme
 cachoeira
 Que da Praça da Bandeira
 Vou de lancha a Catumbi
 Que maravilha, nossa linda
 Guanabara
 Tudo enguiça, tudo para
 Todo o trânsito engarrafa
 Quem tiver pressa, seja velho ou
 seja moço
 Entre n'água até o pescoço
 E peça a Deus pra ser girafa
 Por isso agora já comprei minha
 canoa
 Pra remar nessa lagoa, cada a vez
 que a chuva cai
 E se uma boa me pedir uma
 carona
 Com prazer, eu levo a dona
 Na canoa do papai
 Mas que toró! Vou meter
 uma roupa de escafandro pra
 atravessar a lagoa.

Na crônica, também encontramos páginas notáveis, como aquela que é citada no livro, escrita no ano de 1915 por Lima Barreto, para o jornal *Correio da Noite*. Eu mesmo assisti a muitas enchentes e inundações, como todos os cariocas. Minha experiência mais representativa foi nas chuvaradas de 1966, quando, com 18 anos, fiz entrada nesse mundo, aprendendo a dar injeções em laranja para depois socorrer aqueles que precisavam ser imunizados contra as doenças decorrentes da podridão das águas onde se misturavam todas as águas da Guanabara na Escola Pública Afonso Pena na rua Barão de Mesquita na Tijuca que, com o Catumbi e a Praça da Banheira, representavam o caos da cidade.

Faço esse relato porque foi a leitura deste livro que me fez recordar o episódio. O texto apresenta, de forma instigante e provocadora, a história e os impactos das várias décadas de desastres das chuvas desde o início do século XX até a década de 1960, utilizando como fontes os periódicos do Acervo

Plínio Doyle, depositado na Fundação Casa de Rui Barbosa, e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Para realizar o que é proposto, os autores destacam a importância da imprensa como ferramenta de voz da sociedade, como mediação entre o poder público e os populares, realçando imagens como as caricaturas e os falares cariocas que são registrados nesses periódicos. A combinação entre expansão urbana, gestão da cidade e tensões originadas das chuvas ganha força a partir da introdução e se mantém no capítulo primeiro, com a enchente de 1906, que vem logo depois da Revolta contra a vacina obrigatória e a epidemia de varíola de 1904, em plena reforma Pereira Passos. As inundações da década de 1910 atuaram concomitantemente à crise das elites oligárquicas, à ação das camadas médias urbanas e à epidemia conhecida como Espanhola de 1918, que fez da cidade um grande vazio. As enchentes dos anos 1920 tomam espaço na beira da

Revolução de 1930 e nas propostas de reforma urbana apresentadas pelo Plano Agache.

Nos anos 1950 e 1960, além de eventos como a mudança da capital para Brasília, a invenção da Belacap e a criação do mítico estado da Guanabara — a primeira cidade-estado brasileira —, foi elaborado o Plano *Doxiadis*, colocado em prática pelo governador Carlos Lacerda para resolver os problemas de infraestrutura da cidade, as enchentes entre eles. As remoções avolumam-se no final do período de governo do primeiro governador da Guanabara, em 1966, quando a gestão já era de Negrão de Lima, que realiza o maior processo de remoção de favelas, entre elas a do Esqueleto, onde hoje funciona o principal *campus* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cujo nome é em homenagem a esse governador.

Para terminar, gostaria de registrar que os grandes personagens deste livro são a natureza e a sociedade cariocas, e é bom assinalar que a natureza

não é apenas mote para o processo de apresentação das reclamações da população diante dos desastres, ela funciona como denunciadora da falta de atenção e da exclusão social da gestão pública. Destaco, especialmente, no capítulo primeiro, a descoberta feita pelos autores da entrevista dada por Pereira Passos, em 1911, já como ex-prefeito, sobre os problemas das enchentes, na qual fica claro que as reformas urbanas, não só dele, mas, também, as realizadas por prefeitos empresários, não atentaram para os problemas urbanos centrais, mantendo o processo de exclusão social e a criminalização da pobreza e da miséria como constantes em suas ações até a década de 1960, numa cidade em que a questão principal é ter sido construída no nível do mar.

O capítulo segundo apresenta o modo de crítica política e social desenvolvido nas revistas ilustradas com uma contribuição expressiva para a história da cultura carioca, por meio da atenção que é dada aos desenhistas, com retratos importantes

de suas atuações e com relevância para o periódico *O Malho*, realizando a apresentação das imagens de um conjunto de caricaturas que falam mais do que qualquer texto e revelam os culpados das enchentes.

O livro termina com um capítulo especial sobre as inundações da passagem da cidade capital do Brasil para a capital do estado da Guanabara, acentuando o contraste entre uma cidade que se internacionaliza e cada vez mais adquire um perfil cosmopolita de grande metrópole com o Plano *Doxiadis*, desenvolvido por Carlos Lacerda, e as remoções excludentes, explicadas pelo perigo das encostas que abrem a discussão em torno do problema das favelas na cidade, junto com as questões do moralismo urbano presentes nas ações urbanas decorrentes dos governos militares.

Tudo isso me faz recomendar a leitura como base para a compreensão de uma das questões centrais da cidade do Rio de Janeiro.

Boa leitura!



Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem a ajuda de Lise Sedrez, que nos apresentou a história ambiental e a possibilidade de pensar a história urbana a partir do estudo das enchentes. O livro que ora trazemos a público teve início em dois projetos sobre as inundações: um de análise comparativa das enchentes no Rio e em Buenos Aires, ao longo do século XX, de 2013, coordenado por Lise Sedrez, que contou com a parceria de Marina Miraglia, e possibilitou o diálogo com algumas das fontes que ora apresentamos neste livro. O projeto de história comparada intitulado “Cidades submersas — História das enchentes no Rio de Janeiro e em Buenos Aires ao longo do século XX” contou com financiamento da FAPERJ e do CNPq. Também agradecemos às bolsistas de iniciação científica à época do início da pesquisa (PIBIC-Cnpq e PIBIC-UFRJ), a

graduada em História, Aline Januário, e Marcela Rebello (hoje já no doutorado), que ajudaram a levantar parte deste material riquíssimo, encontrado nas páginas das revistas ilustradas e em outros periódicos da Primeira República (1889-1930), na Casa de Rui Barbosa (onde, durante dois anos, a co-autora deste livro foi pesquisadora visitante) e na Biblioteca Nacional.

Também devemos agradecer à Cláudia Viscardi, que comunicou Andréa Casa Nova Maia sobre o edital da Casa Rui, incentivando a apresentar o novo projeto para avaliação de uma banca sensível ao tema e que o aprovou. Na Casa Rui, também contou com o apoio e algumas dicas de Monica Pimenta Velloso, Joelle Rouchou, Marcos Veneu e Antonio Herculano. Agradecemos também aos profissionais da Casa, os quais facilitaram o trabalho, como a turma da Biblioteca e da secretaria da Diretoria de



Pesquisa. Agora, passados alguns anos, queremos agradecer aos pesquisadores doutores Carol Oliveira e Vitor Leandro, que deram início à uma revisão técnica, mas, infelizmente, não conseguiram concluir, em razão do excesso de trabalho docente, e ao Beto Bianchi, artista-amor há 9 anos, que sempre falou que as enchentes vão continuar no Rio, em virtude das mudanças climáticas e da má gestão pública. Isso só o tempo dirá! Sempre agradecemos ao Pedro, ao Antônio, à Clarice e à Vera Casa Nova, e, desta vez, um agradecimento *in memoriam* ao João Domingues Maia e ao Túlio Jorge dos Santos, que nos ensinaram o gosto pela escrita e pela pesquisa científica.

Ainda agradecemos ao Manuel, Guilhermina, Malina e Beth (*in memoriam*) que viveram e contaram sobre essa “cidade submersa” e a Leninha, Inês, Olavo, Eduardo / Bia e Fábio / Stephanie.

Entre 2023 e 2024, Ricardo Fonseca acompanhou Vicente Saul nas visitas ao bairro das Laranjeiras, para compreender melhor o impacto da enchente de 1967 na região, além de ser atento leitor do texto e extremamente atuante nas sugestões bibliográficas sobre cidades. Maria Angelina Moreira dos Santos concedeu entrevista sobre as enchentes das décadas de 1950 e 1960. Tivemos apoio de Lúcia Lippi, que sugeriu bibliografia, conceitos contemporâneos de história e sociologia urbana e acompanhou com muito interesse a feitura do livro. Marissa Gorberg nos auxiliou com indicações de fotografias publicadas nas revistas ilustradas. Também agradecemos Flávio Pessoa, artista gráfico, pesquisador e autor de *Jeca-Tatu a rigor*, livro recém-lançado pela editora Appris sobre representação do povo brasileiro na imprensa da Primeira República (1889-1930).



Introdução

O Rio de Janeiro encontra-se hoje inserido de forma privilegiada no circuito dos grandes eventos internacionais, tendo sido escolhido para sediar os Jogos Pan Americanos de 2007, algumas das mais importantes partidas da Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos de 2016 (a primeira sediada na América do Sul) e, agora, em novembro de 2024, sediou a 19ª reunião de cúpula do G20 entre as principais nações desenvolvidas e em desenvolvimento do mundo.

No entanto, a cidade continua a sofrer os efeitos desastrosos, não raro letais, de enchentes periódicas, humilhantemente previsíveis. Em abril de 2010, o estádio do Maracanã, peça-chave nos dois eventos esportivos acima, foi completamente inundado, seu gramado alagado e os vestiários submersos pelas águas pluviais.

Grandes eventos e chuvas intensas foram uma constante na história carioca. Pela segunda vez, uma cidade da América do Sul foi escolhida pelo Vaticano para sediar o mais importante encontro católico, a Jornada Mundial da Juventude. A primeira escolhida foi Buenos Aires, em 1987. Nos dias 22 a 29 de julho de 2013, ocorreu a edição na cidade do Rio de Janeiro. Toda a estrutura foi montada no Campo da Fé (Campus Fidei), em Guaratiba, Zona Oeste da cidade. Os moradores do entorno se organizaram para receber os milhares de peregrinos com diversas opções de hospedagem e ampliação da rede de serviços voltada para alimentação, pois a expectativa de público era superior a um milhão de pessoas para participar da programação. No entanto, a intensa chuva que castigou a cidade dias antes do início da Jornada inviabilizou a realização da

Vigília de Oração e da Missa de Envio, com a presença do papa Francisco, por causa da grande quantidade de lama na área dos eventos. A vigília e a missa foram transferidas, às pressas, para Copacabana.

Esse contraste entre a cidade celebrada e a cidade submersa não é novo no Rio de Janeiro – ou na América Latina. Em 1906, na celebração da recém-inaugurada Avenida Central (atual avenida Rio Branco), os diários cariocas celebravam a beleza e civilidade da cidade do Rio de Janeiro, e disputavam com a vizinha Buenos Aires o título de “Paris da América do Sul”, mas, naquele ano, a cidade sofreu com alagamentos provocados pelas chuvas. Em 1911, a cidade sucumbiu ao caos de mais uma enchente – vista como desastre urbano. O fenômeno iria se repetir, com crescente intensidade, ao longo do século XX,

culminando, na década de 1960, com duas enchentes traumáticas na cidade do Rio de Janeiro³.

A cada enchente, as pretensões de sofisticação e modernidade do Rio de Janeiro passavam ao segundo plano, enquanto as respectivas administrações local e nacional lutavam para responder à crise. Esses momentos de caos urbano eram precipitados, mas não causados pelas chuvas e enchentes. As enchentes colocavam em evidência a fragilidade da administração pública, os conflitos sociais, a superficialidade das reformas urbanas e o impacto ecológico da urbanização acelerada na cidade. Acesso a transporte, energia, água potável, alimentos, proteção contra epidemias ou simplesmente caos, essas e outras demandas cotidianas da população se multiplicavam em tempos de crise, evidenciando a contínua negociação entre Estado e população sobre o papel da nascente República, a ocupação do espaço e o controle da paisagem.

Neste livro, procuramos mapear, a partir do acervo de periódicos da Coleção Plínio Doyle (Biblioteca São Clemente da Casa de Rui Barbosa), do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e do acervo fotográfico do *Correio da Manhã*, do Arquivo Nacional, o desenvolvimento da relação entre cidade (estado e sociedade civil) e natureza carioca, entre a primeira década do século XX e a década de 1960. Estudar estes momentos de crise, nos quais os habitantes sofriam com os alagamentos, a destruição de moradias e ruas, a interdição dos transportes, dentre outros desdobramentos, nos leva a sublinhar na narrativa dos periódicos os elementos mais significativos do processo de urbanização no período. Tentamos identificar, por meio das imagens e das representações das enchentes presentes nas revistas ilustradas e demais periódicos, as ideias, as técnicas, os desafios e as expectativas que circulavam entre os gestores do espaço urbano e a população, cujos discursos eram mediados pela imprensa.

Podemos pensar a imprensa ilustrada da Primeira República (1889-1930), e mesmo os jornais das épocas posteriores, como um “espaço social que agencia as versões de acontecimentos e processos”⁴. Portanto, trata-se de um *locus* privilegiado para a compreensão da memória das enchentes no Rio de Janeiro e da relação desses eventos com o poder público e a população. Nas páginas d’*O Malho*, da *Fon-Fon*, *Careta* e de tantas outras revistas e jornais, encontramos imagens que nos dizem muito sobre as práticas culturais, políticas e sociais de homens e mulheres que viveram a passagem do século XIX para o XX e suas primeiras décadas. A partir dos anos 1950, as fotografias ganharam maior destaque nos projetos gráficos dos jornais e tornaram-se essenciais para percebermos os impactos das inundações nos espaços urbanos e no tecido social carioca.

Desse modo, este livro tem como recorte temporal o período imediatamente posterior à Proclamação da

República, 1902 [início do Botafabaixo de Pereira Passos, sob o governo de Rodrigues Alves (1902-1906)] e nos estendemos até as enchentes de 1966 e 1967. Teremos como recorte espacial o Rio de Janeiro, a partir das características peculiares de implantação do projeto republicano e/ou da centralidade do processo político e de modernização, bem como das reformas urbanas promovidas pelos governos (citando da avenida Central ao Aterro do Flamengo como mudanças urbanas sínteses da urbe carioca), tendo em vista a relação entre os acontecimentos catastróficos provocados pelas chuvas e a ação ou não dos agentes governamentais (município e União), bem como o olhar da imprensa para esta relação nos momentos críticos em que a cidade sofreu com os alagamentos e demais decorrências das chuvas.

Com o crescimento da zona urbana, a partir da ampliação na direção da Zona Sul e da maior ocupação da zona suburbana no século XX, as enchentes históricas tornaram-se mais frequentes.

Registram-se as seguintes enchentes, objetos deste estudo: em 17 de março de 1906, quando 165 mm de chuva precipitaram-se em 24 horas, ocorrendo o transbordamento do Canal do Mangue e desmoronamentos com mortes nos Morros de Santa Teresa, Santo Antônio e Gamboa; em 23 de março de 1911, 150 mm, em 24 horas, provocou nova inundação na Praça da Bandeira; em 1916 (de 7 a 9 de março e 17 de junho), com transbordamento do Canal do Mangue em ambos os eventos; em 3 de abril de 1924, além do já costumeiro transbordamento do Canal do Mangue, desabamentos de barracos com vítimas no Morro de São Carlos; e, em 26 de fevereiro de 1928, com desabamentos e mortes nos morros de São Carlos, Salgueiro, Mangueira e Santo Antônio, além da cheia da Praça da Bandeira.

O objetivo geral de nosso estudo é compreender a história destas enchentes ocorridas entre 1905 e 1967 na cidade do Rio de Janeiro, analisando o desenvolvimento da relação

entre cidade (Estado e sociedade civil) e natureza, por meio da (re)construção da memória presente nos veículos de imprensa. Para tanto, estabelecemos alguns objetivos específicos, tais como o desenvolvimento de uma metodologia que permitisse entender a construção da memória em uma perspectiva de história ambiental urbana, a partir da imprensa ilustrada da época, mapeando as principais enchentes ocorridas no Rio de Janeiro, utilizando fontes escritas e procurando identificar os discursos produzidos pelo poder público e pela população em geral das áreas atingidas. Objetivamos também, nesse sentido, compreender os processos de urbanização do Rio de Janeiro no século XX, a partir da análise dos impactos decorrentes do crescimento populacional da metrópole ao longo das primeiras décadas do século XX até a década de 1960, utilizando o problema dos alagamentos como referência fundamental.

Por meio das imagens, procuramos analisar como diversos

segmentos da população carioca vivenciaram as enchentes e incorporaram essas experiências na memória urbana, observando as diferenças de classe, gênero, origem (imigração) e idade, a partir da memória impressa. Tudo isso, no intuito de contrapor uma memória urbana desenvolvida pela população com uma memória “oficial” das enchentes, referenciada em estudos técnicos produzidos pelo Estado, em entrevistas por membros do poder público, reproduzidas em órgãos da imprensa, e, até mesmo, nos editores e em editoriais das revistas e jornais.

A partir desses objetivos, problematizamos em que medida as enchentes no Rio de Janeiro nas primeiras seis décadas do século XX constituíam uma das mais marcantes e frustrantes características da cidade, lembrando que muitos dos moradores do Rio vivenciaram e sofreram com as consequências e a reincidência das inundações em determinados locais. As chuvas representavam um grave desafio/obstáculo para o

poder público, empenhado para o desenvolvimento da cidade, no bojo de um acelerado processo de urbanização, e um risco ainda maior para a população da cidade, no seu local de trabalho, moradia e circulação. A recuperação, não só da história factual dessas enchentes – áreas atingidas; em quais anos; quantidade de chuva; número de vítimas; planos de contenção; custos de danos acarretados – mas de sua memória impressa, isto é, a forma como os meios de comunicação da época percebiam as enchentes urbanas como desastres, entendiam o ação do Estado e da população no desenrolar desses eventos e registravam essas percepções em suas narrativas, foi a principal questão que nos acompanhou ao longo desta investigação.

Os diversos segmentos da população vivenciaram as enchentes, do início do século aos anos 1960, de forma diversificada, de acordo com o próprio gênero, classe social e local de moradia. Nesta perspectiva, sugerimos, por exemplo, que a imprensa ilustrada

da época, especialmente na Primeira República, criou uma narrativa das chuvas que não necessariamente coincidia com as descrições dos relatórios oficiais. Isto é, os periódicos ilustrados poderiam descrever uma determinada enchente como um *desastre*, por perdas de casas ou impossibilidade de circulação em uma certa área, enquanto o poder público descreveria tal enchente como *ordinária* ou *regular*, tendo em vista critérios pluviométricos ou impacto da enchente na economia da cidade. Os principais jornais criticaram e questionaram as ações dos poderes públicos desde o início do século até às graves enchentes de 1966 e 1967.

A imprensa do Rio de Janeiro construiu uma memória das enchentes e, além de utilizar imagens para documentar essas calamidades, trazia reportagens que, além de descrever, eram críticas ao governo, em particular no que concerne aos deveres do poder público em relação às inundações.

A forma como a população e o estado vivenciaram as enchentes e atribuíram responsabilidades pelos danos causados atravessou grandes transformações ao longo da Primeira República até os primeiros anos do regime militar (1964-1985). Sugerimos que, já no início do século, as enchentes que antes eram vistas como uma fatalidade, um mal inevitável e periódico, com o qual a cidade devia conviver, passam a ser vistas como um sinal da falência do poder público em proteger e servir a população mais vulnerável. Uma memória fatalista, em que a chuva é uma decisão “divina” ou “natural”, cede lugar a uma memória de injustiça, no qual a enchente é um sinal de negligência ou incompetência governamental. A enchente como problema social e, também, de responsabilidade do Estado aparece claramente na maioria das charges e mesmo nos textos que acompanham as fotografias, documentando as enchentes ocorridas.

A maneira como a população era vista na imprensa e

nos relatórios públicos sobre as enchentes também mudou ao longo do século XX. À medida em que o processo de urbanização acelerava, a população, especialmente os setores de baixa renda, passava a figurar como co-responsável pelas próprias vicissitudes, por fatores como: *escolher* morar em áreas vulneráveis, por causar desflorestamento ou por bloquear galerias pluviais. Além disso, sugerimos também que a questão da responsabilidade pelas enchentes ultrapassou, em determinado momento, o debate técnico (sobre o que fazer contra as enchentes) para ser incorporado no discurso político, seja na imprensa, em campanhas políticas ou em projetos de governo para o desenvolvimento da cidade.

As memórias das enchentes aqui mapeadas por meio da imprensa carioca permitem que venha à tona uma gama de crises e conflitos, os quais permeiam a experiência urbana e que, em outros momentos, são silenciados ou, pelo menos, não encontram acesso aos

meios de comunicação com a mesma facilidade.

Para analisar o modo como a memória das enchentes é construída nas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, trabalhamos com o método qualitativo, cuja pesquisa de fontes documentais prioriza as fontes jornalísticas disponíveis para consulta na Casa de Rui Barbosa, em especial os periódicos ilustrados publicados entre 1900 e 1930, constantes da Coleção Plínio Doyle. Procuramos localizar fotografias e outras imagens presentes em jornais, revistas e livros de época que contivessem representações das enchentes ocorridas na cidade. Do ponto de vista da análise desses fragmentos da cultura visual urbana do período, é importante explicitar qual o conceito de representação que está sendo considerado e também qual é a ideia de cultura visual que estamos perseguindo, na tentativa de constituir uma ampliação do que usualmente vem sendo considerado fonte imagética para o trabalho do historiador,

no caso, aquele preocupado com a história urbana ambiental. Para o período posterior, entre fins da Era Vargas (1930-1945) e o regime militar (1964-1985), trabalhamos com periódicos de grande circulação disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Assim, ao reunirmos essas imagens e textos, vestígios de inundações frequentes no Rio de Janeiro da Primeira República aos anos 1960, optamos por dividir o livro em três capítulos. No primeiro capítulo, procuramos mapear a ocorrência de enchentes ao longo da história do Rio de Janeiro, trazendo o olhar de viajantes, memorialistas e escritores de época, que nos brindam com textos ricos, dentre os quais podemos citar desde Padre Anchieta, Balthazar Lisboa a

Machado de Assis, Olavo Bilac e Lima Barreto, bem como Vieira Fazenda, o antigo bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Também descrevemos evento por evento e as primeiras tentativas de resolução do problema elencadas pelos engenheiros e técnicos da época. O capítulo procura dar ênfase à panorâmica das chuvas que ocorreram no período. Procuramos, ainda, analisar uma pequena série de imagens capturadas nas páginas das revistas ilustradas, buscando identificar que tipo de opção era feita, com respaldo em teorias histórico-semióticas e mesmo na leitura política do lugar reservado a estas imagens no corpo da mensagem. No capítulo 1, por meio da leitura das imagens, focaremos nossa análise

no caráter trágico do evento, na catástrofe e nas reproduções visuais da destruição.

O segundo capítulo pretende adentrar o universo dos cartunistas e chargistas que trabalhavam nas revistas ilustradas na época e traziam para o corpo da revista as suas críticas político-sociais, a partir de imagens anedóticas da tragédia com fortes questionamentos sobre a postura dos governantes e administradores da cidade à época enfocada. Por fim, o último capítulo aborda as enchentes das décadas de 1950 e 1960 sob a ótica dos grandes periódicos da época e de depoimentos colhidos pelos autores, problematizando as memórias e o impacto das tragédias na história da cidade e das favelas cariocas.

NOTAS

3. COSTA, Helder; TEUBER, Wilfried (eds.). **Enchentes no Estado do Rio de Janeiro: uma abordagem geral**. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001.

4. MAUAD, Ana Maria. Os fatos e suas fotos: dispositivos modernos na produção do acontecimento na contemporaneidade. **Revista Z Cultural**, UFRJ, v. 4, p. 1-8, 2008.

Capítulo



DON QUIXOTE

Publicado por Angelo Agostini

Escritorio e redacção - Largo da Carioca 4
(Sobrado)



Atende-se, afinal, ás constantes e sedentas reclamações sobre a falta d'água. Agora sim! Tivemos água a fartar!
Mas uma vez a Divina Providencia teve pena de nós!

Figura 1 - Revista *Don Quixote*, 30 de setembro de 1899

História e memória das enchentes

A cidade que sempre enche: o Rio de Janeiro e as inundações até o século XX

A história do Rio de Janeiro se confunde com a história das suas enchentes. As inundações provenientes dos fortes temporais de verão, desde muito, provocam tragédias na urbe, com desabamento de casas, alagamento de ruas, destruição do comércio, problemas de transporte, engarrafamentos, surtos e epidemias de doenças, falta de comida e outras mazelas que, muitas vezes, incluíam a morte de alguns cidadãos.

Essas verdadeiras catástrofes urbanas eram também, desde princípios do povoamento urbano, registradas em escritos de viajantes, desenhos e pinturas, bem como em obras literárias. Mais tarde, os registros nos chegam já por meio da imprensa, ainda que, naqueles tempos remotos, não fosse realizado o registro preciso dos índices pluviométricos e não tivesse uma medição precisa do quanto chovia e em quanto tempo; registro que só foi possível séculos mais tarde. Para a cidade do Rio de Janeiro,

somente disporíamos de marcações desse tipo a partir de 1851.

À época da fundação da cidade de São Sebastião, em 1575, o padre José de Anchieta, ao escrever uma carta para outro religioso jesuíta, descreve a fúria e a grande intensidade com que a água das chuvas destruía a cidade: “...choveu tanto que se encheu e rebentaram as fontes...”.⁵

A primeira inundação gerada por uma enchente histórica de que se tem notícia ocorreu no século XVI.⁶ Talvez, seja a mesma relatada pelo Padre Anchieta, mas não encontramos outro registro escrito, a partir do qual pudéssemos estabelecer, com precisão, tratar-se da mesma enchente. Todavia, posteriormente, já no século XVII, o evento chega a ser descrito por alguns cronistas, os quais falam sobre uma ressaca em data imprecisa, mas, certamente, numa época de maré alta, e contam sobre uma chuva muito intensa. Vencido pelo mar, o canteiro da rua Direita (atual Rua Primeiro de Março), somado ao alagamento das

poças extensas, mas não profundas, de águas estagnadas e sujas da cidade, veio a atingir e a transbordar as lagoas de Santo Antônio (Largo da Carioca), do Boqueirão (Passeio Público) e do Outeiro (Rua do Lavradio), interligando-as e transformando toda a área baixa da cidade numa grande laguna de águas escuras, porque sujas e coloridas de lama. A massa de água alargou-se até atingir a chamada Prainha (Praça Mauá) e a Lagoa da Sentinela (Frei Caneca), de maneira que os morros, então já habitados, do Castelo (imediações da Rua Araújo Porto Alegre, da Rua Graça Aranha, da Rua México e da Avenida Presidente Antônio Carlos), de São Bento (São Bento) e de Pedro Dias (Rua do Senado) se transformaram em verdadeiras ilhotas.

Outros registros de memória sobre as grandes inundações datam do século XVIII, com destaque para as enchentes de 21 para 22 de setembro de 1711, pois tal inundação parece ter coincidido com a chegada dos franceses ao Rio de Janeiro.

A invasão foi liderada por Duguay-Trouin, e os franceses, na noite de 21, após terem rendido a Ilha das Cobras, deram início ao famoso bombardeio da cidade sob intenso temporal, que alagou o Rio de Janeiro. De certa forma, a chuva e o alagamento da cidade facilitaram a vitória dos franceses e o sucesso da invasão, pelo que sugerem alguns historiadores.⁷ Todavia, novas pesquisas afirmam que, mesmo com a ocorrência de algum tipo de fenômeno meteorológico, capaz de justificar uma baixa visibilidade durante a invasão, como um nevoeiro ou chuva intensa, a invasão seria inevitável, considerando a deficiência do sistema de defesa e o grande poder ofensivo da esquadra francesa. Mesmo assim, as crônicas mais antigas sugerem que os tiros de canhão confundiam-se com o som dos trovões e relâmpagos da tempestade que alagou a cidade. José Vieira Fazenda, por exemplo, faz referência às chuvas, que, “por muito tempo perduraram na tradição

carioca”, descrevendo o que se tem notícia sobre a sinistra noite de 21 para 22 de setembro de 1711.

Forçada a barra do Rio de Janeiro e apoderando-se da ilha das Cobras, iniciou o célebre marítimo o bombardeio da cidade. “Noite espantosa, noite terrível (diz testemunha ocular)! O seu silêncio repentinamente se perturba pelas descargas de toda a artilharia. Ao mesmo tempo se cobre o céu com uma horrorosa tempestade. O fogo dos relâmpagos se confunde com o fuzilar dos canhões e o ribombar destes junto aos formidáveis estrondos dos trovões repercutindo pelos ecos das montanhas davam aos míseros habitantes a sinistra ideia do fim do mundo”. “Estes (acrescenta insuspeito contemporâneo), se foram metendo por esses caminhos e matas, onde si se houveram de individuar os desarranjos, fomes, mortes de crianças, desamparo de mulheres e toda a qualidade de misérias, fora um nunca acabar. Mulher houve que se achou morta abraçada com uma criança de peito, e outra assentada junto dela, a qual perguntando-se, o que fazia ali? Respondeu: estava esperando que sua mãe e irmã acordassem. Juntando-se a mais terrível noite de chuva e escuridão, que pôs os caminhos

de sorte que em algumas pontes se passava com água pelos peitos, e pareciam os passageiros o espetáculo de um naufrágio⁸

Também há notícias de que uma grande chuva, precedida por ventos fortíssimos, atingiu o Rio de Janeiro no ano de 1756, a partir das 13 horas do dia quatro de abril. Totalizando três dias de fortes chuvas, os registros indicam que as tempestades provocaram inundações em toda cidade e desabamentos de casas, deixando muitas pessoas desabrigadas e alguns mortos. Um registro de Balthazar da Silva Lisboa narra que o terror se apoderou dos habitantes, fazendo com que os cidadãos buscassem abrigo nas igrejas. De acordo com o cronista, as águas subiram de tal maneira que inundaram a Rua do Ouvidor (na altura da Rua Miguel Couto) e entraram pelas portas das casas. Formou-se um rio, que ia da região entre o Valongo (Praça Mauá) até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (localizada na rua da Vala,

atual rua Uruguaiana), pois toda a área ficou totalmente cheia de água.

As trovoadas ocasionavam na Cidade grandes inundações. Em 4 de abril de 1756, depois de uma hora da tarde, choveu tão grossa e copiosa chuva, precedida de veementes concussões do ar, e espantosos furacões, por três dias sem interrupção, que o temor e o susto se apoderou de tal sorte do ânimo dos habitantes, que desde a primeira noite muita gente desamparou as casas, as quais caíram, fugindo sem tino para as Igrejas: desde então as águas cresceram por tal maneira que inundaram a rua dos Ourives, e entraram pelas casas dentro, por não caberem pela vala. No dia 5 do dito mês, saindo o Santíssimo da Sé, o Sacerdote que levava o Senhor, foi descalço, e bem assim os irmãos da irmandade do Santíssimo, todo o Campo parecia num Lagamar; vadeavam-se as ruas de canoas, e no dia 6 uma navegou desde o Valongo até a Sé (que estava na Igreja do Rosário dos pretos) com 7 pessoas⁹.

É preciso lembrar, antes de mais nada, que o lugar escolhido para a construção da cidade teve de ser “dominado”

pelo homem por meio de drenagens e aterros, durante mais de 300 anos, até o século XIX.

A posição estratégica do Rio de Janeiro, na entrada da Baía de Guanabara, foi fundamental na decisão portuguesa de fundar a cidade e de aqui manter o seu posto avançado de controle colonial. Mas o sítio sempre foi problemático pela quebra abrupta de gradiente entre a encosta e a baixada situada ao nível do mar, e pela grande quantidade de brejos, pântanos e lagoas¹⁰.

A população do Rio de Janeiro irá ocupar partes do território com aterros provisórios e feitos sem muita tecnologia, a princípio e por isso, mal nivelados. A cidade é construída sobre antigos pântanos, córregos, lagoas e manguezais, e não deveríamos nos espantar ao constatar que é justamente nessas áreas que são maiores os danos causados pelas inundações.

É sabido que a cidade começa a se expandir pela várzea, numa área circundada por quatro morros: o morro do Castelo e os

morros de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição.

Acerca dos pântanos e mangues sobre os quais foi sendo levantada a cidade, foram aterrados, primeiramente, para a passagem dos caminhos e, depois, para a implantação de edificações: “... dissecando-os por drenagem, coloca-se, simplesmente, como ainda hoje se faz, o aterro por cima”¹¹.

De acordo com Backheuser, no século XVII, já se reconhecia a necessidade de se disciplinar a distribuição das edificações até então feitas a esmo e tornou-se uma primeira medida contra o alinhamento irregular que até então era feito, ordenando que as testadas das casas fossem pavimentadas numa largura de cinco palmos, aproximadamente 1,10m, pelos próprios moradores, para diminuir os efeitos do embate sobre o leito das ruas, das águas da chuva escorrendo dos beirais dos telhados.

Da mesma época, foram feitas as aberturas de valas para águas usadas e dejetos diversos.

As valas, deste modo, foram a primeira rede de esgotos sanitários a céu aberto que o Rio de Janeiro conheceu. Esse sistema de drenagem era problemático, pois as valas, quase ao nível do mar, tinham pouca caída, pouco declive, o que comprometia sua função de drenagem. Além disso, quando da ocupação do território contra o mar, há de se assinalar os múltiplos acréscimos de terrenos ocorridos no entorno da Baía de Guanabara em toda a orla da cidade, e que iriam acrescentar mais uma dificuldade ao escoamento das águas pluviais. Sem falar nas lagoas da cidade, que foram sendo aterradas sem qualquer planejamento. Neste século, há registros de fortes tempestades que caíram sobre o Rio de Janeiro nos anos 1756 a 1779, com enchentes e deslizamentos.

No século XIX, aconteceram várias enchentes no Rio de Janeiro. A principal delas foi a de 10 a 17 de fevereiro de 1811, conhecida como “Águas do Monte”, em razão da destruição no Morro do Castelo, quando

desabaram várias casas, muralhas e barracos, deixando sobre as ruínas inúmeras vítimas.

D. João VI, tendo chegado de Portugal poucos anos antes, exigiu um inquérito sobre a enchente, e, mais que a vontade de Deus, as causas encontradas foram “a falta de conservação das valas e drenos pelos entulhos e lixos e demais imundícies lançados nelas”¹².

As chuvas torrenciais parecem ter mesmo feito desabar parte da muralha da Fortaleza de São Sebastião sobre os quintais do beco do Cotovelo, matando e ferindo. As famosas “Águas do Monte” até quadri-nha cantada inspiraram! De acordo com Carlos Kessel,¹³ o estribilho da cantiga — que começa pelo “Vem cá, Bitu, vem cá...” — referia-se a um pobre coitado que fora apanhado pelo desabamento quando bebia num dos botequins da rua do Cotovelo, logo abaixo do Castelo de São Sebastião.

Que é do teu camarada
A água do monte levou.
Não foi água, não foi nada,
Foi cachaça que o matou.

Fala-se em muitas vítimas e enormes prejuízos materiais, mas os números são desconhecidos. Tal foi a magnitude deste temporal que o príncipe regente ordenou que as igrejas ficassem abertas para acolher os desabrigados e encomendou estudos sobre as causas da catástrofe.

As “Águas do Monte” também ficaram registradas em crônica sofisticada do Dr. José Vieira Fazenda, antigo bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que escreveu “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro”, no caso desta narrativa, datada de fevereiro de 1903, nos explicando com riqueza de detalhes como ocorrera a tragédia.

Mas tudo foi nada, comparado às célebres águas do monte (10 a 17 de fevereiro de 1811). Depois da tremenda trovoadas choveu incessantemente durante sete dias. Os rios das redondezas da cidade, avolumando por maneira nunca vista o contingente das águas, inundaram completamente os arrabaldes. A enchente levou diante de si todas as pontes de madeira, inclusive a da Bica dos Marinheiros, por onde transitava o príncipe regente, e inu-

tilizou o chamado caminho das lanternas, na direção da atual rua Senador Euzébio. O que seria então o célebre Mangue de S. Diogo, é fácil de imaginar pelo que ainda hoje observamos no ano da graça de 1903. As ruas da cidade velha transformaram-se em verdadeiros rios caudalosos navegados por muitas canoas de pescadores. O chefe do Governo ficou isolado na chamada Quinta da Boa Vista, antiga propriedade de Elias Antonio Lopes. Foram sem conta os desabamentos de casas antigas e casebres, máxime da rua da Valla para o Campo. (...) Desabou grande parte da barreira chamada do Povo (Morro de Santo Antônio). As igrejas e capelas estiveram sempre abertas, acesos os altares, e os sacerdotes entoavam preces para a cessação de tão tremenda calamidade. O povo corria para ali apavorado, pedindo a proteção divina¹⁴.

Interessante perceber aqui a recorrente ajuda da Igreja Católica, que abrigava a população nesses momentos de crise, solidariedade essa que permaneceu frequente em todos os dilúvios que a cidade recebeu ao longo de três séculos. Também o memorialista anota que, na época, não foi possível precisar o número de vítimas, mas

sabe-se que vários cidadãos foram arrastados pelas águas e morreram sem conseguir se agarrar, perdendo-se nas correntezas formadas pela força da enxurrada ou mortos por soterramento, ficando presos nos escombros e nas ruínas dos morros que desabaram.

Na rua d’Ajuda, refere Menezes, o velho cirurgião do Exército, as águas barrentas do Castelo jorravam pelas janelas dos primeiros andares. Crer-se-ia a reprodução do dilúvio universal, se no Velho Testamento não estivesse exarada a solene promessa de Deus, feita a Noé, de que jamais destruiria o mundo por meio d’água. Por falta de dados especiais não podemos hoje calcular o número de vítimas. Houve-as e em grande número. A aba do morro do Castelo, que olha para a ilha das Cobras, derrocou-se em grande parte, causando a total destruição de quase todas as casas do antigo beco do Cotovelo. Nas ruínas ficaram sepultados vários indivíduos, inclusive o célebre Bitu, como já mostramos em anteriores apontamentos¹⁵.

Pelo que indica a composição musical e a citação acima, Bitu foi um personagem de

destaque para a história do Morro do Castelo, conhecido por todos e que morreu soterrado pelas “águas do Monte”, como tantos outros, o que podemos inferir a partir da bela narrativa memorialística que continua.

Muitos sofreram nessa ocasião os terrenos junto à fortaleza do Castelo, os quais, em 30 de junho de 1808, o capitão Pedro Cypriano de Abreu Lima comprara ao padre Joaquim José Saldanha, dividindo, por um lado com a ladeira do Colégio e pelo outro com a rua d’Ajuda, com os herdeiros do capitão-mor Anacleto Elias da Fonseca. Nessa chácara, conhecida pelo nome de seu último proprietário, dr. Salles Rosa e, antes de António Fernandes Coelho, estabeleceu o Dr. Bento Mure uma casa de saúde para tratamento das pessoas que se quisessem medicar pela homeopatia¹⁶.

Importante perceber aí as providências tomadas pelo então príncipe regente e o apoio do intendente geral da Polícia.

Passada a tremenda crise, e receoso o príncipe regente de algum desabamento, mandou arrasar parte da muralha do antigo forte de S. Sebastião.

Em todas essas terríveis emergências, contou sempre D. João com o zelo e atividade do infatigável Paulo Fernandes Viana, intendente geral da Polícia¹⁷.

Questão digna de nota também neste relato diz respeito ao projeto, já existente desde essa época, de destruição do Morro do Castelo. Na narrativa, somente contrário era Varnhagen, e sua justificativa era um sinal da sensibilidade ecológica de vanguarda, pois sua sugestão era que se plantem árvores nas encostas, em vez da construção de muros. Perceba que interessante a perspectiva do historiador, bem diferente daquela dos seus contemporâneos, sugerindo o replantio.

Data desse tempo o projeto do arrasamento do morro do Castelo, ideia que, patrocinada pelo bispo Azeredo Coutinho, tem sido até nossos dias verdadeira utopia. Sobre a utilidade higiênica estão todos de acordo. Somente o eminente historiador Varnhagen se alistou na oposição. “A demolição (diz o visconde de Porto Seguro) seria obra gigantesca, dispendiosa e que, longe de utilizar, como ainda hoje se crê, iria quanto a nós

fazer a cidade mais monótona e menos fresca do que si em suas encostas se plantassem árvores, destinando-as para passeio público da cidade, - local mil vezes preferível a esse outro sombrio e abafadiço, bem que junto ao mar, com que tanto se tem gasto e ao qual melhor fora derrubar os muros que o cercam, reduzindo-o a uma simples alameda (só de árvores e sem jardins), transitável às carruagens e gente a cavalo, sobretudo si pelo lado do mar e da igreja da Lapa se lhe abrisse passo a calçada, que dominando a praia vai à Glória.” O conselho não pegou, nem cremos pegará. Contra isso protestariam os manes de Luiz Vasconcellos, do mestre Valentim, do Xavier dos Pássaros e do Xavier das Conchas, duas entidades distintas, que muita gente reúne em um só indivíduo!¹⁸.

Machado de Assis foi outro escritor que descreveu poeticamente as chuvas de 1811 na crônica *d'A Semana*, no dia 2 de fevereiro de 1896.

Pior que tudo, porém, se a tradição não mente, foram as águas do monte, assim chamadas por terem feito desabar parte do morro do Castelo. Sabes que essas águas caíram em 1811 e duraram sete dias deste mês de fevereiro. Parece que o nos-

so século, nascido com água, não quer morrer sem ela. Não menos parece que o morro do Castelo, cansado de esperar que o arrasem, segundo velhos planos, está resoluto a prosseguir e acabar a obra de 1811. Naquele ano chegaram a andar canoas pelas ruas; assim se comprou e vendeu, assim se fizeram visitas e salvamentos. Também é possível, como ainda viviam náiades, que assim as fossem buscar as fontes. Talvez até se pescassem amores¹⁹.

A narrativa machadiana nos brindou com imagens ricas de uma cidade submersa, na qual os rios, já transformados em ruas, voltaram a correr soltos onde passavam antes dos aterros e drenagens. Também o morro do Castelo era mais uma vez lembrado, assim como os planos de sua destruição. O cronista transformou o século XIX no século das chuvas, mas também remontou ao dilúvio de 1756, quando, de igual maneira, a cidade viu suas ruas transformarem-se em rios e suas praças em lagoas e os habitantes tiveram de usar canoas para se locomoverem no centro da cidade. Além disso, sua

narrativa chamou atenção para a fé da população, que se refugiava nas igrejas, no pé dos altares, rezando pelo fim das tempestades, como se a natureza só pudesse ser contida por Deus e pelos santos.

Se remontares ainda a uns sessenta anos, terás o dilúvio de 1756, que uniu a cidade ao mar e durou três longos dias de vinte e quatro horas. Mais que em 1811, as canoas serviram aos habitantes, e o perigo ensinou a estes a navegação. Uma das canoas trouxe da rua da Saúde (antiga Valongo) até a igreja do Rosário não menos de sete pessoas. Naturalmente não vieram a passeio, mas à reza, como toda a gente, que era então pouca e devota. Caíram casas dessa vez; a população refugiou-se ao pé dos altares. Afinal, como a cidade não tinha ainda contado os seus dias, fecharam-se as cataratas do céu; as águas baixaram e os pés voltaram a pisar este nosso chão amado.

Remontando ainda, poderíamos achar outros dilúvios pela aurora colonial e pela noite dos tamoios; mas, isto de chuva continuada não sei se é mais aborrecido vê-la cair que ouvi-la contar. Shakespeare pôe este trocadilho na boca de Laertes, quando sabe que a irmã morreu afogada no rio: “Já tens água de mais,

pobre Ofélia; saberei reter as minhas lágrimas.” Retenhamos a tinta. (...) Dar-se-á, porém, se estamos no começo de outro dilúvio universal, que não haja agora exceção de família nem se salve a memória dos nossos pecados?²⁰.

Outras enchentes históricas ocorreram no Rio de Janeiro do século XIX em 1833, 1862 e 1864. Esta última, por ser originária de uma chuva de granizo que destelhou toda a Cidade, ficou conhecida como “Chuva de Pedra”. Mais uma vez, foi Machado de Assis que contou como a paisagem urbana carioca sofreu com essas enchentes e outras mais ao longo de todo século XIX, até 1889, e que se tornaram, nas palavras do cronista *d’A Semana*, verdadeiros “dilúvios”.

Avocat, oh! passons au déluge! Antes que me digas isso, começo por ele. Não esperes ouvir de mim senão que foi e vai querendo ser o maior de todos os dilúvios. Sei que o espetáculo do presente tira a memória do passado, e mais dói uma alfinetada agora que um calo há um ano. Mas, em verdade, a água, depois de ter

sido enorme, tornou-se constante, geral e aborrecida. Mais depressa que as demandas, a chuva deitou abaixo muitas casas que estavam condenadas a isso pela engenharia; mas as demandas tinham por fim justamente demonstrar que as casas não podiam cair sem dilúvio, e a prova é que este as derrubou. Se deixou em pé as que não estavam condenadas (nem todas), não foi culpa minha nem tua, nem talvez dele, mas da construção. Ruas fizeram-se lagoas, como sabes, e o trânsito ficou interrompido em muitas delas; mas isto não é propriamente noticiário que haja de dizer e repetir o que leste nas folhas da semana, — não somente daqui, mas de outras cidades e vilas interiores²¹.

Cabe ressaltar que, no século XIX, havia a ideia de que a chuva tinha um efeito de limpeza da cidade, não sendo vista somente de maneira negativa e já amedrontadora (por perigo de doenças que vinham com as enchentes e também pelo medo da morte pelos desabamentos constantes das casas e mesmo pela possibilidade de afogamento na hora em que se formavam as “corredeiras” nos morros ou quando o mar

não encontrava resistência nas encostas e entrava pela cidade, buscando recuperar com fúria o que antes era seu). Até o século XIX, alguns efeitos das chuvas eram considerados benéficos. Os médicos daquela época pensavam que os grandes temporais melhoravam a qualidade do ar. A cidade só era varrida e lavada pelas chuvas.

Tratando da nossa boa capital, acho que devemos atribuir o dilúvio, esta vez, antes ao amor que a cólera do céu. O céu também é sanitário. Uma grande lavagem pode mais que muitas discussões terapêuticas. Com a chuva que se seguiu ao dilúvio, vimos diminuir os casos da epidemia, enquanto que os simples debates nos jornais não salvaram ninguém da morte²².

Machado destacou as fortes chuvas de 1864 e descreveu sua experiência naquela enchente, demonstrando como sofriam os cariocas quando a cidade transformava-se em uma Veneza tropical. Aqui, o escritor comparou a multidão que descera pelas ruas no dia do “dilúvio bancário” às águas das enchentes, referindo-se a mais

uma crise bancária e cambial ocorrida no centro financeiro devido à política econômica emissãoista que, desde o final do Império, fora adotada e que provocou, como as chuvas provocavam, a destruição das casas — na metáfora, casas bancárias. Tratava-se de um dos dilúvios que provavelmente precederam o grande dilúvio do Encilhamento — política econômica do início da República. Machado de Assis comparou, como os poetas, a multidão às águas, relatando o que se passou numa sala da redação do jornal em que trabalhava na ocasião.

Podia citar dilúvios anteriores, — os dois, pelo menos, que tivemos nos últimos quinze anos, ambos os quais (se me não engano) mataram gente com as suas simples águas. Águas passadas. O primeiro desses durou uma noite quase inteira; o segundo começou a uma ou duas horas da tarde e acabou às sete. Era domingo, e creio que de Páscoa. Mas um e outro tiveram um predecessor medonho, o de 1864, que antecedeu ou sucedeu, um mês certo, ao dilúvio da praça. O da

praça arrastou consigo todas as casas bancárias, ficando só os prédios e os credores. Não perdi nada com um nem outro. Pude, sim, verificar como os poetas acertam quando comparam a multidão às águas. Vi muitas vezes as ruas perpendiculares ao mar cheias de água que desciam correndo. Uma dessas vezes foi justamente a do dilúvio de 1864; a sala da redação de um jornal, ora morto, estava alagada; descí pela escada, que era uma cachoeira, cheguei às portas de saída, todas fechadas, exceto a metade de uma, onde o guarda-livros, com o olho na rua, espreitava a ocasião de sair logo que as paredes da casa arreassem. Pois as águas que desciam por essas e outras ruas não eram mais nem menos que as multidões de gente que desceram por elas no dia do dilúvio bancário²³.

A grande questão urbano-ambiental na cidade do Rio de Janeiro até o século XIX era a água, pois, de um lado, havia a falta, de outro, o excesso. A falta de água para consumo

afligia a cidade, enquanto o excesso a atormentava na época das chuvas torrenciais.

Após a inundação de 1811, o engenheiro físico Dr. Manuel Vieira estudou o problema das inundações, apresentando um relatório sobre o regime das águas da cidade, os melhoramentos necessários ao seu escoamento e as obras públicas julgadas úteis. Outras sugestões e planos para o escoamento das águas pluviais foram apresentados ao longo dos oitocentos.

O plano do Marechal Soares de Andréia foi apresentado em 1842, com detalhes técnicos acrescentado em 1854. Favorável à supressão das valas, pretendia-se fixar o grade a ser conferido às ruas da cidade de modo a facilitar o escoamento superficial²⁴.

O autor também nos explicou que foram propostos mais dois planos, ainda na década de cinquenta do século XIX.

O segundo plano foi proposto em 1855, pelo Dr. Manuel Galvão, Diretor de Obras Municipais da Corte. A solução proposta consistia em aproximar

o mar do Campo de Sant'Ana. Através de um rasgo, tornando desnecessário o alteamento do Campo e evitando modificações profundas nos níveis da cidade. O terceiro plano, finalmente, era o dos partidários do “tout à l'égout”, ou seja, da transmissão de todos os despejos passíveis de serem arrastados por via hidráulica através dos coletores existentes de águas pluviais, sistema esse que se contrapunha ao de separador absoluto, que viria a ser posteriormente preferido²⁵.

Os planos, provavelmente, teriam sido produzidos na tentativa de minimizar as inundações que continuaram por toda a segunda metade daquele século, atingindo pobres e ricos, como pode ser constatado a partir das memórias do bibliotecário do IHGB.

Contam os antigos: em certa quarta-feira de cinzas caiu tão repentina trovoada acompanhada de chuva torrencial, que pôs em debandada a procissão, que saíra da Ordem da Penitência. Alguns andores foram conduzidos para a Cruz e Candelária, ficando o Santo Lenho no oratório de dona Joana Maria, na rua dos Pescadores. Tornaram-se tradicionais as chuvas que caíram nos primeiros tempos

do governo de Luiz de Vasconcellos, chegando a arrombar os encanamentos do aqueduto da Carioca. As da célebre noite do enterro do príncipe D. Pedro Carlos, genro de d. João, também ficaram memoráveis. As tropas marcharam de S. Cristóvão até ao Convento de Santo Antônio com água acima dos joelhos, e o fardamento delas, de propósito feito para tal cerimônia, ficou completamente estragado! As trovoadas, por ocasião da aclamação de D. Pedro I, bem como o medonho aguaceiro da tarde de 30 de março de 1862, logo após a inauguração da estátua equestre do 1º imperador, também merecem ser lembrados. São de nossos dias os desmoronamentos do morro do Castelo, em 6 de janeiro de 1860, em que desapareceram as varandas construídas pelo coronel Gabizo, junto ao Jardim da antiga fortaleza. São de recente data as enxurradas de 1896, que causaram o desmoronamento de várias casas da antiga ladeira do Carmo e a ruína total da grande chaminé de uma serralha da rua da Misericórdia, bem como a da célebre noite de 11 de maio de 1897, em que teve lugar o baile dado no Itamaraty, em honra aos chilenos. Nunca se me apagará da memória o espetáculo de ver muitos convidados de casaca e claque,

molhados como pintos, calças arregaçadas, levando à mão as botinas e sapatos rasos!²⁶.

A segunda metade do século XIX foi uma época muito importante na história da relação do espaço urbano com os temporais, porque, de um lado, temos um processo de imensa expansão da malha urbana, e, de outro, um intenso e gigantesco processo de migração para a cidade, que levou ao crescimento acelerado da população urbana. Tal crescimento coincidiu com as grandes epidemias de cólera e febre amarela, e foi justamente em função da necessidade de atacar as doenças, e não as inundações, que surgiram grandes obras: aterros, nivelamento do solo para evitar poças, regulação do abastecimento de água, além de outras ações.

Os registros de memória das chuvas tornam-se mais frequentes ao longo dos séculos XIX e XX. Não há razão para crer que a maior frequência de registros reflita maior quantidade de chuvas, mas, sem dúvida, reflete maior

frequência de enchentes. Cabe, aqui, distinguir os fatores chuvas e enchentes: se as chuvas são parte do ciclo natural de águas, com maior ou menor precipitação, maior ou menor intensidade, as enchentes dizem respeito ao escoamento dessas chuvas. A chuva no alto da Serra do Mar faz com que rios caudalosos desçam a serra, chegando carregados na planície da bacia da Baía de Guanabara. Ali, o traçado dos rios se expande, com meandros e curvas que aumentam a superfície de contato com as margens e vegetação. A terra se encharca, absorve o excesso de água. O que não é absorvido, escoar para os manguezais, um ecossistema que não só se beneficia como necessita da variação de marés e de níveis de água.

Mas, o que acontece quando os rios estão contidos em canais de concreto e há pouco contato com a terra? Quando o chão em que cai a chuva é asfaltado e a vegetação natural substituída por casas e construções? Quando os

morros perdem sua cobertura verde e a terra fica exposta à erosão das chuvas? A capacidade de absorção fica sensivelmente comprometida; a água se acumula em canais e valas, tomando violentamente ruas e casas. As ondas altas das marés não mais se dissipam nos mangues e pântanos, mas se chocam furiosamente com barreiras de concreto e avenidas à beira-mar. Morros tornam-se ilhas, ruas tornam-se rios, casas ficam vulneráveis, surge o medo (pouco provável) de epidemias e o medo (bastante realista) de desabamentos e perda de vidas e propriedades. Em outras palavras, se a chuva, por mais intensa que seja, é parte da natureza, a enchente é um problema social.

A urbanização do Rio de Janeiro, portanto, levou ao aumento, e não à diminuição, das enchentes históricas ao longo do século XX. Isso acontece, como mencionado acima, em razão do próprio planejamento urbano, que canalizava rios, construía em áreas com risco de alagamento

e aterrava extensas áreas da Baía de Guanabara. Esse controle do espaço urbano “de cima para baixo” não é, claramente, monopólio dos engenheiros e políticos cariocas, mas, no caso do Rio de Janeiro, a expansão histórica da cidade – primeiro morro abaixo, depois baía adentro e, finalmente, morro acima – criou espaços desiguais em termos de vulnerabilidade às águas, as chamadas áreas de risco, nas quais certos grupos da população (mais pobres, menos assistidos pelo Estado) estão também mais vulneráveis que outros às enchentes. É essa a história que se conta, brevemente, nas próximas páginas, entrelaçando as imagens literárias de cronistas que vivenciaram as enchentes com relatos jornalísticos e, posteriormente, nos próximos capítulos, problematizando as imagens fotográficas e os desenhos dos chargistas das revistas ilustradas e dos jornais da grande imprensa do Rio de Janeiro.

AS ENCHENTES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A chuva torrencial se despe-
nhou do céu, afugentando os
últimos calores, lavando a ci-
dade, – e além desse grande
serviço higiênico, dando-nos o
regalo de um espetáculo raro:
as ruas transformadas em rios,
as praças mudadas em lagoas,
os bondes metamorfoseados
em gôndolas, – e homens e ca-
chorros nadando, como peixes,
pela vasta extensão das águas
derramadas²⁷.

Falar sobre as enchentes
da Primeira República (1889-
1930), as quais emergem das
páginas das revistas ilustra-
das da Belle Époque carioca, é,
necessariamente, problemati-
zar a tentativa de transforma-
ção do Rio de Janeiro em uma
capital que espelhasse a “ordem
e o progresso” desejados pelos
novos governantes.

No fim do século XIX e
no início do século XX, lite-
ratos também se sensibiliza-
ram com as enchentes, quase
anuais, como pode-se obser-
var na citação de Olavo Bilac.

Outros importantes nomes do
jornalismo carioca como Braz
Silva, do *Correio da Manhã*, ou
o escritor Lima Barreto também
escreveram sobre as inundações,
ou seja, muitas vozes e opiniões
sobre as catástrofes que afligiam
a nova capital republicana.

Ainda na última década do
século XIX, os primeiros pre-
feitos da capital republicana
eram advogados e médicos,
os quais tinham atuação polí-
tica desde o período imperial.
O governo do presidente da
República Campo Sales (1898-
1902) nomeou cinco manda-
tários, dos quais o quarto foi
João Filipe Pereira, no segundo
semestre de 1900. Engenheiro
formado pela Escola Politécnica
e ministro da Indústria, Viação
e Obras Públicas (1893-1894)
na gestão de Floriano Peixoto,
assumiu o cargo de prefeito,
em substituição ao advogado
e político piauiense Antônio
Coelho Rodrigues.

Assim como outros,
enfrentou dificuldades finan-
ceiras para administrar a cidade.
Com apoio do poder executivo,

tomou medidas de redução de
gastos, como a demissão de
funcionários e a suspensão de
obras. Meses após a posse, foi
colocada ordem nas finanças
municipais, em consonância
com diretrizes do governo fede-
ral, restabelecido o pagamento
dos funcionários e retomada
das obras, como o desmonte do
Morro do Senado.

Sua gestão durou pouco
mais de um ano, sendo muito
criticada pela imprensa, e
teve embates com o Conselho
Municipal, além de ficar mar-
cada por uma revolta popular
“contra o aumento das pas-
sagens da Companhia de São
Cristóvão, empresa de bondes a
tração animal que servia a vários
bairros do centro, zona norte e
área portuária da cidade”²⁸. Os
revoltosos incendiaram bondes
e a reação da polícia foi violenta.
Depois de alguns dias, a empresa
retornou ao preço antigo.

Enquanto prefeito, João
Filipe não tomou medidas
relevantes contra as enchen-
tes, embora fosse especialista
em hidráulica e professor da

Politécnica. Em 1910, assumiu a chefia da Repartição de Águas, Esgotos e Obras Públicas, vinculada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, responsável pelo abastecimento de água e saneamento da capital federal.

No início do século XX, era evidente a necessidade de transformar rapidamente o Rio de Janeiro em cidade com aparência de civilização, e isso implicava um processo de mobilização de agentes disciplinadores que, não sem resistência, procuraram reconstruir a paisagem urbana e moldar “as almas encantadoras” de seus cidadãos, de maneira, em larga medida, autoritária e excludente. A natureza parece ter, irônica e tragicamente, “ajudado” na empreitada das elites, na destruição da cidade velha, no arrasamento de morros e cortiços, para que uma nova cidade, “limpa”, em todos os sentidos, e “nova”, pudesse nascer.

Pensando em como as águas pluviais tornaram-se um problema social, cujo novo sistema político passou a ter de procurar resolver, partimos,

aqui, para uma apresentação mais abrangente do contexto dos primeiros anos do século XX, procurando destacar os movimentos sociais e os conflitos gerados pelos paradoxos de uma República e de uma cidade que se queria moderna, civilizada e, no entanto, padecia, quase que anualmente, de tragédias decorrentes das inundações. Para tanto, recordemos um pouco o que a historiografia mais recente nos esclarece sobre o tema e a história do Rio de Janeiro naqueles anos.

Jaime Benchimol, em seu livro: *Pereira Passos: um Haussman tropical*,²⁹ procurou se ater à reconstrução da cidade do Rio de Janeiro, analisando aspectos sociais e materiais, desde a “cidade escravista” até os anos após a Reforma Passos, dedicando um capítulo a esse período: “Os deserdados da urbe renovada”. Observando a cidade sob a luz da história econômica, Benchimol destacou os males para a classe trabalhadora, acarretado pelas “obras de melhoramento” destinadas à modernização da

capital e ao atendimento da necessidade das classes abastadas. Ao discutir o problema habitacional, o autor abordou a área central do Rio de Janeiro como epicentro da crise de moradias, notada pela elevada concentração demográfica, intensificada tanto pela abolição do trabalho escravo, em 1888, quanto pela proclamação da República (1889).

Mais recentemente, Benchimol, em seu artigo “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”,³⁰ amplia suas pesquisas e traz novas contribuições para a historiografia sobre o tema. Para o autor, no alvorecer do século XX, o Rio de Janeiro sofreu, de fato, uma intervenção que alterou profundamente sua fisionomia e estrutura, e que repercutiu como um terremoto nas condições de vida da população, dando origem a uma paisagem nova, que reproduzia vários traços daquela cunhada por Georges Eugene Haussmann, em Paris, três décadas antes.

O Rio de Janeiro que emergiu dos escombros da Cidade Velha e da conflagração social que ardeu em meio a eles – a chamada Revolta da Vacina (novembro de 1904) – era diferente. Não como imaginaram os apologistas da Reforma, pois a política “racional”, que se propôs a corrigir os erros de sua gestão “espontânea”, engendrou novas contradições e agravaram muitas das que já existiam.

A República colocou a ciência a seu serviço, e, em nome do progresso e da civilização, iniciou um processo de “limpeza” da cidade, a partir do trabalho de seus higienistas. Destaca-se aqui o papel de Oswaldo Cruz durante a prefeitura de Pereira Passos, nosso “Haussmann tropical”. Pereira Passos havia estudado na École de Ponts e Chaussées e permaneceu em Paris entre 1857 e fins de 1860, tendo assistido à reforma executada por Haussmann. Oswaldo Cruz também bebera na fonte francesa: em 1896, viajou à

França para se aperfeiçoar no Instituto Pasteur, em pleno momento das descobertas de micro-organismos patogênicos e das novas possibilidades não somente das vacinas, mas também de soroterapias variadas. O encontro dos dois, no Rio de Janeiro, propiciou um projeto moralizador e autoritário ao extremo: ao Estado, cabia transformar, obrigatoriamente, a multidão indisciplinada de “pés descalços” em cidadãos talhados segundo os estereótipos que serviam à burguesia europeia para o exercício de sua dominação.

Lia de Aquino Carvalho, em *Habitações populares*,³¹ sublinhou a consolidação das obras da cidade como um projeto exclusivo para a burguesia, pois “a valorização do espaço urbano, decorrente da concentração e acumulação de capital, incidira diretamente sobre as habitações populares, agravando sua problemática”. Segundo a autora, a nova política de urbanização para a cidade refletia as relações sociais estabelecidas com a

nova ordem econômica, uma vez que as classes dominantes detinham controle da polícia e das administrações locais. Oswaldo Porto Rocha,³² seguindo a mesma linha, insistiu na hipótese de que a organização do espaço seria um mecanismo de controle socioeconômico empregado pela burguesia. Do mesmo modo, Lia de Aquino Carvalho apontou para ausência do Estado em relação a “obras de melhoramento”, nas quais as companhias de carris foram responsabilizadas pela drenagem dos pântanos, alargamentos de ruas, melhoramentos de túneis, entre outras obras que deveriam ser realizados pelo poder público. Partilhando do mesmo aporte teórico, essas análises apontam para uma cirurgia da cidade, conduzida pelo Estado dominado exclusivamente pelos interesses econômicos, aspecto que só será modificado pela historiografia a partir dos anos 1990, com exceção dos trabalhos de Nicolau Sevcenko e José Murilo de Carvalho.³³

A modernização iniciada em 1904 consistiu na edificação de um cais corrido com 3.500 metros de extensão, o qual implicou a demolição dos fervilhantes quarteirões marítimos e o aterro de suas numerosas enseadas com o entulho proveniente do arrasamento do morro do Senado. O segundo eixo da remodelação urbana foi a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Milhares de pessoas ficaram desabrigadas e tiveram seu quadro cotidiano de existência pulverizado pelas obras, pelas normas e pelas proibições que foram instituídas concomitantemente.

Pereira Passos tomou posse como prefeito do Distrito Federal em 1902 e, em junho de 1904, foi submetido ao Congresso o projeto de lei reinstalando a obrigatoriedade da vacinação e da revacinação contra a varíola em todo o território da República, com cláusulas rigorosas que incluíam multas aos refratários e a exigência de atestado para matrículas em

escolas, acesso a empregos públicos, casamentos, viagens etc. Recrudescou, então, a oposição ao governo, tendo como alvos o “General Matamosquitos” e o “Bota-baixo”. Em 5 de novembro de 1904, foi fundada a Liga Contra a Vacinação Obrigatória, na sede do Centro das Classes Operárias.

A lei da vacina obrigatória foi aprovada no dia 31 de outubro de 1904. Quando os jornais publicaram, em 9 de novembro, o esboço do decreto que ia regulamentar o “Código de Torturas”, a cidade foi paralisada pela Revolta da Vacina por mais de uma semana.³⁴ Esse movimento, que a literatura da época reduziu a um simples choque entre as massas incivilizadas e a imposição inexorável da razão e do progresso, foi protagonizado por forças sociais heterogêneas, compondo-se, na realidade, de duas rebeliões imbricadas: o grande motim popular contra a vacina — com outras medidas discricionárias e segregadoras, impostas em nome do “embelezamento” e do “saneamento” da

cidade —, e a insurreição militar, deflagrada dias depois, com o objetivo de depor o presidente Rodrigues Alves. A população já tinha uma tradição de revoltas policlasistas contra iniciativas do capital e do poder público.³⁵ Em 1901, por exemplo, bondes foram depredados em protesto contra o aumento das tarifas e a péssima qualidade dos transportes. No ano seguinte, insurgira-se contra a máfia de marchantes que monopolizava o comércio das carnes verdes. Para Nicolau Sevckenko, a Revolta da Vacina foi a manifestação mais explosiva da resistência dos grupos populares cariocas ao processo autoritário de transformação do Rio em capital burguesa e cosmopolita.³⁶ Aquele povo espezinado via as concreções da modernidade burguesa como símbolos de um poder opressivo e, por isso, foi alvo de sua fúria, tanto quanto a vacina. O brasilianista Jeffrey Needell enfatizou a repressão à cultura negra como fermento da revolta,³⁷ e Cukierman considerou-a como resultado da prática autoritária de cientistas

convencidos da superioridade de seu conhecimento teórico e de seu direito de exercer um “poder tutelar ao qual todos teriam de se submeter, obrigatoriamente”³⁸. José Murilo de Carvalho revelou a simpatia dos negros pela Monarquia e sustentou que a hostilidade popular ao regime republicano, externada já em outras rebeliões, contribuiu para os acontecimentos de 1904.³⁹ O autor atribuiu grande importância à campanha de cunho moralista que arregimentou a indignação das audiências operárias e pequeno-burguesas contra a invasão dos lares pelos funcionários da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), conclamando-se os chefes de família a defenderem a honra das filhas e mulheres, que seriam forçadas a expor braços e coxas à lanceta dos vacinadores. Segundo o autor, “foi este guarda-chuva moral que tornou possível a mobilização popular de 1904 nas proporções em que ela se deu”⁴⁰.

Na década de 1990, a cidade do Rio de Janeiro foi revisitada, com trabalhos voltados para ação de novos atores:

seus moradores. Deslocando o foco das atenções para os cidadãos, essa abordagem deu a estes sujeitos novas posições, refletindo sobre a existência de uma população vivendo à parte do mundo oficial, agindo em circuitos restritos da cidade. Sidney Chalhoub, em seu livro *Cidade febril: epidemias na corte imperial*, propôs a visão de uma cidade ameaçada pelas epidemias e pelo rígido controle dos higienistas e do poder público que incidiram diretamente sobre as moradias populares. Na visão do autor, “A intervenção dos higienistas nas políticas públicas parecia obedecer ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população”⁴¹. O autor ressaltou a resistência da população aos novos hábitos, por meio da conservação das tradições populares. Descrevendo a “(In)tolerância carioca e o (Dês)governo das multidões”, o autor indicou a existência de outra cidade vivendo aquém das transformações implementadas pelo Império.

Chalhoub nega que “arroubos teóricos” pudessem ter tido efeito tão devastador entre o povo, já que seus valores morais diferiam dos burgueses. Ao analisar as vacinações de uma perspectiva de mais longa duração, Chalhoub recupera uma dimensão da revolta que permaneceu inteiramente oculta tanto nos relatos de época como nas fontes historiográficas mais conhecidas: a tradição negra de combate à varíola pela prática ancestral das variolizações.

Há uma explicação (...) para o fato de a principal revolta coletiva contra o “despotismo sanitário” haver ocorrido em função [da] (...) varíola: além dos descaminhos teóricos e burocráticos do serviço de vacinação em todo um século de história, havia sólidas raízes culturais negras na tradição vacinofóbica⁴².

Um dos mananciais da revolta seria, então, o culto a Omulu, o orixá que tinha o poder de espalhar a doença e, ao mesmo tempo, de defender “seus devotos de estragos maiores (...) por meio da inoculação ritual de material varioloso”⁴³. Criar

obstáculos à ação dessa divindade ou impor a vacina animal preparada no Instituto Vacinogênico significava devastação e morte para esse grupo social.

Quer por questões econômicas, sociopolíticas e/ou culturais, nas quais a historiografia recente procurou as razões para a Revolta e para outros motins contra a reforma urbana e seu “despotismo sanitarista”, é inegável que a primeira iniciativa de destruição do espaço de moradia das camadas empobrecidas já na República foi a reforma urbana de Pereira Passos, ainda na primeira década do século XX. Por meio desta reforma, os cortiços foram destruídos e, aos pobres, restou construir moradias em regiões não valorizadas, no caso morros e encostas, outra forma de resistência à tentativa de segregação, para além da Revolta da Vacina, mas em locais de maior risco e vulnerabilidade em época de grandes temporais e enchentes.

UM OUTRO BOTA-ABAIXO: AS INUNDAÇÕES DE 1905 E 1906

No governo Rodrigues Alves e durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), o conjunto de obras que foi realizado transformou a fisionomia da cidade, várias delas com implicações para o tema das inundações. Ao lado de imagens e textos que propagandeavam a Reforma urbana e os empreendimentos dos engenheiros, arquitetos e sanitaristas, as páginas das revistas e de outros periódicos, traziam “ecos” das inundações ocorridas naqueles anos em meio às obras de “melhoramento” da cidade.

De princípios do século XX datam as recomendações de Saturnino de Brito que, em 1905, indica o estudo, por meio de observações pluviométricas, do regime das chuvas caídas em curto período na capital. Acreditava ele que, somente dessa forma, poderia ser resolvido de uma vez por todas o problema

das inundações. Talvez porque o pioneiro da engenharia sanitária e ambiental no Brasil tivesse se assustado com as fortes chuvas e a inundação ocorrida naquele ano no Rio de Janeiro.

Em meio às tão propaladas reformas urbanas de Pereira Passos, a pretensa transformação da cidade em vitrine da modernidade e da civilização do recém-proclamado governo republicano ia literalmente “por água abaixo”, e nem a principal obra de melhoramento da cidade, que se tornaria o cartão postal do prefeito, a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), através das lentes do fotógrafo da Prefeitura, Augusto Malta, ficaria livre de sofrer com a força das águas que chegavam junto com o calor do verão carioca.

Os jornais noticiavam o descompasso entre a pretensa modernidade, com as obras de abertura de largas avenidas e a destruição provocada pelas inundações. Na coluna “Notas de um vadio”, assinada pelo articulista Braz Silva, registrou-se uma das mais precisas ironias

acerca daquela que seria a mais evocada, fotografada e comentada avenida do Bota-abaixo do Prefeito Pereira Passos.

Ninguém imagina o desejo que eu tenho de ver pronta a Avenida Central. Ainda ontem, estive imaginando o que será aquilo para nós, pobres infelizes a quem a sorte só tem feito caretas. Não é que esteja pensando em palacetes de fachadas premiadas, nem na largura da rua, toda calçada de paralelepípedos feitos especialmente para esse fim, por um processo novo que, com certeza, há de aparecer. No que eu penso, verdadeiramente, é nas noites de enchente: como vai ser bonito aquele rio caudaloso, com grandes árvores em vários pontos, recebendo água de diversos afluentes. Será o Amazonas do Rio de Janeiro?⁴⁴.

É fartamente documentado que as chuvas quase anuais e as enchentes e inundações por elas ocasionadas não só castigavam o Rio de Janeiro, sobretudo no verão, vitimando com muita assiduidade a população mais pobre da cidade, como também atingiam as classes mais abastadas, ainda que em menor escala. Casos de desabamentos seguidos de mortes, assim como de destruição de edificações

também do poder público, em razão dos temporais, eram comuns e amplamente noticiados pela imprensa local. Mas causa espanto saber que, como Braz Silva narra em sua crônica acima citada, até a Avenida Central, cartão postal da “Paris Tropical”, do Rio de Janeiro propagandeado nas Revistas Ilustradas, seria objeto de semelhante desgraça, quando parte de seu calçamento foi danificado pelas chuvas torrenciais que caíram sobre a cidade, em mais uma manifestação da natureza e de suas fortes tempestades tropicais.

A *Gazeta de Notícias* de 20 de fevereiro de 1905 noticiava mais uma enchente no Rio de Janeiro.

Não perdera ainda a sua fama de cidade que se inunda a uma chuvarada mais forte, o Rio de Janeiro. A violenta chuva que caiu durante a noite de sábado para domingo, nos preparou as cenas aquáticas a que já estamos habituados. O mangue transbordou, encheram quase todas as ruas que lhe são adjacentes. Da rua Senador Euzébio, no trecho compreendido entre a fábrica de gás e o entreposto de S. Diogo, a água chegava a mais de meio metro de altura. Do largo do Matadouro até grande extensão das

ruas Mariz e Barros e Mattoso, chegava quase um metro. Os bondes que aí passavam tinham os soalhos lavados, obrigando os passageiros a treparem-se nos bancos. Os burros levavam água até o peito. Não houve pequeno pé d’água que se não arrogasse importâncias de rio caudaloso. As obras do canal do Mangue ficaram completamente alagadas. No Rio Comprido e Estácio de Sá, poucas foram as ruas que não se encheram. (...) Todas as ruas da Cidade Nova, principalmente as transversais do canal do Mangue, ficaram cheias até grande altura, invadindo a água inúmeras casas⁴⁵.

Ao lado das enchentes de 1905, estava a grande inundação de 1906, uma das maiores na história do Rio de Janeiro e a mais calamitosa da Primeira República (1889-1930). Naquela ocasião, choveu das onze horas e quarenta e cinco minutos da manhã da sexta-feira, dia 16, às cinco horas da manhã do sábado, dia 17 de março, com períodos alternados de maior e menor intensidade, totalizando 150 m/m, sendo o período mais intenso das dezoito horas às dezenove horas e trinta minutos, com 40m/m

de volume d'água. Essa era a quarta ou quinta inundação por que passava a cidade naquele verão e, embora o volume da chuva não tenha sido dos maiores (em comparação com as duas maiores inundações anteriores, foram 233 m/m em 1883 e 216,6m/m em 1897),⁴⁶ a inundação tomou proporções agigantadas pela nova configuração socioespacial, resultante do crescimento urbano das obras do Bota-abaixo.

As ruas, em poucas horas, já haviam se transformado em rios caudalosos, cuja correnteza levava todo tipo de objeto, desde móveis, pedaços de casas e muros até pessoas, que não conseguiam escapar da força da enxurrada e também eram levadas pelas águas. A imprensa destacou fartamente o ineditismo da extensão da área atingida pela inundação, pois a região central e os bairros vizinhos eram sempre os mais atingidos, mas, dessa vez, bairros da Zona Sul foram afetados, como partes da Gávea e de Botafogo, assim como zonas dos subúrbios.

Já não tão surpreendente e inédito assim é saber que, no tocante ao impacto da inundação, entre localidades alagadas, prejuízos e perdas de vidas, bem como problemas com a infraestrutura urbana, os mais atingidos foram os pobres. As regiões da urbe com maior número de moradias populares tiveram registros de destruição parcial ou total de edificações.

Nas imagens da enchente de 1906, a zona norte e o centro o cenário era de destruição e de pessoas sendo levadas pelas águas, muitas delas não conseguindo se salvar. Muitos desabrigados na Tijuca, São Cristóvão, Benfica e Vila Isabel eram obrigados a buscar socorro em delegacias, escolas, abrigos e quartéis do corpo de bombeiros, principalmente, pela possibilidade de terem suas casas derrubadas pela enchente ou pelo desmoronamento de morros.

Imagens comuns que veremos nas páginas ilustradas, sobretudo nas charges, eram pessoas em cima de telhados

ou penduradas em lugares altos. Isso porque, realmente, famílias tiveram de passar a noite em cima de telhados ou outros pontos altos, para evitar as águas que, dentro das casas, já ultrapassaram o metro de altura.

Por meio dos jornais, soube-se que, em diversos pontos, também foram ouvidos tiros de armas de fogo, disparados como derradeiro recurso por pessoas que, encurraladas pelas águas, tentavam chamar atenção de autoridades que as pudessem salvar.⁴⁷ Devido ao caos urbano provocado pela enxurrada e ao transbordamento dos rios, foi difícil realizar salvamentos em diversas localidades. A circulação urbana foi impedida nas áreas mais atingidas, mesmo para os carros de tração animal. Em Santa Teresa, somado aos complexos transtornos urbanos, como deslizamentos nos morros, foram registrados assaltos às residências. Tais deslizamentos também foram noticiados nos morros de Santo Antônio e na Gamboa.⁴⁸

Se o serviço de salvamento encontrava grandes dificuldades em vencer a enxurrada, a situação não era diferente para outros serviços relacionados à locomoção pela cidade. O caos no sistema de transporte fez a cidade literalmente parar, e, em alguns pontos, parar por dias. Primeiramente, foram os pontos baixos, que tiveram suas ruas tomadas por águas lamacentas, atrapalhando o livre trânsito entre o centro e as diversas zonas urbanas e suburbanas. Os transtornos e as dificuldades ocasionadas pelo alagamento dos pontos baixos eram, no entanto, já velhos conhecidos da população carioca. A novidade da inundação de 1906 foi a necessidade de completa suspensão dos serviços por um espaço de tempo bastante excedente ao da chuva.⁴⁹ Bondes e trens tiveram suas vias tomadas por água, areia e lama. O tráfego de bondes foi suspenso na tarde do dia 16, e, no dia 18, ainda havia relatos de linhas que seriam restabelecidas naquele dia e de outras que ainda não tinham previsão de restabelecimento. Nas vias-férreas como as da Central

do Brasil, por exemplo, o tráfego de trens ficou suspenso das oito horas da noite do dia 16 até quase sete horas da manhã do dia 17.

Por toda a cidade, conforme relatam o *Correio da Manhã*, *O Paiz* e o *Jornal do Brasil*, houve bondes descarriados ou impedidos de avançar, em razão do estado da via ou do nível das águas, condenando seus passageiros a uma longa noite de espera, principalmente porque, às primeiras horas da noite, praticamente todas as companhias de bondes já tinham ordenado a suspensão dos seus serviços.

Os usuários dos trens suburbanos não tiveram melhor sorte: as águas invadiram o leito das ferrovias, passando da altura de dois metros em alguns trechos da linha central. As águas avariaram algumas máquinas e impediram o tráfego de trens, que ficou totalmente paralisado a partir das oito horas da noite do dia 16, compelindo as pessoas a aglomerarem-se nas estações e nelas pernoitar esperando transporte para os locais de moradia.

O tráfego só foi restabelecido às sete horas da manhã do dia 17 e com horários irregulares, sem abranger todas as estações. O *Correio da Manhã* destacou, ainda, que, segundo velhos funcionários, era fato inédito a suspensão da circulação de trens por um espaço tão longo de tempo.⁵⁰

Mas as águas não trouxeram transtornos apenas para quem precisava se locomover pela cidade. Dentro das casas, além dos problemas acarretados pela invasão das águas, que levavam móveis, derrubavam paredes e obrigaram muitas famílias a passarem a noite em claro, muitas localidades passaram a noite e a madrugada do dia 16 para o dia 17 sem luz. Esse não era, no entanto, um problema inédito na cidade, tampouco ficou restrito aos momentos de chuva, vindo a atingir toda a cidade no dia seguinte, em razão de complicações na produção do gás.

Localizado na Praça Onze de Junho, o gasômetro esteve em diversas ocasiões ameaçado pelas inundações na área central

do Rio de Janeiro, em virtude da proximidade com o problemático Canal do Mangue. Naquele ano de 1906, segundo informações do *Jornal do Brasil*, o fornecimento de gás para iluminação já havia sido ameaçado por uma inundação, em que as águas quase chegaram às máquinas do gasômetro; mas no dia 16 de março, com uma inundação de proporções muito maiores, a produção de gás teve de ser, pela primeira vez, interrompida por causa das chuvas. Às dez horas da noite, as águas começaram a invadir a fábrica e, devido às experiências anteriores, o inspetor geral da iluminação pública da cidade, dr. Theophilo de Almeida, achou por bem mandar apagar os fogos das fornalhas. A providência mostrou-se muito propícia, visto que, às três horas da madrugada, toda a fábrica encontrava-se efetivamente inundada⁵¹. Durante mais de dois dias, a iluminação foi interrompida, pois as águas invadiram os encanamentos do gás que, nessa época, era usado para iluminação pública e para quase todos os serviços aos particulares.

O corte na produção de gás evitou danos irreparáveis para as máquinas da Light and Power Company, concessionária do serviço, mas significou dois dias sem luz em quase todo o Rio de Janeiro. Apenas na noite do dia 18, o serviço foi normalizado, permanecendo ainda várias localidades às escuras, principalmente nos bairros dos subúrbios.⁵² Além da falta de luz, a cidade ainda teve problemas com a falta de abastecimento de água, visto que o encanamento geral da cidade arrebentou com a impetuosidade da enxurrada.⁵³ Onde estaria a “Paris tropical” nesta hora? Onde estaria a cidade vitrine da República? O Rio de Janeiro submerso pelas águas enlameadas da inundação daquele tenebroso verão de 1906 se distanciava do projeto de seus administradores.

Certamente, as inundações da cidade, gerando a paralisação momentânea da mesma, o alagamento do seu centro econômico, comercial e financeiro, a suspensão de serviços públicos como iluminação e transportes públicos, propiciando a proliferação de doenças etc., não

faziam parte da modernidade a que objetivavam os remodeladores. Entretanto, esse é um problema que não só persistiu em assolar a cidade, mas, como mostraria a chuva de março de 1906, agravou-se, atingindo novas áreas urbanas e novos níveis de prejuízos e problemas causados à cidade.

A inundação de 1906 é, nesse sentido, emblemática. Naquele que era o último ano da administração Pereira Passos, grande parte das obras da reforma urbana já estava concluída e a cidade encontrava-se em ilibado estado de novidade. Com a abertura de novas avenidas, o alargamento de diversas ruas, a modernização do porto, as lindas construções arquitetônicas e as magníficas obras de embelezamento, ela parecia finalmente se livrar, aos poucos, da velha, atrasada, suja e pestilenta herança colonial, cujos vícios e problemas tanto mal causavam à imagem do Brasil. Não se esperava, porém (a não ser, talvez, nas palavras de um ou outro crítico mais ferrenho), que em tão

pouco tempo os ares de cidade civilizada desapareceriam com uma inundação de proporções nunca vistas anteriormente, e que deixou a cidade em verdadeiro estado de caos.

Imediatamente, cobranças e críticas foram feitas ao Estado,

lembranças de que as obras da remodelação não contemplaram os verdadeiros problemas da cidade, assim como afirmações sobre a inoperância da administração pública. Todas as reações parecem apontar para a percepção de que a inundação, mais do que um fato ocasionado pela natureza,

era um fato ocasionado pela omissão do Estado e pela baixa qualidade técnica empregada em suas obras. E isso é o que melhor poderemos retirar das representações feitas pelos desenhistas das revistas ilustradas em suas caricatas críticas aos políticos da Primeira República.

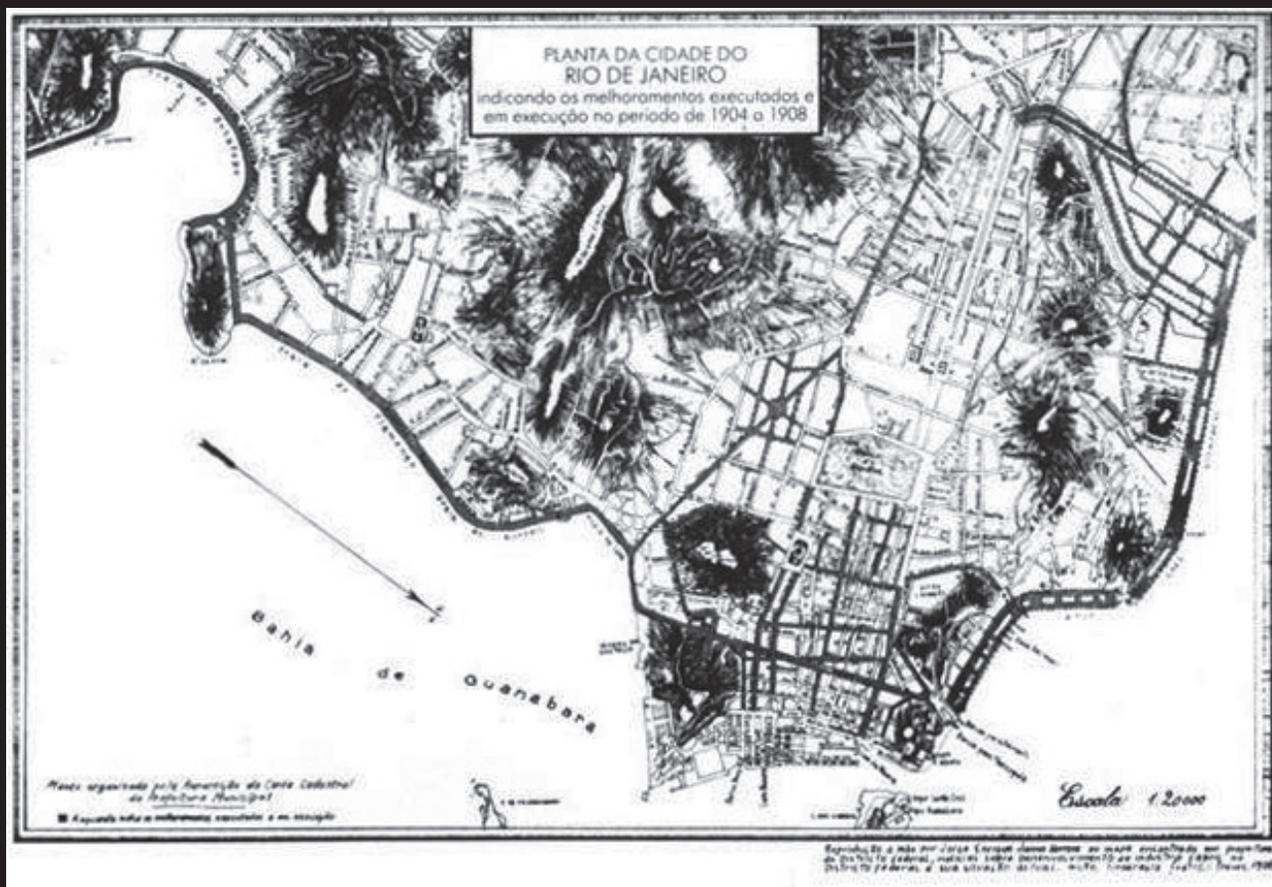


Figura 2 - Mapa do Rio de Janeiro depois das Reformas Urbanas

A PARIS TROPICAL ENCHE, MAS A PARIS VERDADEIRA TAMBÉM!

O Rio de Janeiro não foi a única cidade a ser atingida pelos fortes temporais, os quais levaram a três grandes inundações na primeira década do século XX. Também o modelo de civilização e cosmopolitismo de nossos governantes e da elite cultural carioca, Paris, sucumbiu com uma grande inundação terrível, que causou muita destruição e morte.

No verão de 1909, Paris enfrentara uma estação diferente das usuais, especialmente permeada por fortes tempestades e, logo no inverno seguinte, a cidade seria castigada por chuvas fortes e intensas nevascas, as quais contribuíram para que o rio Sena elevasse seu nível até transbordar.

As terríveis tempestades tiveram início no dia 18 de janeiro de 1910, provocando o transbordamento do Sena e seus afluentes e inundando toda a cidade de Paris, onde o nível

do rio subiu 8,50m, segundo noticiado nos jornais da época.

A água invadiu toda a rede de esgotos e túneis dos metrô, alguns ainda em construção, particularmente o trecho da linha norte-sul, e correu num antigo braço abaixo do Sena, que remonta à Gare Saint-Lázare. Lá, mesmo longe do Sena, um verdadeiro lago foi formado pelas águas pluviais. Também as estações ao longo da linha Orsay e Invalides ficaram completamente inundadas. As águas chegaram mesmo a submergir uma das locomotivas e seus carros na Estação D'Orsay.

A inundação de 1910 seria a pior do século, tendo sido considerada a segunda maior da história da cidade, depois da de 1658, que atingiu 8,81m. A infraestrutura da “Cidade Luz” não só foi inundada como também mergulhou nas trevas e paralisou. Eletricidade, água, coleta de lixo, tudo foi atingido. O transporte foi interrompido”.⁵⁴

Em todas as partes da cidade, o cenário era de caos urbano.

Barcaças e barcos ficaram presos entre as duas pontes por mais de um mês. Enquanto isso a propagação da água ao longo de doze “arrondissement”, fazia Paris parecer Veneza. Calçadas esburacadas... O solo, literalmente, desabou, como o Boulevard Haussmann e Rue Saint Honoré, o Boulevard Saint-Germain se tornou um canal, a Gare de Lyon e o Boulevard Diderot completamente cobertos pela água⁵⁵.

Somente após o dia 28 de janeiro, o volume da água começou a baixar, mas a mobilização dos agentes públicos teve de continuar por vários dias, pois era necessário bombear as águas represadas de volta para o Sena e tomar uma série de medidas necessárias para combater e evitar os riscos de contaminação. A memória coletiva parisiense ainda não esquecera a última epidemia de cólera de 1886. Nesse contexto de saúde pública, foram distribuídos desinfetantes e anunciavam-se produtos para limpar a água, pois o sistema de abastecimento estava contaminado. Ao longo de meses, a população da capital ficou lavando paredes das casas



Figura 3 - Mapa com as áreas atingidas

Fonte: TRAVELANDTRIPS.

até se livrar da lama. Centenas de caves e de porões comerciais foram inundados e muitas ruas tiveram o calçamento refeito. Monumentos e edifícios públicos foram afetados, como a Capela Santa da Escola de Belas Artes

e o Instituto de França. O total de desabrigados era cerca de 200 mil e apenas uma morte — um jovem estava em um barco que foi levado pelas águas. A inundação em Paris e arredores causou um prejuízo estimado de € 1,6

bilhão, segundo valores de 2013.⁵⁶

E no Rio de Janeiro?

Já no caso carioca, as enchentes tendem a repetir o mesmo *modus operandi*, alagando os mesmos locais de sempre, fazendo sua destruição

em outros tantos bairros, derubando casas e demais construções nas encostas dos morros, nas proximidades dos rios, nos espaços onde antes havia manguezais ou rios corriam soltos. As enchentes de 1908 e 1909 ocorreram durante o governo do engenheiro Francisco Marcelino de Sousa Aguiar, que fora nomeado pelo presidente Afonso Pena (1906-1909).

Da mesma forma que outros prefeitos, Sousa Aguiar enfrentou “problemas administrativos e financeiros, especialmente dívidas, obras inacabadas, salários atrasados, compromissos vencidos e contas a pagar até o fim do ano de 1906, além dos compromissos contratados para 1907”⁵⁷. Claramente, a situação foi herdada da gestão anterior, mas, ao cabo de algum tempo, a arrecadação e o patrimônio municipal cresceram consideravelmente. Algumas medidas tomadas devem ser destacadas, como a proibição do corte e a derrubada das árvores da mata, por meio do Decreto nº 1.134,

de 11 de julho de 1908. Tal ação teria sido essencial para o controle de enchentes, mas, aparentemente, não foi tão respeitada ao longo da história carioca. Obras de pavimentação de dezenas de ruas foi aspecto importante desse governo e contribuiu para reduzir o impacto das chuvas.

Durante sua gestão, houve estímulo ao crescimento da cidade na direção da zona Sul, com isenção de taxas de licença para quem construísse em Copacabana, Leme, Ipanema e Leblon. A avenida Atlântica foi concluída em 5 de outubro de 1908. Foi inaugurado o Mercado Municipal, localizado na região da Praça XV, em 1907, também deu continuidade ao Pavilhão Mourisco de Manguinhos, concluiu as obras do Museu Nacional de Belas Artes, em 1908, e, no ano seguinte, do Theatro Municipal. Ainda em 1908, o Rio de Janeiro sediou a Exposição Nacional de 1908, na Urca, voltada para a celebração do Centenário da Abertura dos Portos. O evento serviu de

vitrine da “nova” capital federal, com faceta saneada e urbanizada nos governos de Pereira Passos e Sousa Aguiar.

Como as histórias de cada ano apresentam alguns aspectos singulares, menciona-se, brevemente, uma dessas enchentes, a de 1910, embora o próximo item dedique-se mais longamente à descrição e à análise das inundações de verão de 1911 e 1916.

O presidente da República Nilo Peçanha (1909-1910) nomeou o militar Serzedelo Correia como prefeito do Rio. Em cerca de quinze meses de governo, o então prefeito continuou obras dos governos anteriores, urbanizou ruas de São Cristóvão, Méier e Tijuca, onde reformou a praça Saenz Peña. Durante sua gestão, ocorreu a chuva do dia 11 de fevereiro de 1910, sobre a qual os jornais estamparam as manchetes “O temporal”, “Inundação”, “Paralisação do tráfego dos bondes” e “Invasão das águas” por toda a cidade. Era mais uma inundação que começava no verão

carioca: “A tarde, começou a formar o temporal, que não parecia ser tão grande, e que desabou ao cair da noite, formidável, chovendo torrencialmente durante quatro horas, sem parar”⁵⁸.

E, mais uma vez, os trechos já conhecidos de certas ruas, que sempre enchiam, voltaram a encher como de costume: “os bondes, ainda assim, trafegavam, embora com irregularidade. Mais tarde, porém, esses mesmos trechos passavam dos limites, e as águas, em grossas e fortes enxurradas, invadiam extensões enormes de ruas”⁵⁹.

O periódico destacava a paralisação dos bondes da Light.

A inundação foi completa, em ruas inteiras, e assim, o tráfego dos comboios elétricos da Light ficou interrompido também completamente, em todas as linhas da praça Onze de Junho para cima.

Depois das 9 horas da noite, na impossibilidade de transpor o largo do Matadouro, que já é chamado de lago do Matadouro, os bondes das linhas que por ali passam, entraram pela

rua Machado Coelho, a ver se conseguiam subir pela rua Haddock Lobo, via Andaraí, mas tiveram que estacionar naquelas ruas,   beira dos grandes lagos formados nos baixios⁶⁰.

A Praça da Bandeira, ainda chamada de Largo do Matadouro pela *Gazeta de Notícias*, era sempre invadida pelas águas, como ainda hoje é, por isso, a popula o já fazia piada com a situa o, chamando-a de “lago”, posto que a região se transformava em um verdadeiro lago, impedindo o tráfego de bondes e, mesmo a p , era perigoso trafegar por ali, tendo em vista a possibilidade de desaparecer no meio da água turva, sem falar nos riscos de doenças.

Na rua Machado Coelho, formava-se uma extensa linha de bondes. Na rua Haddock Lobo, também, vendo-se ali parados bondes das linhas de Vila Isabel, Andaraí, Engenho de Dentro, etc. Na Fábrica das Chitas também os bondes estacionavam no largo da Fábrica, esquina da rua Desembargador Izidro⁶¹.

Toda a região da Tijuca fora atingida e, como narrou a

reportagem, a água atrapalhava o transporte urbano e o ir e vir de seus cidadãos.

Na Usina, na Tijuca, os bondes não desciam. Em outros muitos pontos, enfim, os bondes elétricos formavam linhas refletindo as suas luzes nas águas vermelhas dos lagos, oferecendo bizarros aspectos. Aqui era como uma ilha, ali era como um desses transatlânticos, carregados de passageiros, debruçados no tombadilho, curiosos, observando o movimento do porto. Desesperados a seguir viagem, muitos passageiros estiraram-se nos bancos a dormir sossegadamente, como se estivessem numa “cabine” do Cap Blanco⁶².

Esse foi o modo como o jornal descreveu aqueles cidadãos que permaneciam presos, nos bondes, tentando chegar em casa. Ainda falando da Tijuca e seus arredores, uma das regiões, sem d vidas, mais atingidas, o periódico traz o seguinte.

No largo da Segunda Feira, as águas invadiram quase todas as casas comerciais, causando danos. Na rua Haddock Lobo, esquina da Aristides Lobo, também. O mesmo sucedeu na Avenida Salvador de S .

No Largo do Matadouro, na rua Mariz e Barros, na Rua do Mattoso, as águas subiram a grande altura, e invadiram não só as casas comerciais como as de família⁶³.

Vemos aqui o quanto a inundação prejudicava o comércio da cidade e daquela zona urbana, mas também fazia estragos nas casas e nos automóveis, nos meios de transporte em geral.

Foi grande o movimento de carros e tilburys durante toda a noite. Os automóveis, pelo mesmo motivo que os bondes, não puderam funcionar, não atravessando os lagos, para não exporem os seus motores. Do alto da Tijuca, desceu o bonde 321, às 8 1/2 da noite, isso devido à correnteza das águas, à violência das enxurradas sobre as linhas e, ainda, à queda de árvores e corridas de pedras, tudo isso interceptando a passagem dos carros⁶⁴.

Alguns funcionários do governo federal, durante as atividades do trabalho, ficaram presos na Usina, região da Tijuca. Nos bares do Centro, muita gente permaneceu até

de madrugada, mas o que chamou atenção foi a recorrência da tragédia nos mesmos pontos da cidade. Eram sempre os mesmos lugares atingidos durante os fortes temporais pela enchente.

Como sempre, as enxurradas do morro de Santo Antônio, trouxeram para a rua Treze de Maio, Largo da Carioca e adjacências, um enorme lençol de lama vermelha, que foi causa de não pequeno número de tombos de incautos transeuntes apressados⁶⁵.

A reportagem fazia menção, ainda, aos automóveis que permaneciam estacionados por causa da enchente, junto dos lagos criados pela água e pelo transbordamento dos pequenos rios: “diversos automóveis, com os seus faróis acesos, como monstros, surpreendidos pelas águas”⁶⁶. Essa é a imagem que surge nas páginas do noticiário.

Para concluir a matéria daquele dia fatídico, a *Gazeta de Notícias* ainda dá outras notas, contando como, na rua Vinte e Quatro de Maio, por exemplo, entre as ruas Diamantina

e Carolina, a água havia arreventado um bueiro, impedindo, imediatamente, qualquer comunicação, o que impossibilitava o tráfego dos bondes. E a mesma coisa teria acontecido em outros locais, como na Rua Bom Retiro, esquina com a Rua D. Romana. Também a zona sul era atingida com as chuvas daquele verão de 1910, e a reportagem noticia, ainda, as inundações no Jardim Botânico e em Botafogo.

Os bondes da Companhia Jardim Botânico, exceção apenas dos de Águas Férreas, interromperam o tráfego durante a noite, até 1 hora da madrugada. As inundações por todo Botafogo foram grandes. As ruas Humaitá, Voluntários da Pátria e outras ficaram completamente cobertas d’água⁶⁷.

Isso era somente mais um dia em mais uma inundação que acontecia em mais um verão de calor escaldante no Rio de Janeiro.

Desde novembro de 1910, a cidade do Rio era governada pelo militar Bento Ribeiro, nomeado pelo presidente

Hermes da Fonseca (1910-1914). Além de continuar obras de outras gestões, priorizou a conservação, a pavimentação e o melhoramento de logradouros públicos. Realizou obras de sustentação e contra inundações, a partir de canalizações de rios, construção de galerias de águas pluviais e de bueiros. Em março de 1913, a ressaca causou sérios prejuízos à cidade, especialmente na avenida Beira-Mar, no Flamengo, na praia de Botafogo e nas margens da avenida Pasteur, e a gestão municipal buscou reparar logo os danos em regiões tão valorizadas da capital federal.⁶⁸ Cabe ainda ressaltar que o prefeito Bento Ribeiro cumpriu todo o mandato, permanecendo até novembro de 1914.

AS ÁGUAS DE MARÇO FECHANDO O VERÃO DE 1911, 1916 E 1918

As chuvaradas de verão, quase todos os anos, causam no nosso Rio de Janeiro, inundações desastrosas. De há muito que a nossa engenharia municipal se devia ter compenetrado do dever de evitar tais acidentes urbanos.

Uma arte tão ousada e quase tão perfeita, como é a engenharia, não deve julgar irresolvível tão simples problema. O Rio de Janeiro, da Avenida, dos squares, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral. Como está acontecendo atualmente, ele é função da chuva. Uma vergonha! Não sei nada de engenharia, mas, pelo que me dizem os entendidos, o problema não é tão difícil de resolver como parece fazerem constar os engenheiros municipais, procrastinando a solução da questão. O prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descuroou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio. Infelizmente (...) nos preocupamos muito com os aspectos externos, com fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social⁶⁹.

Lima Barreto estava certo. As reformas urbanas de Pereira Passos não tinham se preocupado com as consequências ambientais de tantos aterros, tantas novas avenidas e tantas novas construções que dificultavam ainda mais o escoamento da água das chuvas e sua chegada

ao mar. Destruindo tantos manguezais e cobrindo-os de novas construções, o prefeito, o Ministro da Viação e o presidente Rodrigues Alves tinham, sim, contribuído para a piora dos resultados das fortes chuvas tropicais. Mas as inundações não pareciam ser uma grande preocupação nos rumos do urbanismo carioca naquele momento, e o próprio prefeito, em entrevista dada poucos anos depois, em plena enchente de 1911, confessava ter sido preocupação secundária resolver o problema das inundações na cidade e a principal causa por ele apontada – pasmem – era, simplesmente, a falta de limpeza de alguns bueiros, que entupiam com as folhas que caíam das árvores, por ser o Rio de Janeiro muito arborizado na época.

A entrevista que analisamos a seguir discorre sobre vários aspectos pertinentes às hipóteses de nosso trabalho, como poderá ser visto. Antes, porém, falemos um pouco sobre o que aconteceu na inundação que, como poderá ser facilmente percebido, não

foi muito diferente das outras enchentes acima relatadas, com pouca ou nenhuma singularidade em sua destruição.

A ENCHENTE DE 1911 E A INTERPRETAÇÃO DO EX-PREFEITO PEREIRA PASSOS

Em 14 de fevereiro de 1911, a *Gazeta de Notícias* publicou grande reportagem sobre o temporal que, ocorrido no dia anterior, teria causado muitos estragos materiais, deixando, mais uma vez, a cidade inundada e, por consequência, o tráfego interrompido e com vários danos no mar.

A cidade foi afinal varrida ontem pelo temporal longamente prenunciado e profetizado por toda a gente. (...) Desde os pingos de chuva da noite de sábado, cousas anormais se passavam pela atmosfera, com a lua elegantemente envolvida numa “echarpe” de seda creme e com umas mudanças bruscas de temperatura trazidas por ventos misteriosos⁷⁰.

O jornal vai poeticamente revelando os momentos que

antecederam as chuvas que, de fracas, começaram a cair mais fortemente, provocando correrias e confusão no centro da cidade.

Durante o dia de ontem, ninguém previu para a tarde a grande carga d’água, que às 4 horas pairou ameaçadoramente sobre as nossas cabeças. Escurecendo os ares como à boca da noite, e caindo logo, mais branda primeiro. E depois fartamente, vergastada por uma ventania violenta e desordenada, sob surdos rumores celestes.

A matéria dá detalhes de quanto tempo a chuva caiu e de que forma.

A tempestade durou quase duas horas, continuando, porém, a chuva miúda, até cerca de 8 horas da noite. Previa-se para o avançar da noite a queda de mais água, para abrandar a temperatura relativamente alta e limpar o céu enegrecido por grossos volumes de nuvens⁷¹.

E a confusão do centro, o corre-corre também foi bem relatado, sendo que na narrativa, destacou-se o perigo da queda de postes da Light, que poderia causar morte nos

transeuntes, principalmente os incultos, que poderiam não saber a possibilidade de morrer eletrocutado.

Imagina-se facilmente o que houve de confusão pelo centro da cidade com a queda súbita do grande temporal: houve correrias, pelas ruas, assalto a bondes, gente, principalmente senhora, retida nas lojas, que em sua maioria cerraram as portas evitando a invasão das águas pela forte ventania, e as interrupções de tráfego na Light, as enchentes fatais de logradouros públicos, atraso nos subúrbios, notícias alarmantes do mar... e tudo mais que a nossa reportagem colheu e que será registrado em seguida⁷².

Então, vejamos os principais estragos causados pela inundação daquele ano. Inicialmente, chamou atenção a queda dos postes da Light e a falta de condução.

A Light sempre que chove e seus carros ficam reduzidos a estafermos desculpa-se com as enchentes. Ontem, porém, os postes da Light deram para cair, num perigo terrível para esta incauta população. Foram por terra três postes na rua Visconde de Itaúna, três na rua Se-

nador Euzébio, dois na rua Formosa e outros de que daremos notícia mais adiante. Escusado dizer que devido a isso esteve longamente interrompido o tráfego das linhas dependentes dessas ruas, algumas das quais foram mais tarde restabelecidas, fazendo longos rodeios⁷³.

Também o periódico noticiou a quantidade de ruas e praças alagadas, sobretudo nos arredores da Praça da Bandeira, da Tijuca e região, mas também no Centro, várias ruas ficaram intransitáveis, atrapalhando as diversas atividades comuns do comércio àquela região.

Com o temporal de ontem foram inundadas: diversos trechos das ruas Riachuelo, Inválidos, Haddock Lobo, Mariz e Barros, Avenida Gomes Freire, da praça da República, da rua Treze de Maio, Vinte e Quatro de Maio, Avenida Central, do lado par, entre as ruas S. José e Sete de Setembro, praça do Alto da Boa Vista, Praia Formosa, etc., etc. (...) Em quase todos esses lugares compareceu o pessoal da Limpeza Pública, cujo superintendente, o Sr. Major Souza e Silva foi incansável em providências⁷⁴.

Aqui, é interessante notar como há uma ajuda com a limpeza por parte das autoridades logo após a queda das chuvas. Por outro lado, a chuva continuou e a edição da *Gazeta de Notícias* do dia 24 de março, mais de um mês depois, publicou outras matérias relevantes para obtermos informações sobre o cotidiano das enchentes e todos os danos e mortes causados nesses momentos de crise urbana. Várias manchetes chamam nossa atenção para os fatos: “A enchente continua”; “Horrrível desabamento”; “Uma família sob os escombros”.

Mais um dia e uma noite de chuva incessante tivemos ontem. A cidade continuou a sentir os efeitos e as consequências deploráveis de uma inundação completa. (...) Cessou o vento tão necessário e as nuvens imóveis descarregaram, mas descarregaram a água. (...) As ruas que se tinham esvaziado retomavam o aspecto de verdadeiros rios, caudalosos, impedindo todo e qualquer trânsito, ainda mesmo os munidos de rodas altas⁷⁵.

O jornal ainda nos conta que as inúmeras famílias expulsas

de casa pela invasão das águas “aquela hora, acariciavam a esperança de se retirarem dos lugares onde se achavam refugiadas, viram-se inibidas de o fazerem por terem as águas se avolumado novamente”⁷⁶.

Depois dessa violenta carga, com a lama tomando a sua cor barrenta, o primeiro bonde parou, no Largo do Matadouro. Para variar, lá estava ela, a Praça da Bandeira, cheia, como ficaria todos os anos.

Eram quase 6 horas da manhã, quando foi comunicada a interrupção do tráfego à companhia. Novos bondes tentaram fazer a travessia mas nenhum deles conseguia passar, retrocedendo do caminho para não ficarem encahlados. E todas as ruas retomaram o aspecto triste e desolado da véspera. De novo as famílias trepadas as janelas esperavam pelos socorros que lhes podiam prestar os caminhões do Corpo de Bombeiros, da Limpeza Pública e da própria Light. Era de novo a terrível enchente que tinha retomado o seu aspecto e se alastrava por todas as ruas, todas as ruas que mais sofrem as suas terríveis consequências⁷⁷.

O MALHO A INUNDAÇÃO NO RIO DE JANEIRO



Nos dias das grandes chuvas : o ponto mais alto do antigo largo do Matadouro, hoje pomposamente denominada praça da Bandeira. Grupo de carregadores «damnados da vida» por não poderem continuar a oferecer passagem aos transeuntes, visto como um pouco mais adiante a água lhes dava pela barba, isto é, pelos queixos...

Entretanto, o kiosque ia liquidando os nickeis da freguezia a troco de paraty e canecas de café com cadetes fardados (pão com manteiga)...

Figura 4 - Revista O Malho, nº 446

Fonte: Coleção Plínio Doyle.
Acervo da Casa de Rui Barbosa.

Na foto, vê-se carregadores reunidos num quiosque na atual Praça da Bandeira, antigo Largo do Matadouro, aguardando a água baixar. A própria

existência de carregadores (atravessam as ruas com pessoas para que não se molhem) é indicador da relação da população

com as inundações. A legenda informou que até mesmo estes não podiam trabalhar, visto que, em alguns pontos, a água lhes alcançava o pescoço.

Diante da calamidade das chuvas no referido ano, a capital federal ficou paralisada mais de 24 horas e, com certeza, a inundação de 1911 foi uma das maiores da Primeira República (1889-1930). A situação suscitou o debate na imprensa da época, que realizou matérias, e a *Gazeta de Notícias* fez uma série de entrevistas com técnicos e autoridades, objetivando “conhecer as causas e procurar os meios de resolver esse problema, pois é um flagelo carioca, que tende a eternizar-se”⁷⁸.

Talvez, o momento mais rico e com inúmeras possibilidades de análise seja justamente aquele em que a equipe da *Gazeta de Notícias*, em 1911, vai até a casa do político Pereira Passos para uma entrevista sobre o excesso de água das chuvas, procurando uma resposta plausível por parte do idealizador do Botafabaixo, que deveria explicar ao periódico: “como evitar as enchentes”?

Durante o Segundo Reinado (1840-1889), por ser

descendente da elite imperial, Pereira Passos, pouco depois de formado engenheiro civil na Escola Militar, ingressou na carreira diplomática e foi nomeado adido da embaixada brasileira em Paris. No período que residiu na capital francesa, estudou na *École de Ponts et Chaussées*, onde frequentou cursos de arquitetura, estudando sobre estradas de ferro, portos de mar, canais e melhoramentos de rios navegáveis. Participou “como engenheiro na construção da ferrovia entre Paris e Lyon, nas obras do porto de Marselha”⁷⁹.

Pereira Passos tinha formação acadêmica aprimorada nas disciplinas que estudou na Europa, experiência prática que adquiriu nas obras em várias cidades francesas e acompanhou uma das etapas da reforma do prefeito Georges Haussmann. Na década de 1880, “visitou fábricas, empresas de transporte, siderúrgicas e obras públicas na Bélgica e Holanda”.⁸⁰ Como destacou Jaime Benchimol “no programa de

governo apresentado em outubro de 1901 pelo candidato à Presidência da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, o saneamento do Rio de Janeiro era prioridade”⁸¹, ou seja, Pereira Passos, que foi prefeito da capital federal durante o governo de Rodrigues Alves, sabia que obras de saneamento, de drenagem e de contenção eram essenciais para conter enchentes que também assolavam Paris e outras cidades da Europa.

A entrevista, pela riqueza da fonte descoberta, mereceu nossa especial atenção, pois, como engenheiro, o ex-prefeito procurou explicar o que deveria ser feito para solucionar o problema da enchente e as soluções que não funcionariam, bem como assumiu que não teve essa preocupação quando estava à frente da administração da cidade.

Segundo o Dr. Francisco Pereira Passos...

Não cometeremos o pleonasmo de registrar o bom gosto e a lindeza da encantadora residência

do Dr. Francisco Pereira Passos. Nem podia ser outra a vivenda do reconstrutor da cidade mais bela da América do Sul.

Às 10 horas da manhã de ontem, no gabinete de estudo do ex-prefeito do Rio, esperávamo-lo com a natural emoção de quem vai falar ao Dr. Passos. Fora, na rua das Laranjeiras, o movimento dos bondes, das carruagens, a romaria das senhoras e senhoritas à missa dominical da Glória...⁸².

A equipe de reportagem descreveu aspectos em alguns parágrafos da casa de Pereira Passos. Também nota-se a expectativa dos jornalistas quanto à especificidade desta entrevista, pois, enquanto prefeito, o engenheiro depa-rou-se com situações de calamidade das chuvas, e seria a primeira vez que ele falaria sobre enchentes. Pelos contatos da produção do jornal, o próprio ex-prefeito já sabia que o tema principal da conversa seria: como evitar as enchentes? Afinal, “não precisamos de entrar em explicações, o que já havíamos feito

na véspera. Quando pedimos hora para uma *interview* com S. Ex. Dr. Passos, ele entrou logo no assunto”⁸³.

A causa geral das lamentáveis inundações do Rio é a insuficiência dos atuais ralos das ruas para escoamento das águas pluviais. Esses ralos devem ser substituídos e aumentados.

Para convencê-lo do que digo, basta lembrar um fato. Nos dias consecutivos de grandes chuvas, aqui no Rio, as grandes inundações somente se verificam nos primeiros dias. Por quê? O motivo é simples. As grandes chuvas, quando inundam a cidade, são acompanhadas e mesmo precedidas de grandes ventanias. A nessa cidade já é muito arborizada. De modo que as folhas das árvores, reunidas aos muitos detritos que a ventania vai arrancando na sua passagem, se apressam a entupir os pequenos ralos das ruas. E aí tem o senhor a razão por que as inundações são comuns e crescem em poucas horas de chuva. Mas apenas a Limpeza Pública desobstrui os ralos, embora continue a chuva por dias seguidos, não se repetem as inundações. Pelo menos, as novas águas não sobem com a violência do primeiro dia⁸⁴.

O ex-prefeito justificou a ocorrência das enchentes pela falta de adequada rede de bueiros nas ruas que suportasse o fluxo de águas pluviais. Segundo Pereira Passos, o fato de a cidade ser muito arborizada fazia com que os bueiros ficassem entupidos e, por isso, as águas não escoariam corretamente. De forma simplista, para analisar um dos aspectos dos problemas decorrentes das enchentes, que seria a inundação de vias públicas, ele ainda argumenta que bastaria que os bueiros fossem desobstruídos pelas equipes de Limpeza Pública, que aumentassem a quantidade de ralos e fossem substituídos por novos modelos que o problema estaria resolvido.

Como lhe disse, esses ralos atuais das ruas precisam ser substituídos por outros ralos abertos, colocados debaixo do meio-fio. Além disso, é preciso aumentar o número dos ralos. A quantidade atual é também insuficiente. E, assim, dei-lhe a causa geral das inundações e lembrei o remédio, a meu ver.

Se a nossa canalização de esgotos é suficiente ou não – não quero entrar no exame dessa

questão. Suponho que o é, porque dá vazão às águas quando a Limpeza Pública desobstrui os ralos⁸⁵.

A prática de simplificar os vários problemas resultantes das fortes chuvas, sugerir soluções simples para uma calamidade urbana que atravessa a história do Rio de Janeiro desde o período colonial e ainda terceirizar a responsabilidade para um órgão do poder público foi, e é, prática recorrente entre os administradores da então capital federal.

Considerando que uma das preocupações principais do administrador Pereira Passos era transformar o Rio na capital federal da República e na metrópole do século XX, o ex-prefeito afirma que, quando administrou a cidade, não teve tempo para resolver o problema das enchentes. E aqui também apontou para, no caso específico do bairro das Laranjeiras, o que acontecia e o que deveria ser feito para resolver outra “causa” da inundação.

Quando estive na Prefeitura, não tive tempo de ocupar-me detidamente do assunto, nem de o resolver. Continuei, porém, e pude concluir o serviço parcial que estava reclamando o bairro das Laranjeiras por uma galeria fechada, que se fosse lançar no Flamengo. Foi mais que uma experiência esse serviço, que teve completo êxito. Nas grandes inundações, por exemplo, em frente à minha casa, a água subia dois metros acima do nível da rua. Em 1886, morreu um homem afogado. Com a galeria fechada, as águas nunca subiram mais de uma polegada acima daquele nível⁸⁶.

Se, para o engenheiro Passos, uma solução para os alagamentos do bairro das Laranjeiras e imediações era a construção de galerias fechadas, tal obra beneficiou uma parte da zona sul carioca, região que, ao longo dos anos, concentrou as principais melhorias urbanísticas e de infraestrutura durante todas as gestões dos prefeitos do Rio de Janeiro. Ainda acerca das Laranjeiras, leia:

Não lhe expliquei a necessidade da substituição do leito do rio pela galeria fechada. Era outro grave motivo das inundações. Aquele

rio era atravessado por uma série de encanamentos de água, esgoto, gás etc. Esses canos, que já obstruíam parcialmente as águas, ligados aos galhos de árvores e outros detritos, formavam verdadeiras represas. E assim, a inundação do bairro das Laranjeiras era inevitável. A galeria fechada, passando por baixo de todos os encanamentos, evitou tudo. As águas do rio e as que caem nelas, correm livres de qualquer obstrução, livres daquelas represas⁸⁷.

A partir da percepção de Pereira Passos, confirmou-se que as redes de água e de esgoto, entre outras, usavam os rios como “caminho” dentro da estrutura urbana. Os rios e seus afluentes disputavam o curso fluvial com essa malha urbana, e, nos dias de chuva, a vazante de água se juntava aos elementos naturais (galhos, folhas, partes de plantas) com os muitos tipos de lixo. As colocações indevidas das tubulações e seus efeitos nos trajetos dos rios também foram, e são, problemas recorrentes ao debruçar sobre a história das enchentes, não apenas na cidade do Rio como em outras cidades do Brasil.

Seguindo a leitura da entrevista de Pereira Passos, há uma importante questão a ser problematizada sobre a relação entre a administração da prefeitura e o papel da engenharia, especialmente na prática da retificação/reordenamento dos rios com a construção de galerias.

O mesmo que fiz com o rio Laranjeiras, quis fazer com o rio Banana Podre, da rua Voluntários da Pátria. Iniciei uma nova galeria fechada, substituindo o leito do rio. Não sei se continuaram e completaram esse serviço. O resultado seria o mesmo.

O caso antigo do rio Laranjeiras é o caso atual dos outros rios da cidade, como por exemplo, dos que descem da Tijuca para São Cristóvão, Andaraí, Rio Comprido, etc. O remédio é o mesmo: as galerias fechadas, por baixo de todos os encanamentos. Lá, entretanto, o problema é muito mais complexo, porque há terrenos muito baixos.

Seguindo a leitura da entrevista de Pereira Passos, há uma importante questão a ser problematizada sobre a relação entre a administração da

prefeitura e o papel da engenharia, especialmente na prática da retificação/reordenamento dos rios com os usos indevidos e as condições das galerias pluviais.

Todos esses rios têm uma série de represas formadas pelos canos de gás, esgotos, água, etc., atravessados no leito em que correm as águas. E com os canos, troncos de árvores, galhos, detritos, lama, um horror. O Rio é a única cidade do mundo em que se vê tal cousa: permitir-se a cada um desses serviços oficiais ou particulares que obstruam os rios da cidade, provocando assim as inundações. Que se arranje qualquer outro meio, mas atravessar assim um rio, nunca. É preciso que o governo regule energicamente esse estado de cousas. Entretanto os abusos não se contam. Basta dizer-lhe que os encanamentos não se limitaram a atravessar o leito dos rios: um cano de 60 centímetros, condutor de água potável ao morro da Viúva, cortou a galeria fechada do rio Laranjeiras no Flamengo! Acho desnecessária como obra de primeira necessidade a grande vala na orla das montanhas⁸⁸.

Os sistemas de esgoto e de abastecimento de água da cidade foram mal planejados, pouco alterados e sofriam com a

péssima manutenção. Segundo o ex-gestor urbano, tanto o poder público como as esferas privadas faziam uso indevido dos rios da cidade. As enxurradas contribuía para levar mais resíduos para os solos, e, mais uma vez, ao longo da entrevista, Pereira Passos delegou ao governo que trabalhasse para sanar problemas da cidade, afirmando, em seguida, que não tem mais a dizer.

As minhas opiniões não são de hoje que as defendo. Já as possuía, quando o Dr. Américo Rangel, diretor da Carta Cadastral, na Prefeitura, me apresentou um relatório onde confirmava com provas a causa geral que aponte, da insuficiência dos ralos: onde resumiu o caso dos canos que atravessam e obstruem os rios, represando-lhes as águas. Mande imprimir esse relatório. Não o distribuí, porém: era um libelo contra o desleixo dos poderes públicos, permitindo esse conflito entre encanamentos e leitos de rios, causadores das inundações de muitos bairros da cidade⁸⁹.

Pereira Passos, no entanto, voltava aos mesmos argumentos.

Há providências particulares, que eu poderia lembrar, mas em outra ocasião, com documentos. Lembro-me, porém, do ralo grande ali do Cosme Velho, que recebe as águas pluviais de todas aquelas alturas circunvizinhas. Qualquer chuva de algumas horas, agora, é inundação certa. Por que? Porque o ralo recebe galhos de árvores e outros detritos suficientes para a formação de uma represa logo no começo da chuva⁹⁰.

A equipe da *Gazeta de Notícias* ainda manteve conversa com Dr. Passos, destacando que este saiu horas depois, “preso ainda à conversa do eminente brasileiro. Cheio de provas bem frisantes de amor ao seu país e imenso carinho pela cidade que ele tornou sem rival na América do Sul”⁹¹.

AS ENTREVISTAS DA *GAZETA DE NOTÍCIAS*:

“COMO EVITAR AS INUNDAÇÕES?”

No dia seguinte após a entrevista com Pereira Passos, a *Gazeta de Notícias* publicou artigo na capa com a pergunta:

“Como evitar as inundações? Segundo o Dr. Miguel Calmon...”⁹². Engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e destacado homem público da Primeira República, recebeu a equipe do jornal em seu palacete, na rua São Clemente, em Botafogo, em um dia que chovia copiosamente na cidade. Diante da pergunta central trazida pelos repórteres, o experiente político se esquivou.

Fui ministro da Viação e Obras Públicas, e não diretor desse serviço de águas pluviais. E o fato de ter sido ministro não me dá bastante autoridade para pronunciar-me sobre o assunto. Posso declarar, contudo, que o problema das inundações do Rio preocupou muito o governo do Dr. Afonso Penna. Por ordem do saudoso presidente, determinei ao Dr. Sampaio Corrêa que estudasse o assunto⁹³.

Na continuação da entrevista, Calmon destacou que o serviço de abastecimento e as obras da Exposição de 1908 tomaram a atenção de Sampaio Corrêa, e ele não deu prosseguimento aos

estudos sobre o problema das enchentes. Contudo o mesmo Corrêa teria destacado que “a causa principal da imperfeição do serviço de escoamento das águas pluviais residia na falta de unidade da direção delle”. Segundo Calmon, “esse esgotamento estava na dependência da Inspetoria Geral de Obras Públicas, da City Improvements, da Prefeitura Municipal e de outras repartições públicas. Ainda seguindo sua linha de discurso, deveria ser realizado um plano conjunto e o completo levantamento da planta geral da rede de águas pluviais, “elementos indispensáveis para projectar as novas galerias etc. Deveria a isso seguir-se o estudo metódico de todas as causas das enchentes, para dar-se ao problema a solução mais conveniente”⁹⁴.

Em seguida, Calmon deu a entrevista por encerrada, mas a equipe da *Gazeta* não estava satisfeita, e perguntou acerca do “caso dos entupimentos, das obstruções dos canos e galerias. Esse é o

caso que mais nos prejudica atualmente, mais mesmo que a falta de altura suficiente de algumas ruas, para evitar as inundações”⁹⁵. Ao que o político alegou que “poderia haver um serviço urgente: turmas encarregadas da desobstrução daqueles escoadouros, sempre da Prefeitura. Essas turmas poderiam ficar designadas e, mediante aviso do serviço meteorológico, entrar em prontidão, agindo imediatamente”⁹⁶.

Os jornalistas questionaram sobre a ideia, então aventada à época, de construir uma vala pela orla das montanhas. A resposta de Calmon foi que “seria muito dispendiosa. E somente por si não resolveria o problema, que depende principalmente de uma rede geral de galerias de águas pluviais convenientemente projetada”⁹⁷.

A equipe também lembrou o plano Frontin para a zona do Mangue e São Cristóvão, que fez a canalização dos rios Trapicheiro e Joana, desde o

Jockey-Club até a igreja de São Cristóvão. “Esses rios descem e, com outros em baixo, vão para o Mangue, como se sabe”.

O trabalho feito pela comissão de obras do porto no Mangue parece ter provado bem, porque as inundações dali desapareceram. Portanto, estendendo-se a mesma medida, de acordo com o que propõe a “Gazeta” aos rios que ali desembocam é provável que muito melhore a situação daquelas zonas flageladas⁹⁸.

A obra mencionada na zona portuária foi a modernização do porto e a construção das avenidas Central e do Mangue, realizada no governo do prefeito Pereira Passos. A entrevista foi encerrada e os jornalistas voltaram para a redação ou para casa debaixo de intensa chuva que castigava a zona sul carioca. Entretanto, algumas dúvidas da equipe da *Gazeta* permaneceram, encerrando a matéria com a pergunta: “Como evitar as inundações?”

A *Gazeta* deu prosseguimento às entrevistas e,

depois de grande insistência, a equipe do jornal conseguiu entrevistar João Felipe, ex-prefeito da capital federal (1900-1901) e então diretor da Repartição de Águas, Esgotos e Obras Públicas, responsável pelos serviços de abastecimento e saneamento do Rio, vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. O encontro foi realizado na residência na rua Voluntários da Pátria, em Botafogo. Afastado do trabalho por motivo de saúde, o professor catedrático de Hidráulica na Politécnica alegou, inicialmente, que não tinha os documentos e as notas que poderia consultar. Contudo aceitou conversar com os jornalistas. Algumas considerações foram bastante importantes, pois revelou um estudo que estava sendo feito e identificou “que há muitos vales que somente poderão ser esgotados superficialmente, por meio de canais de cintura traçados ao longo de curvas de nível, convenientemente escolhidas, e partindo

destes canais condutos forçados que ter ao mar”⁹⁹.

Coube ao jornal pedir maiores esclarecimentos sobre o que foi dito por João Felipe, isto é, “os esgotos superficiais são os das águas pluviais, caindo sobre a superfície da Terra: e que assim se chamam, diferenciando-se dos outros esgotos interiores da cidade, por onde se escoam outros detritos, serviço preliminar da limpeza pública”¹⁰⁰. E completou em seguida “esses canais deveriam ser feitos abertos, sofrendo uma limpeza depois de cada enxurrada”¹⁰¹. Também ressaltou que esses canais poderiam ser duplicados em caso de necessidade, mas, ele próprio, constatou que essa obra colossal precisaria de orçamento vultoso.

Acerca de aspectos da cidade e do entorno montanhoso, João Felipe observou que a água que desce das encostas chegava às galerias da rua do Resende, no Centro, com extrema força, capaz de jorrar água e forçar as tampas de acesso às galerias.

Outra pergunta feita foi sobre a previsão meteorológica de chuva. O engenheiro ensinou que, “para prever a quantidade de água, deve-se multiplicar a área da bacia pela altura pluviométrica e admitir que, pelo menos, 50% desse volume vai concorrer para a inundação”¹⁰².

Após encerrarem a entrevista, os jornalistas foram esperar o bonde debaixo de intensa chuva e finalizaram a matéria com a pergunta: “Como evitar as inundações?”.

O próximo entrevistado foi o então prefeito do Rio de Janeiro, General Bento Ribeiro, que buscava parceria com o Ministério da Viação para resolver o problema das enchentes, frisando, logo no início da conversa, que o estudo estava na fase inicial e não se sabia quais seriam as obras necessárias. O entrevistador perguntou sobre os canais na orla das montanhas, ao que Bento Ribeiro opinou que era “um remédio parcial que, com certeza, provaria bem. Já se disse isso muitas

vezes, mas é um plano que precisa ser muito meditado, muitíssimo, com a maior precisão nos detalhes e presidiendo a tudo o maior critério econômico”¹⁰³.

O gestor municipal tinha outros compromissos, tornando-se difícil marcar o encontro. A conversa foi feita em uma caminhada pela rua do Ouvidor, no Centro, e as respostas para as últimas perguntas foram bem pontuais. Ao ser questionado sobre o aumento e a troca dos ralos atuais por um modelo aberto, que ficaria debaixo do meio-fio, Bento Ribeiro ressaltou “como já se disse, não resolveria a questão e seria necessária a canalização completa dos rios, tomando-os nas montanhas e levando-os até o mar”. Por fim, o repórter perguntou se seria feita uma reforma nas galerias da cidade ao que foi respondido: “Também é um ponto digno de consideração”¹⁰⁴.

No último dia de março de 1911, foi publicada a entrevista com Henrique

Morize, engenheiro e geógrafo francês naturalizado brasileiro, então diretor do Observatório Nacional (1908-1929). Posteriormente, foi o primeiro presidente e fundador da Academia Brasileira de Ciências (ABC), criada em 1916. Diante da pergunta sobre a substituição dos ralos por outros maiores e em maior quantidade, Morize concordou que a medida era muito boa e completou: “Faz-se isso em diversas cidades da Europa. É preciso ver, contudo, uma coisa, se a superfície de vazão da canalização subterrânea dos esgotos para as águas pluviais satisfaria a quantidade de água que poderia entrar pelos ralos aumentados”¹⁰⁵. Morize também ressaltou que “a canalização desses esgotos é muito antiga, mal feita, feita aos pedaços”. O diretor do Observatório afirmou que havia uma medida simples, mas urgente:

Um bueiro, singelo mesmo, de pequena em pequena distância, ao longo da Avenida Beira-Mar.

Porque o paredão, represando as águas, exige o escoadouro. E com esses bueiros desaparecerão as inundações dali, “inundações de águas pluviais à beira-mar”, coisa que só se vê no Rio de Janeiro¹⁰⁶.

Pelo que foi visto na imprensa ao longo dos anos, a reforma da canalização dos esgotos e o aumento da rede de bueiros foi postergado por muitos anos pelos gestores municipais. A outra pergunta da equipe foi acerca das inundações de 1911.

É preciso lembrar, porém, que os efeitos da última tempestade foram tão grandes porque coincidiram com a preamar do equinócio, que é a mais forte do ano, dia 22 último, às 7h23 da manhã. Em todo o caso, já tivemos, em 4 horas de chuva, aqui no Rio, o dobro da água que caiu durante a madrugada inteira de 22. Naquelas 4 horas, em 1883, tivemos trezentos milímetros.

A premar é a maré cheia, e o equinócio trata-se de um fenômeno astronômico que indica o início do outono no hemisfério sul.

A conversa seguiu com outras perguntas sobre a ideia

de instalar valas na orla das montanhas e dos canais de cintura, que receberiam águas pluviais do alto da cidade, ao que Morize não teceu maiores comentários. Acerca da canalização dos rios até o mar, o engenheiro lembrou que “essa canalização, aliás, já está sendo feita aos poucos”¹⁰⁷. Os jornalistas lembraram o caso dos rios cheios de encanamentos de gás, de água potável, da Light etc. e a resposta foi a seguinte.

Até meados do ano passado, vi que esse é o caso dos rios da zona de S. Cristóvão. Acrescente ainda, aos encanamentos, as pontes cujas peças inferiores também represam as águas como os canos auxiliadas pelos galhos de árvores e tudo o mais que as águas carregam nas inundações¹⁰⁸.

Diante da chance de conversar com um dos mais importantes homens da ciência do início do século XX no Brasil, os jornalistas insistiram em perguntar se havia alguma solução, mesmo que temporária, para o problema das enchentes.

Os autorizados no assunto sabem melhor do que eu, mas pare-

ce que não se trata de um caso de remédios provisórios. As medidas necessárias são aquelas, grandes, dispendiosas, lentas, mas necessárias. Em todo o caso, parece que o trabalho preliminar, a fazer já, seria uma revisão das galerias de esgotos. Ultimamente, falando no Clube de Engenharia sobre a recente colocação dos encanamentos pneumáticos, o Dr. Francisco Bhering declarou que ninguém sabe o que há debaixo do Rio de Janeiro! Água, esgotos, gás, todos fazem o que querem, sem aviso de uns aos outros, canos enterrados por toda a parte. E está de tal forma que, hoje, para uma colocação de encanamentos em qualquer rua do Rio, é preciso fazer-se uma sondagem preliminar. O Dr. Van Erven disse-me uma vez que, quando diretor das Obras Públicas, numa visita de fiscalização, encontrou em Botafogo penas de água que tinham sido tiradas ilegalmente por particulares, há muito tempo usufruídas por eles, sem que os poderes públicos desse por isso! Até os particulares cooperavam a seu modo para a balbúrdia dos canos que há debaixo do Rio¹⁰⁹.

A última colocação de Morize trouxe vários pontos relevantes, a começar pela afirmação de que soluções

provisórias não seriam apropriadas, pois sempre tinham caráter paliativo. Morize destacou, ainda, a importância de soluções mais amplas e onerosas, mas necessárias no combate às causas das enchentes, como conferir o que havia nas galerias de esgoto da cidade, um verdadeiro mistério até para os que trabalhavam nos serviços urbanos, evidenciando o deficitário planejamento e a não continuidade de políticas públicas entre uma gestão e outra na cidade do Rio. A deficitária vistoria e a falta de controle sobre as obras feitas também eram um grande problema, e o sistema carioca de canalização tornava-se outro enigma, pois não se sabia o que havia no subsolo da cidade. Diante da ausência do Estado, os particulares agiam em cumplicidade para desordenar ainda mais a capital federal, sendo feito o que bem se entendesse nas obras.

A *Gazeta de Notícias* escolheu entrevistar engenheiros como Joaquim Silvério de Castro Barbosa, da Repartição

Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro. A primeira colocação foi que os bairros em torno do canal do Mangue deviam “ser imediatamente dotados de canais secundários convergentes para esse grande coletor, hoje, em condições de receber e dar vazão a uma massa líquida muito maior do que antes de ter sido prolongado até o mar”¹¹⁰.

O canal do Mangue receberia águas pluviais de outros bairros, como São Cristóvão e o Rio Comprido, cujo rio estava sempre obstruído pelas construções às margens e pelos detritos no leito. Ainda na região central da cidade, o Catumbi, que sempre sofria com as inundações, teria um canal direcionado para o Mangue. Na Tijuca, chamada de Engenho Velho, teria de ser realizado o alargamento do rio Trapicheiro, assim como uma obra semelhante em Vila Isabel, no rio Maracanã.

Na zona norte, deveriam ser construídas calhas de cimento armado, para

direcionar as águas que descem da serra do Trapicheiro e do Andaraí “para o vale que atravessa o bairro do Engenho Novo e deságua em Benfica”¹¹¹. Rio Comprido e Catumbi deveriam ter o mesmo mecanismo nas partes altas, o que contribuiria para evitar as inundações. Outra sugestão apresentada foi a abertura de uma “estrada de rodagem partindo do Alto da Boa Vista pela margem esquerda do rio Maracanã e flancos da serra que verte para o Andaraí Grande, Engenho Novo, Méier, a terminar onde for mais conveniente na planície além deste bairro”¹¹². A obra teria modificado bastante a circulação viária carioca, segundo o entrevistado: “seria de enorme efeito protetor contra inundações de toda a parte da cidade por ela contornada, e daria uma expansão considerável às habitações na montanha, de tão elevado alcance para a cidade”¹¹³.

Castro Barbosa destacou a importância da galeria construída por Pereira Passos,

que beneficiou o bairro de Laranjeiras. Nesse bairro da zona sul, ainda deveriam ser construídos dutos nas margens das montanhas, para controlar as fortes chuvas. Em Botafogo, o entrevistado concordou com Henrique Morize, especialmente no caso de abrir saídas para as águas através de bueiros na avenida Beira-Mar.

No dia 2 de abril, foi a vez de entrevistar Everardo Backheuser, engenheiro, geólogo e geógrafo fluminense, que participou do debate da reforma urbana de Pereira Passos e que, no início da década de 1910, trabalhava para a prefeitura do Distrito Federal. Em relação às enchentes, Backheuser destacou que existiam dois tipos: as “antigas que sempre se repetiram, sem que ninguém tomasse qualquer providência, e há as inundações recentes, à menor carga d’água, e cuja frequência está alarmando a população”¹¹⁴. As obras feitas no porto e a abertura da avenida Beira-Mar elevaram parte

considerável da cidade, sem que o mesmo tenha sido feito nas outras ruas. Outra necessidade nesse aspecto seria a elevação do piso térreo das construções, seguindo novas cotas das ruas, o que evitaria a inundação diante de qualquer tempestade. Como trabalhou em vários distritos da cidade, Backheuser afirmava que, por exemplo, o Catete inundava pelo fato de a avenida Beira-Mar dificultar a saída de água.

As galerias não comportavam as fortes chuvas, que “correm pelas sarjetas e mais possível, até encontrarem uma galeria menos cheia”¹¹⁵. Usualmente, a água acumulava-se nas ruas, formando verdadeiras lagoas. Os tamanhos das manilhas eram insuficientes em quase toda a cidade: “é quase impossível, em muitas zonas, a colocação de uma galeria: ficaria à flor da terra, sujeitar-se-ia ao fendilhamento a todo o momento”¹¹⁶, ou seja, o esgoto ficaria a céu aberto enquanto durasse a obra.

Backheuser lembrou: “há galerias da Prefeitura, da Inspeção e da City, e tudo ocasiona uma balbúrdia enorme e um gasto também enorme na limpeza das valas e galerias, Sem que se faça um serviço completo”, isto é, esferas públicas e empresas privadas ligadas ao sistema de gás, estavam presentes no subsolo da capital. A ausência de centralização do sistema dificultava toda a manutenção, e, somado a isso, havia os percalços com a limpeza, por falta de poços de visita até “o modo de varrer as ruas com pouca água faz carregar para as galerias uma lama que se deposita e as obstrui, especialmente com o asfalto, cujo pó forma uma lama negra e pegajosa, de difícil extração”¹¹⁷.

A série de matérias sobre as enchentes trouxe a manchete “O problema das inundações — Começa-se a agir”, na edição do dia 4 de abril de 1911. Logo no início do texto, é apresentada a afirmação: “As inundações devem ter um fim e terão, segundo aparece”¹¹⁸. A

Gazeta noticiou que o general Bento Ribeiro, então prefeito do Rio, solicitou ao ministro da Viação, J. J. Seabra, “a imediata remoção das canalizações que atravessam as pontes dos rios Trapicheiros, Maracanã e Joana, situados nas ruas Consultório, Figueira de Mello, os quais muito concorrem para a obstrução desses rios”.¹¹⁹ O redator conjecturou que também seriam feitos trabalhos de dragagem do leito dos rios, assim facilitando a vazão de água.

A reunião no Clube de Engenharia, sediado na capital federal, teve como um dos principais assuntos a questão das enchentes. Foi discutido o projeto do canal de São Cristóvão, de Julio Ottoni, em que Carlos Sampaio fez uma detalhada exposição sobre as inundações no Rio. O parecer apresentado por Miranda Ribeiro foi publicado no jornal e alegava que diversas soluções foram aventadas, como “a construção de grandes tanques receptores, dos quais as águas seriam lançadas ao mar,

por meio de possantes bombas elevatórias, até a abertura de canais a céu descoberto”¹²⁰.

Muitas das obras para conter as enchentes esbarravam em questões técnicas e orçamentárias, e, diante disso, eram adotadas medidas intermediárias. Miranda Ribeiro menciona que abrir um canal na zona de São Cristóvão, reunir os rios Trapicheiro, Maracanã e Joana, “num desaguadouro comum ligado à baía ou ao canal do Mangue, de fato, são outras tantas soluções úteis para o caso geral; nem por isso, deixam de ser também numerosíssimos, uma que vez que as obras complementares não sejam desprezadas”¹²¹.

Miranda Ribeiro também ressaltou a coincidência das chuvas com a maré alta, o que causava a “refluência das águas e, daí, o transbordamento delas nas zonas próximas às vias naturais de comunicação”¹²². Ele vivenciou várias enchentes na cidade e acompanhou como testemunha ocular os transtornos na vida dos cariocas durante

os treze anos como engenheiro fiscal das companhias de bondes do Rio. Assim como Everardo Backheuser, Miranda Ribeiro destacou que o escoamento das águas da capital obedecia a uma balbúrdia incoerente, sobre a qual atuavam diferentes esferas de decisão. Diante disso, as galerias pluviais ficavam à mercê da falta de unidade de ação, com dificuldade de apurar responsabilidades. Em avaliação do engenheiro, todo o subsolo da capital federal deveria ficar somente por conta do governo federal ou da prefeitura. Segundo essa avaliação, as enchentes eram agravadas em razão de as várias galerias sofrerem com a “ausência de declividade, que constituem verdadeiros depósitos de águas estagnadas, além de outras estarem entupidas pelo acúmulo contínuo e lento das terras arrastadas pelas enxurradas”¹²³, somando-se a isso a falta de limpeza dos ralos. Em São Cristóvão, a falta de vazão dos rios foi agravada ao longo dos anos pelo estreitamento progressivo dos leitos, algo evidente na época de estiagem.

No caso do canal do Mangue, o estrangulamento do curso de água foi agravado pelo viaduto da Estrada de Ferro Central do Brasil. Miranda Ribeiro, completou, ainda, que o canal “não preenche o fim a que é destinado, pela simplíssima razão de as águas ficarem interceptadas por uma série de barragens estabelecidas no seu percurso”¹²⁴.

O largo do Matadouro, atual praça da Bandeira, era um dos mais afetados pelas enchentes, e o acúmulo de água concentrava-se, especialmente, na convergência das ruas Mariz e Barros, São Cristóvão, Mattoso, Boulevard de S. Cristóvão e o largo. A situação da região era agravada pelo desaguar de um riacho no rio Trapicheiro.

No domingo, dia 2 de abril, a equipe da *Gazeta* esteve com Aarão Reis, engenheiro aposentado e ex-diretor da Central do Brasil. Assim como outros entrevistados, destacou que, diante da coincidência das chuvas torrenciais com as grandes marés, tornava-se impossível

evitar completamente as inundações. As águas do mar elevavam e chegam até a uma diferença de um metro e quarenta. Contando com o conhecimento dos jornalistas e do leitor da época, Aarão Reis lembrou que “o nosso Rio está quase ao nível do mar, com diferenças mínimas de altura. A maré subindo como que forma uma barragem a impedir o desaguoamento pluvial da cidade”¹²⁵. A maré alta durava apenas algumas horas, mas causava grande transtorno.

A principal sugestão para cessar as enchentes era “a conservação permanente em absoluta limpeza dos ralos, galerias e bueiros da cidade, a limpeza e a retificação dos nossos diversos rios, além de outras medidas quando o observatório meteorológico anunciar as chuvas”¹²⁶. O sistema de bueiros da cidade deveria ser reformado e aumentado. Aarão Reis, assim como outros estudiosos da questão urbana em atuação no início do século XX, ressaltaram a importância da instalação de bueiros na avenida Beira-Mar, que deveriam ser construídos,

“embora as marés se encarreguem de subir por eles”¹²⁷.

Em entrevista dada ao jornal, Pereira Passos destacou a necessidade de limpeza dos rios, ao que Aarão Reis completou “os rios que descem das montanhas cortam a cidade para o seu desagüamento no mar, esses exigem também uma limpeza permanente e um serviço mais perfeito de retificação”¹²⁸. O engenheiro salientou que os encanamentos que atravessavam os canais e os rios, além das várias pontes que contribuía para obstruir as águas, “tornando-se verdadeiras represas com o auxílio dos galhos de árvores e detritos que se lhes juntam”¹²⁹.

Quanto aos canais de circunvalação das montanhas da cidade, Aarão Reis era partidário da ideia de que esses projetos eram extremamente dispendiosos e precisavam de estudos para se mostrarem relevantes no combate às enchentes na cidade do Rio.

A edição do dia 5 de abril de 1911 trouxe outra publicação da

série “O problema das inundações” com o título “Um estudo da Prefeitura durante o governo Passos — um ofício do Dr. Souza Rangel”, datada de 11 de julho de 1906¹³⁰. Alfredo Américo de Souza Rangel foi sub-diretor da Carta Cadastral durante o mandato de Pereira Passos (1902-1906) e produziu um documento com fotos de diversos rios que cortavam a cidade.

Souza Rangel defendia que as habituais enchentes da zona do Engenho Velho e de São Cristóvão eram causadas pela “insuficiência do canal do Mangue e dos rios que nele desembocam como coletores de águas pluviais”¹³¹. No início do século XX, a situação era agravada pelas obstruções causadas pelas obras em andamento na região e pela instalação de encanamentos abaixo das pontes, facilitando o represamento dos cursos de água.

Um dos críticos ao argumento de Souza Rangel foi Francisco Bicalho, então diretor técnico das Obras do Porto, ao destacar que, historicamente,

o Mangue e os arrabaldes eram mais acometidos pelas enchentes do que bairros da zona sul como Laranjeiras e Botafogo, sendo algumas tempestades exceções, como em março de 1901.

Em todos os bairros da cidade o mesmo se deu. Por toda parte houve queda de barreiras, tendo corrido muita terra e areia para as ruas vizinhas dos morros. As que são trafegadas por bondes, tiveram os estribos cobertos, ficando as linhas interrompidas por longo tempo e substituídas por canoas¹³².

Laranjeiras, Copacabana e ruas do Catete ficaram intransitáveis. A Companhia Jardim Botânico passou horas tomando providências para retornar o tráfego de bondes. A inundação no próprio Jardim Botânico afetou parte da flora e das construções. Em março de 1902, a enchente também afetou bairros de diferentes partes da cidade, como Botafogo, Laranjeiras, Catete e São Cristóvão. As linhas de bonde ficaram impossibilitadas de continuar transitando, e, em várias ruas, a água atingiu “elevada altura e invadindo

as casas e terrenos onde foram bem regulares os prejuízos em móveis e utensílios”¹³³.

Francisco Bicalho ressaltou, ainda, que “a chuva de 1901 foi apenas de 61 milímetros nas vinte e quatro horas e, em 1902, de 99 milímetros, ao passo que os aguaceiros de 16 de março de 1906, correspondendo a 165 milímetros de pluviômetro, foram mais violentos”¹³⁴, ou seja, o transtorno foi grande por causa do volume de chuva. Souza Rangel rebateu as críticas com o argumento da relatividade das “indicações pluviométricas, colhidas em um só ponto, para o cálculo de massa d’água caída em bacia de dezenas de quilômetros quadrados”¹³⁵, e sublinhou que a intensidade das chuvas somaram-se à incapacidade do canal do Mangue de receber essa vazão de água, situação agravada pelas obstruções causadas pelas obras em andamento no mês de março de 1906.

Ao lembrar que inúmeras inundações causaram

grandes danos na cidade, como a enxurrada de maio de 1897, que aconteceu na noite de um baile suntuoso no Palácio do Itamaraty, Bicalho frisou: “Em todas elas, as ruas laterais do canal ficaram cobertas de água em maior ou menor altura, mas sempre o excesso d’água escoou-se em algumas horas, sem auxílio de picaretas e alviões, e sempre respeitou os fornos da fábrica de gás do Mangue”¹³⁶. As obras do Mangue que estavam sendo feitas não melhoraram as condições de escoamento, pois a “inundação das ruas laterais do canal perdura um dia inteiro, as picaretas são chamadas a destruir, ‘coram populo’, as alvenarias reconstruídas do melhoramento do canal e penetra a água nos fornos de gás, respeitados até então”¹³⁷.

As obras em andamento ampliaram as inundações na região do canal do Mangue e com desdobramentos para grandes partes da cidade. Após o término dos trabalhos e das “obstruções de toda espécie, devidas ao andamento das

obras, aos aterros, às barragens, às estacadas, aos andaimes e a outros semelhantes tropeços”¹³⁸, os melhoramentos trariam benefícios para a cidade, especialmente a livre vazão das águas. O canal teria de ser periodicamente limpo, e o encanamento sempre mantido acima da ponte, para não obstruir o fluxo da água.

A enorme quantidade de terra foi diminuída e desapareceu o manto de lodo que encobria vários trechos dos entupimentos. Ainda precisava resolver o problema dos encanamentos que obstruíam os cursos de águas pluviais e combater a contínua colocação de canos nos cursos dos rios em vários pontos da cidade.

Souza Rangel apresentou desenhos e plantas representando os rios Maracanã, Joana, Trapicheiro e Comprido, também trazia dados acerca dos limites da vazão, além de mapear pontes que os atravessavam nas ruas de São Cristóvão, Figueira de Mello e Visconde de Itaúna. No rio

Joana, havia uma ponte contendo “dois encanamentos estendidos mais de vinte centímetros abaixo da face inferior do estrado da ponte e abaixo do nível da maré alta, e, em outra, quatro grossos encanamentos, todos situados abaixo da face inferior do estrado da ponte em níveis diferentes descendo até cinquenta centímetros abaixo da maré alta e formando todos barragem de 1m 20cm de altura”. Ainda no mesmo rio, havia uma ponte com “dois grossos encanamentos, situados ambos abaixo da face inferior do arco da ponte e descendo trinta e cinco centímetros abaixo do nível da maré alta”¹³⁹. As condições de vazão na foz do rio Comprido, localizada na rua Visconde de Itaúna, era a mais problemática.

O rio é, neste ponto, atravessado por cinco encanamentos de grosso calibre, situados todos em parte abaixo do nível da maré alta. Se considerarmos que este ponto se acha mais de mil e quatrocentos metros distante do mar, veremos quão prejudicada se acha a vazão das

águas pluviais, por ocasião das chuvas abundantes¹⁴⁰.

A colocação desses encanamentos atrapalhava o contínuo fluxo cotidiano de água e agravava a situação quando vinham as enxurradas. “Infelizmente, não é somente nos cursos d’água afluentes do Canal do Mangue que se encontram tais inconvenientes”¹⁴¹. Os exemplos aconteciam em outros rios da cidade, inclusive, formando estruturas semelhantes a redes que detinham “galhos de árvores, latas e mais destroços arrastados pelas enchentes, formando barragem dos mais perniciosos efeitos”¹⁴². A situação era identificada em toda cidade, inclusive, na zona sul, como a “galeria de esgotos de águas pluviais, que substituiu o rio Carioca e foi, há poucos anos, obstruída pelo encanamento de 60cm, que leva água ao reservatório do Morro da Viúva, com sensível e prejudicial perturbação do regime do escoamento”¹⁴³.

A Inspeção Geral das Obras Públicas fez um estudo nas galerias de águas pluviais das ruas General Polidoro, São Clemente

e Voluntários da Pátria, em Botafogo, mostrando “que estas galerias acham-se obstruídas por mais de vinte encanamentos diversos que as atravessam, prejudicando o escoamento das águas e determinando as frequentes inundações das ruas”¹⁴⁴.

Souza Rangel destacou a falta de harmonia entre as esferas públicas de ação na capital federal. Por exemplo, a inspeção colocou novo encanamento de água potável ao longo da avenida Nossa Senhora de Copacabana e da rua Gustavo Sampaio, mas:

Existem ali diferentes bueiros dando passagem às águas pluviais. A pouca altura destas ruas sobre o nível médio do mar, inferior a três metros, concorre notavelmente para diminuir a capacidade destes bueiros, pois reduz a velocidade e favorece o depósito de areia aí abundante¹⁴⁵.

A capacidade de vazão que já era precária foi agravada pelos novos encanamentos, sobretudo em alguns cruzamentos, como os das ruas Santa Clara, Rodolfo Dantas e Figueiredo de Magalhães.

A edição do dia 7 de abril de 1911 trouxe na capa um parecer do engenheiro Carlos Sampaio, que, depois, se tornaria prefeito do Rio, no qual estudava as inundações cariocas. Outro estudioso que destacou a necessidade de conter a vazão dos rios do Maracanã, Joana, Catumbi, Comprido e Trapicheiro.

O regime hidrográfico das águas das chuvas na cidade do Rio de Janeiro é governado: a) na parte Sul, do lado de Botafogo, pela bacia do antigo rio Berquó, modificado em seu trajeto pela canalização que foi feita dirigindo-se para a Praia de Botafogo, e do lado das Laranjeiras, pelo rio Carioca, ou Laranjeiras, cuja canalização foi regularizada até às Águas Férreas; b) na parte Norte, pelos vales dos rios Catumbi e Comprido, que descem da Serra de Santa Teresa e correspondem a toda a parte de nossa metrópole que denominamos “Cidade Nova”, e pelos vales dos rios Trapicheiro, Maracanã e Joana, que originados nas vertentes da serra da Tijuca¹⁴⁶.

Os rios da zona norte ficavam com grande volume de água e correnteza em todas as enxurradas, e a bacia

hidrográfica de cada um era significativa, pois o Trapicheiro tinha 6.000.000 de metros quadrados; o Maracanã, 12.302.500; e o Joana contava com 14.000.000. A grande região coberta por esses rios era muito suscetível às enchentes, sobretudo quando coincidiam com as marés de preamar.

Em relação ao rio Joana, foi destacado que parte da margem foi limitada por construções da Estrada de Ferro Central, o que contribuiu reduzir a vazão a menos da metade e em uma extensão de mais de 300 metros.

Outro aspecto importante, também destacado por especialistas enfocados pela *Gazeta de Notícias*, era o fato de que, na “jusante desses terrenos, se acham situadas as pontes da rua de S. Cristóvão, sobre o rio Trapicheiro, antes de fazer junção com o Maracanã, sobre o Maracanã e sobre o Joana”¹⁴⁷. Tais pontes eram de alvenaria e em arco, que ficavam quase totalmente submersos com as enchentes, “agravado ainda pela circunstância de que, por baixo

de todas essas pontes, existem encanamentos de água”, com cerca de 60 centímetros de diâmetro, “que são os mesmos encanamentos que vão passar por baixo das pontes sobre os mesmos rios na rua Figueira de Mello”¹⁴⁸, em São Cristóvão.

A maré de enchente ou mesmo média, a seção de vazão dos arcos das pontes, fica reduzida de tal maneira, que a maré vem constituir um verdadeiro tampão, impedindo a passagem das águas, até que essas águas subam de nível de modo a ganhar caminho sobre o estrado da ponte, depois, naturalmente, de ter inundado todo o terreno situado a montante e de cota inferior¹⁴⁹.

Carlos Sampaio era partidário da ideia de que a gestão municipal tinha de tomar medidas como: restabelecer o leito do rio Joana (onde foi reduzido pelas obras da Central), canalizar os rios, substituir as pontes de alvenaria por estruturas metálicas e, sobretudo e impedir a colocação de canos. A continuação do parecer trouxe uma série de especificações técnicas e

trajetos possíveis de canalização de rios na zona norte.

Ainda em relação à bacia hidrográfica da cidade, foi defendida a preservação das nascentes, assim como “impedir a destruição da vegetação nas encostas das montanhas”, medida que, na época, foi considerada inovadora e poucos a defendiam. Outra sugestão, levantada, posteriormente, por alguns administradores municipais foi a “construção de reservatórios, para os quais, por meio de canaletes, deveriam ser dirigidas as águas das chuvas, reservatórios esses de onde deveriam partir encanamentos que, trabalhando em conduto forçado, vão despejar essas águas diretamente no mar”¹⁵⁰.

A *Gazeta* deu continuidade às reportagens e às entrevistas acerca das inundações da cidade, sendo um dos entrevistados José Américo dos Santos, diretor das Obras do Porto e destacado membro do Clube de Engenharia. Logo no início da conversa, o engenheiro disse que acompanhava toda a série

de reportagens feita pelo jornal sobre o assunto.

Há longos anos que me preocupo com o problema do escoamento das águas da cidade, do porto, do abastecimento d’água, das dragagens, das captações de rios, dos reparos de obras antigas, do secamento de pântanos, arrasamento de morros, do saneamento das baixadas e das inundações da cidade¹⁵¹.

José Américo escreveu vários artigos, alguns publicados no final do século XIX, e relatórios com estudos sobre os sistemas de esgotos da cidade e a necessidade de depuração dos materiais despejados. Também visitou obras de saneamento em Londres, Hamburgo, Paris, Berlim e Chicago. No início da década de 1910, as enchentes ocorriam por uma conjugação de fatores naturais e específicos da geografia da cidade do Rio.

Os terrenos marginais ao canal do Mangue e os rios Joana, Maracanã e Trapicheiro são sujeitos às inundações, quando copiosas chuvas coincidem com o preamar de sizíguas e principalmente quando esta coincidência é agravada pelos temporais tocados por ventos do quadrante do

sul, represando ou retardando a vazante das águas pela barra da baía desta capital¹⁵².

O *preamar de sizíguas* constituem as marés altas que coincidem com a lua cheia e a lua nova, tornando a maré ainda mais alta. Somado a isso, tem-se a intensidade da chuva, resultando nas enchentes que assolavam a capital federal. A construção de grandes áreas da cidade foi realizada nas proximidades dos estuários daqueles rios e numa região de planície. Os aterros sobre margens e praias colocaram considerável parte da cidade pouco acima “da cota de maior preamar observada”¹⁵³.

Outro aspecto que favoreceu o transbordamento era a quase nula, ou nula, conservação dos rios. Setores públicos construíram pontes para passagem dos encanamentos de água, mas, por falta de manutenção, eram comuns partes dos leitos dos rios obstruídos de areia e capim até cerca da altura da preamar registrada. Destacou-se, ainda, os casos de trechos dos cursos de água reduzidos à quase metade, por

conta de muros construídos por terrenos particulares. A companhia de gás utilizava as pontes, também, para passar encanamento, contribuindo para reter galhos e outros objetos trazidos pelas enxurradas.

Relembrando um estudo de Carlos Sampaio apresentado em 1897, o qual, posteriormente, seria prefeito da cidade do Rio, o canal do Mangue tinha 42 galerias de águas pluviais e uma galeria principal, que vinha desde a rua Uruguaiana, antiga rua da Valla. Segundo o estudioso, todas as galerias que vinham ter no Mangue tinham as saídas abaixo das marcas das marés altas. Além disso, muitas das galerias e das saídas estavam quase totalmente obstruídas, e, naquele ano da década de 1890, “foi preciso arrombar com picaretas, em muitos pontos, o baldrame que sustenta o gradil da citada avenida”¹⁵⁴. Na avaliação do engenheiro, pode-se constatar o seguinte.

Uma circunstância que sempre contribuiu para agravar a situação dos terrenos em questão são as posturas municipais, que não providenciaram nunca sobre a drenagem e enxugo dos mesmos, bem como sobre a criação de novas bacias de acumulação das águas pluviais, em substituição das verdadeiras bacias naturais compensadoras¹⁵⁵.

Com intuito de comprovar sua análise, lembrou dos aterros feitos no século XIX nas praias das Palmeiras e dos Lázaros, em São Cristóvão, os quais contribuíram para aumentar uma parte sujeita ao alagamento. Na enchente de fevereiro de 1882, constatou-se que as pontes construídas por cima dos rios contribuíram para o represamento das águas, o que afetou São Cristóvão até o cruzamento das ruas do Matoso e Mariz e Barros, na região da Praça da Bandeira. “E tem-se repetido constantemente, até hoje, as enchentes, inundando aquela zona, com impetuosidade assustadora”¹⁵⁶. Em longa consideração, José Américo destacou o que deveria ser

feito para debelar os acidentes causados pela enchente.

Alteamento da cota do nível geral de certas ruas e áreas edificadas na zona sujeita às inundações, executando-se um plano de drenagem e canalização das águas pluviais, que evite estar a canalização de esgotos da City Improvements funcionando como encanamentos forçados, cuja carga levanta os tampões do largo da Segunda Feira, rua Mariz e Barros, no entroncamento com a rua do Matoso, e em outros pontos, aumentando aí as inundações por meio da rápida saída que por essa forma encontram as águas e mais materiais que por esses esgotos então se precipitam. Represas nos vales das montanhas circundantes para guardar e decantar a água para diversos fins higiênicos e industriais¹⁵⁷.

Segundo a percepção de José Américo, a velocidade com que muitas regiões da cidade ficavam quase submersas pelas enchentes devia-se ao fato de muitas vias de acesso e partes da cidade ficarem pouco acima da margem de inundação. Para a rotineira e correta drenagem dos canais, isso deveria ser feito com urgência, e a sugestão de

armazenar e aproveitar águas das chuvas poderia ser benéfica para o Rio.

Construção junto ao sopé das montanhas e mesmo próximo a zona mencionada de grandes bacias, no meio de áreas ajardinadas, que possam servir de tanques de compensação ou acumulação para retardar a descarga das águas das chuvas para o mar¹⁵⁸.

Outras ideias defendidas por José Américo pareciam diferentes da percepção dos seus contemporâneos, como o ajardinamento das encostas, contudo, Américo concordava com outros engenheiros, especialmente no que tangia aos cursos de água e à importância do canal do Mangue como estuário dos canais da cidade.

Alargar convenientemente os rios Joana, Trapicheiro e Maracanã, protegendo suas margens por diques longitudinais até as pontes em que se fazem sentir as marés e desviando do canal do Mangue as águas da enxurrada dos mesmos para dar-lhes, depois de reuni-las em um só leito, saída comum diretamente para a baía. Esse leito, obedecendo aos preceitos

da arte do engenheiro, poderia aliar-se segundo uma diretriz que, partindo da rua Desembargador Isidro, cerca do jardim Saens Pena, procurasse, pelas imediações da usina elevatória do Boulevard 28 de Setembro, ganhar — passando o montante do Derby Club — o parque da Quinta da Boa Vista. Daí, por trás da cancela e atravessando, em galeria, a ponte mais alta da rua de São Januário, demandar, aproximando-se das ruas Lima Barros e Bella de São João, a enseada de Inhaúma, depois de atravessar a rua da Alegria.

Desobstrução e perfeita conservação do canal, seu prolongamento e construção, junto às bocas das galerias que nele deságuam, de pequenas caixas de precipitação de detritos, para só deixar penetrar naquele escoadouro águas relativamente decantadas. Ligar a galeria que passa por debaixo da escola de São Sebastião com o Boqueirão do Passeio Público por meio de uma galeria no alinhamento das ruas Marquês de Pombal, Frei Caneca e Avenida Mem de Sá. Assim indicadas algumas medidas e obras — ainda que, pela rama, só demorado estudo ulterior poderá detalhar, atender e, talvez, tornar insensíveis as inundações —, lembrarei, finalmente, a conveniência de remover os encanamentos que passam por baixo das pontes dos rios de

S. Cristóvão, que represam a água, agravando as enchentes; esses encanamentos devem passar ao lado das guardas das pontes e acima dos entalhos dentro da galeria de madeira ou outro material conveniente que os abrigue do calor solar. E este meio, por muito mais econômico e menos complicado, preferível a sifonar os encanamentos em galeria de alvenaria por baixo dos leitos dos ditos rios¹⁵⁹.

José Américo propôs uma série de medidas que, caso tivessem sido adotadas, diversas enchentes e alagamentos teriam sido evitados em grande parte da cidade, visto que sua preocupação recaiu sobre as zonas do canal do Mangue, de São Cristóvão, da Praça da Bandeira, de Vila Isabel, da Tijuca, da Cidade Nova, da Lapa, do Centro e, até, da região do Passeio Público.

Antes de finalizar a entrevista, o engenheiro ainda sublinhou a importância de manter o canal do Mangue sempre limpo, para não trazer impedimento ao deságue dos rios de São Cristóvão e de outras partes da cidade. Quando chegava a

época das marés altas, “o nível da baía mantém-se desigual durante algum tempo”, pois eram sentidas, primeiramente, na zona do Passeio Público e adjacências, sendo a enseada de S. Cristóvão muito distante e defendida pela ponta do morro de S. Bento e outros. O nível do mar era mais alto nas proximidades do Passeio Público e mais baixo no ponto de desagendamento do canal do Mangue. A galeria entre o Passeio Público e o canal do Mangue seria quase em linha reta, e, quando chegasse a época das marés altas, “iriam penetrando a galeria, e, com o impulso das ondas, iriam lavar o canal do Mangue, estabelecendo, assim, a correnteza, antes que o nível do mar na praia de São Cristóvão subisse”¹⁶⁰.

Em novembro de 1914, o político Rivadávia Corrêa assumiu a prefeitura, por indicação do presidente da República Venceslau Brás (1914-1918), na qual permaneceu por cerca de um ano e meio. Seguindo outros mandatários do Distrito Federal, Rivadávia priorizou equilibrar a situação econômica

da cidade, por meio do aumento de impostos e de negociações com credores. Também atuou em prol da população carioca para evitar o aumento abusivo da passagem dos bondes.¹⁶¹

Outra enchente que chamou atenção dos jornais foi a de março de 1916. Naquele ano, a *Gazeta de Notícias* documentava os estragos causados pelas águas, assim como os desabamentos ocorridos no dia 7 de março.

Só ontem, pela manhã, tornaram-se conhecidos, nos seus mínimos detalhes, os consideráveis prejuízos causados pelo temporal de anteontem. A interrupção dos serviços telefônicos e do tráfego dos bondes, assim como a falta de outros meios de comunicação, nos impediu de melhor informar aos leitores sobre os estragos causados pela enchente¹⁶².

A capital federal passou muitas horas com limitações aos sistemas de comunicação, o que dificultou a circulação de informações. Mais uma vez os ramais de bondes foram afetados e o deslocamento da cidade tornou-se um desafio para as massas de trabalhadores

urbanos. Nessa enchente, os desabamentos ocorreram em muitas regiões da cidade, e os bairros da atual zona oeste foram muito afetados, como Santa Cruz, onde um prédio inteiro desabou e somente um senhor conseguiu se salvar com sua família. “Além dos que noticiamos, desabou, na noite de anteontem, um prédio da rua da Banheira, em Santa Cruz, residência do Sr. Arthur Queiroz, que conseguiu salvar-se a custo, assim como sua esposa e filhos”¹⁶³. A região de Jacarepaguá teve problema com acessibilidade, pois “Uma ponte da rua Cândido Benício, que dá passagem aos bondes da Light, também desabou, interrompendo o trânsito”¹⁶⁴. Na mesma enchente, parte do muro da casa de um coronel reformado foi derrubada, além de a água ter invadido alguns cômodos e a residência de Plínio Braulio de Oliveira, primeiro tenente do Exército, na rua Manoel Victorino, em Piedade, teve o muro e o gradil levados pela enxurrada. A fábrica de papel, de propriedade de Silveira

Cardoso & C., localizada na rua Visconde de Santa Isabel, em Vila Isabel, teve enorme prejuízo ao perder maquinário e parte do estoque de material, ou seja, os transtornos das chuvas atingiram várias classes sociais e em diferentes zonas da cidade.

Importante ressaltar que, ao consultar as matérias de jornais sobre enchentes na cidade do Rio, vários aspectos se repetem até a contemporaneidade, pois, em 1916, ocorreu a inundação de casas nas margens de rios, como o rio Cabuçu, que obrigou os moradores a abandonarem suas casas ou a permanecerem ilhados os moradores que ficaram. Diversos imóveis pela cidade tiveram danos estruturais, como um prédio antigo em Madureira, que desabou horas após a tempestade, perdendo os moradores todos os pertences. No mesmo bairro do subúrbio, casebres desabaram e nada pode ser salvo. Muitas foram as vítimas da inundação naquele ano, sendo que um corpo não foi identificado e outro sequer foi encontrado.

Eleva-se a quatro o número de vítimas da inundação de anteontem. Além do cadáver do desconhecido, encontrado na rua Souza Barros e que tinha ao peito uma chapa de leiteiro n. 772 e onde se lia “C. S. Martins”, foi ainda recolhido ao necrotério o de Antonio Ferraz, português, de 20 anos, emprego no comércio e morador à rua Santa Alexandrina, n. 474¹⁶⁵.

Embora o lusitano morasse no Rio Comprido, ele estava no subúrbio e, juntamente com outras pessoas, salvou vidas, assim como centenas de voluntários anônimos ao longo de décadas e décadas de história das enchentes. Mas, também como muitos que tentaram ajudar, o jovem Ferraz “foi arrastado pela correnteza de um rio da rua Bella Vista. O cadáver do infeliz foi encontrado quase completamente coberto de areia”¹⁶⁶.

Os mortos foram encontrados nos bairros e nos entornos mais afetados pela chuva, como Engenho Novo e Andaraí. Nas mesmas imediações, um cadáver foi recolhido pelo necrotério, do operário Eraike João da Costa, de 18 anos, morador na

rua Silva Telles, n. 78. O corpo foi encontrado no rio Maracanã, preso ao monumento que ruiu com o muro dos fundos de um prédio da rua Felipe Camarão.

Até a publicação do jornal, algumas vítimas não foram encontradas, como a menor Aracy, de 10 anos, filha de D. Maria Álvares Pereira da Rocha, residente à rua Jobim, n. 25, Engenho Novo. A mãe ficou “apavorada com a invasão da água em sua residência, partiu para a rua em busca de socorros. Quando ia atravessar, levando a filhinha pela mão, esta caiu e foi arrastada pela correnteza, até a um rio próximo, a despeito dos esforços empregados por sua mãe para salvá-la”¹⁶⁷.

Dramas familiares eram destacados pelos periódicos que cobriam as calamidades. Da mesma forma, foi mencionado o relevante trabalho dos bombeiros, da Mangueira e do Méier, e muitos voluntários de Jacarepaguá, que sempre ajudavam no resgate das vítimas das enchentes na cidade. Também a rede de solidariedade foi outro

aspecto a ser destacado, principalmente a ajuda da polícia no abrigo das vítimas. Com relação a esta questão, o periódico noticiava, em 9 de março de 1916, o seguinte.

Os bombeiros voluntários de Jacarepaguá prestaram relevantes serviços, transportando as famílias que estavam em perigo de vida para os pontos mais altos daquela localidade. Uma avenida existente na rua Manoel Victorino, composta de quatorze casinhas, foi invadida pelas águas de um rio próximo. Os móveis dessas casinhas foram carregados pela água, tendo a maioria dos moradores encontrado socorro na delegacia do 20º distrito¹⁶⁸.

A presença de voluntariado em Jacarepaguá foi indício da ausência de poder público e da grande ocorrência de problemas causados pelas enchentes na região da zona oeste. Tanque e Freguesia chegaram a ter ruas com mais de um metro de água, que invadiu dezenas de casas. Tais voluntários levaram famílias inteiras para regiões mais altas e protegidas do aguaceiro.

No dia 8 de março, menos de 24 horas após o temporal, o engenheiro Cupertino Durão, então diretor de Obras da Prefeitura, visitou pontos mais atingidos, “dando as providências necessárias para que fossem feitos os consertos nos calçamentos que as águas levantaram e bem assim a desobstrução dos rios e sarjetas que atravessam as ruas Vinte e Quatro de Maio, Barão de Bom Retiro e transversais”¹⁶⁹. Também determinou a vistoria em prédios na rua do Curvelo, em Santa Teresa, que foram invadidos pelas águas, além de construções nos bairros de Vila Isabel, Engenho Novo e outros dos subúrbios. As medidas sugeridas pelo gestor público tinham caráter emergencial e não resolveriam efetivamente qualquer problema real da cidade no tocante às enchentes.

Por vários dias, a Estrada de Ferro Central do Brasil, que atendia enorme região do Grande Rio, ficou com os serviços funcionando parcialmente ou como o trecho entre

Sampaio e Engenho Novo, que ficou totalmente interrompido. Pontes que cruzavam as linhas férreas cederam, estações foram danificadas e partes do trajeto férreo ficaram alagadas, tornando cursos de rio profundos e com correnteza. Dr. Arrojado Lisboa, diretor da Central do Brasil, destacou que tais dificuldades atrasaram ainda mais a recuperação da estrutura de transporte, e a constatação evidente era que a população suburbana foi a mais atingida pelos problemas com o sistema de trens.

Era por meio dos caminhos da Central do Brasil que grande parte dos provimentos chegava à capital federal. Por exemplo, “o trem que transporta o leite de Minas foi, talvez, o que mais falta fez, pois a cidade amanheceu sem leite algum, a não ser o dos estábulos, cujos donos não quiseram vender”¹⁷⁰.

Naquele ano, ainda no dia 16 de março, encontramos notícias referentes às chuvas que atingiram a cidade no dia anterior. As chuvas cessaram

por pouco tempo e novamente causaram estragos na cidade.

Às 3 horas da tarde começou a chover. Não foi, porém, uma chuva inesperada, pois a temperatura abafada do dia indicava o temporal que se estava preparando. A surpresa foi constituída pela extensão enorme das águas que se despenharam sobre a cidade em ininterruptas cataratas dando a impressão de um pequeno dilúvio¹⁷¹.

A matéria destacou que quedas d'água desciam pelos morros até os bairros, chegando às ruas mais centrais. “À meia-noite, a chuva atingiu o seu maior volume. O temporal era um mar a desprender-se do alto, num ímpeto de inaudita violência. À 1 hora, a cidade transformou-se num mar”¹⁷². De Santa Teresa, do morro do Castelo e do morro de Santo Antônio, desceu enorme quantidade de água, que alagou regiões, transformando-as em lagos de lodo, como a Treze de Maio, parte do Largo da Carioca, as proximidades com a avenida Rio Branco até os fundos do Theatro Lyrico, além das ruas do Riachuelo, Resende, Senado, Inválidos, entre outras.

O intervalo curto entre uma enchente e outra foi assim destacado: “Uma ligeira trégua de três dias e ela que voltou alagando ruas e praças, bairros inteiros, a inundar os baixos da cidade, a semear o terror e a miséria nas zonas comumente flageladas por esse mal e que são muitas na cidade, nos arrabaldes e, principalmente nos subúrbios”¹⁷³. Os danos da chuva de dias atrás não tinham sido solucionados, e a nova enxurrada somente agravou o estado crítico pelo qual passava a cidade do Rio no mês de março de 1916.

Os sistemas de transporte no estado do Rio também foram prejudicados, inclusive os que ligavam Niterói e Campos, além dos caminhos férreos para Friburgo. Novamente, os bairros dos subúrbios foram atingidos, o tráfego dos bondes restou comprometido e os ramais dos trens operavam parcialmente. Todas as ruas do Catumbi foram alagadas, assim como muitos logradouros de São Cristóvão, do Rio Comprido, de Vila Isabel e da Praça da Bandeira. “Em

Botafogo, como todas as vezes, as ruas Voluntários da Pátria e transversais tiveram água a quase um metro de altura, chegando a inundações até a praia de Botafogo”¹⁷⁴. Nas linhas de bonde da empresa Jardim Botânico, “devido à inundações da rua Voluntários da Pátria, o tráfego passou a ser feito, dessa hora em diante, por S. Clemente, pelo túnel velho; nas linhas de Copacabana, ele foi interrompido”¹⁷⁵.

Imagens fortes, inclusive, com close do rosto dos mortos, emocionantes e até poéticas, referindo-se à tragédia urbana, foram encontradas nas páginas das revistas.

Era a enchente: era a cheia, a inundações, a expansão das águas jorradadas pelas nuvens e das montanhas que inundavam tudo. Paralisou-se o tráfego, começaram os telefones a tilintar comunicando os primeiros desastres: raros veículos perturbavam a solidão profunda das ruas. A enchente! A enchente! (...) E a água prosseguia implacável, volumosa, como se houvera rompido nas alturas um imenso dique por onde se precipitasse torrencial e inesgotável. Uma ligeira

trégua de três dias e ei-la que voltou alagando as ruas e praças, bairros inteiros, a inundar os baixos da cidade, a semear o terror e a miséria nas zonas comumente flageladas por esse mal e que são muitas na cidade, nos arrabaldes e, principalmente, nos subúrbios¹⁷⁶.

A forma literária de apresentar a tragédia das enchentes não foi capaz de relativizar a gravidade e os transtornos causados. Interessante perceber como o noticiário enfatizou a frequência das chuvas e ainda deu ênfase aos anos em que as enchentes foram mais violentas.

É março o mês das chuvas: todos os anos elas açoitam furiosamente esta capital... Parece, porém, que de dois em dois elas são mais violentas, mais constantes, acarretando maiores prejuízos. Foi assim em 1890, foi assim em 1906, quando até a iluminação da cidade esteve interrompida durante dois ou três dias, porque as águas invadiram os encanamentos do gás, que nessa época era o usado na iluminação pública e, na sua quase totalidade, na particular¹⁷⁷.

A matéria retomou para a chuva de 1916 e constatou que

março “tem sido verdadeiramente inclemente: mal começam a desaparecer os efeitos de uma inundação, já outra se produz”. Os efeitos foram terríveis e lutuosos, pois “há bem poucos dias, numerosas mortes foram registradas, nos arrabaldes, de Villa Isabel, especialmente, e nos subúrbios”¹⁷⁸. Entre os danos causados pelas águas de março, mais uma vez, foi relatado que “casas ruíram, muros caíram, barreiras correram, o tráfego esteve longamente interrompido, por várias vezes em todas, ou quase todas, as linhas de bonds e nas estradas de ferro”¹⁷⁹.

A torrente de chuvas no mês de março de 1916 retornou poucos dias depois. A população carioca experimentou certo alívio na segunda e na terça, com diminuição dos alagamentos e o gradual retorno aos limites dos leitos dos rios. A quarta-feira amanheceu com sol, porém, na parte da tarde, “a chuva voltou, miúda e persistente, enfadonha e implicante, e lá pelas nove horas, desandou um aguaceiro formidável, ininterrupto, que

se prolongou pela noite afora, motivando novas inundações, novas enxurradas”¹⁸⁰.

O caos urbano retornou e, novamente, afetou os transportes públicos. “Por volta de 23 horas, o tráfego dos bondes foi quase totalmente paralisado nas linhas na zona norte, especialmente Cascadura, Engenho de Dentro, Piedade e Vila Isabel – Engenho Novo”¹⁸¹. Bairros do Rio Comprido, Estácio, São Cristóvão e Vila Isabel foram afetados, por exemplo, as imediações da praça da Bandeira, da rua do Matoso, da rua de São Cristóvão e transversais, assim como boulevard de Villa Isabel e as ruas Visconde de Santa Isabel e Barão do Bom Retiro¹⁸².

A imprensa deu grande ênfase aos bairros da zona sul atingidos, principalmente, ao bairro de Botafogo. As linhas de bonde foram prejudicadas, sobretudo devido à inundação da rua Voluntários da Pátria, levando à alteração dos trajetos para São Clemente, via Túnel Velho para Copacabana. Durante a madrugada, até

essa opção foi suspensa, pois a enxurrada impossibilitou a circulação do lado da rua Real Grandeza e de parte da rua Barroso, atual rua Siqueira Campos. “Ainda em Botafogo, Voluntários e várias das ruas transversais tiveram registro de um metro de altura com a inundação chegando até a praia de Botafogo”¹⁸³.

O Centro e seu entorno foram as regiões mais afetadas, em razão do volume das chuvas e da torrente que veio dos morros de Santo Antonio, de Santa Teresa e do Castelo¹⁸⁴. O morro de Santo Antônio fazia limite com as ruas do Lavradio, Carioca, Senador Dantas, Evaristo da Veiga e ocupava parte da atual avenida República do Chile. Ficavam no morro uma das primeiras favelas da cidade e o Observatório Astronômico da Escola Politécnica, que, na década de 1920, foi transferido para o morro da Conceição, onde ficou conhecido como Observatório do Valongo. Alguns dos pontos mais inundados pela enchente naquele ano foram na zona

central da cidade, onde o trânsito dos bondes também foi interrompido ou funcionando precariamente, pois a água invadiu a estação do Silvestre e, em diversas partes, a água atingiu grande altura, como na rua do Riachuelo.¹⁸⁵

Enormes lagos foram formados na rua Treze de Maio, em parte do largo da Carioca, nas proximidades da avenida Rio Branco, nas ruas de Santo Antonio e de São José. Riachuelo, Muratori, Costa Bastos, Rezende, Senado e Inválidos também foram ruas bastante afetadas, quando, por volta da meia-noite, a água atingiu cerca de um metro, invadindo casas e estabelecimentos comerciais. Mesmo as partes novas do Centro também sofreram com a enxurrada, com o barro e a lama, provenientes do morro do Castelo, inundaram a rua Nova (atual rua México), nos fundos da Biblioteca Nacional, chegando até partes da avenida Rio Branco.

Amaro Cavalcanti tomou posse na segunda quinzena de

novembro de 1917, por indicação do presidente Venceslau Brás (1914-1918). Jurista, deputado constituinte em 1891, senador pelo Rio Grande do Norte e ministro do Supremo Tribunal Federal, era hábil homem público, que se deparou com o recorrente déficit orçamentário da cidade. Segundo matéria do *Correio da Manhã*, os gastos com os servidores públicos foi um dos primeiros problemas com que o novo prefeito se deparou, especialmente no que diz respeito à grande quantidade de funcionários “afilhados”, mas que pouco ou nada trabalhavam¹⁸⁶. Ainda em 1917, o gestor buscou pagar salários atrasados e resolver problemas variados de pagamentos. A arrecadação municipal da taxa de limpeza pública aumentou consideravelmente em 1917, pois “aumenta incessantemente o número das propriedades e dos estabelecimentos comerciais na capital”¹⁸⁷. A falta de recursos e a má gestão foram problemas comumente apontados durante todo o período republicano. Ao

longo dos anos, muitas matérias jornalísticas apontaram que a escassez orçamentária era o motivo para não se investir em várias áreas, podendo aferir que uma dessas que não recebia a atenção devida era a área destinada ao saneamento/combate às enchentes.

Acerca do jogo político carioca e do cenário enfrentado por Amaro Cavalcanti, afirmou-se que “quem se senta na mais alta cadeira da administração municipal é imediatamente assaltado por gente sem brio, sem pudor, sem moral, que se julga dominadora da capital, e sucumbe às imposições da matilha e aos impulsos, tal qual sucumbiu o dr. Sodré”¹⁸⁸. Também indicado pelo presidente Venceslau Brás, Azevedo Sodré era médico e administrou a cidade por cerca de nove meses, entre maio de 1916 e janeiro de 1917.

Outro ano de inundação devastadora foi o de 1918, quando, em janeiro, a chuva começou pouco depois das 18 horas, chegando como um

“terrível aguaceiro, como de há muito não há memória, acompanhado por uma forte e constante trovoada. De um modo imprevisito, as ruas do centro da cidade, inclusive a avenida Rio Branco e até a rua do Ouvidor, começaram a encher!”¹⁸⁹. Da mesma maneira que ocorreu em 1916, as encostas ocupadas no entorno do centro foram castigadas pelas chuvas e “as águas dos morros próximos transbordavam e se espalhavam pela cidade, transformando-a numa nova Veneza de águas cor de barro!”¹⁹⁰. As ruas da Quitanda e Uruguaiana também ficaram parecendo canais, além de outros logradouros afetados, como as ruas Sete de Setembro, Rosário, Buenos Aires, Alfândega, General Câmara, Theophilo Ottoni, Vasco da Gama, Luiz de Camões, além da avenida Passos e da praça Tiradentes. Com cerca de 30 minutos de chuva, era rara a rua que não tivesse água nas soleiras das portas, pois a chuva atingia toda a cidade. A matéria continua descrevendo a intempérie,

que parecia não acabar tão cedo, afinal, “a água, como se estivéssemos na véspera de um dilúvio, crescia sempre, enquanto no céu enevoado e barulhento, cortado pelos clarões e pelos zig-zags dos relâmpagos, a trovoada crescia, fazendo prever que a tempestade duraria muito mais”¹⁹¹.

Mais uma vez, relatos trágicos de casas inundadas, transportes paralisados, bondes enguiçados, automóveis encalhados no aguaceiro que pareciam barcos encalhados e os poucos carros que circulavam cobravam preços abusivos.

Um ou outro automóvel que aparecia com o motor em funcionamento recolhia de todos os lados onde havia gente refugiada, braços aflitivos que apelavam para a generosidade do “chauffeur”. Ora, a generosidade do “chauffeur” cifrava-se sempre numa terrível extorsão, extorsão que é sempre demorada e violenta por ocasião de todas as chuvaradas e que ontem chegou à impudência do roubo, porque o que os “chauffeurs” fizeram ontem era um roubo audacioso, provando eloquentemente à população da cidade que a Inspeção de Veí-

culos é uma pura fantasia, sem eficiência alguma para reprimir os abusos¹⁹².

Diante dos desastres e dos grandes prejuízos ocasionados pelas chuvas, os jornais fizeram menção, novamente, ao importante trabalho da Polícia e do Corpo de Bombeiros. O texto descreveu também os impactos sobre o cotidiano da cidade nesses dias de chuva, como o comércio, as casas de diversão e os teatros que encerraram as atividades mais cedo ou cancelaram as apresentações. Por outro lado, os cinemas do Centro contaram com público maior que o usual.

A chuva teve uma influência imediata sobre os theatros, porque, às 9 horas da noite, começou verdadeiramente o êxodo de população, que fervilhara todo o dia na cidade, para os seus bairros, com destino às suas casas. As empresas teatrais resolveram fechar as suas casas de espetáculos. O Trianon, por exemplo, deixou de dar espetáculo porque a chuva lhe inundara a caixa. Deu trabalho aos artistas, mas este foi apenas o do ensaio da “A bisbilhoteira”. Só os cinemas não suspenderam as suas sessões,

exceção feita do Odeon, que não deu a sessão das 9 horas. Os outros todos funcionaram e, em pleno aguaceiro, tiveram enchentes. Toda a gente que queria fugir da chuva mentia-se num cinema para ver uma fita. Era mais prático e menos maçante que estar debaixo de um toldo ou dentro de um corredor, à espera ansiosa de que a chuva passasse e as águas das ruas diminuíssem de nível!¹⁹³.

O temporal começou entre o final da tarde e o início da noite, em um dia da semana. Na região central, muitas pessoas estavam no trabalho ou prestes a sair, de modo que foi no caminho para as suas residências que elas foram surpreendidas pela chuva torrencial, e grande parte desses trabalhadores ficou dentro dos cafés, e, às portas das casas mais elevadas, viam-se postadas, em grande número, pessoas de ambos os sexos. A matéria jornalística menciona: “As demoiselles que se empregam nos vários ateliers espalhados pela cidade, grupadas às portas dos mesmos, aguardavam a estiada”¹⁹⁴, ressaltando, ainda, a presença significativa de mulheres no mercado de trabalho da capital federal.

Outras áreas da região central também foram afetadas, pois “grande número de ruas permaneceram como um verdadeiro oceano”¹⁹⁵, especialmente em torno da praça da República, atingindo até a rua Marquês de Pombal e a avenida Salvador de Sá. Na rua Marechal Floriano, foi registrado meio metro de água, e, segundo “um velho comerciante ali estabelecido, ouvimos não haver lembrança de ter àquela anterior enchido tanto. Nem mesmo na inundação de 1906, que, é voz geral, não alcançou as proporções da de ontem”¹⁹⁶.

As águas cheias de barro invadiram estabelecimentos comerciais nos bairros, gerando grandes prejuízos a dezenas de comerciantes. Também os periódicos sofriam com as constantes inundações na cidade, como a sede do jornal *O Paiz*, que foi parcialmente inundada, e do *Correio da Manhã*, com prejuízos consideráveis, sobretudo nas oficinas de impressão e no escritório.

A água, aumentada da que vinha do morro de Santo Antônio, inundou completamente os subterrâneos da machina de

impressão e o tanque do elevador. Os serviços do Corpo de Bombeiros foram requisitados e, sob o comando do próprio comandante, coronel Ribeiro da Costa, compareceu o pessoal necessário. (...) Com a inundação do subterrâneo da rotativa do “Correio”, ficou ella em estado de não poder funcionar.

Além disso, todo o “stock” de papel, cerca de 25 bobinas, ficou inutilizado.

Só depois das 11 horas da noite deram os bombeiros por terminados os seus serviços¹⁹⁷.

O ano de 1918 foi atípico, não somente por causa da reincidência de grandes chuvas, mas, também, pela terrível epidemia de gripe espanhola que assolava o Brasil e a capital federal.¹⁹⁸ No campo político, a cidade tinha novo mandatário fazia poucos dias, pois Peregrino da Silva, advogado e bibliógrafo, assumiu interinamente a prefeitura entre meados de novembro e princípio de janeiro de 1919. Em sua curta gestão não teve espaço político ou administrativo para grandes realizações, exceto tentar atenuar os problemas causados pela nova enchente.

A conjuntura de 1918 foi marcada pelo fato de Rodrigues Alves ter adoecido em razão da epidemia e pela posterior posse do vice-presidente Delfim Moreira (1918-1919), que também ficou interinamente no poder. Em decorrência da morte de Rodrigues Alves, nova eleição foi realizada, como previa a Constituição de 1891, sendo eleito Epitácio Pessoa (1919-1922). Na breve passagem pela presidência, Delfim Moreira concentrou ações na capital federal, em parceria com o engenheiro Paulo de Frontin, que ficaria meses no cargo durante o ano de 1919. Na gestão municipal, o prefeito priorizou a abertura de novas avenidas e melhoria no sistema de abastecimento de água.¹⁹⁹ Frontin, assim como outros mandatários, buscaram resolver alguns problemas da cidade, mas, mesmo após as fortes chuvas de 1918, sua gestão não priorizou combater as causas das enchentes.

Ainda no ano fatídico, ocorreram outras inundações além das registradas durante o verão.

Na edição do dia 24 de novembro, o jornal *Gazeta de Notícias* destacou que a cidade, no dia anterior, foi castigada por um temporal e esteve por duas horas inundada, com desabamentos e outros prejuízos materiais.

O violento temporal de ontem à noite desabou sobre a cidade, como sempre sucede em tais ocasiões, e trouxe como consequência a inundação de quase todas as ruas do centro da cidade, inclusive uma parte da avenida Rio Branco, a rua do Ouvidor, a Gonçalves Dias, a da Quitanda e muitas outras nas proximidades, que ficaram transformadas em verdadeiros rios²⁰⁰.

A reportagem destacou “como de ordinário, na sua maioria, os bueiros de escoamento das águas pluviais entupiram, logo ao começo da queda do temporal, e daí a enchente, uma das maiores que se tem visto nesta capital”²⁰¹. Ano após ano, o cenário se repetia e, novamente, a região central teve muitos dos principais logradouros completamente inundados. Além dos já citados, também tiveram registro de alagamento as ruas dos Andradas, Sete de

Setembro, Quitanda, Buenos Aires, Alfândega, General Câmara e Ouvidor. Várias localidades do Centro “ficaram transformadas em uma caudal, que durante mais de uma hora permaneceu, interrompendo o trânsito dos peões menos afoitos, que tiveram assim de ficar sob os toldos ou a porta das casas comerciais, à espera que as águas escoassem”²⁰².

Várias ruas da Lapa também foram afetadas pelo temporal, como a rua Joaquim Silva, no princípio, principalmente o beco dos Carmelitas e a rua Moraes e Valle estiveram, por horas, intransitáveis. A região do Centro entre a Cinelândia e o Passeio Público também foi afetada, e a matéria ainda destaca a presença de estrangeiros em meio ao caos urbano.

Na rua das Marrecas, apareceram, quando a água caía em catadupas, vários marujos americanos, que, naquela hora, já se reuniam à esquina, no Café Avenida. O aguaceiro animou-os, e, de calças suspensas até as coxas – de parceria com os indivíduos que nessas ocasiões aparecem sempre para carregar

às costas os incautos – empregaram o tempo a fazerem outro tanto, galhofeiras, atirando com um ou outro desprevenido no meio d’água²⁰³.

Em todas as tempestades que ocorreram na cidade, atos de solidariedade por parte dos transeuntes foram registrados, mas, o que torna o episódio dos marinheiros norte-americanos digno de nota foi, justamente, a mescla da iniciativa de ajudar e as brincadeiras, as tais galhofas, algo também presente entre os cariocas, por ocasião dessas enchentes.

A reportagem ressaltou, mais de uma vez, a ausência de registros de roubo ou algum caso de violência nas delegacias de polícia. Contudo os bombeiros tiveram muito trabalho em todas as regiões da cidade. Na Tijuca, a corporação foi chamada à rua Conde de Bonfim, na casa 926, onde a chuva causou consideráveis estragos. O populoso bairro de São Cristóvão foi um dos que mais sofreu com a interrupção do trânsito e com acidentes de automóveis, o que agravou

ainda mais a circulação na região. Além da zona norte, os bombeiros também foram chamados no Humaitá e em outras localidades da zona sul.

Os bairros de Botafogo, Gávea, Flamengo e Catete foram atingidos, pois partes das ruas Voluntários da Pátria e São Clemente encheram. A General Polidoro virou um lago: “Não havia notícias de desgraças pessoais, mas vinham notícias dos postos e estações de que casas e casas, quer do Catete, quer de Botafogo, estavam sendo invadidas pela água, e, na praia do Flamengo, foram reclamados os serviços daquela corporação. Pessoas que ali estavam foram colhidas pela aguaceira e viram-se privadas de qualquer meio de transporte, pois os bondes paralisaram e os autos não trafegavam”. As margens da lagoa Rodrigo de Freitas ficaram cobertas de lama, como usualmente acontecia, e chegou a afetar as construções ao redor. Devido à força da enxurrada, uma barreira desabou na estrada Niemeyer, impossibilitando a circulação.

A Cidade Nova é a “zona que compreende quase todo o Mangue”²⁰⁴, e passou por reformulação durante o mandato do prefeito Pereira Passos (1902-1906). A rua de Santana foi uma das que mais sofreram, inclusive uma vila, com sessenta casas, ficou com água numa altura considerável. Os moradores tiveram grande prejuízo, pois os móveis foram arrancados das casas e flutuavam na vila. A polícia do 14^o distrito e os bombeiros foram chamados para prestar socorro às famílias.

O setor cultural também foi prejudicado com o temporal, pois a chuva desabou justamente na “hora costumeira dos teatros abrirem as suas portas. Foi um salve-se quem puder, pois ninguém podia vencer a água, que, cheia de lama, enchia a praça Tiradentes e ruas circunvizinhas”. O público não se direcionou para as casas de espetáculos e as fachadas foram apagadas.

Uma questão que mereceu destaque acerca dessa inundação diz respeito ao modo como

a imprensa noticiou, de maneira pormenorizada, os problemas dos rios que transbordaram nos subúrbios e dos efeitos em alguns bairros, como no Méier.

Do lado da rua Dias da Cruz, quase todas as casas comerciais fronteiras à estação sofreram a invasão das águas. (...) Um pequeno rio existente na rua Imperial ficou transbordante, alagando a via pública numa grande extensão, forçando, assim, a paralisação do tráfego de bondes por ali²⁰⁵.

Em quase toda a cidade do Rio, havia rios e riachos; por ocasião das fortes chuvas, a população que morava no entorno desses fluxos de água ficava sobressaltada e com receio de, mais uma vez, transbordarem. Tal situação aconteceu ao longo da história da cidade, com permanência no século XXI.

No Encantado, os rios chamados dos Frangos e do Faria encheram de tal forma que as águas ameaçavam invadir as casas vizinhas aos mesmos. A rua Assis Carneiro, na Piedade, ficou completamente alagada. As casas comerciais situadas no largo da Piedade foram invadidas pela enxurrada, que, entretanto, não causou danos de monta. Os buci-

ros ali existentes não foram suficientes para dar escoamento às águas, dando isso em resultado ficar o trânsito interrompido durante longo tempo. Em Cascadura, não só as ruas ficaram inundadas, como a vala que margeia o leito da linha da Central ficou, durante muitas horas, transbordando. No mesmo modo, Madureira e o Rio das Pedras ficaram bastante alagadas.

O Rio existente nessa última estação encheu extraordinariamente. Até Realengo a enxurrada foi grande. (...) no entanto, não teve grandes proporções, segundo nos informaram as autoridades policiais do Guandu, Campo Grande e Santa Cruz²⁰⁶

A chuva que durou mais de três horas também afetou vários bairros dos subúrbios. A estrada de ferro teve o funcionamento interrompido por horas. As habitações mais pobres, em várias partes da região suburbana, foram mais afetadas pela invasão das águas. Os efeitos do aguaceiro também foram sentidos no entorno das estações de São Francisco, Rocha, Riachuelo e Engenho Novo. As ruas 24 de Maio e Dona Ana Nery ficaram completamente alagadas. Fechava-se a década com mais uma inundação.

AS INUNDAÇÕES DA DÉCADA DE 20: 1920, 1922, 1924 E FEVEREIRO DE 1928

Os anos 1920 começaram na cidade do Rio com duas mudanças de prefeito no mesmo ano, ambos indicados pelo novo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Ainda no final de julho de 1919, tivemos o advogado Sá Freire, parente de Nilo Peçanha e atuante abolicionista e republicano durante o Segundo Reinado (1840-1889). Seu antecessor foi Paulo de Frontin, que realizou grandes obras na cidade e deixou a prefeitura em péssimas condições financeiras. A gestão municipal de Sá Freire buscou um programa de contenção de gastos, especialmente no número de funcionários e fez cortes significativos no orçamento da Diretoria Geral de Obras e Viação, responsável pelas ações que poderiam amenizar as causas e as consequências das chuvas.

Nos últimos dias da gestão do prefeito Sá Freire, a cidade sofreu com outra enchente: “Vários foram os bairros da cidade que, devido às chuvas caídas de anteaontem para cá, ficaram completamente inundados”²⁰⁷. As águas dos rios Joana e Maracanã transbordaram do leito e atingiram as ruas nas margens de São Cristóvão. Na praia de Botafogo, o trecho próximo ao Pavilhão de Regatas – lugar frequentado pela elite carioca e inaugurado pelo prefeito Pereira Passos – teve a circulação prejudicada.

Diante da enchente, o prefeito, o diretor de Obras Otavio Penna, os engenheiros Gama Lobo e Torres de Oliveira, percorreram “ontem, logo de manhã, toda a cidade e os bairros sacrificados pelas chuvas, tomando as necessárias providências”²⁰⁸. Uma turma de operários foi enviada para a rua Figueira de Mello, em São Cristóvão, onde estava sendo construída uma ponte no rio Joana, “a fim de ser feita a desobstrução

do mesmo, em virtude de a enchente haver acumulado ali grande quantidade de águas. No rio Maracanã, foi feito também o mesmo serviço, ficando seu leito completamente livre”²⁰⁹.

Souza e Silva, superintendente da Limpeza Pública, destacou que esses serviços foram muito úteis na zona norte e que outros grupos de trabalhadores também foram enviados para Botafogo, munidos de bombas para fazer o esgotamento das águas e da lama acumuladas em algumas ruas do bairro e liberar a circulação dos meios de transporte no bairro da zona sul. O Mangue recebeu atenção de uma equipe que atuou na desobstrução do canal, “cujas águas ameaçavam transbordar, pois grande quantidade de lama e de barro, arrastada dos morros vizinhos, foi extraída dali e transportada em carroças da Limpeza Pública”.

Depois das visitas que fez, o prefeito se reuniu com Octávio Penna para buscar solução para o “problema de canalização de água sob as

pontes, cujos canos, devido ao seu grande diâmetro, dificultam o escoamento das águas”²¹⁰. Contudo Sá Freire foi substituído, poucos dias depois, por Carlos Sampaio, engenheiro e professor da Escola Politécnica.²¹¹ Durante o mandato do prefeito Barata Ribeiro, na década de 1890, Sampaio participou da equipe que arrasou o morro do Senado, cujas terras foram usadas para aterrar o saco de São Diogo e as praias das Palmeiras, dos Lázarus e Formosa, na região de São Cristóvão.

A principal incumbência de Carlos Sampaio era preparar a capital federal para a comemoração do I Centenário de Independência do Brasil, que seria realizada em 1922. A precária situação das finanças da prefeitura era o principal entrave, sendo a obra mestra de sua gestão o arrasamento do morro do Castelo e a construção, nessa região, da Exposição Internacional. O embate sobre a destruição de um lugar histórico da cidade ganhou as

páginas dos jornais, assim como o processo de desapropriação dos prédios e o fato de alojar a população retirada do Castelo. O uso de bombas hidráulicas facilitou o trabalho, e as terras do morro foram levadas para aterrar a praia de Santa Luzia e a enseada da Glória.²¹²

A gestão também foi responsável pela obra da avenida em torno do morro da Viúva, no Flamengo, nomeada em homenagem ao Rui Barbosa. Importantes reparos também foram realizados na avenida Atlântica, em Copacabana, que teve a pavimentação parcialmente destruída por ressacas. Ainda na zona sul, a região da lagoa Rodrigo de Freitas recebeu atenção especial, pois foi iniciada a construção da avenida Epitácio Pessoa, assim como o embelezamento e o saneamento das margens, que eram consideradas inabitáveis e vistas como focos de doenças.²¹³

Na zona norte, a construção da avenida Maracanã foi uma importante obra de

saneamento e urbanização na região, ao buscar conter as frequentes inundações do rio Maracanã. Em São Cristóvão, os rios Trapicheiro, Joana e Maracanã foram desobstruídos, e a avenida do Exército foi construída com o objetivo de ser destinada às paradas cívicas do sete de setembro.²¹⁴

Domingo, dia 9 de abril de 1922, a imprensa noticiava que “a cidade, desde a noite de sexta-feira, se acha debaixo d’água, reproduzindo-se, desta vez, com mais intensidade e duração, a enchente. Chove quase sem interrupção há 24 horas”²¹⁵. A cobertura jornalística destacou que o Rio de Janeiro ficou inundado entre a sexta à noite, dia 7 de abril, passando a madrugada e durante todo sábado, com muitas ruas completamente alagadas e desabamentos de casas com vítimas. Os danos causados pela grande tempestade eram incalculáveis.

As chuvas desse ano ocorreram em meio ao arrasamento de morros na região central

e a obras de vários prédios que estavam em curso para as comemorações do Centenário da Independência.

As inundações oferecem agora outro grande inconveniente: a lama, proveniente das enxurradas dos morros, principalmente do Santo Antônio, em virtude das obras de “embelezamento”, que têm sujado as ruas centrais da cidade, tornando algumas delas intransitáveis, como a do Lavradio²¹⁶.

A rua do Lavradio ficava na cercania do morro de Santo Antônio, que estava sendo parcialmente arrasado no contexto de reforma urbana da gestão municipal de Carlos Sampaio. A força da água levou a lama dessas encostas para a parte baixa do Centro, pois a “proteção” da mata e das construções foram removidas. A matéria reafirmou o que já se sabia sobre a cidade.

As enchentes no Rio são, infelizmente, um mal que vem de longe e periodicamente se verificam, causando à vida carioca danos consideráveis, como neste ano, que assinala por essas calamidades, pois já duas inun-

dações formidáveis sofreu com rápido intervalo, a nossa urbs²¹⁷.

Mais uma vez, a capital federal ficou inundada, paralisando o serviço de bondes e dificultando a circulação de automóveis. Dessa vez, a imprensa mencionou que o temporal também causou estragos em Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro, com desabamentos e interdições de várias vias públicas. A matéria retomou a série de reportagens e entrevistas publicadas em 1911, constatando que, “desde essa época até hoje, apesar de onze anos passados, o problema continua insolúvel, pois, de quando em quando, as chuvas torrenciais fazem transbordar... o Rio”²¹⁸.

Em novembro de 1922, o deputado federal por Minas Gerais, Alair Prata assumiu a prefeitura do Distrito Federal, a convite do presidente Arthur Bernardes (1922-1926). O engenheiro permaneceu no cargo todo o quadriênio, e sua gestão enfrentou perseverantes

críticas da imprensa e atravessou diversos movimentos de oposição ao governo federal, que refletiram na cidade do Rio. Mais uma vez, o gestor municipal se deparou com problemas orçamentários e teve de limitar as obras que herdou da gestão anterior. Depois de estabilizar as finanças municipais, Alair acabou realizando obras como: abrir ruas nas margens da lagoa Rodrigo de Freitas, remodelar o túnel Velho, em Copacabana, dar prosseguimento à construção do canal da avenida Visconde de Albuquerque, no Leblon, promover a abertura de ruas na Urca, na zona sul. Na zona norte, abriu ruas no Grajaú, deu prosseguimento à canalização do rio Joana, a partir da rua Maxwell, e alargou essa essencial via de ligação entre diversos bairros, algo que contribuiu para evitar maiores inundações, e também remodelou o Largo da Carioca, no Centro. Em razão da ressaca de julho de 1925, fez obras na orla das avenidas Beira-Mar e Atlântica, na zona sul.²¹⁹

As enchentes de 1924 tiveram várias peculiaridades, sendo uma delas o fato de que a inundação não se restringiu   capital federal e ao estado do Rio de Janeiro, atingindo, também, outras regiões do Sudeste. As enchentes ocorridas em outras unidades federativas atrapalharam a vida do carioca. Além disso, foi a primeira vez que se encontrou o registro de um boletim meteorológico nas páginas dos jornais consultados. A notícia destacou os danos causados nos subúrbios da cidade.

Desde o início do ano de 1924, as chuvas fortes ca am sobre a região Sudeste do Brasil, mas, na primeira quinzena de fevereiro, chegou-se ao ponto de quase inviabilizar a circula o entre a capital federal e os estados do Rio, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Como era noticiado, “as torneiras do céu se abriram, neste começo de ano, sem que até agora se fechassem. E, a água cai aos jorros, como se estivesse o mundo

na perspectiva de um novo dilúvio”²²⁰. A linha férrea que passava pela cidade mineira de Juiz de Fora foi invadida pelas águas do rio Paraibuna e seus afluentes, inviabilizando parte do tráfego com o estado do Rio.

Diversas cidades fluminenses ficaram inundadas, como Campos, onde houve desabamento de prédios no perímetro urbano e danos nas zonas rurais, com chuvas que ultrapassaram 48 horas ininterruptas. O mesmo aconteceu em outros municípios e em povoa es às margens do rio Paraíba do Sul. As liga es de trem entre o norte fluminense e a capital federal ficaram suspensas, pois a linha férrea foi inundada entre Macaé e Araruama. Os ramais que cruzavam o território fluminense estavam parcialmente paralisados em diversas localidades e, com isso, o abastecimento de leite na cidade do Rio ficou comprometido, em razão da impossibilidade de transporte do produto, que vinha de Minas. Em virtude da calamidade, outros g neros

de primeira necessidade também escassearam e, como consequência, encareceram no comércio da capital federal.

A matéria jornalística alegou que o carioca, durante o verão, tinha de escolher entre duas realidades: “  preferível o calor e ficarmos suando às bicas do que estarmos na iminência de voltar   época do homem primitivo, forçado às habita es lacustres”²²¹. A inunda o da cidade foi agravada pelo transbordamento de rios, e a força da chuva causou desastres e mortes, “como, há dias, se verificou, com o deslocamento de um bloco de pedra de um morro, que sacrificou quatro vidas”²²².

Menos de dois meses após a enchente de fevereiro, toda a cidade do Rio foi castigada por outro temporal: “do centro aos mais afastados arrabaldes”²²³. A manchete destacava que, no morro de São Carlos, no bairro do Estácio, zona norte, um casebre desabou e causou as mortes de uma senhora e de uma criança. O

comentário a seguir trouxe uma perspectiva da percepção da época sobre as favelas.

E oxalá ainda motivado por esse mesmo mal, outros desastres se não amontoem ainda, uma vez que, como se sabe, as vertentes dos morros continuam habitadas por pessoas de classes pobres, em humildes barracões, sob a ameaça de enormes pedras naqueles suspensas, até agora, por milagre²²⁴.

De acordo com o redator da matéria, os trabalhadores construía**m** barracões rústicos, “feitos de pau a pique, de tábuas”²²⁵, no alto dos morros, para resolver o problema de acesso à moradia e o dos elevados preços dos aluguéis.²²⁶

Por muitas vezes, as camadas mais pobres da população não eram lembradas pela imprensa nas primeiras décadas do século XX, exceto em momentos de intempéries climáticas ou de violência urbana. Considerando a importância de personificar as vítimas das chuvas no Rio, o operário Manoel dos Santos, sua esposa Maria de Jesus, a

filha Maria da Conceição, então com 5 anos, e a sogra Albina Barreira, com 54 anos, moravam no “Caminho da Capella, na vertente da rua que dá nome ao morro. Era uma morada feita com algumas tábuas e estuque rústico, dividida em três compartimentos, dois para dormir e um para refeição”²²⁷. Parte da construção cedeu com a força da chuva e o quarto onde dormiam a criança e sua avó desabou. Manoel ainda tentou salvá-las, mas elas ficaram soterradas debaixo das tábuas e do barro que descia o morro.

Outros locais da cidade onde residiam trabalhadores também foram afetados, como o desabamento de um barracão na rua Santa Cristina, em Santa Teresa, sem vítimas fatais, pois os moradores se retiraram quando ouviram ruídos. Na região central, parte de uma construção caiu sobre uma casa, ferindo uma moradora que dormia.

A avenida Rio Branco foi tomada por “espesso lençol de água barrenta”, algo que nem sempre acontecia. O mesmo

aconteceu com Lapa, Catete e Botafogo. Da mesma forma que a zona sul, a zona norte também foi afetada, em lugares como a Praça da Bandeira, São Cristóvão e Maracanã, bairros que costumeiramente sofriam com as chuvas. O canal do Mangue transbordou, e em todas as partes da cidade o fornecimento de energia elétrica, o sistema de telefonia e várias linhas de bondes ficaram comprometidos por muitas horas.

Novamente, a enchente na Tijuca e nos arrabaldes tomou grande proporção, devido às águas que desciam dos rios Trapicheiro e Maracanã. A rua do Mattoso e o entorno ficaram alagados, com casas invadidas pela enchente. “A Praça da Bandeira era um imenso lago, tendo as casas comerciais ali existentes sofrido, com isso, grandes prejuízos”²²⁸.

Os setores de serviços foram afetados, como o Posto Central de Assistência, onde a água atingiu 50 centímetros de altura, contudo “o serviço de

socorro correu normalmente, fazendo ainda as ambulâncias o transporte de populares”²²⁹. As estações do Corpo de Bombeiros trabalharam incessantemente e várias unidades serviram de base para os desabrigados.

Por falar nos subúrbios, em todos os cantos “caiu a chuva com a mesma impetuosidade, alagando ruas e estradas, que, na sua maioria, se tornavam intransitáveis”²³⁰. Um prédio desabou na rua Barão do Bom Retiro, no Engenho Novo, mas a família do operário Jeronymo Loureiro conseguiu se salvar. As ruas próximas da estação de trem do Méier ficaram alagadas, com água acima de meio metro.

No final do ano, outro temporal castigou a capital federal, no domingo, dia 7 de dezembro, em que a cidade esteve durante horas sob uma tromba d’água. Segundo Sampaio Ferraz, então diretor do Serviço de Meteorologia, “viu-se que o temporal que desabou domingo

sobre a cidade foi um dos maiores, quase o maior mesmo que até agora tivemos”²³¹.

Mais uma vez, a cobertura jornalística trouxe várias notícias sobre interrupção dos bondes, principal transporte público, possibilitando que alguns taxistas escolhessem passageiros e cobrassem valores abusivos por corridas. Também ocorreu alagamento em todas as regiões cariocas.

Todo o centro da cidade, desde a avenida Rio Branco, encheu-se de um lençol de água turva. Na Glória, nas Laranjeiras, em Botafogo, em Copacabana, isto pela zona Sul, como pelas freguesias do Sacramento, Santo Antônio, Sant’Anna, não houve rua ou praça que não oferecesse o mesmo desolador espetáculo²³².

De forma mais intensa que a zona sul e a região central, os subúrbios foram mais castigados, pois a enxurrada alagou, praticamente, todas as ruas, com “famílias inteiras apenas com a roupa que vestiam, crianças ao colo fugiam espavoridas, horrorizadas, abandonando os seus lares, todos tomados pelas águas!”²³³.

Muitas partes nas proximidades, os rios ficaram com dois a três metros de altura, como nos bairros de Cascadura, Encantado e vizinhanças, onde muitos animais domésticos morreram afogados. As estações férreas de Cascadura e Méier foram as mais atingidas pela enxurrada: “a água transformou as plataformas em ilhas, impedindo que os passageiros saíssem”²³⁴. As linhas de bonde foram interditadas em razão do “espesso lençol de lama, vindo dos morros, (que) cobriram as linhas dos bondes”²³⁵. Em vários trechos, o muro que ladeava as linhas férreas da Central do Brasil desabou, inclusive nas margens da avenida Suburbana, onde estabelecimentos comerciais foram invadidos pela enchente.

No Méier, a rua Dias da Cruz era o escoadouro das águas que vinham dos morros das imediações e, costumeiramente, grande quantidade de barro tampava os ralos, repressando a enxurrada que invadia residências e casas comerciais.

Acerca da principal rua do bairro, a matéria destacou: “Essas águas, antes de feitos os muros da Central do Brasil, não se acumulavam tanto, porque escoavam, em parte, por um bueiro no leito das linhas, o que agora impede o muro que sustenta o gradil”²³⁶.

Na vizinhança da delegacia do 20º distrito policial, localizado na avenida Amaro Cavalcante, Encantado, várias pequenas casas foram inundadas até altura de 1 metro por um rio que passava ao fundo das habitações. A enxurrada vinha por trás, seguia até a frente da casa e, no percurso, levava o que tinha pela frente. As famílias perderam todos os poucos pertences. Os policiais militares que estavam de plantão salvaram as pessoas, “porque, contrariando as suas tradicionais maneiras de ação em casos tais, os bombeiros do Méier, se recusaram a atender ao pedido de socorros que lhes foi feito pela delegacia, com a resposta de que no Encantado não havia inundação!”²³⁷. Provavelmente, foi

o caso recorrente de atraso na difusão de informações durante as intempéries, pois a corporação dos bombeiros era costumeiramente elogiada pela imprensa.

Ainda no bairro do Encantado, algumas casas que ficavam em nível muito baixo em virtude do calçamento e localizadas próximas a uma ponte foram invadidas pela enxurrada na rua Goiás. No encontro das ruas Fagundes Varela e Arariboia, o muro na margem do rio, que passava por ali, foi destruído, e a família que morava na imediação teve de deixar a casa. Por causa da violência das águas, a murada de anteparo de um prédio, localizado na rua Glauco Velasques, desabou, e parte dos fundos da construção também ruiu.

Além dos prejuízos materiais em quase toda a cidade, houve um óbito no bairro da Abolição. O corpo do operário Manoel Matheus Vieira foi encontrado junto de uma ponte, na rua Abolição. De acordo com o apurado pela reportagem, o morador tentou atravessar a

ponte quando estava submersa e foi levado pela água.

No bairro de Cascadura, “em ambos os lados das linhas da Central do Brasil, a água atingiu uma altura jamais registrada ali”²³⁸. A rua Nerval de Gouvêa, entre Cascadura e Quintino, mais perto da estação, a água ultrapassou a vala que margeava as linhas férreas, passando de um metro, e as casas comerciais ficaram inundadas, inclusive, o Cinema Mundial, que não tinha terminado a matinée infantil, deixando muitas crianças e familiares ilhados.

Nas primeiras décadas do século XX, existia uma estação de trem chamada D. Clara, em Madureira. Em suas proximidades, sempre que vinham as grandes tempestades, a falta de escoamento adequado tornava-se um grande problema: “toda essa localidade se transformou num mar, abandonando as famílias as suas casas”²³⁹. A segunda estação do bairro se localizava nas proximidades das atuais ruas Dona Clara, Agostinho Barbalho, Ewbank

da Câmara e Domingos Lopes. Diversas ruas de Madureira ficaram alagadas, como Capitão Macieira e Américo Brasiliense, afetando residências e estabelecimentos comerciais: “a firma J. Maranhão & C., da casa de fazendas à rua Domingos Lopes, sofreu um prejuízo de cerca de um conto de réis, em peças de fazenda estragadas pela água”²⁴⁰.

O temporal também causou danos em Niterói, com corte de energia elétrica, suspensão do funcionamento dos bondes e desabamento de muros em várias partes da cidade. Os bairros do Fonseca e de Santa Rosa foram os mais atingidos. A edição do dia 7 de dezembro divulgou o Boletim Meteorológico com a seguinte previsão.

Previsões para o período das 6 horas de ontem até as 6 horas de hoje: Distrito Federal e Niterói:

Tempo – Ameaçador, sujeito a aguaceiros, passando gradativamente a bom, com nebulosidade variável.

Temperatura – Em declínio à noite, em ascensão de dia, com máxima entre 26 e 28 graus.

Ventos – Normais, com predominância dos de sul a leste frescos por vezes.

Estado do Rio:

Tempo – Ameaçador, sujeito a aguaceiros, passando gradativamente a bom, com nebulosidade variável, salvo a leste, que será ameaçador, com chuvas.

Temperatura – Em declínio à noite, em ascensão de dia, salvo a leste, onde será estável.

Tendência geral do tempo após às 6 horas da tarde de hoje – Bom.

Provavelmente, as condições climáticas na cidade melhoraram, e o ano se findou sem menções a chuvas intensas. A última enchente ocorrida na década de 1920 foi a do ano de 1928, sendo esta tão trágica quanto a de 1924.

Ainda em 1926, o político e engenheiro paulista Prado Júnior assumiu a prefeitura do Distrito Federal, por indicação do presidente recém-eleito Washington Luís (1926-1930). Durante sua gestão, foi elaborado o Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade do Rio de Janeiro, coordenado pelo urbanista

francês Alfred Agache. O projeto foi concluído no final do mandato de Prado Júnior e não chegou a ser implementado, porém influenciou outros projetos urbanísticos da cidade. A Companhia Geral de Obras e Construções calçou ruas, construiu galerias pluviais, reformou estradas de rodagem para Petrópolis e para São Paulo e, ainda, ergueu muralhas de sustentação em trechos da avenida Suburbana. Diversas ruas da zona sul passaram por remodelação. Diante do aumento dos casos de malária e de febre amarela, funcionários da prefeitura passaram a fiscalizar os serviços das empresas “contratadas para promover a limpeza e o saneamento dos córregos, rios e valas, bem como o aterro dos terrenos baixos sujeitos a alagamento, reduzindo as áreas que poderiam acumular água parada”²⁴¹.

Mesmo diante das ações da prefeitura, as enchentes vieram com força total, pois, no final do mês de janeiro de 1928, aconteceu um aguaceiro

durante 4 horas, o qual transformou as ruas em rios e as praças em brejos e lagoas.

As grandes chuvas, aqui ou ali, no centro da cidade, nos arrabaldes ou nos subúrbios, causam a nós outros, que temos necessidade de nos locomover, os maiores dissabores, não deixando, também, de serem altamente prejudiciais para aqueles pelas águas que não encontram escoadouros e sobem a mais de metro de altura²⁴².

(...). Por toda a nossa cidade em que, mesmo depois de uma pequena chuva, ficam inacessíveis e intransitáveis durante horas seguidas. (...). Pois bem, a nossa cidade, ontem, viveu todas essas cenas, prejudiciais para toda a população. Há muito tempo que não tínhamos um aguaceiro esse que veio suceder ao calor abafadiço da última semana²⁴³.

Os sistemas de transportes públicos, mais uma vez, pararam; poucos ônibus transitavam, os bondes podiam ser vistos enfileirados em vários pontos da cidade, as linhas férreas da Central do Brasil e da Leopoldina tinham dificuldade de operar e os táxis que circulavam

aproveitavam-se da situação e cobravam preços exorbitantes por pequenas corridas.

Alguns logradouros ficaram mais inundados que outros, em razão da deficiente canalização dos esgotos, entre outras causas. Na Praça da Bandeira, que estava em obra de pavimentação e de troca dos trilhos dos bondes, ficou impossível circular, e os poucos carros nas proximidades evitaram passar por lá, para não caírem em um bueiro escondido sob as águas. Esse local já era conhecido na cidade como um dos primeiros que alagava, mesmo diante de pouca chuva.

Outro lugar do Rio que o público leitor do jornal já sabia que alagava era a região do entorno da avenida do Mangue, onde “o trânsito somente se fazia com absoluta dificuldade”²⁴⁴. Muitas ruas do Centro também foram inundadas, como Inválidos e Lavradio, onde casas comerciais e residências tiveram enormes prejuízos. A vazão da enxurrada

atingiu a rua do Ouvidor, a avenida Rio Branco e transversais até a praça Mauá.

O Largo da Carioca tinha passado por recentes intervenções, mas continuava sofrendo com as enchentes, pois a água e o barro que vinham com força das encostas do morro de Santo Antônio desaguavam no largo e atingiam quase meio metro, “fazendo com que as pessoas que se achavam no Café Victoria, no Bar Nacional e em outras casas comerciais tivessem de se sentar sobre as mesas para não ficar com águas pelos joelhos”²⁴⁵.

Em São Cristóvão, os bondes trafegavam com dificuldade e “os trens, quando passavam em S. Cristóvão, eram qual lanchas, de tal modo que o limpa-trilhos cortava a água que subia à altura dos “trucks”²⁴⁶. As ruas desse bairro da zona norte também ficaram alagadas. Em várias partes dos subúrbios, não foi diferente, como em parte da rua 24 de Maio, que ficou

intransitável na altura da estação do Riachuelo.

A matéria jornalística destacou que o regulamento do Corpo de Bombeiros não permitia intervenção, “a não ser em casos de desabamento ou quando haja vítimas”, Então, diante dos “pedidos de socorro para a desobstrução de ruas, escoamento e porões e outros desimpedimentos”²⁴⁷, nada podiam fazer. A atuação da corporação se restringiu a afastar a população de lugares que poderiam oferecer alguma calamidade.

Diferentemente de outras tempestades, essa não trouxe desabamentos nem vítimas.

Isso é compreensível, dada a pouca duração das chuvas. Esses casos dão-se geralmente quando as chuvas se prolongam por vários dias, quando, então, a terra vai fugindo aos alicerces, pela filtração de água, produzindo a aluição de edifícios ou mais comumente dos pequenos casebres. As casas que mais estão sujeitas a desabamento são as construídas em morros ou encostas, devido à enxurrada que carrega com a terra²⁴⁸.

Na época, já havia a percepção de que as construções nos morros eram mais suscetíveis às catástrofes provenientes das chuvas, mas muito pouco ou praticamente nada era feito em termos de política urbanística.

Pouco depois, outro temporal castigou a capital federal. A chuva que caiu no domingo, dia 26 de fevereiro, motivou a manchete da capa, que estampava: “A sinistra vergonha das enchentes! O Rio precisa de um serviço de escoamento de águas pluviais”. Ao longo do texto, destacou-se que o sistema era péssimo ou praticamente nulo, e se tratava de um “problema urbano de maior importância. As autoridades não podem esquecer-lo por mais tempo. O povo exige esse benefício, apontando, como supremo argumento, esses cadáveres que boiavam na correnteza fatal”²⁴⁹. O argumento vai além, ao alegar que a omissão das autoridades já era criminosa diante da reincidência das enchentes que ocorriam na cidade.

De acordo com o jornalista, quase todos os engenheiros que atuavam no Rio já tinham apresentado às autoridades algum projeto sobre escoamento e contenção das águas, “mas essas autoridades, que gastam várias dezenas de contos para pendurar berloques na avenida em dia de Carnaval, não se interessam absolutamente de resolver, com a máxima urgência, esse problema de ordem primária para o Rio de Janeiro”²⁵⁰. A avenida era a Rio Branco, principal espaço do carnaval na Primeira República. Seguindo a mesma linha de abordagem, a matéria mencionou que os vários urbanistas, em visita ao Brasil, fizeram conferência no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, mas se omitiram em destacar a urgência de bueiros nas ruas para conter inundações.

A enchente de domingo ocorreu dias depois do carnaval de 1928, e o repórter destacou que, enquanto a população se divertia com outros assuntos, “o Rio continuando a ser, à primeira chuvinha, um reservatório de água, lama e lixo e um túmulo

de muitas vidas, arrebatadas mais pelo desleixo oficial do que pela enxurrada violenta”²⁵¹.

A reportagem destacou que a enchente afetou rapidamente toda a cidade, e não apenas os lugares clássicos, como a Praça da Bandeira, apelidada pelo povo como “Praça da Banheira”, “que nunca deixa de fazer o triste papel que lhe cabe em qualquer chuvinha mais atrevida”²⁵². Os alagamentos foram identificados no largo da Segunda Feira e nas ruas Mariz e Barros e Haddock Lobo, na Tijuca; na avenida Mem de Sá, na rua do Passeio, na Praça da República, no Centro, e nas ruas Dois de Dezembro, São Clemente e Voluntários da Pátria, na zona sul. Segundo o jornal, em todos os cantos da cidade, a sensação dos cariocas era de vergonha “porque ficou mais uma vez provado que a capital da República não possui o necessário aparelhamento para suportar, sem graves danos, uma forte carga d’água. As enchentes são

a triste prova do que dizemos”²⁵³. A última calamidade da Primeira República mereceu um dos comentários mais enfáticos sobre a situação da capital federal.

Os desastres e as desgraças, de que foi teatro a cidade no trágico domingo após o Carnaval, não convencerão enfim as autoridades da necessidade de remediar essa situação impossível e vergonhosa?

Não se registrariam as dez mortes, a que assistimos, nem os desabamentos inúmeros, nem os prejuízos incalculáveis das casas de negócio e dos serviços de tráfego, se o Rio possuísse um sistema de absorção das águas pluviais à altura do seu nome de capital progressista.

Assim como tivemos um Oswaldo Cruz que nos livrasse da febre amarela, não encontraremos um homem de energia e competência que resolva um problema muito mais simples?²⁵⁴.

Outra medida reclamada pelo periódico e direcionada, especialmente, aos setores de Saúde Pública e de Limpeza Pública, setores “que têm por ofício cuidar da saúde e do bem estar da população”²⁵⁵,

diz respeito a providências quanto aos resíduos de lama e lixo que contribuam para entupir os bueiros durante as chuvas e que, depois, poderiam tornar-se foco de epidemias.

Meses antes do final da Primeira República, em março de 1930, as enchentes e as inundações na capital federal foram debatidas no Clube de Engenharia, por iniciativa de Alfredo da Costa Moreira. No início desse ano, a chuva voltou a castigar a cidade do Rio, especialmente os bairros de Laranjeiras, Catete e a Praça da Bandeira.²⁵⁶ Paulo de Frontin, então presidente da instituição e ex-prefeito do Rio, destacou dois aspectos relevantes para o debate: “o aumento notável da área edificada na cidade, provocando um escoamento superficial em escala muito menor, e o aterro dos cursos d’água da região, extinguindo alguns dos escoadouros naturais preexistentes mais importantes”.²⁵⁷

FOTOGRAFAR A INUNDAÇÃO: O LUGAR RESERVADO PARA AS FOTOGRAFIAS DAS INUNDAÇÕES NO CORPO DAS REVISTAS ILUSTRADAS

Pensar a paisagem urbana do Rio de Janeiro no início do século XX, a partir do olhar de fotógrafos, do ponto de vista da história, requer problematizar a noção de representação e cultura visual. No mundo da representação, a fotografia — promessa de perenidade — presente nas Revistas Ilustradas da recém-proclamada República, é, agora, a imagem da cidade no espelho; espelho esse que guarda a memória. Mas, de quais memórias estamos falando? Por um lado, a memória oficial, proveniente do trabalho dos fotógrafos, os quais, identificados com o projeto republicano, foram encarregados de “documentar” a reforma urbana e as transformações da cidade colonial/imperial em uma nova metrópole. O fotógrafo constrói, junto com

o prefeito, a nova cidade, os novos bulevares, a “Paris Tropical”; constrói, enfim, a partir das imagens fotográficas, uma memória da cidade que se quer propagandear: a cidade civilizada, a cidade capital da República brasileira. Assim, é importante pensar a imagem fotográfica a partir de seus componentes culturais, estéticos e ideológicos, os quais constituem sua elaboração e recepção, bem como a visão de mundo do fotógrafo que produz essas imagens, seu *ethos*, sua própria experiência autoral e profissional enquanto produtor de imagens.

Ao relacionarmos a fotografia e a *problemática do real*, vemos que esta é o resultado de escolhas feitas por sujeitos situados historicamente. A fotografia é um *recorte espacial e temporal*, uma vez que recorta e seleciona, e, ao fazê-lo, tem uma intenção, pois trata-se de representação, que, como tal, constrói-se culturalmente, carregando-se de significação ideológica. Assim, a fotografia não é um *analogon* da realidade.

Entre a imagem e a realidade que representa, existe uma série de mediações que fazem com que, ao contrário do que se pensa habitualmente, a imagem não seja restituição, mas reconstrução — sempre uma alteração voluntária ou involuntária da realidade, que é preciso aprender a sentir e ver²⁵⁸.

A fotografia cria uma memória ou pretende criar, ou seja, ela não recupera algo do passado, é tão somente a instauração do novo. Na sua bidimensionalidade, carrega sentidos que se processam no tempo. Não é o passado, mas, sim, uma representação que tem potencial de permanência no tempo, sendo, então, “uma elaboração do vivido”²⁵⁹.

Tamanho mar de possibilidades esconde a realidade da pesquisa histórica.

Os historiadores, escreveu Aristóteles (Poética, 51b), falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos:

destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo²⁶⁰.

Desse modo, o propósito desta parte do capítulo é apresentar a cidade do Rio de Janeiro sob o olhar de fotógrafos que trabalharam para as Revistas Ilustradas cariocas, narrando as mudanças ocorridas na cidade à época em que foram captadas pelas lentes dos fotógrafos.

Aqui, nos concentraremos em revelar imagens de uma outra história que não a do sucesso dessas transformações na paisagem da cidade, mas, sim, um dos principais problemas que ocorreram, simultaneamente, às reformas urbanas: as enchentes que deixavam a cidade submersa e caótica, contrariando a busca pelo progresso, e a civilização, tão almejada pelos brasileiros naquele momento histórico.

Na pequena série de fotografias (documentos retirados das páginas das Revistas), vemos o fato: a catástrofe. “O

anjo da história”, uma tese sobre o conceito de história, de Walter Benjamin, que inicia com o poema *Saudação do Angelus*, de Gerhard Scholen.

A minha asa está pronta para o voo altivo: se pudesse, voltaria; pois se ficasse tempo vivo pouca sorte teria.” Walter Benjamin explica, ainda, sobre o quadro de Paul Klee: “Há um quadro de Klee, intitulado *Angelus Novus*, que representa um anjo, o qual parece se preparar para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é, para ele, uma catástrofe sem fim, que, incessantemente, acumula ruínas sobre ruínas e lhes lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstruir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechá-las. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta às costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos progresso é este vendaval²⁶¹.

Temos de ver além do desastre natural, pois a destruição não é simplesmente ruína proveniente de um declínio da natureza; é, sim, uma catástrofe cultural, da ideologia do progresso, do positivismo grafado na bandeira nacional e pedra de toque das reformas urbanas na capital da recém proclamada República. Ruínas antes mesmo de terminada a tempestade do progresso, denotando um projeto de modernidade não concluído, e catástrofe de um mundo construído sob a ideologia do progresso que, ao mesmo tempo e paradoxalmente, parece ajudar este mesmo progresso.

Nas imagens, podemos observar os escombros de corações (moradias populares), quiosques e outros objetos arquitetônicos que a própria modernidade trataria de destruir se as chuvas e as inundações não os tivessem feito.

As fotografias, essas belas “imagens técnicas”, produzidas pelos fotógrafos e seus aparelhos, também percorrem a vida

e a morte da cidade, os pontos mais críticos e os mais atingidos. Os textos que acompanham as imagens brincam, ainda, com a catástrofe: ruas são transformadas em rios caudalosos, praças viram lagoas, bairros da cidade são ironicamente comparados à cidade de Veneza. Todavia é importante notar que há uma predominância de imagens que denunciam a destruição dos antigos símbolos da cidade para que, após o dilúvio, uma nova cidade possa surgir.

Ao mesmo tempo em que o novo canal do Mangue, transbordado, aponta para a falta de saneamento, o palácio do governo também está submerso. O olhar do fotógrafo prioriza, na série coletada, a experiência da pobreza. Aqui, os mais atingidos, segmento escolhido pelos fotógrafos, são as populações mais pobres.

A imagem ao lado é parte da reportagem sobre os desmoronamentos ocorridos em decorrência da sequência de dias chuvosos, em que se comenta a respeito das reformas e dos

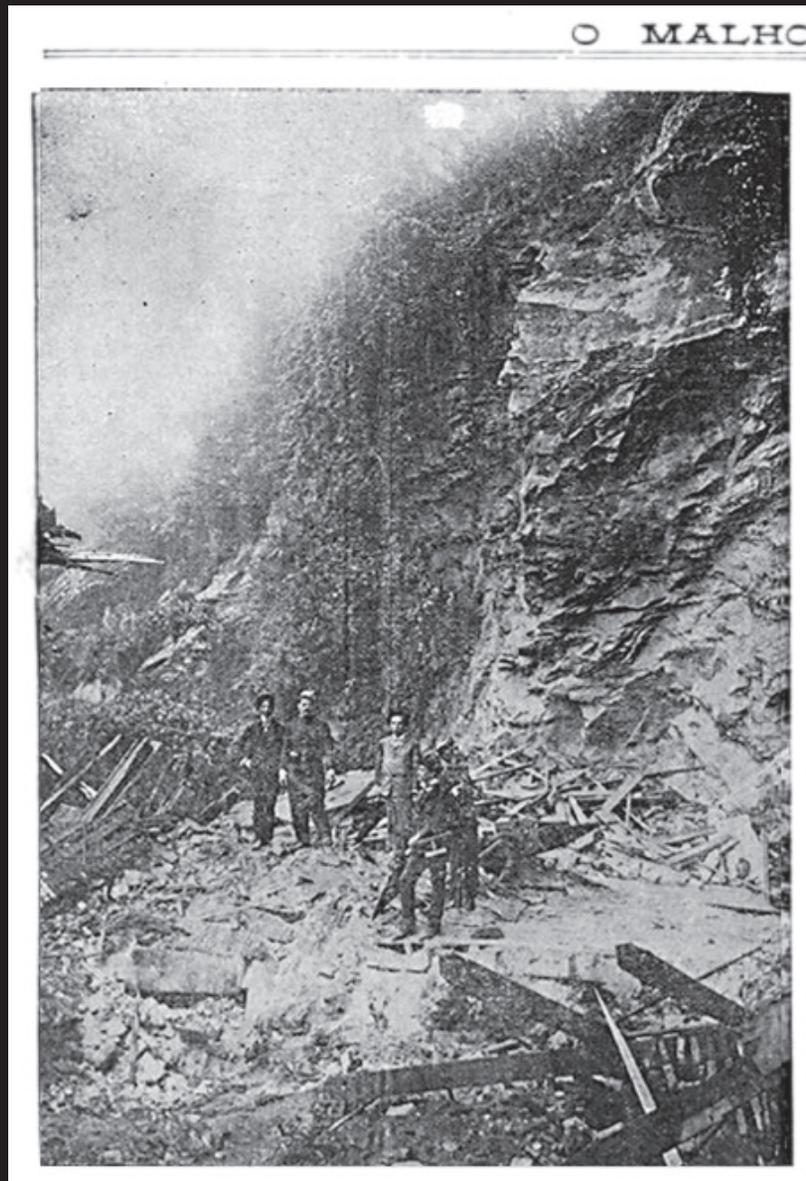


Figura 1 - Revista O Malho, n. 179, 1906

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa.



Figura 2 - Revista *O Malho*, nº 179, 1906

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa.

“melhoramentos” na cidade, criticando a permanência de alguns casebres no Centro, como os que desabaram e cujos escombros podem ser observados na imagem.

Na imagem, moradias populares do Centro são destruídas pela força das chuvas, e, mesmo com a precariedade das estruturas, alguns moradores ainda transitam nos arredores das casas, tentando escorar o que restava.

A INUNDAÇÃO



Um Passeio Fluvial pela Rua dos Invalidos.

Figura 3 - Careta, nº 1911 ,148

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Acima, o retrato da situação das ruas do Centro da cidade do Rio de Janeiro após chuvas fortes. A tradicional região de comércio da cidade, na rua dos Inválidos, é comparada a um rio.



Um lago da Rua Frei Caneca

Figura 4 - Careta, nº 148, 1911

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Fotografia de movimentada área do Centro que, por conta da inundação, encontra-se deserta. Apesar de pouco perceptíveis, no lado esquerdo da fotografia, há pessoas ilhadas.



Aspecto da Rua Mariz e Barros

Figura 5 - Careta, nº 148, 1911

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Na imagem acima, a rua Mariz e Barros, na Tijuca (zona norte), sentido Praça da Bandeira e Centro da cidade, tradicional ponto de alagamento.

A INUNDAÇÃO



Um canal de Veneza na Avenida Maria Mercedes

Figura 6 - Careta, n° 1911 ,148

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

O Rio de Janeiro e suas ruas são, na fotografia acima, comparados à Veneza e a seus canais.

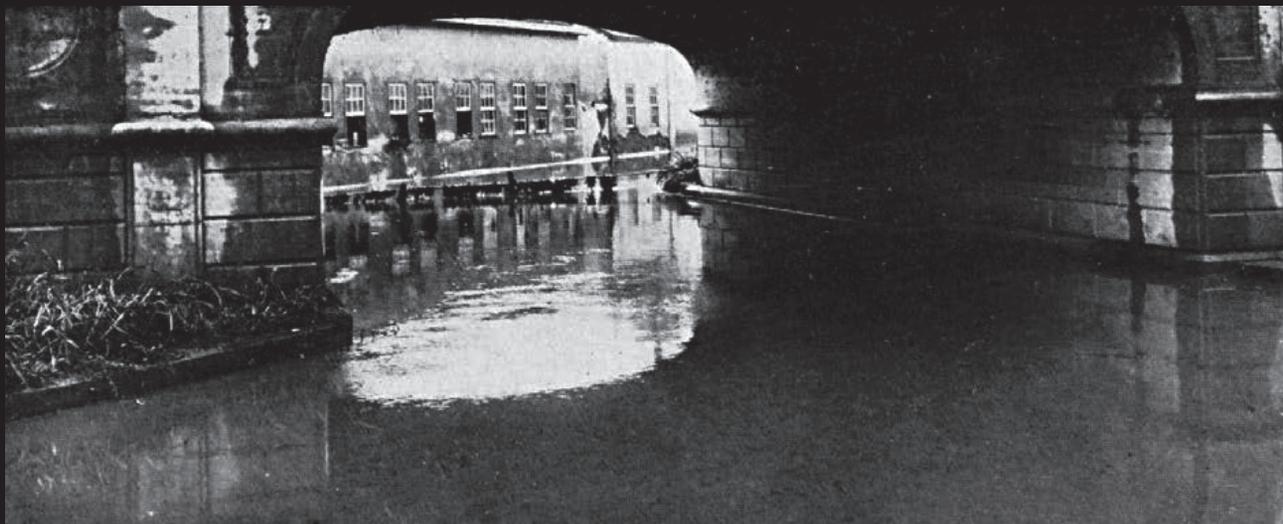


Aspecto veneziano da Rua Barcellos

Figura 7 - Careta, nº 148, 1911

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

A imagem acima é o retrato da inundação das ruas da cidade.



Um canal de Veneza na Avenida Maria Mercedes

Figura 8 - Careta, nº 1911 ,148

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Fotografia do Rio Joana, que nasce no Alto da Boa Vista, atravessa todo o bairro da Tijuca, e deságua no rio Maracanã, completamente cheio.



Local aonde as águas arrancaram uma casinhola na Chacará da Floresta

Figura 9 - Careta, n° 148, 1911

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

A foto acima é um registro dos estragos causados pela chuva em morros do Rio de Janeiro.



Local aonde as águas arrancaram uma casinhola na Chacará da Floresta

Figura 10 - Careta, nº 148, 1911

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Acima, casas humildes soterradas, em razão da intensidade da chuva e, conseqüentemente, dos desmoronamentos.



Na rua Santo Cristo dos Milagres

Figura 11 - Careta, nº 148, 1911

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

A fotografia acima registra os escombros de construções derrubadas pela força das águas.



Figura 12 - Careta, nº 148, 1911

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Podemos observar, na imagem acima, Louis Hermann Filho, Robert Kastrup, Francisco Luz e o engenheiro Freitas tentando atravessar a rua do Matoso, alagada, no automóvel Stoewer. O hábito flâneur carioca de observar as enxurradas foi evidenciado pelos moradores nas janelas de suas casas.



Figura 13 - Careta, nº 148, 1911



Figura 14 - Careta, nº 148, 1911



Figura 15 - Careta, nº 148, 1911

Na sequência de fotografias ao lado, foi registrado o estado das ruas dos Inválidos, Frei Caneca e Mariz e Barros, alagadas por chuvas fortes. Na primeira foto, vê-se moradores esperando, nas calçadas, o transporte, enquanto crianças posam para foto. Na segunda e na terceira fotos, algumas pessoas circulando pelas ruas alagadas.



Figura 16 - Careta, nº 825, 1924

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Na fotografia acima, o bonde do Catumbi circulava lotado, após a inundação da cidade do Rio de Janeiro pelas chuvas, em abril de 1924.



Figura 17 - Careta, n° 825, 1924

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

A rua de São Cristóvão, sob o viaduto da Central, como pode ser observado na imagem acima, foi alagada pelas enchentes.

A FORMIDÁVEL ENCHENTE DE DOMINGO



Careta

Figuras 18 - Careta, nº 1028, 1928

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Figuras 19 - Careta, nº 1028, 1928

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.



I - Praia do Flamengo. II - Rua dos Invalidos em frente à Igreja de Sto. Antonio.

Nas fotografias, dois pontos tradicionais de cheia na cidade: o Catete (altura do Palácio do Catete) e o antigo coreto; e a Praça da Bandeira. Em ambas as fotos, a população se arrisca, a pé ou de barco, a transitar pela cidade inundada. Na primeira foto, a situação é registrada na zona sul, e, na segunda, no Centro, o que demonstra ser a enchente um problema que não se restringe a uma região da cidade.

A ÚLTIMA GRANDE INUNDAÇÃO



Um aspecto do Canal do Mangue cheio de lado a lado.

Figura 20 - Careta, n° 1029, 1928

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

O canal do Mangue, na atual Avenida Presidente Vargas, foi registrado transbordando.

As imagens expostas aqui foram produzidas por artistas que trabalhavam para as revistas ilustradas, os quais, também, constroem a memória da cidade, que se constituiu na realidade tragicômica de um Rio de Janeiro que se pretende moderno, mas que é assolado pelo desastre praticamente anual da enchente urbana. Um Rio de Janeiro que foi escolhido para ficar em meio a outros; um Rio de Janeiro que nos mostra, mais uma vez, que todo documento é também monumento, e que toda fotografia é, também, um documento-monumento.²⁶² A cidade se apresenta como um texto, assim como as fotografias da cidade, consideradas textos polissêmicos, cabendo ao leitor decifrá-las, a partir de seus espelhos deformadores ou não.

As imagens são superfícies que pretendem representar algo. Na maioria dos casos, algo que se encontra lá fora no espaço e no tempo. As imagens são, portanto, resultado do esforço de se abstrair duas das quatro dimensões de

espaço-tempo, para que se conservem apenas as dimensões do plano. Devem sua origem à capacidade de abstração específica que podemos chamar de imaginação. No entanto, a imaginação tem dois aspectos: se, um lado, permite reconstituir as duas dimensões dos fenômenos, de outro permite reconstituir as duas dimensões em símbolos planos e decodificar as mensagens assim codificadas. Imaginação é a capacidade de fazer e decifrar imagens²⁶³.

Em resumo, a fotografia representa um material documental riquíssimo para a construção da história da cultura visual brasileira no início do século XX, e, para além do caráter informativo e documental, tais imagens fornecem pistas interessantes sobre a representação do Estado, dos cidadãos e dos problemas socioambientais decorrentes das transformações urbanas inerentes aos processos de modernização das cidades latino-americanas, bem como das dificuldades de superação de problemas, como o da própria inundação, presente nas imagens da cidade quase que anualmente.

NOTAS

5. Carta de José de Anchieta, escrita em 9 de julho de 1565, ao padre Diogo Mirão, provincial de Portugal. In: ANCHIETA, José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões: 1554-1594**. Rio de Janeiro: Livraria Itatiaia, 1988. p. 257-267.
6. COSTA, Helder et al. **Enchentes no estado do Rio de Janeiro: uma abordagem geral**. Rio de Janeiro: Semads, 2001. p. 79.
7. CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
8. FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 86, v. 140, 1920, p. 27.
9. LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Tomo 7. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1835.
10. BRANDÃO, A. M. Tendências e oscilações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
11. BACKHEUSER, Everardo. *Minha terra e minha vida (Niterói há um século)*. Niterói: Niterói Livros, 1994. p. 24.
12. ROSA, L. P.; LACERDA, W. A. (ed.). **Tormentas cariocas**. Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Coppe, UFRJ, 1997. p. 43.
13. KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho*. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. p. 35-36.
14. FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 86, v. 140, 1920, p. 27.
15. Idem, p. 27.
16. Idem, p. 28.
17. Idem, p. 29.
18. Idem, p. 30.
19. ASSIS, Machado de. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962. p. 175.
20. Idem, p. 175-176.
21. Idem, p. 174.
22. BRANDÃO, A. M. Tendências e oscilações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
23. ASSIS, M. de. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962. p. 175-176.
24. ALCÂNTARA, U. M. A. As inundações e os aguaceiros. In: *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, 1951. p. 193-207.
25. Ibid, p. 193-207.
26. FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 86, v. 140, 1920, p. 29-30.
27. BILAC, Olavo. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1904, p. 1.
28. CACHAPUZ, Paulo Brandi. João Filipe Pereira. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2014. p. 1.024-1.025.
29. BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, um Haussman tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.
30. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
31. Carvalho, Lia de Aquino. **Habitações populares**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 1995.
32. Rocha, Oswaldo Porto. **Era das demolições**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 1995.
33. Sevcenko, Nicolau. **Revolta da Vacina**.

- São Paulo: Brasiliense, 1982; Carvalho, José Murilo de. **Os Bestializados** – O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
34. Importantes obras abordaram o tema, tais como, SEVCENKO, Nicolau. **Revolta da Vacina**. São Paulo: Brasiliense, 1982; CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
35. Acerca de tais revoltas, ver: FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
36. SEVCENKO, Nicolau. **Revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 1993.
37. NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
38. CUKIERMAN, Henrique. **Yes, nós Temos Pasteur** – Manguinhos: Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil. Rio de Janeiro: Faperj/Relume Dumará, 2007. p. 155.
39. CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados** – O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
40. Idem, p. 136.
41. CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 9.
42. Idem, p. 180.
43. Idem, p. 180.
44. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1904, p. 3.
45. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1905, p. 2.
46. Os dados foram publicados no *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 19 de março de 1906, p. 3; *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de março de 1906, p. 2; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 de março de 1906, p. 2; *O Paiz*. Rio de Janeiro, 19 de março de 1906, p. 2.
47. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 17 de março de 1906, p. 2.
48. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 de março de 1906, p.1.
49. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17-19 de março de 1906.
50. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 de março de 1906, p. 2.
51. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de março de 1906, p. 2.
52. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de março de 1906, p. 2; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 de março de 1906, p.1.
53. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 março de 1906, p.1.
54. Entrevista com organizadora da exposição realizada em Paris quando dos 100 anos da enchente de Paris. Disponível em: <http://travelandtrips.wordpress.com/2010/01/21/%E2%98%86-100-anos-da-grande-enchente-de-paris-%E2%98%86/>. Acesso em: 20 de fev. 2013.
55. Entrevista com organizadora da exposição realizada em Paris quando dos 100 anos da enchente de Paris. Disponível em: <http://travelandtrips.wordpress.com/2010/01/21/%E2%98%86-100-anos-da-grande-enchente-de-paris-%E2%98%86/>. Acesso em: 20 de fev. 2013.
56. Entrevista com organizadora da exposição realizada em Paris quando dos 100 anos da enchente de Paris. Disponível em: <http://travelandtrips.wordpress.com/2010/01/21/%E2%98%86-100-anos-da-grande-enchente-de-paris-%E2%98%86/>. Acesso em: 20 de fev. 2013.
57. MESQUITA, Cláudia. Sousa Aguiar. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2014. p. 9.

58. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1910, p. 2.
59. Idem, *Ibidem*.
60. Idem, *Ibidem*.
61. Idem, *Ibidem*.
62. Idem, *Ibidem*.
63. Idem, *Ibidem*.
64. Idem, *Ibidem*.
65. Idem, *Ibidem*.
66. Idem, *Ibidem*.
67. Idem, *Ibidem*.
68. MESQUITA, Cláudia. Bento Ribeiro. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV / CPDOC, 2014. p. 1.141.
69. Crônica originalmente publicada no jornal *Correio da Noite*, no dia de 19 de janeiro de 1915. BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Toda crônica**, v. 1. RESENDE, B.; VALENÇA, R. (org.). Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 159.
70. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 14 de fevereiro de 1911, p. 2.
71. Idem, *Ibidem*.
72. Idem, *Ibidem*.
73. Idem, *Ibidem*.
74. Idem, *Ibidem*.
75. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 24 de março de 1911, p. 1.
76. Idem, *Ibidem*.
77. Idem, *Ibidem*.
78. Em razão das chuvas de 1922, que também paralisaram a cidade do Rio por mais de 24 horas, o jornal retomou algumas das considerações dessa série de entrevistas. Ver: *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 9 de abril de 1922, p. 2.
79. BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do Liberalismo excludente**. Da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 241.
80. Idem. p. 242.
81. Idem. p. 243.
82. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 27 de março de 1911, p. 1.
83. Idem, *Ibidem*.
84. Idem, *Ibidem*.
85. Idem, *Ibidem*.
86. Idem, *Ibidem*.
87. Idem, *Ibidem*.
88. Idem, *Ibidem*.
89. Idem, *Ibidem*.
90. Idem, *Ibidem*.
91. Idem, *Ibidem*.
92. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 28 de março de 1911, p. 1.
93. Idem, *Ibidem*.
94. Idem, *Ibidem*.
95. Idem, *Ibidem*.
96. Idem, *Ibidem*.
97. Idem, *Ibidem*.
98. Idem, *Ibidem*.
99. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 29 de março de 1911. p. 1.
100. Idem, *Ibidem*.
101. Idem, *Ibidem*.
102. Idem, *Ibidem*.
103. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 30 de março de 1911. p. 1.
104. Idem, *Ibidem*.
105. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 31 de março de 1911, p. 1.
106. Idem, *Ibidem*.
107. Idem, *Ibidem*.
108. Idem, *Ibidem*.

109. Idem, Ibidem.
110. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 1 de abril de 1911, p. 1.
111. Idem, Ibidem.
112. Idem, Ibidem.
113. Idem, Ibidem.
114. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 2 de abril de 1911, p. 1.
115. Idem, Ibidem.
116. Idem, Ibidem.
117. Idem, Ibidem.
118. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 4 de abril de 1911, p. 1-2.
119. Idem, Ibidem.
120. Idem, Ibidem.
121. Idem, Ibidem.
122. Idem, Ibidem.
123. Idem, Ibidem.
124. Idem, Ibidem.
125. Idem, Ibidem.
126. Idem, Ibidem.
127. Idem, Ibidem.
128. Idem, Ibidem.
129. Idem, Ibidem.
130. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1911, p. 1-2.
131. Idem, Ibidem.
132. Idem, Ibidem.
133. Idem, Ibidem.
134. Idem, Ibidem.
135. Idem, Ibidem.
136. Idem, Ibidem.
137. Idem, Ibidem.
138. Idem, Ibidem.
139. Idem, Ibidem.
140. Idem, Ibidem.
141. Idem, Ibidem.
142. Idem, Ibidem.
143. Idem, Ibidem.
144. Idem, Ibidem.
145. Idem, Ibidem.
146. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1911, p. 1-2.
147. Idem, Ibidem.
148. Idem, Ibidem.
149. Idem, Ibidem.
150. Idem, Ibidem.
151. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1911, p. 1.
152. Idem, Ibidem.
153. Idem, Ibidem.
154. Idem, Ibidem.
155. Idem, Ibidem.
156. Idem, Ibidem.
157. Idem, Ibidem.
158. Idem, Ibidem.
159. Idem, Ibidem.
160. Idem, Ibidem.
161. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 29 de março de 1916, p. 2.
162. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1916, p. 2.
163. Idem, Ibidem.
164. Idem, Ibidem.
165. Idem, Ibidem.
166. Idem, Ibidem.
167. Idem, Ibidem.
168. Idem, Ibidem.
169. Idem, Ibidem.
170. Idem, Ibidem.
171. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1916, p. 3.
172. Idem, Ibidem.
173. Idem, Ibidem.
174. Idem, Ibidem.
175. Idem, Ibidem.
176. Idem, Ibidem.
177. Idem, Ibidem.
178. Idem, Ibidem.
179. Idem, Ibidem.
180. Idem, Ibidem.
181. Idem, Ibidem.
182. Idem, Ibidem.
183. Idem, Ibidem.

184. Os livros de Maurício Abreu, Carlos Kessel e, mais recentemente, de Antônio Edmilson Rodrigues e Luciene Carris forneceram importantes elementos para compreender a importância do morro do Castelo para a cidade e a história da demolição no início década de 1920, no âmbito das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922.

185. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1916, p. 3.

186. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1917, p. 1.

187. *Idem*, *Ibidem*.

188. *Idem*, *Ibidem*.

189. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1918, p. 1.

190. *Idem*, *Ibidem*.

191. *Idem*, *Ibidem*.

192. *Idem*, *Ibidem*.

193. *Idem*, *Ibidem*.

194. *Idem*, *Ibidem*.

195. *Idem*, *Ibidem*.

196. *Idem*, *Ibidem*.

197. *Idem*, *Ibidem*.

198. Ver SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

199. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Delfim Moreira. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOREIRA,%20Delfim.pdf>. Acesso em: 22 maio 2024.

200. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1918, p. 6.

201. *Idem*, *Ibidem*.

202. *Idem*, *Ibidem*.

203. *Idem*, *Ibidem*.

204. *Idem*, *Ibidem*.

205. *Idem*, *Ibidem*.

206. *Idem*, *Ibidem*.

207. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1920, p. 4.

208. *Idem*, *Ibidem*.

209. *Idem*, *Ibidem*.

210. *Idem*, *Ibidem*.

211. Ver KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho**: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

212. MESQUITA, Cláudia. Carlos Sampaio. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Cristiane Jalles de. **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

213. *Idem*, *Ibidem*.

214. *Idem*, *Ibidem*.

215. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1922, p. 2.

216. *Idem*, *Ibidem*.

217. *Idem*, *Ibidem*.

218. *Idem*, *Ibidem*.

219. MESQUITA, Cláudia. Alaor Prata. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2014. p. 1065-1066.

220. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1924, p. 1.

221. *Idem*, *Ibidem*.

222. *Idem*, *Ibidem*.

223. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1924, p. 3.

224. *Idem*, *Ibidem*.

225. Idem, *Ibidem*.
226. GONÇALVES, Rafael Soares; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro (orgs.). **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio e Pallas, 2021.
227. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1924, p. 3.
228. Idem, *Ibidem*.
229. Idem, *Ibidem*.
230. Idem, *Ibidem*.
231. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1924, p. 5.
232. Idem, *Ibidem*.
233. Idem, *Ibidem*.
234. Idem, *Ibidem*.
235. Idem, *Ibidem*.
236. Idem, *Ibidem*.
237. Idem, *Ibidem*.
238. Idem, *Ibidem*.
239. Idem, *Ibidem*.
240. Idem, *Ibidem*.
241. MESQUITA, Cláudia. Prado Júnior. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2014. p. 1064-1065.
242. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1928, p. 4.
243. Idem, *Ibidem*.
244. Idem, *Ibidem*.
245. Idem, *Ibidem*.
246. Idem, *Ibidem*.
247. Idem, *Ibidem*.
248. Idem, *Ibidem*.
249. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1928, p. 1.
250. Idem, *Ibidem*.
251. Idem, *Ibidem*.
252. Idem, *Ibidem*.
253. Idem, *Ibidem*.
254. Idem, *Ibidem*.
255. Idem, *Ibidem*.
256. MOREIRA, Alfredo da Costa. Comunicação sobre as inundações no Rio de Janeiro. In: *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1931. p. 311-317.
257. CURY, Vania Maria. O Clube de Engenharia no contexto histórico de nascimento do moderno urbanismo brasileiro (1880-1930). In: **XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, [Anais], 2012. Disponível em: unuhoopedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/957/932. Acesso em: 12 abr. 2015.
258. LEITE, Miriam Moreira. Retratos da família. Imagem paradigmática no passado e no presente. In: SAMAIN, Etienne (org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 40.
259. MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. In: *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n. 2, 1996, p. 76.
260. GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 14.
261. BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas**, v. 1: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1988.
262. LE GOFF, Jacques. Documento-Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi: Memória-história*. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.
263. FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**. Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 7.

Capítulo



REVISTA ILUSTRADA

CORTE
 ANNO 16 \$000
 SEMESTRE 9 \$000
 TRIMESTRE 5 \$000

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.
 A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
 À RUA DE GONÇALVES DIAS, Nº 50, SOBRADO

PROVINCIAS
 ANNO 20 \$000
 SEMESTRE 11 \$000
 AVULSO 1 \$000



Revista Ilustrada, n 402.

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 1888.

A energica attitude do Sr. ministro do imperio, que sorprendido pela chuva e molhado como um pinto, deu acertadas providencias para salvar a cidade da innundação, é digna de todos os louvores!

A crítica político-social nas charges e caricaturas das enchentes

As revistas ilustradas e as enchentes

A virada para o século XX trouxe mudanças significativas na imprensa. No Brasil, com a nova ordem republicana instaurada, de viés positivista, buscava-se dar lugar à modernidade, por meio dos periódicos, uma vez que esse era o espaço em que melhor se poderia travar o embate entre o Império, representado pelas gráficas artesanais, e a República, que favoreceu o advento da imprensa com características de indústria e, portanto, mais moderna.

Os periódicos sofreram transformações em alguns aspectos, como a relação com o anunciante, a política e o leitor, que ganhou nova configuração, novos formatos. A grande parte dos jornais passou de pequena para grande empresa. Houve também aumento considerável do número de periódicos em circulação. O jornal se modificou a partir da criação de novas seções de críticas em rodapé e as matérias começaram a aparecer em subdivisões dentro do periódico. Muitos intelectuais

e escritores procuraram atuação em jornais, pois encontravam lá maiores oportunidades. De acordo com Werneck Sodré²⁶⁴, “os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade e um pouco de dinheiro”. Em seguida, o literato, que atuava em jornais, profissionalizou-se como jornalista. Foi criado um mercado jornalístico, com tabelas de salários e hierarquia.

Além dessas modificações ocorridas na produção do jornal, outro fator que favoreceu a proliferação de revistas ilustradas foi o desenvolvimento da fotografia, que, cada vez mais, ganhou espaço, em razão de seu impacto na exposição dos fatos. As fotos, algumas vezes, tinham tanto destaque que ocupavam páginas inteiras. Antes, o mesmo espaço era designado às ilustrações baseadas na litografia e na xilogravura, as quais, a partir desse momento, aparecem em menor escala.²⁶⁵ Situadas entre os jornais e os livros, as revistas tinham o

papel não apenas de informar ou de entreter: atuavam como mediadoras de saberes, práticas sociais e linguagens.²⁶⁶

Nos dicionários, o termo “revista” surgiu, pela primeira vez, como referência a periódico, isso no final do século XIX; antes, seu significado era “passar a tropa em revista”. A revista, então, ganhou *status* de publicação, ao ser definida como “título de certas publicações periódicas, em que são divulgados artigos originais de crítica ou análise de determinados assuntos”²⁶⁷. Essas publicações destacaram-se como imprensa, sobretudo, por não apresentarem caráter informativo apenas, como os jornais, uma vez que tinham, também, por objetivo, entreter o leitor, por meio da utilização de uma linguagem bem humorada, diferentemente da seriedade encontrada nos jornais. As revistas, assim, tornam-se de grande relevância, por conterem um conteúdo documental que apresenta, de forma datada, as mudanças ocorridas na sociedade ao longo do tempo, resultado das variações

de circunstâncias históricas. Dessa forma, a revista pode representar as marcas do tempo, revelando os contextos em que foram produzidas, de acordo com os propósitos daqueles que as desenvolveram.²⁶⁸

Apesar de as revistas ilustradas ganharem mais força no século XX, no final do século XIX, alguns desses periódicos já circulavam pela capital do país, tais como: *Semana Ilustrada*, *Brasil Ilustrado*, *Lanterna Mágica* e a *Revista Ilustrada*. Essas revistas tinham como principal característica o humor político, e se expressavam, sobretudo, a partir de charges e caricaturas.

As charges tiveram início, no Brasil, com a chegada de pintores, arquitetos e desenhistas europeus, que procuravam representar os costumes exóticos do povo brasileiro e a fragilidade das instituições do país. A sua principal característica, nesse momento, era a reprodução fiel de alguns personagens, principalmente, dos que estavam inseridos na cena política.²⁶⁹ Essas imagens tinham

como objetivo a crítica, que se dava por meio de sátiras a sujeitos reais, e, também, satirizavam os problemas da cidade e de seus habitantes, criando personagens fictícios, o que seria bastante revelador para o caso do estudo das enchentes.

Os principais chargistas e caricaturistas que atuaram nesse momento foram Manuel de Araújo Porto Alegre, fundador da *Lanterna Verde*, e Angelo Agostini, criador da *Revista Ilustrada*, que teve maior visibilidade durante a monarquia. Esses artistas se destacaram por colocarem em questão assuntos que causavam polêmica na época, como as campanhas abolicionista e republicana. Além disso, suas charges tinham teor crítico e forte conteúdo ideológico, nas quais expunham as suas opiniões sobre as principais questões da cidade.²⁷⁰

Durante o período da monarquia, a linguagem das charges tinha características semelhantes às do início da República, como o engajamento político, a pluralidade

de quadros e a grande quantidade de textos. Porém, há alguns aspectos que podem ser percebidos mais fortemente nas revistas publicadas na *Primeira República*, como a autoafirmação da elite, a partir da criação de personagens não civilizados, os quais representariam o povo, e a questão do consumo, notável pela grande quantidade de anúncios nesse período. Outro aspecto foi o próprio conteúdo crítico, que não era comum a todas as revistas, principalmente, naquelas destinadas ao público feminino.²⁷¹

Com o advento da República e das ditaduras que se instauraram nas figuras dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, ocorreu um choque de interesses entre os que queriam aprofundar reformas e os favoráveis ao *status quo*. Assim, os produtores de revistas ilustradas, que tinham como objetivo a crítica política, perderam lugar, o que ocasionou a diminuição drástica na produção dessas revistas. As exceções foram *A Vida Fluminense*, *O Mequetrefe* e *Revista Ilustrada*, que, para

continuar circulando, tiveram de se tornar menos críticas, pois a censura oficial não permitia esse tipo de ação. Assim, os anos de 1891 a 1894 foram marcados pelo monopólio dos jornais diários, mais informativos, sisudos e de acordo com os interesses políticos vigentes. Ganharam força, então, o *Jornal do Comércio*, *A Notícia*, *Gazeta da Tarde*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias* e *Gazeta de Notícias*. Já as revistas que se mantiveram perderam seu principal instrumento de atuação, esvaziando-se em seu conteúdo, o que fez com que, por exemplo, *O Mequetrefe* desaparecesse já no governo de Floriano Peixoto (1891-1894).

Assim, foi durante o período que sucede o início da República que a imprensa sofre diversas transformações. A imprensa brasileira de então, classificada como “grande imprensa”,²⁷² apesar das diversas mudanças que sofreu, em comparação ao período anterior, ainda não havia alcançado níveis de desenvolvimento tão altos. De fato, ela se tornou um negócio lucrativo, que atingia segmentos

econômicos diversificados, por meio da propaganda e da publicidade, porém, a falta de condições na economia local não lhe favoreceu grandes avanços.²⁷³

O governo de Rodrigues Alves (1902-1906) criou condições favoráveis ao aparecimento de novas revistas ilustradas, que se inseriram nos ares modernos tão buscados pela razão republicana. Um fator preponderante foi o projeto de modernização pelo qual o Rio de Janeiro passou, com as reformas urbanas de Pereira Passos e as medidas de saúde pública implementadas por Oswaldo Cruz. Assim, as revistas ilustradas adquiriram um novo formato e uma nova finalidade, a partir de novas técnicas, como a zincografia, que passou a substituir o esfu-minho e a litografia, buscando documentar a sociedade emergente, que ganhava os contornos de metrópole moderna.

Dessa forma, por meio de uma nova forma de se expressar, as revistas ilustradas mostraram uma estética moderna,

cujo conteúdo era tomado por poemas, crônicas, fotografias e comentários, os quais tinham como objetivo apresentar a sociedade carioca.

As revistas ilustradas, como pode-se depreender, desempenharam um papel estratégico e de impacto social no processo da comunicação em massa do país, acrescentando a esse processo características de modernidade. Essas publicações são marcadas por uma escrita dinâmica e reflexiva, diferentemente dos livros, que buscam se firmar na eternidade, e dos jornais, em que se pretende, apenas, a apresentação de acontecimentos em ritmo acelerado. Com o objetivo de preencher a lacuna entre o mercado dos livros e dos jornais, intelectuais e artistas passaram a fazer parte do mercado editorial de revistas, tornando-se proprietários de revistas ou passando a ocupar postos de influência na sua direção. Portanto, pode-se perceber uma articulação entre as elites empresariais e os intelectuais, o que demonstra que as revistas apresentavam uma

centralidade na vida cultural brasileira.

As revistas em questão funcionaram, ainda, como um microcosmo, dentro do qual se encontravam intelectuais e artistas que organizam suas redes de sociabilidade²⁷⁴, atingindo seu ápice com os escritores simbolistas e intelectuais, os quais refletiram acerca das transformações urbanas e procuraram pensar no projeto moderno. Os simbolistas eram mais dissidentes do que os revolucionários e manifestavam-se contrariamente à tradição nacionalista e positivista que marcou a cultura brasileira após a instauração da República.²⁷⁵

Entre os intelectuais que passaram a fazer parte desse mercado editorial, estão Raul Pederneiras, que comandou a revista *Tagarela*; Álvaro Moreira, fundador de *Ilustração Brasileira e Para Todos*; e J. Carlos, que dirigiu *Fon-Fon! e Para Todos*.²⁷⁶ Além de estarem à frente dessas revistas, J. Carlos e Raul Pederneiras destacaram-se, ainda, como

caricaturistas, sob a influência de Julião Machado, que inaugurou uma nova fase na era da caricatura a traço na imprensa brasileira; antes, o estilo predominante era o de Angelo Agostini.

O português Julião Machado chegou ao Brasil em 1894, juntando-se ao grupo dos boêmios da elite cultural da cidade. Aqui, passou a atuar em periódicos como *Jornal do Brasil e Gazeta de Notícias*. Seu trabalho foi notável, em razão da influência que seu estilo imprimiu na imprensa, a partir da implementação do projeto gráfico das revistas, tornando esse projeto mais leve e limpo do que o de Agostini. Seu desenho era ligeiro e de apreensão rápida, com privilégio do uso da cor em oposição ao pesado contraste de luz e sombra, tradicionalmente utilizado. Além disso, ele incorporou novas técnicas de impressão, que deram à caricatura alternativas ao traço litográfico.

No começo do século XX, J. Carlos, Raul Pederneiras e Kalixto estrearam em jornais e

revistas, com a ajuda de Julião Machado, e logo começaram a ganhar destaque como caricaturistas. A partir desses nomes, a caricatura ganhou estilo próprio, pois cada autor mantinha a sua própria maneira de desenhar, com autonomia para escolher as temáticas com as quais queriam trabalhar. Modificaram-se, ainda, os tipos de personagens dos desenhos, sendo exemplo o aparecimento do “Zé Povo”, que ganhou lugar de destaque como representante brasileiro em detrimento do indígena, personagem adotado por Agostini. Outros novos personagens passaram a ser representados, como “o povinho” das ruas, a empregada “mulata”, o português da venda e os foliões dos carnavais. No entanto, o personagem eleito como representante do povo brasileiro, “Zé Povo”, dificilmente aparecia como negro ou afrodescendente, tipos bastante comuns no Brasil.²⁷⁷

A ideia de modernidade estava presente nessas revistas por meio dos textos literários e das artes gráficas,

como caricaturas, charges e desenhos, os quais mostravam diversas visões de cultura. Essa ideia, no entanto, era posta em cheque diante da ocorrência das enchentes, quando a natureza mostrava a fragilidade do processo de modernização da cidade. As revistas ilustradas acabavam por trazer, em suas páginas, as ambiguidades do processo, apresentando um lugar estratégico na veiculação e a difusão do ideário moderno, ainda que sob o olhar crítico, organizadas pelos intelectuais boêmios do Rio de Janeiro. Esse grupo apresentava uma sintonia expressiva com a cultura do modernismo e procurava, a partir desses meios de comunicação, mostrar as mudanças que estavam ocorrendo nos tempos modernos. Esse processo se dava, principalmente, por meio da linguagem humorística, da qual faziam parte, além dos caricaturistas mencionados, cronistas como Bastos Tigre, Emílio de Menezes, José do Patrocínio e Lima Barreto. As revistas tinham função de polo agregador e de porta-voz do

grupo, sendo veículos de comunicação utilizados por esses grupos, do começo do século XX até, aproximadamente, final da década de 1920, refletindo sobre a nacionalidade pelo viés humorístico.²⁷⁸

Os intelectuais modernistas que atuavam nas revistas faziam parte da chamada “família boêmia”, que, desde a época do Império, sob a liderança de José do Patrocínio, integravam a vida cultural do Rio de Janeiro. Um aspecto importante a ser ressaltado era o fato de que esses boêmios tiveram uma participação ativa em lutas políticas, tais como as campanhas pela abolição da escravidão e pela instauração do regime republicano. Sendo assim, a cultura boêmia desempenhou um papel social expressivo na vida cotidiana da cidade do Rio de Janeiro, bem como de todo o Brasil, a partir da defesa de ideias e dos valores em periódicos.²⁷⁹ Uma das ferramentas utilizadas por esse grupo foram as caricaturas, que funcionavam como eficiente canal de comunicação com a população, chegando a atingir, inclusive, as camadas populares.

A revista *O Malho* foi, provavelmente, uma das mais críticas do período da Primeira República, que é parte da temporalidade que abrangemos neste livro. Felizmente, ela estava disponível no acervo da Casa de Rui Barbosa para pesquisa, tornando-se uma de nossas principais fontes documentais. Criada em 1902 por Luiz Bartolomeu, a revista pode ser considerada uma das mais influentes²⁸⁰, contando com os principais caricaturistas da época. A partir de 1904, recebeu a contribuição de Angelo Agostini, dando maior destaque ainda à revista. Além dele, artistas como J. Carlos, Kalixto, Raul Pederneiras, Helios Seelinger, Théo, Leônidas Freire, Gil, Loureiro, Luiz Peixoto, Guevara e Di Cavalcanti também contribuíram com a revista.

Durante a Primeira República, *O Malho* atuou, sobretudo, a partir de charges e caricaturas, privilegiando um conteúdo mais politizado, crítico não só ao governo, mas aos costumes e à cultura em geral da época. Nos

anos 1929 e 1930, experimentou grande repercussão, em razão de sua atuação no combate à Aliança Liberal de apoio a candidatura de Getúlio Vargas, tendo, após a vitória da Revolução de 1930, seu prédio incendiado. *O Malho* foi uma das revistas ilustradas de maior duração, até 1954, tendo Álvaro Moreira e, em seguida, J. Carlos em sua direção ao longo desses anos.²⁸¹

Nas páginas d’*O Malho*, vemos personagens da cidade como o “Zé Povo”, representante do povo brasileiro, bem como outras figuras do cotidiano carioca, como o português da venda, a empregada “mulata”, além de temas como a festa da Penha, o jogo do bicho, o pessoal da Lira e o carnaval. Em suas publicações, são expostas crônicas do dia a dia, música, caricaturas, charadas, reclames, esporte, modas e teatro. A revista também destinava espaço às crianças, com a introdução, em 1905, da história em quadrinhos “Aventuras do Zé Caipora”, ilustrada por Angelo Agostini²⁸² e, é claro, como não poderia deixar de

ser, os constantes alagamentos, as enchentes provocadas pelas chuvas e suas terríveis consequências, ainda que de forma caricata.

UM POUCO SOBRE O *ETHOS* ARTÍSTICO DOS DESENHISTAS IDENTIFICADOS E SOBRE *O MALHO*

As charges produzidas pelos artistas que trabalhavam para as revistas ilustradas também constroem uma memória da cidade, que era a da realidade tragicômica de um Rio de Janeiro que se pretendia moderno, mas que era assolado pelo desastre praticamente anual das enchentes urbanas.

Numa perspectiva crítica ao governo, os desenhos ironizavam e revelavam uma outra metrópole e uma modernidade repleta de paradoxos, onde a ordem e o progresso conviviam com o caos, a desordem e o que havia de mais atrasado em termos de problemas de infraestrutura,

como tratamento de esgoto, saneamento básico, transporte, iluminação pública, dentre outros. Um drama vivido quase que anualmente que, de tão comum, virou material de comédia no traço dos cartunistas.

Se as fotografias revelavam o estado de calamidade pública, por outro lado, as charges e as caricaturas apresentavam o drama a partir de alegorias fortemente carregadas de um caráter tragicômico.

As charges tendiam a espelhar o espetáculo burguês que a *Belle Époque* estava produzindo na sociedade, a partir das reformas urbanas, do modernismo cultural e de outras transformações que estavam ocorrendo no Rio de Janeiro.²⁸³ Por isso, a charge mudaria a forma de seu traço e o conteúdo de sua temática.

Ela, que até então raramente inventava personagens, passa a criar tipos fictícios tendo como finalidade a piada de salão, o humor passageiro e a graça ligeira. Entretanto, é essa história coloquial com esse tom descompromissa-

do que dá início, agora, ao processo de mudança na sua estrutura narrativa; é ela que viabiliza a transição da pluralidade de quadros e da verbosidade textual da Monarquia, para a unicidade de traço e a síntese verbal que sinaliza, na República, o início de sua modernidade²⁸⁴.

O Malho (1902), *Kosmos* (1904), *Fon-fon!* (1907) e a *Careta* (1908) apareceram neste contexto, sob nova roupagem gráfica e artística. Transformou-se a orientação gráfica, com o surgimento de uma nova técnica de reprodução, a chamada zincografia. No “raiar do século XX encontrou, portanto, o Brasil aparelhado para o surto admirável que a caricatura brasileira havia de adquirir nas suas três primeiras décadas”²⁸⁵.

A maioria das charges recolhidas com imagens de enchentes até 1930 encontra-se em *O Malho*. Seguindo o argumento de Luiz Guilherme Sodré Teixeira, esse periódico foi um dos mais interessantes da Primeira República (1889-1930), não somente em razão

da crítica política por meio do humor, mas, principalmente, pela qualidade dos chargistas. A tiragem da revista ilustrada era de 60 mil exemplares no auge da publicação, porém um dos ilustres cartunistas que por lá passou, Seth, descreveu em suas memórias o ambiente precário de trabalho na revista: trabalhavam todos em uma sala de cerca de 15m². J. Ramos Lobão (que aqui apareceu com, pelo menos, quatro charges retratando políticos na enchente), Alfredo Storni (que nos brindou com uma charge sobre inundação, com o personagem Zé Povo e o prefeito), Leônidas (com três charges), Ariosto e Loureiro. Vasco Lima, Yantok e Seth também eram colaboradores, além dos fundadores, os quais nos brindaram com seus desenhos, como foi o caso de Raul, e o mais famoso, Angelo Agostini, que também desenhou algumas de nossas mais terríveis enchentes da primeira década do século XX. São registrados, ainda, em 1909, 1910 e

1911, desenhos de Alfredo Cândido, dentre outros.

Seth lembrou-se da importância d'*O Malho*, ao nos dizer que, apesar dos interesses políticos que representava, o periódico criou, nessa época, o “verdadeiro gosto pela caricatura no Brasil”²⁸⁶.

É assim que, além de Crispim do Amaral, Raul e Calixto e outros da primeira fase da fundação d'*O Malho*, vemos aí ainda reaparecer o velho e glorioso Agostini da época monárquica e dos primeiros tempos da república, e vemos também surgir novos nomes que se firmaram para sempre: J. Ramos Lobão, que se tornou conhecido pelas suas trabalhadas capas d'*O Malho* durante muito tempo; Leônidas Freire – (Léo) novato, fazendo uns desenhos ásperos mais cheios de personalidade; J. Carlos, que se tornou depois o príncipe dos nossos caricaturistas pela elegância e singeleza do traço; Alfredo Storni, gaúcho, que se especializou em charges políticas; Vasco Lima, Ariosto, Loureiro, Augusto Rocha e outros, constituindo aquele grupo de artistas que, graças ao *O Malho*, se tornaram conhecidos no Brasil, e

cujas personalidades artísticas eram discutidas, estudadas e comentadas²⁸⁷.

DE QUEM É A CULPA DA ENCHENTE? A CRÍTICA AO GOVERNO E AS QUESTÕES POLÍTICAS NO PROBLEMA SOCIOAMBIENTAL URBANO

Uma das principais características das charges, senão a primordial, era, e é, o humor ligeiro e o retrato do cotidiano, capaz de mostrar as incongruências e os paradoxos vividos pelos contemporâneos do artista, fazendo, muitas vezes, uso de personagens inverossímeis, de aparência disforme, mas trazendo, também, tipos que representam a sociedade. Essa criação evidenciou “exercícios narrativos de concisão e síntese verbal, dentro de um discurso gráfico que se articula num só quadro”²⁸⁸.

Nos últimos anos do Segundo Reinado, a imprensa e, especialmente, a charge criticaram e satirizaram vários

aspectos da monarquia, além de apoiar as causas abolicionista e republicana. Angelo Agostini foi um dos artistas que retratou Dom Pedro II de forma jocosa em várias caricaturas, além de não poupar outros homens influentes, os quais mantiveram o controle do poder entre o fim do Império e a instauração do regime republicano, renovando, assim os compromissos com a crítica política e mantendo a imaginação criativa na República.

Com o advento da República, ocorre um curioso desinteresse da caricatura brasileira pela política nacional. Como que a longa tensão mantida pela imprensa no combate, na luta pela Abolição e pela queda da monarquia, havia, com a vitória, esgotado o vigor e a verve dos artistas do lápis, a menos que lhes parecesse também, o que é mais provável, como a Silva Jardim, não ser aquela a república dos seus sonhos²⁸⁹.

Se a crítica política dos homens poderosos do cenário nacional foi amenizada pelos ventos da *Belle Époque* que sopravam, indolentes,

pela sociedade nos primórdios da República, essa crítica foi demonstrada de outra forma, isto é, por meio da “construção de personagens que não passam pelos limites de uma racionalidade que limitava, até então, suas possibilidades narrativas e expressivas”²⁹⁰. Em muitas das charges trazidas, percebe-se que os políticos influentes da República dividiram a primazia da imagem com figuras da população brasileira, isto é, “personagens, abrangentes, genéricos, puramente imaginários, sem qualquer existência física possível, ganham personalidade própria e se tornam recorrentes na cultura e no imaginário social da cidade”²⁹¹ do Rio, palco principal da vida política na Primeira República e campo de trabalho de quase todos os caricaturistas que atuaram no Brasil nas primeiras décadas do século XX²⁹².

O personagem Zé Povo foi uma representação negativa do homem carioca e brasileiro, que se deu a partir de características alegóricas, como o

pobre vulnerável aos problemas urbanos (como as enchentes) e em situação de penúria²⁹³. Partindo da premissa de que muitas caricaturas representavam a capital federal, era o morador caricaturado dessa cidade que vivia num espaço drasticamente modificado entre o final do século XIX até o final da década de 1930, habitante de uma urbanidade com vários projetos inacabados, cuja administração pública se dividia entre a esfera municipal e federal, além das frequentes denúncias de má gestão dos recursos e da crescente dívida do Distrito Federal.

A relação entre Zé Povo e Jeca Tatu já foi abordada por outros autores, mas todas sublinhando que ambos “têm postura passiva diante do real, são observadores de “fora” que sofrem com atos e atitudes alheias, e nenhum deles é, plenamente, sujeito diante de si próprio e de seus destinos”²⁹⁴. Os artistas criaram um “tipo brasileiro” e o público leitor das revistas ilustradas, membros da elite e das classes médias urbanas,

aceitou o Zé Povo e outras figuras populares, por serem representações: “esse ser híbrido, genérico demais, por demais abstrato. Ninguém corria o risco de esbarrar com

ele na avenida Beira-Mar, nos bondes da Cia. Ferro-Carril do Jardim Botânico ou na plateia do João Caetano”²⁹⁵. Os personagens populares eram ficcionais, mas, ao mesmo

tempo, carregavam a realidade dos indivíduos invisíveis para as elites, em uma cidade que se modernizava, e de um estado nacional republicano que se construía.



Figura 1 - Revista O Malho, nº 184

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 1906.

Na legenda, lemos: “Nero R. Alves – O tilbury do Custódio do Banco no atoleiro com cinco homens!... O carro do Lauro e do Prefeito flutuando... Cidadãos com água até o pescoço... Navegação de canoas e carroças... famílias aflitas a pedir Socorro... Móveis e cadáveres boiando pelas ruas transformadas num mar de lama!... É a heróica S. Sebastião do Rio de Janeiro!... E é a Capital da Republica!... E é a primeira cidade da América do Sul!... Oh! calamidade atroz que a mente exalta! Se eu tivesse uma Lyra, cantava-te, oh! Sublime tragédia! Oh! belo horrível! Cantava-te, à semelhança do grande Nero... quando mandou incendiar Roma, a cidade eterna!... Oh! ... ferro!”

Nessa charge acima, o então presidente da República profere, do alto de um palanque – que, no caso, é um telhado –, o seu discurso, enquanto observa a cidade do Rio de Janeiro sob as águas turvas da enchente de 1906.

Em uma alusão ao grande incêndio de Roma, ocorrido no

ano 64 d.C., a charge remete à figura de um “Nero Rodrigues Alves”, responsável pela inundação do Rio de Janeiro. Enquanto a população, rica ou pobre, tentava se salvar como podia, o presidente parecia orquestrar tudo do alto. Quem comparou Nero a Rodrigues Alves, nessa charge de *O Malho*, foi Augusto Rocha, provavelmente, legendado por Cabui Pitanga Neto. Mas, por que Augusto Rocha chama Rodrigues Alves de Nero pelo avesso? Nero, imperador romano, era conhecido por seu autoritarismo e sua extravagância. Assim como Rodrigues Alves incentivou o Bota-Abaixo de Pereira Passos, Nero foi o responsável pela remodelação de Roma após o incêndio, e, antes disso, construiu teatros para jogos e para a matança de cristãos.

Da mesma forma que Nero gostava de construir teatros e foi o responsável por um novo plano urbanístico para Roma após o incêndio, Rodrigues Alves, em sua gestão, propiciou a construção do Theatro Municipal, e, mesmo sob a

prefeitura de Pereira Passos, remodelou a cidade do Rio de Janeiro. A reforma terminou e as chuvas invadiram os novos bulevares recém-inaugurados, mostrando a precariedade do projeto civilizatório republicano. Os críticos ao governo chamavam o presidente de Nero, inferindo a responsabilidade do governante pelo caos gerado pela inundação.

Assim como Nero foi acusado de ter colocado, propositalmente, fogo em Roma, para reconstruí-la ao seu bel prazer, parecia que Rodrigues Alves era o grande orquestrador da tragédia, que assistiu ao caos de cima, imóvel. Talvez, aí resida a problemática que a imagem revela: “Hoje, não há iluminação”, avisa uma placa no meio da inundação.

Com o carro no meio da inundação, Lauro Muller, então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, e Rodrigues Alves – responsáveis pelas principais reformas urbanas do Rio inauguradas um ano antes, como a avenida Central

(atual avenida Rio Branco), o novo Cais do Porto e tantos outros “melhoramentos” – não puderam impedir que, naqueles dias, o Rio de Janeiro voltasse ao momento anterior, em que sequer iluminação havia na cidade. Tanto “progresso” e

voltava-se aos tempos coloniais... Nesse cenário, todos eram atingidos pelo dilúvio: pobres e ricos, do Zé Povo e do Custódio do Banco até o prefeito e o Ministro.

Nas charges, as diferenças de classe pareceram ser

minimizadas em detrimento da crítica contumaz contra a administração pública, seja do governo federal ou municipal. Tanto a imagem quanto o texto da charge mostraram, com humor, a crítica aos administradores.



Lauro Muller: — Seu Azeredo! A sua *Tribuna* anda afiada que faz dóe dóe na gente...
Paulo Frontin: — Até parece duvidar da nossa competência...
Azeredo: — Não ha tal! O que eu faço apenas é estranhar que, sendo vocês tão competentes, como é que a Cidade Nova continúa a soffrer horriavelmente quando chove? Esse espectáculo de constantes inundações na capital da Republica é Inacreditavel! Urge que os senhores despendam um bocadinho do que sabem e podem com aquella zona de contribuintes, tão bons como os da Avenida. Só isso é mais nada!

Figura 2 - Revista O Malho, nº 177

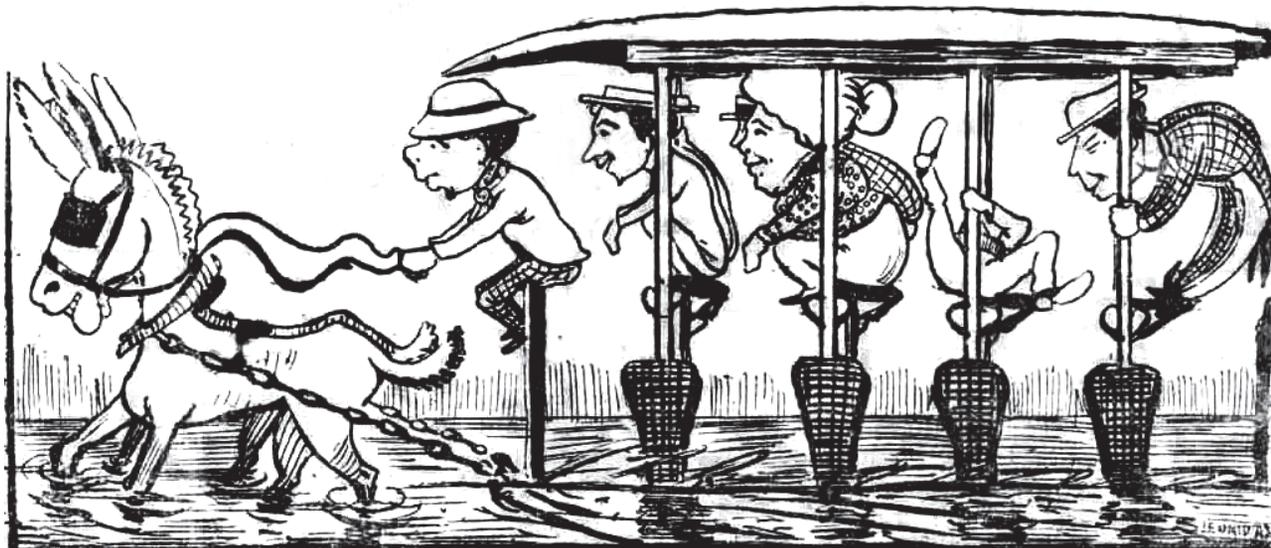
Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 1906.

Desenhada por J. R. Lobão, a charge exibe Lauro Muller, Paulo de Frontin e Azeredo, e comenta as críticas de *A Tribuna* às obras realizadas no centro da capital, assim como a permanência das enchentes, ressaltando o fato de o Centro protagonizar as reformas em detrimento de outras regiões da cidade.

João Batista Ramos Lobão, português de nascença e falecido no Rio de Janeiro em 1914, era perito em miniatura e ilustração decorativa, largamente influenciado pelos cartazes do tcheco Alphonse Mucha. Veio para o Rio no início do século XX, a convite para trabalhar como decorador em uma fábrica de móveis. Atuou

na revista *A Avenida*, lançada em 1903, onde teve como colegas os caricaturistas Crispim do Amaral, Gil, Vasco Lima e J. Carlos. Adquiriu prestígio ilustrando as capas de *O Malho* e não houve, entre 1905 e 1914 figura política que escapasse ao seu olhar. Trabalhou também em *O Tico-Tico* e na *Ilustração Brasileira*.

ECOS DA INUNDAÇÃO



*Como se viaja de bond na Capital Federal, depois que a engenharia é a principal preocupação dos nossos administradores...
É preciso quanto antes a invenção do bond...submarino.*

Figura 3 - Revista O Malho, nº 128

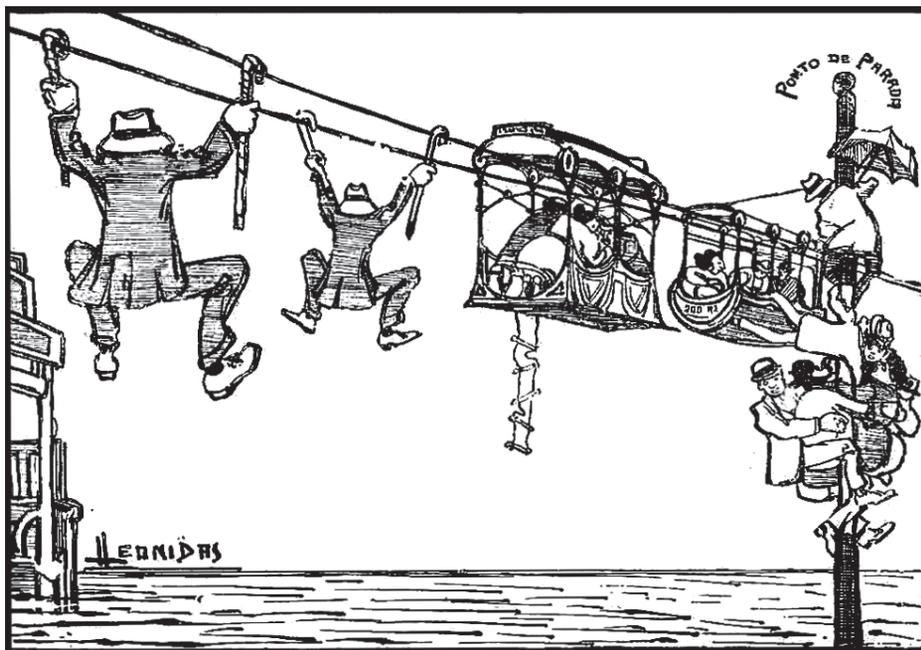
Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 1905.

O bonde “submarino” apareceu para mostrar a insatisfação quanto às questões de urbanização. Em 1905, em plena reforma urbana, a charge de Leônidas ironizava a impossibilidade de transitar na cidade em dias de enchentes. Em meio ao Bota-Abaixo, como ficou conhecida a remodelação da cidade do Rio de Janeiro, a charge satiriza o fato de que, como o transporte urbano não funcionava, era preciso que se inventasse o “bond-submarino”, uma vez que a engenharia parecia ser a principal preocupação da administração pública durante as chuvas.

Leonidas Freire nasceu no Ceará, em 1882, e foi caricaturista e jornalista, tendo participado das principais publicações cariocas na primeira metade do século XX. De humor contestador, foi um dos fundadores do semanário *O Tico-Tico*, primeira publicação em quadrinhos brasileira. Mudou-se para o Rio de Janeiro ainda jovem, e, segundo matéria publicada no jornal *A Noite* do dia seguinte à sua morte, em 12 de novembro de 1943, veio montado num burrico, do Ceará ao seu destino. O burrico morreu durante o percurso, mas o artista conseguiu alcançar

o Rio, com apenas uma vintena de mil réis no bolso. Leonidas Freire começou a atuar profissionalmente no *Correio da Manhã*, mas, a partir de 1904, passou a trabalhar como caricaturista e chargista em *O Malho*. Foi, ainda, co-fundador de *O Tico Tico*, tendo trabalhado, também, no jornal *A Noite*. Em 1914, Hermes da Fonseca, então presidente da República, que havia declarado estado de sítio em 1910, suspendeu o jornal, e Irineu Marinho, seu diretor, ficou asilado na embaixada argentina. Na ocasião, Léo financiou a fuga, junto de Ariosto Ducan e do caricaturista Seth para fora da cidade do Rio. Léo, como era conhecido Leonidas Freire, foi para Londres em 1915, em meio à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), vivendo por lá vários anos, quando trabalhou como cronista para jornais locais, e tendo retornado ao Brasil em 1925. Aqui, voltou a trabalhar como cronista e caricaturista em vários jornais e revistas, participando da criação do jornal *A Manhã*. No mesmo ano, retornou para *A Noite*, onde, além de cartunista e cronista, também foi tradutor, lá permanecendo em atuação até o ano de sua morte.

QUADROS DO PROGRESSO



Único meio de locomoção em dias de enchentes na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 4 - Revista O Malho, nº 388

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 1910.

A charge acima ilustra, de maneira satírica, uma alternativa de locomoção durante as cheias. Enquanto as “mentes brilhantes” dos engenheiros ainda não haviam criado o “bond-submarino”, o chargista Leônidas, em 1910, sugeria o “transporte aéreo”, um dos únicos meios de transporte possível diante do caos urbano

e da dificuldade de locomoção durante as enchentes no Rio de Janeiro. Nos “quadros do progresso”, o artista oferece como solução, em dias de enchente, transformar o fio elétrico em meio de transporte. Outras charges também mostraram, com humor, a situação das ruínas, quando a inundação atinge pobres e ricos, sem distinção.

Na maioria das vezes, como podemos ver nas imagens apresentadas, os governantes, em vez de serem representados salvando a cidade, trabalhando para que eventos terríveis fossem evitados e restabelecendo a ordem diante do “estado de exceção”, eram representados como os principais responsáveis pelo caos urbano e, por vezes, até como vítimas.

Tanto a elite quanto as camadas populares eram representadas como vítimas, uma vez que as inundações não escolhiam classe, ou seja, ambos,

Zé Povo e elite, sofriam com as chuvas, pois, com a falta luz, as vias tornavam-se intransitáveis para quase todos os meios de transporte.

A charge abaixo, de Angelo Agostini, em que estão representados Lauro Muller, Rodrigues Alves, Pereira Passos e Francisco Bicalho, explicitou

CONFERÊNCIA MINISTERIAL À CHUVA



Papai Grande — Qual falta d'água! qual nada! seu Lauro! O senhor não vê como ella cae de cima e sobe de baixo?

Lauro: — Sim. Papai! não nego isso, mas o povo quixa-se da abundancia desta e da falta da outra, que é limpa.

Isto são águas turvas não serve para beber...

Figura 5 - Revista O Malho, nº 128

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 1910.

os problemas de abastecimento do Rio de Janeiro em plena Reforma Urbana. Trata-se de uma charge sobre a contradição de um Rio de Janeiro em que, diante da abundância de águas pluviais, a falta de água potável é uma realidade.

Agostini nasceu na Itália e chegou ao Rio de Janeiro em 1867. Antes de criar a própria revista, colaborou com vários periódicos, dos quais o mais famoso foi *O Mosquito* (1869-1875). Em sua *Revista Ilustrada* (1876-1898), constituiu um estilo, se não nacional, pelo menos característico de um momento do humor brasileiro. Predominou no desenho litográfico a técnica do esfuminho, resultado da ação do lápis gorduroso sobre a pedra, afeita às nuances e aos modelados. O estilo de Agostini alcançou o início do século XX, quando, finalmente, o artista encerrou a carreira em sua última revista,

D. Quixote. Agostini fundou uma verdadeira escola, na qual também se destacaram artistas tão semelhantes ao mestre, os quais só um conhecedor é capaz de distingui-los.²⁹⁶

Um *ethos* artístico moderno, de forte crítica social, acompanhou o humor. Era o humor enquanto afirmação do desejo diante da adversidade e da morte; lúcido e trágico, mas, ao mesmo tempo, divertido e sagaz, considerado, em sua associação com a morte — tendo em vista que a maioria das enchentes causava vítimas fatais — tragicômico, como já nos ensinava Sigmund Freud. Sentimentos como impotência diante das chuvas, medo da morte e terror, ainda que sob o manto da ironia em sua relação com a subjetividade dos artistas, estavam presentes nas páginas das revistas ilustradas aqui reunidas.

O QUE É BOM TOCA A TODOS

O tráfego dos bonds para Jacarépaguá foi suspenso. Quando o Dr. Lauro Muller chegou a Cascadura teve de ir para casa montado numa besta. — Dos jornaes.

L.Muller: — Ainda assim sou de muita sorte: si fosse na Cidade Nova, alli pelo Mattoso, só a nado em cima do burro, e com salva-vidas a vista!

O Andrade Figueira anda agora a inventar phantasmas para metter medo a Zé Povo.

Acabar de inventar o jacobismo, para dizer que os jacobinos se ligaram aos monarchistas na obra commum de metter o pau nas autoridades constituídas.

E'mania como outra qualquer, porque a verdade é esta: não ha jacobinismo, pelo menos com a fórma vermelha e selvagem sob a qual aqui ha uns tantos annos se apresentava.

O que ha é descontentes porque a fatia lhe não cahiu nas unhas ou a perderam por qualquer motivo...



Figura 6 - Revista O Malho, nº 180

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 190

Satiricamente, a charge ao lado, de Angelo Agostini, traz Lauro Muller como dependente do serviço dos bonds para se deslocar entre Jacarépaguá e Cascadura, bairros do subúrbio os quais o experiente político e homem da elite brasileira raramente frequentava, além da imagem de estar em um burro debaixo de chuva. A correlação proposta por Agostini estava na carência do serviço de transporte, agravada pelas chuvas, e o então ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, justamente um dos responsáveis pelas políticas estatais que poderiam resolver ou atenuar os problemas gerados pelas enchentes.

A figura do Zé Povo ao lado dos políticos era frequente nas charges sobre as inundações, como pode ser observado na capa de O Malho, de 1906.

Na legenda, está o texto:
“Lauro: - Sebo nas canelas, que vem tudo por aí abaixo! Oh! Ferro! Nunca vi tanta calça!

Rodrigues Alves: - Nada de medo, gentes! Nós estamos indo por água abaixo, mas até novembro temos estas pedrinhas para não molhar os pés...

Bulhões: - ... e ficarmos em seco. Acredito; mas estou resolvido a meter o pau em todos os ratos!

Barão: - Você está valente depois que se apanhou de cetro e coroa!

Zé Povo: - É verdade! Quanta calamidade junta! Chuva de tudo por todos os lados! Tanta chuva que me parece estar nela, com a cabeça a arder!...”

A enchente, na charge ao lado, é novamente metaforizada com figuras da política da capital federal, como Lauro Muller e Rodrigues Alves, representados, na cena, como “ratos”, que levam embora o tesouro nacional e a arrecadação alfandegária, enquanto, ao seu redor, a cidade desmorona, tanto em razão das chuvas quanto da situação política e financeira.



IMPRESSO EM MACHINAS ROTATIVAS DE MARINONI

Anno V

TIRAGEM. . . . 40.000 EXEMPLARES
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — RUA DO OUVIDOR 132 — RIO DE JANEIRO

N. 180

CATASTROPHES E MAIS CATASTROPHES

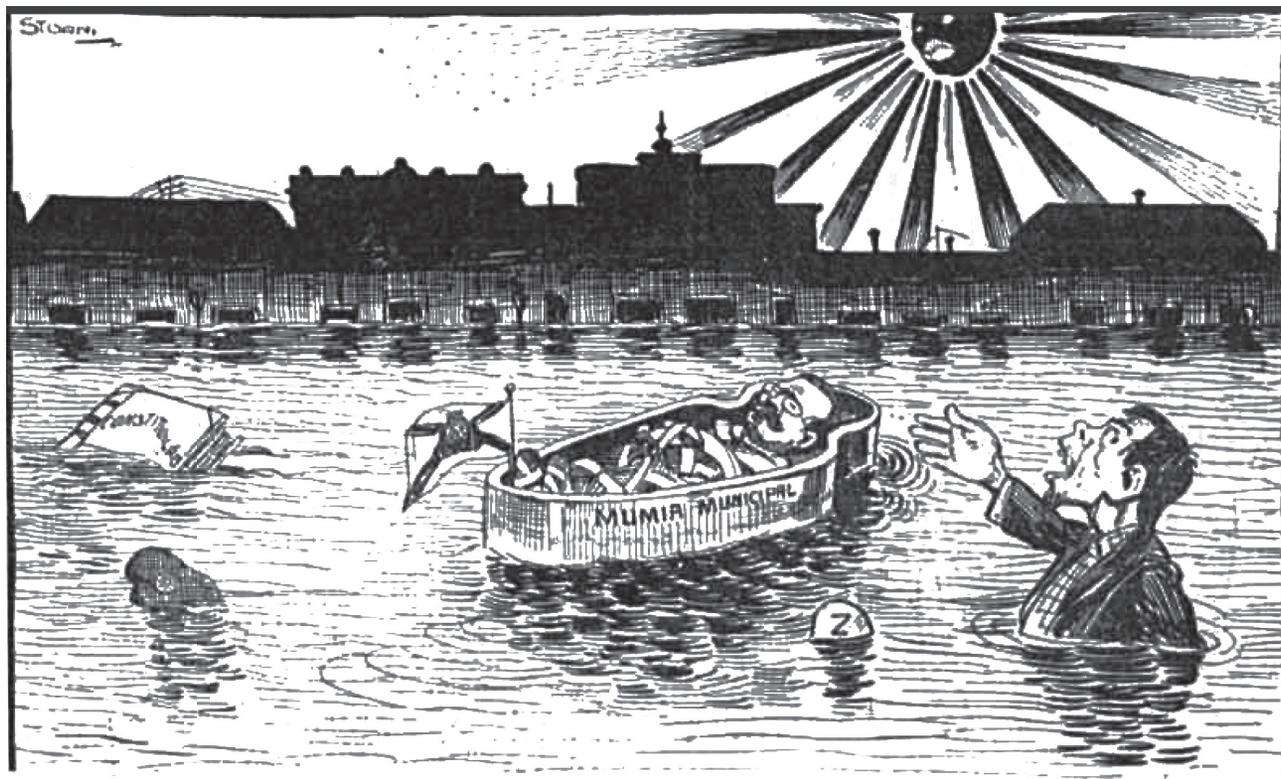


Lauro: — Sebo nas canelas, que vem tudo por ali abaixo! Oh! ferro! Nunca vi tanta calça!
R. Alves: — Nada de medo, gentes! Nós estamos indo por água abaixo, mas até novembro temos estas pedrinhas para não molhar os pés...
Bulhões: — ... e ficarmos em seco. Acredito; mas estou resolvido a meter o pau em todos os ratos!
Barão: — Você está valente depois que se apanhou de cetro e coroa!
Zé Povo: — É verdade! Quanta calamidade junta! Chuva de tudo por todos os lados! Tanta chuva que me parece estar nela, com a cabeça a arder!...

Figura 7 - Revista O Malho, nº 180

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 1906.

ECOS DA INUNDAÇÃO



Zé Povo : — Eis a minha triste situação : ou um calor preto, que me torra os miolos, ou chuva torrencial, que, em três tempos, me converte em peixe... espinha! ... dos raios que tenho de aguentar os raios do... Monteiro Lopes, mas protesto contra a teoria do prefeito, que entende que o governo da União é que tem o dever de evitar à cidade estes dilúvios! Se ao menos ele se convertesse em Arca de Noé... Mas não; é mumia só!

«Senhor Deus dos desgraçados,
Lizai-me vós, Senhor Deus,
Si é mentira, si é verdade,
Tanto horror perante os céus.

Figura 8 - Revista O Malho, nº 335

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa. 1909.

Na legenda, lemos: Zé Povo - Eis a minha triste situação: ou um calor preto que me torra os miolos, ou chuva torrencial que em três tempos, me converte em peixe... espinha! que tenho de aguentar os raios do... Monteiro Lopes, mas protesto contra a teoria do prefeito, que entende que o governo da União e que tem o dever de evitar à cidade estes dilúvios! Se ao menos ele se convertesse em Arca de Noé... Mas não; é mumia só!

Nessa charge, Storni também utilizou-se do Zé Povo para criticar a postura dos governantes diante da crise provocada pela inundação. O personagem, que representava a população mais humilde, clamava aos céus por ajuda e criticava Souza Aguiar, diante das afirmações de que as obras contra as enchentes eram da esfera do governo federal. Na imagem, o prefeito se encontra deitado em um sarcófago, boiando na enchente, com a inscrição “Múmia Municipal”, com a bandeira da cidade do Rio ao fundo, enquanto a Constituição Federal de 1891 afundava. A visão de Storni estava em sintonia com a análise de muitos contemporâneos, uma vez que as esferas políticas transferiam entre elas a responsabilidade do problema das enchentes que afligia a cidade quase todos os anos.

A menção ao político Monteiro Lopes evidenciou o olhar de cronista contemporâneo do caricaturista. O advogado pernambucano fez carreira política na

capital federal, destacando-se na defesa dos operários, na ampliação do acesso à instrução pública e como crítico de medidas do prefeito Pereira Passos. Em 1905, foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal, mas não foi reconhecido nem diplomado. No pleito seguinte, em 1909, saiu vitorioso pelo Partido Republicano Democrata, mas, diante de boatos de que não seria reconhecido, novamente, por ser negro e de oposição ao sistema vigente, solicitou apoio do Centro Internacional Operário e de organizações de homens negros, para pressionar a opinião pública, os veículos de imprensa e políticos influentes, como Ruy Barbosa, Pinheiro Machado e Venceslau Brás. O caso ganhou repercussão na imprensa, tomando dimensão nacional, despertando polêmicas e, inclusive, suscitando posturas jocosas de teor racista. Monteiro Lopes, finalmente, foi reconhecido como deputado federal, recebendo a alcunha de “deputado negro”. Destacou-se como defensor do

operariado, denunciou o trabalho infantil, sugeriu a criação de um ministério do trabalho, defendeu o amplo acesso à educação para os negros, entre outras pautas pouco abordadas no início do século XX por um político brasileiro. Contudo não concluiu o mandato, pois faleceu no final de 1910.²⁹⁷

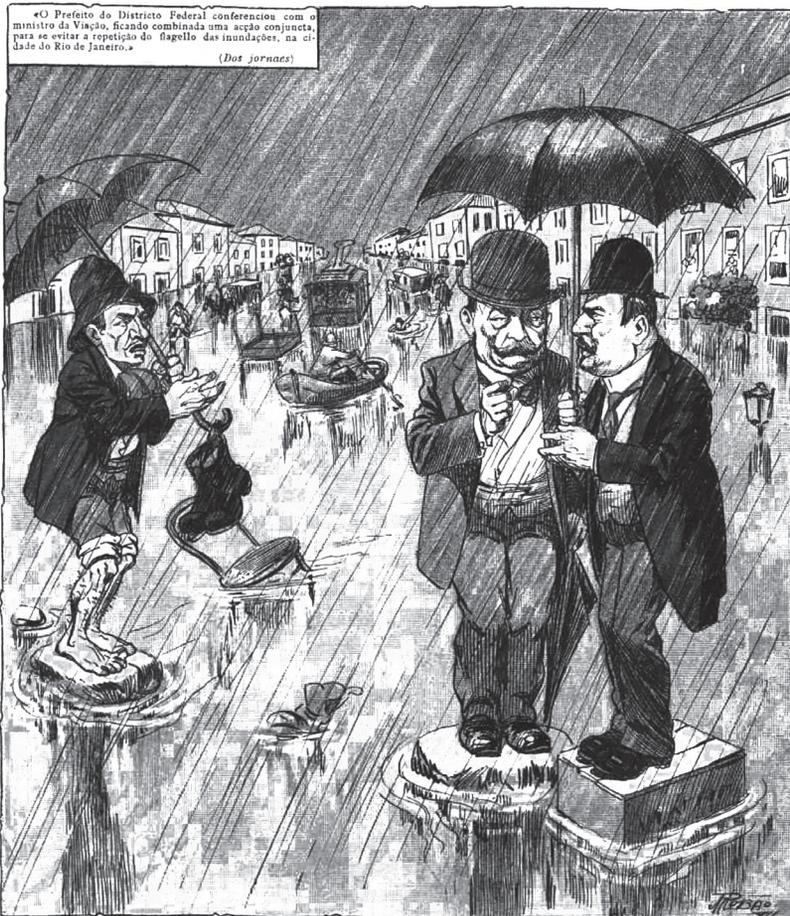
Alfredo Storni nasceu na cidade de Uruguaiana, na província do Rio Grande do Sul, em novembro de 1881, e faleceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, em março de 1966. Iniciou suas atividades como cartunista no Rio Grande de Sul, no semanário ilustrado *O Bisturi*, de 1899, e, anos depois, foi um dos fundadores do periódico *O Gafanhoto*. Em 1906, começou a publicar no *O Malho*, após enviar suas charges para o dono da revista ilustrada. Seu traço modulado, com deformação caricatural dos personagens, era totalmente adequado à charge política. Em fins de 1907, na série “Do Amazonas ao Prata”, nas páginas de *O Malho*, Storni desenhou os governantes estaduais da época. Em 1909, começou

seus trabalhos para o *Filhote*, mesma editora da *Careta*, onde, em razão do vínculo com o contrato de *O Malho*, desenhava sob o pseudônimo de Bluff. Ilustrou a revista infantil *O Tico-Tico* em *As Aventuras de Zé Macaco*, cuja popularidade de personagens como *Zé Macaco*, *Faustina*, *Serrote* e *Baratinha* era imensa. Seus personagens espelhavam, segundo o próprio Storni, “da macaquice indígena aos modismos estrangeirados, ao esnobismo de certa casta social, ao desajustamento tão comum a nosso povo, na competição dos postos e classes de elite”²⁹⁸ Em 1917, passou a ser colaborador da revista *D. Quixote*, ao lado de nomes como Bastos Tigre, Julião Machado, K. Listo, J. Carlos e Raul.²⁹⁹ Colaborou com o *Correio da Manhã*, tendo sido amigo pessoal do fundador Edmundo Bittencourt. Storni afastou-se da caricatura ao tornar-se funcionário do Ministério da Guerra, onde se aposentou.

O MALHO

Escritorio e redacção
RUA DO OUVIDOR, 164
→ E ←
RUA DO ROSARIO, 173
Num. avulso 300 rs.

A' VISTA DAS ENCHENTES



Bento Ribeiro. — Uma calamidade! Mas, você sabe, a Prefeitura não está em condições de, sósinha, metter mãos à obra para evitar as inundações da cidade...

Seabra. — De accôrdo. E como se trata da capital da Republica, não é demais que o ministerio da Viação secunde o esforço do municipio, como aconteceu no governo de Rodrigues Alves. Mãos à obra!

Zé Povo. — Ora graças, que, afinal, ouço palavras animadoras! É uma vergonha que, tendo-se melhorado e transformado a cidade do Rio de Janeiro, ella continue a ser victima de pavorosas inundações, que interrompem o trafego e o transito por longo tempo, que fazem ruir casas e casbres, que causam enormes prejuizos e mortes! A união faz a força! Eu espero que a Prefeitura e o ministerio da Viação, reunidos, acabem com este espectáculo contristador e deprimente, que, depois de me prejudicar tanto e roubar a vida, dos meus semelhantes, faz ir por agua abaixo a fama da nossa engenharia e até o bom nome do Brazil entre as nações progressistas!

Figura 9 - Revista O Malho, nº 446

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 1911.

Na legenda da charge, lemos:

“Bento Ribeiro - Uma calamidade! Mas, você sabe, a Prefeitura não está em condições de, sozinha, meter mãos à obra para evitar as inundações da cidade...

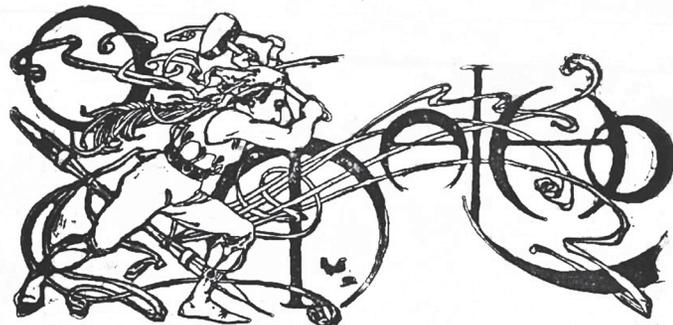
Seabra - De acordo. E como se trata da capital da República, não é demais que o Ministério da Viação secunde o esforço do município, como aconteceu no governo de Rodrigues Alves. Mãos à obra!

Zé Povo - Ora graças, que, afinal, ouço palavras animadoras! É uma vergonha que, tendo-se melhorado e transformado a cidade do Rio de Janeiro, ela continue a ser vítima de pavorosas inundações, que interrompem o tráfego e o trânsito por longo tempo, que fazem ruir casas e casebres, que causam enormes prejuízos e mortes! A união faz a força! Eu espero que a Prefeitura e o Ministério da Viação, reunidos, acabem com este espetáculo contristador e deprimente, que, depois de me prejudicar tanto e roubar a vida dos meus semelhantes, faz ir por água abaixo a fama da nos-

sa engenharia e até o bom nome do Brasil entre as nações progressistas!”

Como podemos observar, a falta de ação dos poderes públicos para dirimir as enchentes é o ponto central da crítica na charge. Entre bondes submersos e barcos, o prefeito Bento Ribeiro e o experiente político baiano José Joaquim Seabra, então ministro da Viação (1910-1912), conversaram sobre uma possível parceria entre o governo municipal e o governo federal no combate às inundações. Enquanto isso, o personagem Zé Povo, ironicamente, animou-se com a anunciada cooperação, lembrando que a cidade foi transformada na primeira década do século XX, mas que continuava suscetível ao caos das fortes chuvas. Poucos anos antes, por ocasião da gestão de Pereira Passos (1902-1906), as obras na cidade do Rio de Janeiro foram viabilizadas, por meio do somatório de ações da prefeitura e da União.

OS PERSONAGENS NA ENCHENTE E O HUMOR TRAGICÔMICO



Redação e escriptorio

RUA NOVA DO OUVIDOR 7 e 9

N. 133

Redação e escriptorio

RUA NOVA DO OUVIDOR 7 e 9

PRINCIPIO DE SEMANA E FIM DE MUNDO...



Cá por baixo: — Inundação de lama, desmoronamentos, mortes, aflições, regatas e natação, no meio da rua...
Lá por cima: — Grossa trovoadas, grossa bernarda, raios e coriscos pelo encontro da electricidade Gaffrée com a electricidade Rio Light.
Um turumbamba medonho, que dá idéa do estado geral do país.

Figura 10 - Revista O Malho, nº 133

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 1905

Na legenda, lemos:

Cá por baixo: - Inundação de lama, desmoronamentos, mortes, aflições, regatas e natação, no meio da rua...

Lá por cima: - Grossa trovoadas, grossa bernarda, raios e coriscos pelo encontro da electricidade de Gaffrée com a electricidade Rio Light.

Um turumbamba medonho, que dá ideia do estado geral do país.

O texto que acompanhou a caricatura trouxe um olhar irônico para o flagelo das enchentes na cidade do Rio, ao se referir às pessoas que nadavam, uma ação considerada, no mínimo, imprudente. Nas inundações, muitas pessoas faziam uso de botes para se locomover ou para se salvar dos alagamentos. Na imagem ao lado, foram retratados vários usuários, os quais permaneceram no bonde, fato narrado nas matérias dos jornais, e outros personagens, que ficaram nos telhados na tentativa de se salvar.

RECORDAÇÃO DAS ENCHENTES



Como se pode fazer uma mudança quando as enchentes da Cidade Nova e subúrbios invadem as casas, e as ruas se transformam no mais interessante systema fluvial. Vai sendo tão natural que até se acompanhará à viola o prazer que isso causa.

Na imagem, a indagação:

como se pode fazer uma mudança, quando as enchentes da Cidade Nova e dos subúrbios invadem as casas e as ruas se transformam no mais interessante sistema fluvial? Vai sendo tão natural, que até se acompanhará à viola o prazer que isso causa.

A charge de Leônidas destacou a contradição entre as crescentes obras pelas quais a cidade do Rio passava e a continuação das inundações, que continuaram a ser rotina na vida dos cariocas. As reformas urbanas contribuíram para forçar o deslocamento da população que vivia no Centro para outras regiões, como a Cidade Nova, as primeiras favelas e o subúrbio, que também eram afligidos pelas enchentes.

Figura 11 - Revista O Malho, nº 182

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbos

A MESMA COUSA PARA VARIAR



Figura 10 - Revista O Malho, nº 225

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 1907

O texto da charge traz a legenda:

Ela: - Eu não te disse que não saíssemos de casa.

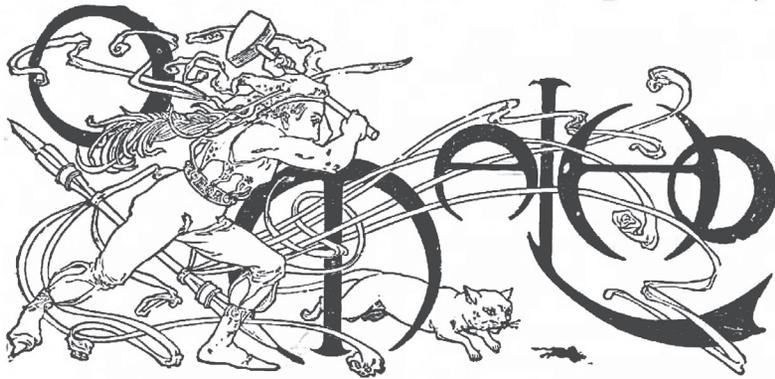
Ele: - Isto é uma pouca vergonha! Cada vez pago mais impostos como negociante e proprietário e cada vez mais as inundações me escangalham o negócio e a propriedade - Aqui d’El-Rey! que estou duas vezes roubado.

Um do bonde: - Forte idiota! Deve dar-se por feliz de escapar com vida e ainda se põe a maldizer da sorte!

Nota da Redação: - O desenho é novo, mas vamos guardá-lo para todas as inundações do corrente ano, porque as providências dos poderes públicos são como no Quartel General de Abrantes: tudo como dantes...

A charge traduziu a insatisfação dos habitantes com as fortes chuvas. Um dos personagens revoltou-se com o fato de o dinheiro advindo dos pagamentos de impostos não resolverem o problema das inundações que afetaram o comércio

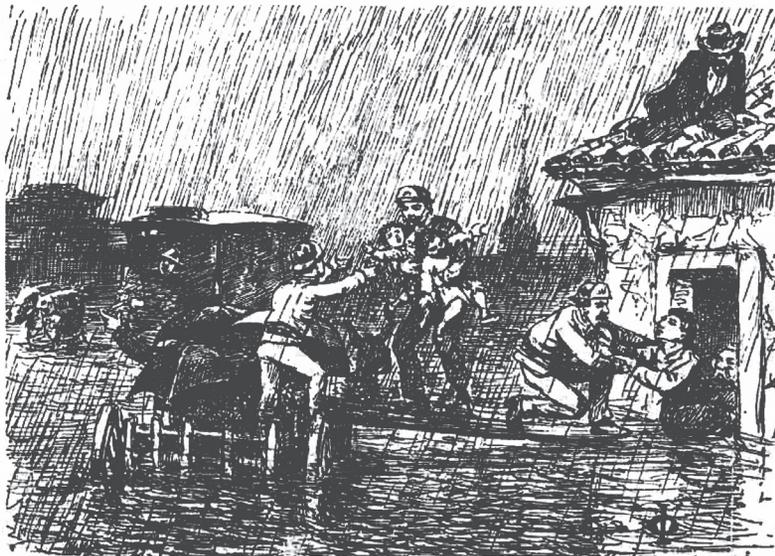
e as residências. Entre a realidade sociopolítica e a ironia, a nota da revista informou preservar a imagem para enchentes futuras, visto que não via perspectiva de resolução do problema pelo poder público.



IMPRESSO EM MACHINAS ROTATIVAS DE MARINONI

Anno V (TIRAGEM. . . . 40.000 EXEMPLARES) N. 184
 REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — RUA DO OUVIDOR 132 — RIO DE JANEIRO

PELA VERDADE!



—Toma estas crianças, camarada! Há mais cinco lá dentro! Há tres moças! Há uma velha, entrevada! O dono da casa enlouqueceu e afogou-se!
 Vozes — Socorro! socorro! socorro!
 —Deixa ver as crianças e vai buscar o resto! Não há tempo a perder! Que horror
 Outras vozes comovidas até às lágrimas — Vivam os salvadores! Bravos aos bombeiros! Bravos! Bravos!
 (E foi assim, com pequenas variantes, que se desenrolou a tragédia da inundação na noite de 16 para 17, em que os nossos bombeiros — só elles! — conquistaram mais um nobre título à gratidão pública.)

Figura 13 - Revista O Malho, nº 184

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 1906.

Na legenda, lemos:

“- Toma estas crianças, camarada!
 Há mais cinco lá dentro! Há três moças!
 Há uma velha entrevada!
 O dono da casa enlouqueceu e afogou-se!

Vozes - Socorro! Socorro! Socorro!

- Deixa ver as crianças e vai buscar o resto!
 Não há tempo a perder!
 Que horror.

Outras vozes comovidas até às lágrimas - Vivam os salvadores!
 Bravos aos bombeiros! Bravos! Bravos!

(E foi assim, com pequenas variantes, que se desenrolou a tragédia da inundação na noite de 16 para 17, em que os nossos bombeiros - só eles! - conquistaram mais um nobre título à gratidão pública).”

A charge abordou a atuação dos bombeiros no atendimento às vítimas das enchentes, ressaltando que apenas a corporação mereceu a gratidão da população, pois eram os únicos que ajudavam no momento de desespero. Também representou situações que apareceram reincidentemente nos jornais do início do século XX, como as várias pessoas morando juntas em habitações populares e o uso de qualquer veículo que pudesse ser usado para salvar pessoas.

QUANDO CHOVE



Elle : — E chamam a ista cidade nova !...
Ella : — Só si é porque nos obriga a estas novidades que chamam a atenção...
Elle : — Desafôro ! É pensar a gente que se têm gasto milhares de contos, para afinal, andar-se no Rio de Janeiro como quem anda nos pantanaes do Acre ! ..
Eu, si fosse prefeito, mettia a cara no canal do Mangue !

Figura 15 - Revista O Malho, nº 283

Fonte: Coleção Plínio Doyle. Acervo da Casa de Rui Barbosa, 1908.

A legenda traz o texto:

“Ele - E chamam a isto Cidade Nova!...

Ela - Só se é porque nos obriga a estas novidades que chamam a atenção...

Ele - Desaforo! E pensar a gente que se têm gasto milhares de contos, para afinal, andar-se no Rio de Janeiro como quem anda nos pantanais do Acre!

Eu, se fosse prefeito, metia a cara no canal do Mangue!”

O desenho acima, de Raul Pederneiras, apresentou transeuntes, supostamente de classes médias ou burgueses, em razão dos trajes utilizados,

tendo de se retirar apressadamente, por causa da cheia do canal do Mangue, tradicional região de alagamento da capital federal. Os personagens destacavam os milhares de contos que eram gastos nas obras da cidade e reclamavam da falta de providência da prefeitura para resolver problemas de alagamentos, a ponto de comparar o Rio de Janeiro às regiões alagadiças do Acre. Questionou-se, ironicamente, que a região da Cidade Nova não era tão inovadora, pois repetia os mesmos problemas da parte mais antiga da urbe carioca.

Pelo Tratado de Ayacucho, o território acreano foi entregue à Bolívia, na década de 1860, mas, no final do século XIX, a região foi gradualmente colonizada por brasileiros. A valorização internacional da borracha intensificou a ocupação e despertou o interesse do governo da Bolívia sobre o Acre. Entre 1899 e 1902, a população local realizou vários levantes contra a presença boliviana, gerando um impasse internacional do qual participou Rui Barbosa, defendendo os interesses brasileiros. Por intermediação do Barão do Rio Branco, em 1903, foi assinado o Tratado de Petrópolis, que estabeleceu a anexação do Acre mediante pagamento da indenização de 2 milhões de libras ao governo boliviano. Na primeira década do século XX, a economia era baseada na produção da borracha, a estrutura urbana era muito limitada e os rios eram a principal via de locomoção

pelo território. Por se tratar de uma região de fronteira, nas franjas da floresta amazônica, a imprensa da época associava-a a um lugar distante e sujeito às intempéries naturais, tal qual a capital federal, nesse aspecto.

Raul Pederneiras nasceu no Rio de Janeiro durante o Segundo Reinado (1840-1889), em 1874, e faleceu na mesma cidade, em 1953. Foi um intelectual de prestígio: poeta, teatrólogo, professor de Direito Internacional na Faculdade de Direito e de Anatomia Artística, na Escola Nacional de Belas Artes. Em 1908, foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que chegou a presidir. Com Bastos Tigre, fundou a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), em 1917, tendo sido, ainda, redator de *O Paiz*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e colaborador efetivo da *Revista da Semana*, desde o

primeiro número, em 1900, até 1948. Começou a atuar como caricaturista em 1898, no *Mercúrio*, depois passou por *O Malho*, *Tagarela*, *Jornal do Brasil* e *Revista da Semana*. Nesses dois últimos periódicos, ficaram famosas suas charges intituladas *Cenas da Vida Carioca*, reunidas, mais tarde, em álbuns. Entre seus pares, foi o único a produzir uma reflexão sobre sua arte em livro: *Lições de Caricatura*, com a segunda edição lançada em 1934. Em sua vasta produção, além de seu próprio nome, utilizou também os pseudônimos Luar, O. I. S, Oscar, J., Xisto e Pan. Para o poeta Augusto Frederico Schmidt, Raul Pederneiras “era uma figura da cidade, um personagem que guardara todo o encanto do Rio de Janeiro de antigamente (...) Raul dos trocadilhos, das graças inocentes, Raul caricaturista, quem foi mais popular e estimado do que ele?”³⁰⁰

NOTAS

264. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 334.
265. Idem., p. 333-334.
266. VELLOSO, M. P. ; LINS, V. ; OLIVEIRA, C. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
267. FREIRE, Laudelino. Grande e novíssimo dicionário de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: A Noite Editora, 1943, apud MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: FAPESP, 2008. p. 45.
268. MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: FAPESP, 2008. p. 46.
269. TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 20.
270. Idem, p. 16
271. Idem. Ibidem.
272. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 334.
273. LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. op. cit.
274. VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 43-44.
275. LINS, Vera. Em revistas, o simbolismo e a virada de século. In: VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 15-16.
276. VELLOSO, Mônica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 44.
277. LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.) **Brasil republicano**. 1. ed. v. 1. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2004. p. 302-304.
278. VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). op. cit. p. 360.
279. Idem, p. 360-361.
280. TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. op. cit.
281. SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit.
282. VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: VELLOSO, M. P.; LINS, V.; OLIVEIRA, C. op. cit., p. 87-88.
283. TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.
284. Idem, p. 27-28.
285. LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 14.

286. Ver: MURUCI, Lucio Picanto. **Seth**: um capítulo singular na caricatura brasileira. Rio de Janeiro: PUC, 2007.
287. Reminiscências de SETH: nas asas da memória. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1947. p. 3.
288. TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré, 2001. p. 28.
289. LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 131.
290. TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. 2001, p. 28.
291. Idem, *Ibidem*.
292. Acerca da imprensa ilustrada na primeira metade do século XX, ver: CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco**: arte e imagem, raça e identidade no Brasil (1890-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
293. PESSOA, Flávio. **Jeca-Tatu a rigor**: caricaturas do povo brasileiro na Primeira República (1902-1929). Curitiba: Appris, 2023.
294. TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré, 2001. p. 29.
295. Idem, *Ibidem*.
296. LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço. In: FERREIRA, Jorge; ALMEIDA Neves Delgado, Lucília (org.). **Brasil republicano**. 1. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 287-312.
297. VIANNA, Carolina. Monteiro Lopes. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2014. p. 692.
298. LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 1.232.
299. Disponível em: www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=276&Itemid=108. Acesso em: 18 fev. 2013; e Caricaturista morre em Petrópolis. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de março de 1966, p. 5.
300. Disponível em: www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=277&Itemid=106. Acesso em: 18 fev. 2013.

Capítulo



O RIO PEDE SOCORRO

Dilúvio

Última Hora

NO 21 — R. CARVALHO DE MENEZES, 11 — JARDIM DE PAZ — P. 170 — 20.120

Os milhares de pessoas que vivem sobre a margem esquerda do rio estão sendo obrigados a abandonar suas casas e deslocar-se para locais seguros, a medida que o nível das águas continua a subir. O trabalho de socorro, iniciado há alguns dias, está sendo realizado com o auxílio de balsas e embarcações. A situação é crítica e se não houver socorro imediato, a situação poderá tornar-se insustentável em breve.



Os milhares de pessoas que vivem sobre a margem esquerda do rio estão sendo obrigados a abandonar suas casas e deslocar-se para locais seguros, a medida que o nível das águas continua a subir. O trabalho de socorro, iniciado há alguns dias, está sendo realizado com o auxílio de balsas e embarcações. A situação é crítica e se não houver socorro imediato, a situação poderá tornar-se insustentável em breve.

Mais de 100 Mortos Nas Águas em Fúria

AJUDA PARA LIMPAR A CIDADE

Os serviços de limpeza urbana da Prefeitura Municipal de São Paulo estão realizando uma campanha de limpeza das ruas e praças da cidade. Para isso, estão sendo contratados trabalhadores para realizar o trabalho de limpeza.

TRABALHOS DE LIMPEZA
E MANUTENÇÃO DE VIAS

Dois Bilhões Contra a Catástrofe

Jornal Última Hora de 12 de janeiro de 1966

As inundações: da capital federal ao Estado da Guanabara

Ao longo da Era Vargas (1930-1945), fortes chuvas castigaram a então capital federal, incluindo uma tempestade que caiu em fevereiro de 1938, meses depois da instauração do Estado Novo, alagando a Praça da Bandeira e outras partes da cidade. No final de janeiro de 1940, outro temporal parou toda a urbe carioca, com mortes na região central, como no Santo Cristo. Dois anos depois, ocorreu o transbordamento do canal do Mangue, da Praça da Bandeira e de zonas vizinhas, além de desabamentos no morro do Salgueiro, na Tijuca. Novamente, no mês de janeiro, dessa vez em 1944, os mesmos lugares ficaram alagados, além de bairros da zona sul como Catete e Botafogo. As obras urbanas realizadas no governo varguista, sobretudo na gestão do interventor Henrique Dodsworth (1937-1945), nomeado prefeito pelo presidente Getúlio Vargas, não conseguiram resolver as causas das enchentes, e, assim, as políticas públicas agiam para resolver o caos e a tragédia após as intempéries.

DÉCADA DE 1950 - ENCHENTES NOS ANOS DOURADOS

Desde agosto de 1946, a capital federal era governada pelo general Ângelo Mendes de Moraes, por indicação do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Durante sua gestão, foi construído o estádio do Maracanã, sendo iniciadas as construções dos túneis Catumbi-Laranjeiras e do Pasmado e da estrada Grajaú-Jacarepaguá. O então vereador Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN), foi ferrenho opositor do prefeito.³⁰¹

Nos primeiros dias de fevereiro de 1950, a cidade do Rio e os municípios vizinhos foram castigados por uma enchente. A matéria de capa do *Correio da Manhã* destacou alguns problemas já ocorridos nas décadas anteriores e que permaneceram como uma herança malquista por muito tempo no território do estado

do Rio de Janeiro. No início da década de 1950, já havia uma “luta pelo saneamento da baixada fluminense, graças à inoperância e ao descaso de certas autoridades”³⁰². A falta de uma política interligada entre as várias cidades, a ausência de engajamento dos governos em resolver o problema e o precário saneamento atravessaram a história dessa unidade federativa no século XX com nefasta continuidade no século XXI.

O temporal de 1950 deixou a capital federal quase sem conexão com outros municípios, chegando a afetar a estrada Rio-São Paulo, um trajeto diferente da Rodovia Presidente Dutra, que seria somente inaugurada em janeiro de 1951. Ao longo da década de 1950, o governo federal optou pelo modelo rodoviário de transporte terrestre, mas longos trechos das estradas ainda não eram asfaltados, tornando-se um lamaçal intransitável com qualquer chuva mais intensa, afinal, não se

tratava de “nenhuma autoestrada, muito pelo contrário, chega a ser até qualquer coisa de ridículo a representar a estrada mais importante do país”³⁰³.

Ainda no aspecto do saneamento, devia-se fazer uma dragagem recorrente dos rios na zona oeste, os quais contribuía para a inundação da Baixada Fluminense. Para os jornalistas da época, era clara a necessidade de políticas cooperativas para resolver os problemas das enchentes na cidade do Rio e nas cidades vizinhas. Essa região limítrofe entre a capital federal e a Baixada era prioritariamente ocupada pela cultura de verduras e de arroz, ou seja, desempenhava papel crucial no abastecimento carioca. Segundo a reportagem, somente alguns abnegados funcionários do Ministério da Agricultura e do Ministério da Viação e Obras atuavam na região com obsoleto maquinário e, muitas vezes, efetuavam a dragagem de rios com enxadas.

Desde o século XIX, os jornais eram uma forma de conexão da sociedade com a própria sociedade, que ocorria por meio de denúncias enviadas para as redações ou feitas presencialmente pelos cidadãos. Por sua vez, os jornalistas cobravam dos responsáveis a manutenção e a conservação da estrutura cidadina, tanto no campo do saneamento quanto dos transportes públicos, que sempre eram afetados pelas enxurradas.

Os moradores do bairro de Maria da Graça denunciaram à redação do *Correio da Manhã* o status de abandono das ruas que, devido às chuvas, ficavam em estado de calamidade pública. Em visita à região, os jornalistas constataram que o barro, realmente, tomou conta de tudo e que vários terrenos devolutos estavam tão abandonados que eram esconderijo até para meliantes, ameaçando a segurança dos moradores. Também destacaram que as “poucas ruas dali que tinham sido pavimentadas, estão perdendo a

pavimentação devido à falta de conservação”³⁰⁴.

Outro bairro do subúrbio carioca, da mesma forma, convivía com descaso do poder público. Na rua Lemos Brito, em Quintino Bocaiúva, a água parada e a lama tomaram conta de tudo, a ponto de formar uma lagoa no local. Os residentes perderam a noção de quantas vezes fizeram reclamações às autoridades municipais, mas o descaso era prática recorrente.

A capa do referido jornal destacava: “Rio, a cidade mais suja do mundo. Assim poderá vir a ser conhecida ainda se continuar o desleixo das autoridades”³⁰⁵, devido ao descaso sistemático dos poderes públicos em relação à capital federal. Paradoxalmente, afirmou-se que, “durante longo tempo, foi ela considerada a cidade mais limpa e mais bem iluminada do mundo. E isso, vale ressaltar, não apregoávamos nós, mas sim os estrangeiros que nos visitavam, o que, indubitavelmente constituía motivo do

mais justo júbilo”³⁰⁶. Contudo, a realidade carioca era outra, pois nenhum visitante ou morador estrangeiro faria tal afirmação no início dos anos 1950, o que afetava a propaganda turística da capital federal. Segundo a reportagem, os carros-pipa, responsáveis por lavarem as ruas, diminuíram de 30 para 15, em uma cidade com acentuado crescimento demográfico.

Entre dezembro de 1955 e março de 1956, o Distrito Federal foi governado pelo mineiro Francisco de Sá Lessa, indicado pelo presidente Nereu Ramos (1955-1956). Sá Lessa destacou-se como engenheiro e professor da Escola Politécnica, tendo sido inspetor geral de Iluminação do Rio de Janeiro (1922-1930) e presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Em sua breve gestão, foram assinados projetos do alargamento da avenida Atlântica, da construção da avenida Perimetral e dos túneis Freire Alvim e Major Rubens Vaz, em Copacabana³⁰⁷.

A edição do *Correio da Manhã* do dia 26 de fevereiro de 1956 trazia a manchete: “Um mundo de lama desceu dos morros para as ruas da cidade”³⁰⁸. No centro da cidade, a lama atingiu dois palmos em alguns logradouros, como na rua dos Arcos, e a situação se repetiu em diversas partes da capital. O jornal cobrou atuação da prefeitura, desde a limpeza de esgotos até a retomada de antigos projetos, os quais poderiam sanar o problema das enchentes.

Ano após ano, o mesmo acontece nesta mesma época do ano. Há notícias reclamando providências contra as enchentes há mais de cinquenta anos. Há planos para acabar com as enchentes que datam de mais de trinta anos, planos de grandes urbanistas, com estudos completos³⁰⁹.

A matéria destacou que, durante o mandato do prefeito Carlos Vital, foi demonstrada a importância da limpeza dos esgotos, o que diminuía os prejuízos materiais causados pelas chuvas em virtude do rápido escoamento das águas

pluviais. Vital foi nomeado por Getúlio Vargas e exerceu o mandato entre abril de 1951 e dezembro de 1952, sendo sua gestão marcada pela construção da primeira adutora do rio Guandu, pela pavimentação de estradas e pela duplicação de trechos da avenida Brasil³¹⁰. A desobstrução do canal do Mangue, do rio Maracanã e de outros cursos de água deveria ser realizada com urgência, pois já era apontada como essencial no combate às causas das enchentes desde as primeiras décadas do século XX.

A Praça da Bandeira, mais uma vez, ganhou o apelido de “Lagoa da Bandeira”, isso porque, com o forte aguaceiro, somente era possível atravessar o logradouro de canoa. Além da praça, outra ligação chave para o tráfego entre zona norte e Centro era a rua Frei Caneca, na altura do Catumbi, que também ficou alagada. Outro local em que as enchentes aconteciam de maneira recorrente era a rua Prefeito Padre Olímpio de Melo, em Benfica, que, durante horas, ficou intransitável.

No dia seguinte ao temporal, vários locais ficaram “ilhas”, em razão do acúmulo de lama, impedindo que muitos trabalhadores chegassem ao trabalho e impossibilitando a circulação de consumidores no comércio. Na enchente de 1956, os bairros limítrofes com os morros foram os mais afetados pelo lamaçal, como o Catumbi. No Centro, as ruas próximas ao morro de Santo Antônio e de Santa Teresa viraram um rio de lama, tendo os moradores, depois da enxurrada, se deparado com a lama até dois palmos de altura.

Os residentes da rua Paula Brito, no Andaraí, enviaram questionamentos ao jornal, perguntando se, depois das chuvas, o local tratava-se de uma rua ou de uma lixeira, afinal, “tudo desceu do morro, tudo o que a limpeza pública se ‘esqueceu’ de remover durante meses. Desde a lata velha e enferrujada até animais mortos, fazendo-se logo sentir o repelente cheiro”³¹¹. A rua Antônio Salema, entre a Tijuca e Andaraí, foi bastante afetada

pelo mar de lama, mas os moradores reagiram de forma humorada, elaborando uma placa com a frase: “Limpeza pública, me leva”. Na rua Dona Delfina, perto da rua Uruguai, os moradores abriram uma “trilha” no meio da lama, para que pudessem circular. As ruas próximas dos morros na Tijuca foram afetadas pela lama que descia das encostas.

Obras paradas há algum tempo causaram transtornos em vários bairros, como na rua Carmo Neto, no Catumbi, onde teve início a construção de um grande canal, para atenuar as enchentes, mas a obra estava parada fazia seis meses, e, com a chuvarada, o local virou um rio de água suja e lama, ao que os moradores apelidaram de “Rio Carmo Neto”.

Em meados da década de 1950, já havia entre os cariocas a plena certeza da necessidade de “desobstrução dos esgotos, bueiros e canais. Que nos livrem de enchentes ainda pior”³¹². Todas as vezes em que a cidade do Rio se deparou

com enchentes, houve completa ou parcial paralisação do cotidiano e imensos prejuízos aos moradores e comerciantes, isso somado aos buracos nas ruas depois das chuvas, os quais dificultavam e até impossibilitavam o tráfego, principalmente, nas ruas de maior movimento. O mau estado da pavimentação das vias era reclamação constante dos moradores do Rio, sendo esse um problema que vinha dos anos anteriores e que perdurou até o século XXI.

No dia 20 de março de 1956, uma pequena matéria trazia a informação acerca da enchente do mês anterior. Em Laranjeiras e no Cosme Velho, bairros da zona sul, “as turmas da limpeza, passados alguns dias, amontoaram detritos e areia nas calçadas. Tudo continuou por ali. Ninguém se lembrou de transportar a areia para os aterros”³¹³.

As águas da nova enxurrada do dia 19 de março encontraram os montes sobre as calçadas. De novo, levaram tudo para os bueiros, entupindo-os irreme-

diavelmente. Perdeu-se assim todo o trabalho realizado antes. E acumulou-se agora maior trabalho. Por isso que serão necessárias novas despesas, para aumentar o déficit existente. O episódio é bem uma fotografia, fiel e cruel, da vida administrativa deste país, onde aumentam os gastos fabulosamente porque não houve o cuidado de se fazer um pequeno gasto necessário.³¹⁴.

1959 - A ÚLTIMA GRANDE ENCHENTE DO RIO COMO DISTRITO FEDERAL

Em maio de 1958, a cidade do Rio teve o último prefeito antes da transferência da capital federal para Brasília. Sá Freire Alvim era advogado e político carioca e foi indicado ao cargo pelo presidente da República Juscelino Kubitschek, permanecendo até abril de 1960, quando a cidade foi transformada em Estado da Guanabara. Durante sua gestão, foram iniciadas a demolição do Morro de Santo Antônio, a construção do túnel Catumbi-Laranjeiras (importante conexão entre

a região central e a zona Sul) e as obras de saneamento no subúrbio, realizadas pela Superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan).³¹⁵

No dia 20 de maio de 1959 um forte temporal causou a morte de mais de 20 pessoas na cidade do Rio de Janeiro. Niterói e a Baixada Fluminense também foram afetadas. O comércio e a indústria foram severamente prejudicados e as repartições públicas e os colégios funcionaram com metade do pessoal. Cerca de 60% das ruas ficaram inundadas, mais uma vez foram registrados carros levados pelas águas, desmoronamentos e deslizamentos nas favelas que causaram grandes prejuízos e centenas de desabrigados.

É geral o clamor contra a triste condição a que está reduzida a cidade, tudo fruto de erros passados e da omissão, no presente, dos que têm a zelar pelo bem estar do povo carioca. As situações se repetem, mas, infelizmente, também a incúria parece ser permanente³¹⁶.

O cenário se repetia. Tal como em outras enchentes, houve interrupção dos transportes públicos, pane da rede elétrica e alagamentos em estabelecimentos comerciais, gerando enormes danos. No final da década de 1950, a imprensa destacava que os subúrbios e os bairros da zona norte, “como sempre, foram os mais sacrificados”³¹⁷.

Chuva com tal intensidade não era comum no outono carioca, mas os técnicos consultados alegaram a conjunção do volume do aguaceiro com a maré alta em fase de lua cheia, impedindo a vazão e causando o retorno das águas pluviais pelas galerias e esgotos. O chefe da Divisão de Meteorologia Aplicada, Junqueira Schmidt, assinalou o seguinte:

As fortes chuvas caídas na madrugada de ontem foram provocadas pelo avanço da intensa massa de ar frio que vem se deslocando do Sudeste para o Nordeste e cujo centro se encontra ao Norte de Buenos Aires (...) o deslocamento tão rápido do centro da massa

para o oceano e um avanço muito mais acentuado para o Nordeste, porque permitiu que o ar tivesse uma trajetória marítima acumulando muita umidade no seu deslocamento, o que provocou as chuvas daquela madrugada. Esse ar úmido, ao penetrar em nosso litoral, é obrigado a se elevar de encontro às montanhas, o que contribuiu para aumentar a precipitação³¹⁸.

O volume das águas nas avenidas Francisco Bicalho, trecho da Presidente Vargas, na rua Elpídio da Boa Morte e na Praça da Bandeira atingiu tamanha dimensão que nenhum veículo atravessava, contribuindo para isolar a região central de bairros como Maracanã, Tijuca, São Cristóvão, Andaraí, Vila Isabel e demais bairros do subúrbio. Desde as primeiras horas da manhã, os poucos meios de transporte que tentaram atravessar o local ficaram enguiçados e à deriva. As ruas cheias de lama e o entupimento dos canais de escoamento deixaram a região central em estado deplorável, e diversos pontos dos bairros da zona

norte ficaram intransitáveis, como em Todos os Santos, na Penha, em Rocha Miranda e no Campo dos Afonsos. No Leblon, em Ipanema, na Urca e no Jardim Botânico, várias ruas ficaram alagadas. Os trilhos da Leopoldina ficaram inundados por horas, também foram afetadas estações e ruas nas imediações, impactando a circulação de 100 mil pessoas que dependiam, cotidianamente, dos trens para locomoção. Os trens da Central tiveram o tráfego suspenso, e as estações de Marechal Hermes, Engenho de Dentro e São Cristóvão foram as mais atingidas. As linhas de bonde do Jardim Botânico não foram afetadas e, segundo o diretor da empresa, Fernando Milanez, medidas preventivas foram tomadas. O Serviço de Trânsito autorizou as lotações a circularem com excesso de passageiros.

Em virtude do aguaceiro, as companhias aéreas cancelaram 47 viagens. O aeroporto Santos Dumont foi interditado devido às péssimas condições atmosféricas,

assim como o de Congonhas, que esteve interditado até às 20 horas. O aeroporto do Galeão funcionou normalmente. O temporal deixou o mar revolto, quando uma embarcação Rio-Niterói e um rebocador da Marinha colidiram, submergindo a primeira, com dezenas de passageiros se jogando ao mar. Como o sinistro ocorreu entre a Ilha Fiscal e o Cais Pharoux, a maioria conseguiu se salvar, contudo duas pessoas morreram afogadas.

O rio de lama que desceu pelo morro do Borel, na Tijuca, invadiu casas na encosta e as ruas abaixo, causando sérios transtornos aos moradores. Além disso, um desabamento atingiu a lateral de um prédio na rua São Miguel, ocasionando a morte de uma menina de quatro anos. Nas imediações da praça Martins Leão, no Alto da Boa Vista, um barracão desabou, soterrando um morador e ferindo outros dois. A força da chuva e a formação de barreiras foram tão grandes que os bombeiros tiveram

dificuldades de acessar o local. Caso semelhante aconteceu no morro dos Macacos, em Vila Isabel, onde uma senhora morreu sob os escombros de seu barraco. Moradores entrevistados pelo jornal *O Globo* responsabilizaram a prefeitura por não tomar providências diante das chuvas que sempre se abatiam sobre a capital federal.

Ainda na madrugada do dia 20, no início da precipitação, o canal do Mangue ficou cheio, a ponto de transbordar, e os rios Maracanã, Trapicheiro e Banana Podre, que desagavam no canal, também subiram a ponto de alagar todas as ruas do entorno. A rua São Francisco Xavier, entre o largo do mesmo nome (na Tijuca) e o rio Maracanã, transformou-se numa imensa lagoa. Em Vila Isabel, a praça Barão de Drummond, a avenida 28 de Setembro e as ruas adjacentes ficaram inundadas.

Uma das consequências rotineiras das enchentes na cidade eram os danos aos

comerciantes, uma vez que as lojas e os estoques ficavam embaixo d'água. Em maio de 1959, os negociantes da rua Nossa Senhora das Graças, em Ramos, e da Praça da Bandeira (ambos representados pelo mesmo escritório de advocacia) iriam entrar com ação contra a Prefeitura do Distrito Federal, para ressarcir as perdas causadas pela chuva.

Os comerciantes alegam que seus prejuízos são enormes, ultrapassando de muito os das vezes anteriores. Vários apelos - disseram - foram feitos às autoridades municipais, mas, infelizmente, não encontraram guarida. Esperam eles poder, em breve, livrar-se desses contratemplos, que há muito os vêm prejudicando, por falta apenas de providências primárias, ou seja, desobstrução de ralos e outros meios de escoamento³¹⁹.

O advogado Araujo Filho denunciou à equipe de *O Globo* a falta de zelo por parte da municipalidade, uma vez que essa já era citada em ações judiciais sobre perdas anteriores e “não tomou nenhuma providência para evitar novos

prejuízos”³²⁰. Moradores da Praça da Bandeira apontaram que “as enchentes ali são causadas pelo rio Joana, que atravessa a Praça, rompendo pela rua Figueira de Melo, para, afinal, desaguar no Mangue, na avenida Francisco Bicalho”³²¹. Ainda segundo quem morava na região, “o rio Joana, há anos, não é dragado, nem mesmo limpo de maiores detritos pelas autoridades municipais”³²², ou seja, era impossível que houvesse escoamento das águas na região.

Estabelecimentos comerciais no Centro, sobretudo nas ruas Sete de Setembro, Assembleia, Senador Dantas e no Largo da Carioca, sofreram com a inundação, a ponto de a matéria destacar: “Jamais o Rio se viu tão sujo e elameado”³²³. As ruas Gomes Freire, Senado, Inválidos, Lavradio, Relação e Resende se transformaram em imensos lagos. Em Santa Teresa, a força da enxurrada transformou várias ruas do bairro em autênticas corredeiras, e alagou ruas do

Centro. Uma casa de cômodos no Santo Cristo desabou, deixando quatro famílias, em um total de dezesseis pessoas, desabrigadas, mas que, felizmente, se salvaram. O próprio diretor do Departamento de Assistência Hospitalar, Murilo Capanema, compareceu ao local e providências foram tomadas para o amparo dos atingidos.

O Corpo de Bombeiros continuou sendo a principal referência de agente público na assistência aos desabrigados. A favela Fernão Cardim, no Engenho Novo, ficou alagada, e, somente com ajuda dessa corporação, a população conseguiu ir para lugares mais seguros. Na rua Itapiru, na altura do Rio Comprido, um mar de lama invadiu parte da casa onde estava uma senhora e nove crianças, que não foram atingidas, mas que, somente depois de horas de trabalho, foram resgatadas pelos bombeiros. A corporação realizou outro importante salvamento, dessa vez, na rua Poconé, no Encantado, onde moravam

José Ribeiro, Albertina da Conceição Ribeiro e seus quatro filhos. A família estava em casa quando uma parede do barraco ruiu, resultando na morte de um dos filhos e encaminhados ao Posto de Assistência do Méier os feridos.

O entorno da estação de São Cristóvão ficou alagado, da mesma forma que grande parte da avenida dos Democráticos. Vários carros ficaram quase cobertos pela enxurrada em Bonsucesso. Com o transbordamento dos rios, centenas de desabrigados, em Acari, buscaram abrigo nos conjuntos residenciais do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais (IAPC).

Na zona sul, uma das maiores tragédias ocorreu na Rocinha, onde o desabamento de uma barreira arrastou a casa onde morava a família do motorista Nário José dos Santos, único sobrevivente, por não estar presente, contudo a esposa, Maria Leonarda Beserra, e os cinco filhos

vieram a óbito. A equipe de O Globo soube, pelos moradores, que, um mês antes da tragédia, a própria Maria Leonarda foi à prefeitura e solicitou uma mudança do local em que vivia, pois sentia que a casa não oferecia segurança para seus filhos, ao que o funcionário contornou a situação dizendo que não havia perigo. “Ontem, as reclamações da pobre mulher foram plenamente justificadas. Morreram ela e todos os seus filhos, apesar de ter previsto o desastre há um mês”³²⁴. Também a casa do imigrante italiano Mariano Molinaro foi totalmente destruída pelo desabamento, sua esposa e a filha mais velha ficaram machucadas, e a mais nova faleceu. Mais de dez moradores foram encaminhados para o Hospital Miguel Couto, na zona sul, com ferimentos variados e, alguns, em estado grave.

Na favela da Catacumba, na Lagoa, também houve uma vítima, que morreu soterrada pelos deslizamentos que destruíram quatro casebres,

deixando muitos desabrigados, os quais tiveram suas casas evacuadas. Até mesmo um templo protestante foi interditado, na ocasião. As pessoas que deixaram a comunidade foram para a escola São João Batista.

Equipes da Limpeza Urbana tomavam providências drásticas, para evitar novas vítimas. Vinte e cinco barracos foram evacuados e, um a um, derrubados, para que não mais fossem ocupados no futuro, pois tornaram-se verdadeiras armadilhas nas encostas do morro. Sob protesto dos moradores os humildes lares foram destruídos e toda a madeira queimada numa imensa fogueira, para evitar que ainda fosse usada na construção de novos barracos.³²⁵

No entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas havia outras favelas, e a Catacumba foi ocupada ainda no século XIX. O crescimento demográfico aconteceu na década de 1940, com a vinda de migrantes do Nordeste. Dois incêndios marcaram a história do lugar: o primeiro ocorreu no dia 2 de agosto de 1967, e o outro, em 12 de dezembro

de 1968. Em meados de 1969, a Catacumba integrou um “plano de desfavelização”, elaborado pelo governo estadual da Guanabara. No início dos anos 1970, os moradores foram levados para Cidade de Deus, Vila Aliança e Nova Holanda.³²⁶

Outros desabamentos foram registrados no morro do Leme e na ladeira dos Tabajaras. No morro de Santa Marta, em Botafogo, Maria Cosme da Silva e sua filha foram soterradas pelo barracão onde moravam e resgatadas em estado grave pelos bombeiros do Humaitá. Na manhã do dia 21 de maio, Francisca Rodrigues da Silveira veio a óbito no Hospital Miguel Couto, vítima do desabamento de sua casa na Estrada da Gávea. O secretário de Saúde, João Machado, comunicou aos jornalistas de *O Globo* que as famílias desabrigadas foram encaminhadas para o asilo São Francisco de Assis, afirmando que, “se necessário for, outras famílias poderão ocupar o Maracanã,

onde já estão depositados os móveis e os bens dos flagelados”³²⁷. Soluções transitórias e assistencialistas eram marcas das administrações públicas ao lidarem com as vítimas das enchentes.

Cruzamentos da avenida Nossa Senhora de Copacabana no valorizado bairro litorâneo ficaram inundados e impossibilitaram os transeuntes de circularem em segurança. Na rua Santa Clara, a água atingiu um metro, e os poucos que se aventuravam pela enchente tinham água pela cintura. O único trecho de Copacabana que não ficou embaixo d’água foi entre as ruas Siqueira Campos e a República do Peru.

Diversas barreiras caíram na avenida Niemeyer, na estrada Dona Castorina e na estrada da Gávea, onde apareceram cascatas, contribuindo para inviabilizar a circulação. As águas da estrada da Gávea seguiram em direção à Marquês de São Vicente, até formarem uma lagoa entre a praça Santos Dumont e o entorno do Jóquei.

Na rua Assunção, em Botafogo, uma casa foi destruída por uma pedra, que também danificou outras numa vila, deixando soterrados e feridos, os quais foram encaminhados a unidades hospitalares. Parte de um muro desabou sobre uma casa na rua Cândido Mendes, na Glória, soterrando Germano de Almeida e sua filha.

A calamidade afetou a vida de importantes políticos, como a residência do ministro Sette Câmara, no final da rua Carvalho de Azevedo, na Lagoa, que teve parte do terreno danificado por uma pedra que se soltou do morro nas imediações. O destacado político mineiro fez carreira no Rio de Janeiro e, em 1959, chefiava o Gabinete Civil da Presidência da República. Posteriormente, foi o primeiro governador, em caráter provisório, do recém-criado Estado da Guanabara, permanecendo no cargo até outubro de 1960, quando Carlos Lacerda assumiu o governo estadual.

Em virtude da proporção da enchente de 1959, o próprio chefe de polícia, General Amauri Kruel, e o diretor do Serviço de Transportes do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) percorreram os bairros da cidade mais atingidos pela enxurrada e determinaram providências de auxílio às vítimas. Importantes políticos e militares exerceram cargos na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista a capitalidade exercida pela urbe.³²⁸

A diretora do Departamento de Praças e Jardins da Prefeitura do Distrito Federal, Elza Osborne, ressaltou que o erário municipal teve um prejuízo de cinco milhões de cruzeiros (o salário mínimo era seis mil cruzeiros), pois todas as praças e jardins cariocas sofreram consideráveis danos, inclusive, praças que tinham sido recuperadas pelo Departamento.

A equipe de reportagem do *O Globo* procurou o então secretário de Viação do Distrito Federal do prefeito Sá Freire Alvim. Mauro Viegas associou os

desabamentos à ocupação irregular das encostas.

As favelas são uma das principais causas das enchentes no Rio. Antigamente, as águas caíam e eram absorvidas, descendo para as galerias. Agora, com o número crescente de favelas, as galerias estão recebendo também material sólido, e isto, evidentemente, provoca entupimentos e as suas causas são as mais dramáticas possíveis. Devemos acrescentar que há ainda algumas galerias com deficiências, porém tudo será sanado dentro em breve. Aqui mesmo, no morro da Catacumba, jamais será construída uma favela. Vamos derrubar estes barracos que estão ameaçados e logo a seguir faremos construir um muro alto, que será protegido por redes de arame farpado. Vamos plantar árvores e reflorestar tudo, pois somente desta maneira conseguiremos sanar o mal!³²⁹

A visão preconceituosa e eugênica acerca das favelas foi evidenciada nessa colocação do secretário, e ele não era uma voz dissonante entre os homens públicos do Rio de Janeiro no final da década de 1950. A remoção

foi realizada em vários lugares da cidade, sobretudo na zona sul, enquanto região mais valorizada e procurada pela iniciativa privada da cidade. Viegas ainda incutiu em erro, ao afirmar que antes do aumento da favelização não havia entupimento dos canais de escoamento, porém os capítulos anteriores mostraram o contrário: as chuvas da Primeira República (1889-1930) inundaram a cidade, e as galerias não deram vazão.

Aos repórteres do jornal, Mauro Viegas fez outra afirmação proativa, mas sem concretude.

Dentro de uma semana, no máximo, cumprindo, aliás, determinações do prefeito Sá Freire Alvim, faremos entrega de um plano para acabar de uma vez por todas com as enchentes. Parte destes trabalhos é da alçada da SURSAN e outra parte caberá à minha secretária. Acredito que, dentro de seis meses, com a realização das obras que se tornam necessárias e urgentes, o Rio estará livre dessa situação calamitosa!³³⁰

1966 - AS ÁGUAS QUE VARREM A POPULAÇÃO DOS MORROS

A história de todas as cidades é marcada por eventos que foram e sempre serão lembrados pelos moradores, mesmo por aqueles que não viveram a situação, mas que têm conhecimento sobre tais acontecimentos por meio da memória coletiva e do conhecimento passado de geração em geração. As enchentes de 1966 e 1967 são lembradas pelos cariocas pela dimensão destrutiva que alcançaram e pelo caos urbano instalado.

Embora a Constituição de 1946 indicasse que, após a transferência da capital, a cidade se transformaria em uma nova unidade federativa, o processo foi lento e envolveu longo debate político sobre o futuro da cidade do Rio de Janeiro. O jornal *O Globo* manteve-se contrário à mudança da capital. O *Correio da Manhã*, em 1958, publicou 32 reportagens, intituladas “Que será do Rio?”³³¹.

Com a inauguração de Brasília, em 1960, a cidade manteve a capitalidade. Entre 1960 e 1975, o Rio tornou-se Estado da Guanabara, e, após a fusão, passou a ter *status* de município, tornando-se a capital do Estado do Rio de Janeiro.

A cidade e a população carioca viviam, ao longo da década de 1960, a situação de ter deixado de ser a capital da República e se tornado cidade-estado, uma nova unidade federativa, – o Estado da Guanabara³³². O embaixador Sette Câmara foi indicado como governador interino da Guanabara, permanecendo até a posse do representante eleito diretamente, Carlos Lacerda, filiado à União Democrática Nacional (UDN).

O político mineiro Negrão de Lima fez carreira na cidade do Rio, tendo sido, inclusive, prefeito do Distrito Federal entre 1956-1958. Depois de contratempos políticos, em 1965, foi indicado pelo Partido Social Democrático (PSD) para disputar a eleição direta para

governador da Guanabara. Com a instituição do bipartidarismo, determinada pelo Ato Institucional-2, Negrão manteve-se sem filiação, mas governou com a maioria do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo visto como um governo de oposição ao Regime Militar instituído em 1964. Seu governo atravessou as presidências de Castelo Branco, Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, além do período governado pela junta militar em 1969.

No âmbito administrativo, o governador assumiu com um déficit deixado pela administração de Carlos Lacerda, mas a arrecadação foi aumentada com a criação do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) pelo governo presidencial de Castelo Branco. Foram iniciadas as obras do metrô, na Glória e feitas as remoções das favelas Macedo Sobrinho, no Humaitá; da Catacumba, na Lagoa; e da Praia do Pinto, no Leblon. Foi construído o campus da Universidade do Estado da Guanabara (UEG),

atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Maracanã³³³. Durante sua gestão, foram feitas obras em túneis, em viadutos, pavimentação e duplicação de pistas em bairros de toda a cidade. Construiu o “interceptor oceânico de esgotos sanitários, ao largo da praia de Copacabana, que teve sua faixa de areia alargada. Paralelamente, a avenida Atlântica foi também reformada, com a construção de novas pistas de rolamento e do calçamento”³³⁴.

Os moradores da cidade do Rio conviviam com a frequente falta de água. Assim, no governo de Negrão de Lima, foram realizadas obras no sistema de abastecimento. A recém-criada Comissão Estadual de Defesa Civil (Cedec) objetivava auxiliar a população nos casos de catástrofes e calamidades. Os maiores desafios do governo de Negrão de Lima foram justamente a ocorrência de duas das piores enchentes que aconteceram no Brasil, em 1966 e 1967.

“Temporal paralisa o Rio” era a manchete da primeira página do *Correio da Manhã* do dia 11 de janeiro de 1966. A água chegou até as oficinas e, por isso, foi publicada, em destaque, a nota informando que o aguaceiro inviabilizou a edição costumeira, pois a tiragem e o número de páginas estavam reduzidos e atrasados em relação ao horário normal. O periódico contou com a cooperação do *Jornal do Brasil*, que ofereceu suas oficinas para rodar o jornal³³⁵.

Outros veículos da imprensa carioca também foram afetados, como o *Última Hora*, que não circulou, e o *Globo*, que chegou às bancas somente na tarde do dia 11 de janeiro. O envio dos jornais da Guanabara para outros estados também atrasou. A primeira edição do *Última Hora* trouxe a manchete na primeira página: “O Rio de Janeiro pede socorro. Dilúvio. Mais de 100 mortos nas águas em fúria. Dois bilhões contra a catástrofe”³³⁶. Os rabeções não deram conta de recolher os corpos, por isso,

caminhões cobertos com lona foram utilizados para levar os cadáveres para o Instituto Médico Legal.

A gravidade da enchente foi tamanha que, por volta de 22 horas do dia 10 de janeiro, os bombeiros do Posto Central, no Centro, não puderam atender pedidos, pois as águas invadiram o quartel, dificultando a saída dos veículos da corporação. Serviços públicos como fornecimento de energia e telefonia sofreram panes e vários pontos da cidade ficaram às escuras ou com impossibilidade de comunicação telefônica. Somente no dia 13 de janeiro, o abastecimento de energia em quase toda a cidade estava normalizado, segundo a Rio Light. Várias estações da Companhia Telefônica Brasileira (CTB) foram inundadas, gerando interrupção de milhares de telefones. No dia 12, o *Correio da Manhã* destacava “A Guanabara sofre a maior enchente deste século”, superando as que ocorreram em 1883, 1897 e 1916³³⁷.

A Praça da Bandeira que,

ao longo do século XX, era identificada pelos moradores como um lugar que alagava, não foi diferente dessa vez. A carioca Maria Angelina morava no entorno e contou como foi retornar para casa nesse dia.

Era mês de janeiro por aí, e, nesse dia que encheu, uma coisa que aconteceu que eu nunca vi foi... eu vindo do trabalho quando eu cheguei ali perto da [rua] Campos Sales, que eu descia ali, porque tinha um ônibus que passava e me deixava na rua Haddock Lobo... Aí eu descia lá e vinha andando a pé. Quando eu cheguei, vi a rua toda cheia. E falei “não adianta eu descer aqui, eu vou descer na Praça Saens Peña, que lá não enche e eu vou descer lá”. Quando eu cheguei na praça, tava um rio, aí eu descia, tinha aqueles cinemas todos ali, eu me lembro direitinho que eu fiquei... Desci em frente ao Cine Mètro, que o Mètro era na Tijuca. Fiquei lá até mais ou menos meia-noite, por aí, quando começou a diminuir a água. Quando diminuiu e já dava para eu passar andando numa boa, aí eu fui pro outro lado, onde tinha o ponto do ônibus. Entrei no ônibus, nem sabia que ônibus era, porque aqui dava mão e contramão nessa rua na época. Aí eu... a sorte é que eu vim para cá. Aqui passava

bonde também. O ônibus veio para cá, aí eu descia ali na esquina, mas eu descia com água por aqui assim nas coxas...³³⁸.

Outros depoentes lembraram que a praça tinha função estratégica para quem utilizava o transporte urbano entre zona sul, Centro e zona norte.

A intensa chuva ocasionou dezenas de desabamentos em todas as regiões da cidade, com registros de muitas mortes. As ruas, em qualquer canto da urbe, viraram caudalosos rios, tendo atingido mais de 90 cm de altura. Inicialmente, as zonas rurais da cidade foram menos afetadas, os problemas começaram pelo rompimento das redes de esgoto e nos calçamentos, mas grande parte de Santa Cruz ficou inundada, atingindo centenas de casas, com cerca de quatro mil desalojados, muitos dos quais foram encaminhados para a Base Aérea de Santa Cruz. O depoimento de um morador do bairro, o lavrador baiano Salvador Bernardino, trouxe importante perspectiva

contemporânea acerca da chuva.

Vim da Bahia num pau-de-arara por causa da seca e por causa da atração do Rio de Janeiro. Trabalho e ganho Cr\$ 1.500 por dia. Pago Cr\$ 5 mil de aluguel. Economizei e construí um barraco para poder gastar menos. Veio a água e destruiu tudo. Pobre é assim: depois da seca, a enchente.³³⁹.

O lavrador, como consta do relato, saiu do Nordeste por conta da seca, para, no Rio, sofrer com a enchente de 1966. A fala de Salvador foi a realidade de muitos migrantes nordestinos que vieram para o Sudeste nos anos 1950 / 1960, em busca de melhores condições de vida.

A peça *Opinião*, de dezembro de 1964, que, inicialmente, foi encenada por Nara Leão, João do Vale e Zé Ketti, teve Maria Bethânia como estreada, substituindo um dos grandes nomes da Bossa Nova, Nara Leão. Na voz da jovem cantora baiana, a música *Carcará*, de João do Valle, ganhou, na voz de Bethânia,

sua versão definitiva. Pouco antes de terminar de cantar, Bethânia fala, em tom de denúncia: “Em 1950, 10% da população do Piauí vivia fora de sua terra natal, 13% do Ceará, 15% da Bahia, 17% de Alagoas”³⁴⁰.

Os jornais forneceram elementos para compreender como era feita a diferenciação de classes na década de 1960. Durante a tragédia, eram “vítimas”, “flagelados” e “desabrigados”, e, quando a situação voltava à normalidade, era “favelado”, “pobre” e “pessoal do morro”. De modo geral, os jornais mencionaram a necessidade de urbanização ou de eliminação das favelas. Na edição do dia 20 de janeiro, “o Última Hora criticava o governo, quando este também afirmava que ajudaria nos mutirões para reconstrução de casas nos morros, e, em vários números, manchetes de capa afirmavam que o governo fará ressurgir favelas³⁴¹. Os moradores das comunidades eram representados pela Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara, criada

em 1963³⁴², que buscava auxiliar os milhares de cidadãos afetados pela enchente. O depoimento da senhora Herenice revelou as tentativas de evitar a lotação dos abrigos e, segundo os parâmetros da época, ajudar as pessoas.

E então nós fomos colocando todos os favelados sem moradia lá nas escolas... Agora, a Heliete [irmã da sra. Herenice] resolveu saber [entrevistando os desabrigados] “Onde é que você mora? O que faz?” e eles respondiam: “eu moro em tal lugar, mas trabalho na...” E ela: “me dá o telefone de onde você trabalha”. A Heliete telefonava: “escuta aqui, a sua empregada está aí?” “Não”, dizia o patrão. “Ah, então eu vou mandar a sua empregada para a sua casa, porque a senhora fica com ela na sua casa, dorme onde puder, mas pelo menos é menos um desabrigado”. E a Heliete ia fazendo esse trabalho de assistente social, que naquele tempo não se dizia se o Estado tinha ou não tinha... Porque havia muita empregada doméstica... Telefonava dizendo que ela estava sem casa, e de fato estavam, mas não precisava ficar dormindo nos colchonetes dos abrigos. Então, assim nós fomos esvaziando o Instituto de Educação e as outras escolas...

Mas na enchente nós enchemos todas as escolas³⁴³.

Alguns entrevistados lembravam não haver racionamento ou falta de luz, contrastando com os relatos dos jornais.

No complexo jogo do lembrar e do esquecer e dos diferentes tipos de memória, nos deparamos com memórias plurais da Grande Enchente de 1966, que ora guardam especificidades provenientes da visão de mundo de cada narrador, ora nos brindam com profundas semelhanças, em que a memória torna-se uma questão de cultura de classe. O mais atingido é sempre o outro, o pobre.³⁴⁴

Os depoentes explicitam sua percepção sobre a cidade e reforçam as diferenças sociais. Os mais abastados sofreram menos com as enchentes, muitos dos quais moravam no lado “tijucano” das imediações da Praça da Bandeira, em oposição aos que moravam em outras partes dessa região, que eram os mais suscetíveis às enchentes e mais pobres, como o pessoal da zona de prostituição, a Vila Mimosa, e do morro do Salgueiro.

O caos que se instaurou contribuiu para reforçar a necessidade de melhorar o sistema de escoamento de águas na Guanabara. Segundo o *Correio da Manhã*, o prosseguimento da Radial Oeste ligando o Méier à avenida 28 de Setembro não tinha uma forma de escoar as águas, recebendo todo volume de chuva com lixo e lama. O primeiro andar de dezenas de casas no trecho entre as ruas São Paulo, em Sampaio, e Marechal Bittencourt, no Riachuelo, ficou inundado.

Por meio do serviço de Radiopatrulha, o jornal carioca soube dos casos de morte em diferentes partes da urbe: um homem que aguardava a condução foi eletrocutado na rua Prefeito Olímpio de Melo, em São Cristóvão, devido ao rompimento de um fio de alta tensão. Na esquina das ruas Borja Reis e Dr. Leal, no Engenho de Dentro, a enxurrada invadiu um barraco, afogando duas crianças; na rua Camarista Méier, por causa da força

das águas, um muro cedeu e atingiu uma senhora; na rua Monte Alegre, em Santa Teresa, três carros caíram em uma ribanceira, e o motorista de um deles ficou preso.

Em virtude do caos que se instaurou por toda cidade, “em nenhum desses casos foi possível à reportagem conseguir maiores informes, visto que as autoridades policiais estavam em dificuldades para chegar aos locais”³⁴⁵.

Durante a enxurrada, estabelecimentos comerciais foram saqueados em diferentes bairros, por exemplo, na Praça da Bandeira, em Madureira, no Méier e, até mesmo, lojas maiores, como o Supermercado Disco, na rua Jardim Botânico, e as Lojas Brasileiras, na rua do Catete. A enchente prejudicou o abastecimento da cidade e, nos dias seguintes, enormes filas se formaram em muitas padarias, mercearias, armazéns e mercados, com pessoas em busca de leite, pão e outros alimentos. Em pouco mais de

48 horas após a chuvarada do dia 10 de janeiro, dezenas de itens alimentícios aumentaram consideravelmente, seguindo os valores inflacionados ao longo do mês.

Somente no dia 12 de janeiro, os bombeiros receberam 4 mil chamados de socorro. Ao longo dos dias, a corporação foi chamada para atender ocorrências de desabamentos em muitos endereços, como na rua Parecis, no Cosme Velho; na rua Santos Titara, no Méier; na rua Paula Brito, no Andaraí; na rua Prefeito João Felipe, no Rio Comprido (atualmente essa rua faz parte de Santa Teresa); na rua João Cardoso, no Santo Cristo; na rua São Januário, em São Cristóvão; na rua Filinto de Almeida, no Cosme Velho; na rua Taylor, na Lapa; na rua Carlos de Vasconcelos, na Tijuca. As ruas com vítimas foram: Teixeira de Pinho, em Piedade, e na Ingazeira, no Engenho Novo. Foram registrados desabamentos parciais de uma casa na rua Silva Teles, no Andaraí; na rua Carlos Gomes, no Santo Cristo; e na

rua Eleonir de Almeida, no Catumbi, além de inundação de imóveis na rua Barão de Iguatemi, na Praça da Bandeira; na rua Barão Pirassununga, na Tijuca; e, na rua Raja Gabaglia, no Grajaú, um senhor com deficiência ficou preso em sua casa.

Registros de locais inundados e de casos de desabamentos aumentaram sistematicamente com o passar dos dias, vindo dos mais variados locais da cidade: desde o Centro, Gamboa, Lapa, Glória, Catete, Botafogo, Laranjeiras, Cosme Velho, Jardim Botânico, Gávea, Rio Comprido, Catumbi, Tijuca, Alto da Boa Vista, Maracanã, Andaraí, Grajaú, Vila Isabel, Jacarezinho, Bonsucesso, Ramos, São Cristóvão, Água Santa, Méier, Inhaúma, Lins, Cavalcante, Cascadura, Madureira, Parada de Lucas, até Bangu e Campo Grande.

Por ainda chover na cidade, novos desabamentos ocorreram, em 12 de janeiro, no conjunto residencial da Companhia de Habitação

Popular (COHAB)³⁴⁶, na rua Santo Amaro, na Glória (segundo o *Correio da Manhã*, na época, ficava no Catete). Os moradores eram funcionários do Estado, ligados ao Instituto da Previdência da Guanabara (IPEG). Nos prédios inaugurados dois meses antes, os moradores acordaram com gritos, para que todos deixassem as residências. Walter Ferreira de Barcelos salvou sua família e alguns vizinhos, ao perceber que uma casa e uma árvore despencavam do morro de Santa Teresa, os quais, em seguida, atingiram quatro apartamentos do conjunto habitacional. Cerca de vinte unidades dos blocos do fundo foram condenadas pelos engenheiros do Estado.³⁴⁷ Logo em seguida, o conjunto foi parcialmente destruído por três casas que desabaram do morro do outro lado da rua, atingindo os blocos da frente, soterrando cerca de quarenta pessoas, com mais de trinta mortos.³⁴⁸

Pouco depois da enchente de fevereiro de 1967, técnicos do Instituto de Geotécnica,

criado após as inundações do ano anterior, atual GEO-RIO, verificaram parte do terreno que poderia oferecer perigo de deslizamento na rua Santo Amaro, nas proximidades do conjunto da COHAB, e constataram “que o processo de chumbamento das barreiras atingidas no ano passado garantiu a segurança do conjunto”³⁴⁹.

Os bairros e as favelas nas encostas e morros do Rio foram severamente castigados com a chuvarada. Em toda localidade de Santa Teresa, ocorreram dezenas de desabamentos, com dezenas de mortes, além da interrupção da linha do bonde e do fornecimento de luz. Um prédio inteiro ruiu na rua Almirante Alexandrino, onde funcionava a Clínica de Repouso Corcovado, mas que, felizmente, havia sido evacuado, assim como as casas ao redor. As interrupções do trânsito nas ruas Joaquim Murinho e Almirante Alexandrino, os principais acessos do bairro, dificultavam a chegada de ajuda. Na favela dos Prazeres, vários barracos

foram soterrados e muitas pessoas desamparadas foram acolhidas no condomínio Bairro Equitativa. Nesse mesmo lugar, moradores e desabrigados estavam recebendo ajuda por meio de helicópteros da Força Aérea Brasileira (FAB). Uma das mais famosas atrações turísticas do Rio, o Corcovado, ficou isolado do restante da cidade por alguns dias, sem acesso pela estrada de ferro ou pela estrada convencional. “Várias pessoas estão retidas no monumento ao Cristo Redentor, onde trabalham, no bar e lojas próximas. O problema da água começa a surgir, mas ainda não faltam alimentos”³⁵⁰.

Os responsáveis pela Região Administrativa de Santa Teresa colocaram todo o pessoal da Limpeza Urbana à disposição dos Bombeiros. Quaisquer donativos, especialmente roupas e alimentos, eram bem-vindos, com apelo aos moradores de que ajudassem no recebimento dos desabrigados. Também foi incentivado que os motoristas oferecessem carona, pois os transportes no bairro

estavam muito precários. Os colégios abrigaram as famílias vitimadas pela tragédia.

Na noite do dia 12 de janeiro, vários barracos localizados na rua São Sebastião, no morro do Alemão, em Ramos, ruíram com o deslizamento das encostas, soterrando moradores. Com a continuidade da chuva, a abrangência de bairros atingidos aumentou, centenas de desabrigados estavam acampados no clube União Cívica, em Vigário Geral, que se converteu em um verdadeiro rio, com dezenas de casas ameaçadas de desabar. Na Barra da Tijuca — que, à época, era uma região de veraneio para os cariocas, sendo, em grande parte, um imenso areal, com ocupação concentrada no atual Jardim Oceânico — ocorreu o desabamento de um hotel em construção. Também parte do Costa Brava Clube sofreu danos.

Alguns dos bairros mais atingidos ficavam no entorno da serra de Jacarepaguá. Considerando que a serra era “de constituição geológica propícia a desmoronamento e pequenas

avalanches, sofreu as consequências da erosão da chuva que caiu durante horas seguidas”³⁵¹. Nos dias subsequentes, foram registrados deslizamentos na região, destruindo casas e causando óbitos.

Por mais de uma vez, a estrada Grajaú-Jacarepaguá teve o trânsito interrompido em razão da enxurrada, chegando a dividir a pista em duas partes por causa de desabamentos. A rua Visconde de Santa Isabel e algumas outras ruas receberam as águas que vinham da serra. Além de terra e sedimentos, tiveram trechos interditados, paralelepípedos arrancados e ficaram cobertas de lama, areia e pedras. No Engenho Novo, as vias próximas e transversais à rua Barão do Bom Retiro, como as ruas Verna Magalhães, Maria Antônia, Condessa Belmonte, Dona Romana e Araújo Leitão, ficaram alagadas, a ponto de parecer um caudaloso rio. Nesse bairro, nas ruas Ingazeiras e Groáiras, desabaram treze casas, causando a morte de vários moradores. O calçamento foi levado pelas águas,

sendo registrados, ainda, saques nas residências destruídas. Os feridos foram encaminhados para o hospital Salgado Filho.

A enchente de 1966 trouxe algumas situações identificadas nas intempéries anteriores e nas que ocorreram nos anos seguintes: na avenida Maracanã, alguns carros foram arrastados para o rio de mesmo nome, dificultando o escoamento, com a força da correnteza dificultando o resgate. Outro aspecto recorrente foi a dificuldade encontrada pelos funcionários do governo estadual.

Muita dificuldade em convencer os moradores de casas e barracos ameaçados de futuros desabamentos que devem deixar suas moradias. Ao mesmo tempo que eles temem a morte em desmoronamentos facilmente previsíveis, vivem um drama pelo medo de perderem seus pertences, o próprio direito de residência e o desabrigo³⁵².

Os sistemas de transportes da cidade ficaram totalmente suspensos ou estiveram funcionando parcialmente por alguns dias. Os trens da Central do Brasil apenas trafegavam entre

o Engenho Novo e as estações terminais, sem possibilidade de virem para o Centro, pois o rio Joana transbordou e inundou as proximidades da estação de São Cristóvão. A situação foi semelhante na Leopoldina, cujo transporte de passageiros ficou paralisado até a madrugada. As duas vias férreas voltaram a ter o serviço suspenso em determinados momentos, por causa da volta da chuva intensa. Os aeroportos do Galeão e Santos Dumont suspenderam as operações, pois as decolagens e aterrissagens eram inviáveis.

Os ônibus interestaduais tiveram o serviço totalmente suspenso, uma vez que as estradas estavam alagadas e vários veículos ficaram retidos pelos trajetos. Os veículos elétricos da Companhia de Transportes Coletivos (CTC) “deixaram de transitar por medida de segurança, e apenas 10 por cento de seus ônibus a diesel circularam”³⁵³. Os taxistas recusaram passageiros e cobraram valores exorbitantes, no mínimo, Cr\$ 2.500, por passageiro, em um esquema de lotação entre a

zona sul e o Centro.

Entre Rio Comprido, Cosme Velho e Lagoa, o túnel Rebouças, que estava sendo construído, teve parte do material empregado na obra arrastado pela enxurrada. A inauguração da essencial ligação entre a zona norte e a zona sul só foi feita em outubro de 1967, durante o governo de Negrão de Lima.

O compositor e artista plástico Heitor dos Prazeres teve enorme prejuízo, cerca de 8 milhões de Cruzeiros³⁵⁴, decorrente do fato de uma parede do seu atelier, na rua General Caldwell, no Centro, ter cedido com a pressão dos escombros de um casarão vizinho. Nessa casa vizinha, três moradores ficaram gravemente feridos. No momento do acidente, Heitor estava em seu outro atelier, na mesma rua, e “conseguiu salvar quase todos os quadros que levará para o Certame Mundial de Arte Negra, no Senegal, em abril”³⁵⁵. Sua participação no Primeiro Festival Mundial

de Artes Negras, em Dakar, foi importante contribuição ao evento e uma das últimas oportunidades de expor seu trabalho, uma vez que veio a falecer em outubro de 1966. No temporal, Heitor perdeu alguns quadros, assim como todas suas tintas importadas, documentos, cartões de Natal feitos por ele, discos e partituras, algumas inéditas, inclusive. Nessa época, Heitor morava na avenida Bruxelas, em Bonsucesso, e mantinha seus ateliês no Centro.

O casarão que desabou sobre o atelier de Heitor dos Prazeres tratava-se de uma casa de cômodos, com trinta e cinco moradores, e parecia que novos desabamentos ainda podiam ocorrer.

Em todas as enchentes que ocorreram na cidade do Rio, a região do Centro foi muito atingida, e, em 1966, não foi diferente. Na avenida Rio Branco, encontravam-se carros abandonados, muitos em fila dupla, e, assim que a água baixou, logo surgiram os “empurradores”, cobrando caro pelos serviços. Várias

árvores tombaram no Passeio Público, e as ruas nas vizinhanças ficaram inundadas. O comércio na região central ficou parcialmente fechado, pois os funcionários não tiveram como chegar e os consumidores não compareceram, atribuindo ao Centro um aspecto de feriado.

Em razão da possibilidade de falta de luz e da dificuldade de chegar ao trabalho, vários cartórios e órgãos públicos não funcionaram plenamente por uns dias. “No Ministério da Fazenda, o ponto foi considerado facultativo, face à quase total ausência de funcionários. Muitos servidores estaduais não conseguiram atingir as repartições”³⁵⁶. O parque esportivo do clube Flamengo, na Gávea, suspendeu atividades, havendo, nas imediações, ainda, carros abandonados. Todos os times de futebol suspenderam treinos e outras programações, ou pelos campos, que ficaram alagados, ou porque era impossível chegar aos clubes. A inundação atingiu o Hipódromo da Gávea e danificou algumas estruturas. O

flagelo atingiu até o Cemitério de São João Batista, em Botafogo, onde oito cadáveres ficaram fora de suas sepulturas, as quais foram escavadas pelas águas do temporal.

O Maracanã funcionou como centro de triagem, e os jogadores Nilton Santos, Esquerdinha, Telê, entre outros, atuaram como voluntários, recebendo muitos desabrigados vindo de vários lugares, tais como do morro dos Macacos, em Vila Isabel. A partir do dia 20 de janeiro, o estádio passou a acomodar flagelados e, no primeiro dia, recebeu 18.910 pessoas.³⁵⁷

No dia 12 de janeiro, o *Correio da Manhã* estampou na capa: “Rio sob ameaça de novas chuvas já tem quase duzentos mortos”. O número de óbitos foi impressionante e, até hoje, é uma das maiores tragédias climáticas na cidade. Segundo o Serviço de Meteorologia, as chuvas de 1966 alcançaram 237 milímetros, contra 233 milímetros do temporal de 1883, tornando-se o recorde do Rio de Janeiro.³⁵⁸

“Chuvas levam a cidade ao colapso” era a manchete da capa do *Correio da Manhã* do dia 13 de janeiro. Voltou a chover na noite do dia anterior, e novos desabamentos foram registrados em todos os cantos do Rio. “Uma barreira caiu sobre a antiga adutora do Guandu, deixando sem água, por tempo imprevisível, toda a zona sul e vários outros bairros”³⁵⁹.

O número de mortos foi destaque de várias matérias, mas o que impressionou foi que em “vinte horas após a chegada do corpo da primeira vítima das enchentes, o Instituto Médico Legal (IML), na madrugada de hoje, já havia recebido 120 cadáveres para identificação e necrópsia (...) numa média de 6 por hora”³⁶⁰. A tragédia de 1966 foi comparada ao incêndio do Gran Circus norte-americano, ocorrido no dia 17 de dezembro de 1961, em Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro. Nesse trágico episódio, morreram 248 pessoas e 420 feridas.³⁶¹

Em razão do fato de os porões do IML terem sido atingidos pela enchente, os serviços de autópsia estavam sendo feitos à luz de candeeiros, por causa do risco de curto circuito na casa de força. O trabalho no Instituto era incessante. Por volta das 16 horas do dia 11 de janeiro, chegou um caminhão da secretaria de Serviços Públicos com 19 corpos, na maioria de crianças, encontrados em desmoronamentos na rua Santa Clara, em Copacabana. Em visita ao IML, o governador declarou aos jornalistas que seriam feitas revisões gerais nas habitações do estado.

Somente no dia 11 de janeiro, o movimento de atendimento às vítimas foi de: 80 pessoas no hospital Miguel Couto; 25 no hospital Salgado Filho; 42 no hospital Getúlio Vargas; e 138 atendimentos no hospital Souza Aguiar.

Em entrevista aos jornalistas do *Correio da Manhã*, o médico Sousa Aguiar, diretor do Hospital Souza Aguiar, afirmou que “o atendimento das pessoas que dependiam do

hospital só pôde ser feito com suficiência devido à dedicação das equipes de médicos, enfermagem e pessoal em geral. No entanto, a situação da casa é precária e de grande pesar”³⁶².

O novo prédio foi inaugurado, mas praticamente não funciona. Na verdade, ele precisava de mais um ano para entrar em ação. A pressa da inauguração e demolição do antigo prédio fez com que ficássemos sem cirurgia própria. Os doentes que chegam e necessitam de intervenções, ao invés de receberem um pronto alívio para os seus males, são recolocados em ambulâncias e levados para o hospital Barata Ribeiro.³⁶³

Por causa do temporal, todos os 120 leitos para internação do hospital Barata Ribeiro foram ocupados, inclusive, as camas dos médicos, “que, para descansar passaram a usar a beirada dos leitos dos doentes (...) e para conseguir mais espaço, procuramos dar alta aos doentes antigos que estivessem em condições”³⁶⁴. Diante da situação, a Cruz Vermelha permitiu que cirurgias fossem feitas em suas instalações.

O diretor do Souza Aguiar informou, ainda, que o hospital dispunha de poucas ambulâncias, e, no caso da enchente, a situação foi agravada pela falta de luz, além de infiltrações no novo prédio, as quais danificaram o maquinário de refrigeração e de iluminação. Ainda não havia cozinha, e o sistema de telefone era deficiente, pois a antiga mesa telefônica estava no antigo prédio que fora demolido. A chuvarada danificou ou destruiu materiais de laboratório, inclusive uma balança de precisão, totalizando um prejuízo de Cr\$ 40 milhões. Diante dessas informações, ficou evidente que a enchente contribuiu para revelar a precariedade dos hospitais cariocas.

Após trinta minutos de chuva, o hospital Miguel Couto ficou ilhado, atingindo 70 cm de altura no seu entorno, e a situação demorou uns dias para ser normalizada. O atendimento somente foi viabilizado com ajuda dos caminhões e de pessoal do

Grupo Móvel de Artilharia de Costa (GMAC). O apoio dos militares iniciou às 22 horas do dia 10 de janeiro e se prolongou por todo dia seguinte.

Em muitos casos, os primeiros que prestaram socorro às vítimas foram voluntários que moravam nas proximidades do local atingido pela chuvarada. Tais iniciativas pessoais contribuíram para salvar vidas, porém outras decisões poderiam gerar maiores problemas, como a retirada dos ralos dos bueiros para permitir o escoamento mais rápido das vias, considerando que, em muitas ruas, as águas não desceram mesmo após cessar a chuva. A retirada dos ralos, sem que fosse sinalizada, poderia gerar acidentes a pedestres e motoristas.

Mais de três mil chamados foram feitos aos bombeiros, sendo impossível atender a todos, além do fato de as centrais terem ficado sem telefone por algumas horas. O tenente Jorge Ernesto Ribeiro, do Quartel Central, que tinha

17 anos de corporação, destacou que era a pior situação já enfrentada pela cidade em matéria de catástrofes, por ter atingido todo o Rio, sendo “praticamente impossível correr a tempo e a hora para os pontos mais diversos”³⁶⁵.

No primeiro dia da enchente, os bombeiros na rua Miguel Rezende, em Santa Teresa, conseguiram salvar oito pessoas, que ficaram presas nos escombros de uma casa. No Catumbi, eles usaram balsas para socorrer quarenta pessoas que corriam risco de se afogar. Dias depois, várias partes do morro do Querosene ameaçavam desabar sobre o lado par da rua Itapiru. As favelas Boogie-Woogie, Guarabu e Dendê, na Ilha do Governador, foram duramente atingidas por chuvaradas e avalanches, resultando em centenas de pessoas desabrigadas. Salvamentos foram feitos no Catete, no Largo do Machado e na rua Gago Coutinho, em Laranjeiras. As estruturas urbanas foram comprometidas pela enxurrada,

como parte do viaduto Edson Passos, na Usina, que desabou vitimando duas pessoas. Nas horas seguintes, quarenta feridos foram atendidos no hospital Rocha Maia.

Deslocamentos de partes das encostas nos morros na zona sul resultaram em grandes tragédias. Em Copacabana, na rua Euclides da Rocha, toneladas de pedras esmagaram seis casas de uma vila, onde faleceram o casal Joaquim Direito e Maria da Conceição Direito e a sobrinha Vera. Em outra casa atingida, morava a família de Margarida da Silva, levada ao hospital Miguel Couto. Vieram a óbito, porém, seu marido, seu pai e os três filhos. Moradores feridos foram encaminhados para o referido hospital, e as autoridades continuaram as buscas, por suspeitarem que havia outras pessoas soterradas. Em outro local do valorizado bairro, na ladeira Tabajaras, paralela à rua Siqueira Campos, alguns barracos desabaram, ferindo várias pessoas, com vítimas

que não foram identificadas. Na noite do dia 12, grandes blocos de pedra destruíram um barraco no morro do Leme, resultando em quatro vítimas fatais.

Na favela da Rocinha, ocorreram soterramentos que deixaram centenas de feridos e causaram a morte de dezenas de moradores, além de várias pessoas desaparecidas. Centenas de pessoas encontram-se desabrigadas, das quais muitas foram encaminhadas para a Sociedade Recreativa e Educacional da Gávea e para o campus da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), onde distribuíram roupas, alimentos e eram oferecidas vacinas contra o tifo. O acesso estava precário, dificultando a chegada dos bombeiros e o início dos trabalhos de remoção dos escombros para encontrar sobreviventes. Um desabamento de terra atingiu a casa de Waldir Costa Ferreira, funcionário da Justiça da Guanabara, na estrada da Gávea, provocando a morte da esposa e dos três filhos.

Segundo dados do hospital Miguel Couto, foram registrados moradores provenientes das seguintes localidades: ruas Pompeu Loureiro, Santa Clara e Saint Romain, em Copacabana; morro do Pavãozinho; rua Marquês de São Vicente, na Gávea; morro do Pasmado; morro do Cantagalo; avenida Epitácio Pessoa, na Lagoa; praia do Pinto; estrada da Gávea; rua das Laranjeiras; morro da Babilônia; morro da Catacumba; e rua Clarimundo de Melo, em Quintino Bocaiúva. Quase metade dos moradores da rua Euclides da Rocha foi, também, atendida no referido hospital.

A união dos poderes foi necessária para socorrer a cidade do Rio de Janeiro. O governador Negrão de Lima decretou estado de calamidade pública e abertura de crédito extraordinário de dois bilhões de cruzeiros.³⁶⁶ A Superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan) recebeu verba de 600 milhões de cruzeiros, para o

combate às causas e às consequências das enchentes. A secretaria de Obras Públicas estava totalmente mobilizada em prestar socorro nos casos de desabamentos e de ameaças nas encostas, informando que “o trabalho de desobstrução das galerias pluviais e esgotos será feito por firmas especializadas”³⁶⁷.

Segundo o engenheiro Stélio Roxo, superintendente da Sursan, as principais razões para a enchente de 1966 eram o crescimento da superfície asfaltada, o desflorestamento dos morros, com a construção das favelas, o péssimo estado da rede de esgotos e a imundície em se encontravam as galerias pluviais do estado. Quanto aos desabamentos e às quedas de barreiras, Stélio alegou que nada poderia ser feito, pois eram aspectos da topografia carioca “que não estava preparada para receber a enorme quantidade de chuva”³⁶⁸.

A Secretaria de Saúde começou, no dia seguinte ao temporal, uma campanha de vacinação contra tifo, varíola

e poliomielite, direcionada às crianças e iniciada nos subúrbios mais afetados. O secretário de Saúde, Paulo Barata Ribeiro, informou que “a água para o consumo deve ser fervida para evitar qualquer surto epidêmico”³⁶⁹, e alertava para o aumento dos casos de desidratação. Raimundo de Moura Brito, então ministro da Saúde, advertiu a população carioca “que só a vacinação evita a epidemia”³⁷⁰. Os moradores do Rio tinham receio de contaminações, como a carioca Vera.

Eu me lembro que às vezes chovia demais e as águas ficavam muito paradas e não havia condição da gente ir pra escola porque sempre havia água nas canelas. E essa água nas canelas podia ter muita doença. Então a minha mãe, por exemplo, não deixava eu ir, quando chovia assim; enquanto as águas não baixavam, ela não deixava eu ir pra escola³⁷¹.

O Instituto de Hematologia do Estado solicitou a doação de sangue para socorrer as vítimas, considerando que o estoque era insuficiente para atender a todas as

solicitações. Em pouco tempo, houve grande mobilização de doadores, sendo essa mais uma evidência da solidariedade social em casos de catástrofes e tragédias urbanas.

O presidente da República Castelo Branco autorizou a “concessão, por meio da Caixa Econômica, de empréstimos de cinco milhões de cruzeiros a todos quantos tiveram suas casas destruídas pelas águas, limitando-a, contudo, ao teto de Cr\$ 2 bilhões”³⁷². Os ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica deixaram ambulâncias e caminhões à disposição do governo estadual. Os militares ajudaram os bombeiros na retirada de escombros e no traslado de vítimas. O navio Soares Dutra estava atracado no píer da praça Mauá e, em apenas um dia, recebeu mais de 300 pessoas. Segundo editorial do *Correio da Manhã*, as Forças Armadas demoraram 48 horas da enchente para estabelecer um entrosamento com o governo estadual, algo “que deveria ter ocorrido desde o primeiro instante”³⁷³.

Os hospitais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, ligados à previdência social, colaboraram com o governo da Guanabara. O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), ligado ao governo federal e instalado na Praça da Bandeira, ofereceu alimentação aos flagelados. O Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU) triplicou os atendimentos prestados, atingindo 731 socorros, 54 internações e 25 remoções urgentes.

O governador Ademar de Barros, de São Paulo, enviou o secretário estadual de Saúde, acompanhado por uma equipe de médicos, com material para instalar um hospital de emergência, além de oferecer vacinas.

A campanha assistencial pelos desabrigados foi impulsionada por paróquias de Copacabana, que visavam ajudar os moradores da rua Euclides da Rocha. Os pedidos de ajuda foram divulgados pelas emissoras de rádio. Diante da dimensão da tragédia

e da quantidade de doações, a campanha centralizou as ações no Shopping Center de Copacabana (localizado entre as ruas Siqueira Campos e Figueiredo de Magalhães), onde ficava a Paróquia de Santa Cruz, recebendo centenas de pessoas que perderam suas casas. A Legião Brasileira de Assistência (LBA), ligada ao governo federal, abriu crédito de 20 milhões para auxiliar os desabrigados e participou dos postos emergenciais montados em escolas públicas estaduais e instituições privadas de ensino, inclusive, no estabelecimento comercial de Copacabana, que contava com cozinhas de campo. O trabalho voluntário incluiu enfermeiras, estudantes, escoteiros, bandeirantes e demais cidadãos, além de uma equipe médica enviada pelo Serviço Marítimo de Salvamentos. Viaturas do Forte de Copacabana estavam encarregadas de transportar desabrigados e feridos.

Os veículos da imprensa publicaram os locais que recebiam os desabrigados e as

doações, localizados em distintos endereços da cidade, desde a Faculdade de Filosofia do Estado da Guanabara, na Tijuca; os estabelecimentos de ensino, em Piedade, Tijuca, Catumbi, Rio Comprido, São Cristóvão, Botafogo, Cosme Velho, Copacabana, Catete e Flamengo; a Associação Israelita, em Botafogo; o serviço social do morro do Turano (entre a Tijuca e o Rio Comprido); o clube dos Independentes, no Grajaú, o Clube Municipal, na Tijuca; o clube Olímpico de Jacarepaguá; o Cascadura Tênis Clube; além de várias igrejas. Eram necessários, ainda, esteiras, jornais velhos, cobertores, lanternas, remédios, gêneros alimentícios, roupas, comida enlatada, remédios, entre outros itens. A Associação Cristã de Moços, na Lapa, instalou um posto de vacinação. Em Botafogo, o SESC e o SENAC, na rua Bambina, atendiam pedidos de viaturas, medicamentos e socorro médico. A Secretaria de Turismo abriu um posto de arrecadação na rua Real Grandeza.³⁷⁴

A religiosa carioca, Helenice, pediu ao historiador Vicente Tapajós — diretor do Instituto de Educação, na Tijuca — que cedesse o centro médico e um espaço para receber flagelados.³⁷⁵

Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil, abriu o campus universitário para oferecer assistência, disponibilizou leitos do hospital escola São Francisco de Assis para o governo estadual e, por meio da escola de enfermeiras Anna Nery colocou equipe e alunas à disposição dos hospitais, além de postos de atendimento. A Faculdade Nacional de Medicina, por meio do diretor Carlos Chagas Filho, atendeu os flagelados nas dependências do prédio na Praia Vermelha, abrigando 150 famílias. Os diretórios acadêmicos da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e da Faculdade de Farmácia e Bioquímica mobilizaram estudantes para atuar nos postos, inclusive, no shopping de Copacabana.³⁷⁶

A carioca Vera estudava na Faculdade de Letras da Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro, prestando solidariedade aos atingidos que estavam abrigados no campus universitário.

Na praça da Bandeira, estava tudo cheio, sempre! Não tinha vez que não ficasse cheia a Praça da Bandeira, por conta também daquele rio Maracanã que fica ali, então vivia cheio (...) E os ônibus todos parados. Nem entravam às vezes na Praça da Bandeira porque avisavam: “olha, está cheio”. Porque ali isso acontecia sempre, o boca a boca, sempre que há enchente o boca a boca funciona muito. “Olha não vai pra lá não porque está cheio, está chovendo muito, está cheio”. Enfim, era isso. Aí passava, mas depois que baixava, todo mundo ia para seus caminhos... Mas aí eu ia para a faculdade, às vezes chegava tarde e tudo mais e todo mundo chegava tarde porque não era fácil. Tanto quem vinha lá de cima da Tijuca quanto para quem vinha da cidade estava cheio. A avenida Presidente Vargas também ali aquela região do [Canal do] Manguê, Nossa Senhora! A gente ficava rezando para passar logo com medo que

o Manguê extravasasse aquela sujeira toda, aquele manguê, aquele cheiro ruim, que aí... chegava na Leopoldina então, era uma coisa horrorosa³⁷⁷.

A participação de entidades da sociedade civil sempre foi essencial no auxílio aos desabrigados nos momentos de calamidade. Várias campanhas foram organizadas para angariar alimentos, roupas e medicamentos para os atingidos pela enchente, sendo que o número de desabrigados era muito elevado, e só cresceu nos dias após o temporal. O Rotary Club da Lagoa deixou disponíveis suas instalações para receber os desabrigados. A TV Globo, lançada em 1965, conseguiu, em pouco tempo, arrecadar 11 milhões de cruzeiros, em prol das vítimas do temporal.

O Sindicato dos Médicos solicitou aos associados que se colocassem à disposição das autoridades estaduais, com o oferecimento de ambulâncias privadas, que também ficaram à disposição da Secretaria de Saúde da Guanabara. Soma-se a essa ajuda o trabalho de

empreiteiros da Guanabara, com operários e máquinas para o auxílio na desobstrução da cidade.

A catástrofe carioca gerou solidariedade internacional, como a manifestação do papa Paulo VI, que reforçou o engajamento do alto clero, como o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo do Rio, e de todas as igrejas da cidade. O presidente francês Charles de Gaulle fez uma doação pessoal de 50 mil francos, cerca de 10 mil dólares. O presidente da República Federal Alemã Heinrich Lübke doou elevada quantia em dinheiro, e um avião da Lufthansa aterrissou no aeroporto do Galeão com meia tonelada de leite em pó. Outros governos enviaram mensagens oficiais e ofereceram ajuda em dinheiro e mantimentos.

Concomitantemente, o temporal atingiu Niterói e São Gonçalo, onde morreram dezenas de pessoas e foram registrados mais de cem desabamentos. A continuidade da intensa chuva resultou em dezenas de

mortes e prejuízos na Baixada Fluminense, na região serrana e na cidade de Campos. O governador Paulo Torres, filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), decretou estado de calamidade pública em todo o estado do Rio de Janeiro.

No final de janeiro, a Companhia Estadual de Águas da Guanabara ainda não havia normalizado o abastecimento, que tinha colapsado com o rompimento de uma adutora do rio Guandu. Ao longo dos dias, os jornais publicaram apelos para que a população evitasse o desperdício de água.³⁷⁸ A situação do funcionalismo era extremamente delicada, pois os trabalhadores não receberam o vencimento referente ao mês de dezembro. O governo estadual alegou que só poderia normalizar a situação caso conseguisse o adiantamento da União.

O editorial do *Correio da Manhã*, publicado no dia 12 de janeiro de 1966, trouxe algumas considerações essenciais. A primeira ressaltou que os mais atingidos pelas

enchentes eram (e são) os mais humildes, ou seja, aqueles que não tinham residência própria nem condições de empréstimos hipotecários, algo que devia ser considerado pelos poderes públicos. Em seguida, uma solicitação defendida pela imprensa carioca e por parte dos políticos da cidade: “O que reclamamos do Governo central é que, à Guanabara, seja dado o mesmo tratamento que, com justiça, tem sido conferido a outras regiões do País, quando submetidas a calamidades”³⁷⁹. A elite política carioca oscilou em defender um tratamento equânime para a urbe, assim como uma atenção especial, justamente por se tratar de uma cidade com capitalidade cultural, política e projeção internacional, as quais, até a década de 1960, eram incontestáveis.

As classes produtoras reivindicaram moratória para o estado da Guanabara, medida apoiada pelo *Correio da Manhã*, por meio do editorial, que lembrou um projeto de lei aprovado na Câmara, em outubro de 1965, por iniciativa dos deputados gaúchos

“concedendo moratória das dívidas bancárias, fiscais e previdenciárias para as pessoas físicas e jurídicas prejudicadas pelas enchentes de agosto de 1965 no sul do País”³⁸⁰.

O prejuízo da cidade alcançou Cr\$ 50 bilhões, “mais do que os orçamentos anuais somados de quatro Estados brasileiros”³⁸¹, mas, mesmo assim, o Ministério da Fazenda, chefiado pelo economista Gouvêa de Bulhões, negou a moratória ao comércio carioca, alegando “que a catástrofe do temporal atingiu mais a população e o setor residencial, sendo que o comércio, a indústria e o setor bancário não foram atingidos em sua estrutura”³⁸².

Ainda segundo o editorial, de 12 de janeiro:

Deu sinistra ênfase à falta de estrutura da principal cidade do País. Nem a rede de esgotos, nem o sistema elétrico, nem o de transportes, nem o de telecomunicações resistiu à prova. Tampouco os serviços de segurança, ou os assistenciais e hospitalares. Resolver este grande e permanente problema é a segunda e decisiva tarefa³⁸³.

Outros questionamentos levantados soam atuais aos leitores da contemporaneidade, especialmente ao criticar as despesas com publicidade enquanto obras inauguradas não foram finalizadas e plenamente prontas para o uso da população. Especificamente aos anos 1960, o editorial indagou sobre os interceptores oceânicos, os quais, em lugar de melhorar, agravaram o escoamento das águas na zona sul, colocando-se um importante debate do período: as favelas.

A brutalidade de metros cúbicos de terra que a cada tempestade baixa dos morros é, também, uma consequência do favelamento de centenas de milhões de habitantes da cidade que ainda não viram, no decorrer de decênios, qualquer consequência prática das promessas de saneamento, urbanização ou casa popular, embora conheçam duramente os dramas dos despejos. E, assim, de cada ângulo pelo que se encare o assunto delinea-se um aspecto de estrutura³⁸⁴.

O *Correio da Manhã* considerou a topografia carioca, a má urbanização e os maus

administradores, referindo-se ao governador Carlos Lacerda, mas cobrou do governador Negrão de Lima planos definitivos de recuperação da cidade. Por fim, o jornal fez uma crítica que, provavelmente, muitos moradores do Rio endossaram: “Castigada ainda pela chuva, demovendo escombros e chorando suas vítimas, a cidade aguarda o sol, enquanto espera por um pouco de eficácia dos homens que têm a responsabilidade do País e do estado nas mãos”³⁸⁵.

Em janeiro de 1966, foram dez dias de chuva, com variação da intensidade. Nos meses que seguiram, outras intensas chuvas e enchentes de menores proporções se abateram sobre o Rio. No dia 10 de março, ruas de Botafogo, Flamengo e Catete ficaram cheias de água e lama, e as pistas do Aterro inundaram. Situação semelhante ocorreu no Centro, onde até mesmo as ruas próximas ao Cais do Porto e à

Praça Mauá também tornaram-se intransitáveis, assim como a Praça da Bandeira e vizinhança. Na zona norte, a água invadiu a estação do Engenho de Dentro e as ruas Barão do Bom Retiro e transversais, sendo, mais uma vez, danificadas pela enchente, além de casos no Méier, em Bonsucesso, na Tijuca, em Vila Isabel, no Catumbi, no Rio Comprido e em Santa Teresa, assim como Jacarepaguá e Campo Grande. Na Rocinha, uma pedra de cerca de cinco toneladas desprendeuse, destruindo três casas, sendo os feridos encaminhados para o hospital Miguel Couto³⁸⁶.

Em 10 de abril, a avenida Brasil encheu, e os carros ficaram retidos por quatro horas, nem mesmo os fuscas conseguiram atravessar as enormes poças de água e lama que se formaram. Trabalhadores se ofereciam por mil cruzeiros para tirar os carros do atoleiro, “depois vinha o mecânico para colocar o carro em funcionamento. Mais cinco mil, tais serviços temporários por ocasião era prática recorrente na cidade”³⁸⁷. No dia 30

de junho, o aeroporto Santos Dumont suspendeu voos. As estradas de acesso à Guanabara foram interditadas, partes da Lagoa, do Catete, de Santa Teresa e do Andaraí ficaram cobertas de detritos, em razão das fortes chuvas.

Alguns anúncios de venda de imóveis nos classificados traziam como destaque informações como: “Livre de enchente!” ou “Não tem barranco nem perigo de enchente!”, sendo esses aspectos valorizados e dotados de significado prático de segurança.

Por meio da Sursan, a administração estadual buscou mapear áreas atingidas pelas enchentes e, assim, foram iniciadas obras de contenção de encostas, desobstrução de galerias pluviais e canalização de rios. Macedo Soares, diretor do Departamento de Limpeza Urbana, explicou que as enchentes nas principais ruas de Botafogo eram causadas pela precariedade das galerias pluviais e seriam resolvidas com a canalização

dos rios Berquó e Papa-Couve: “6.211 homens trabalharam o ano inteiro na recuperação da cidade” era o destaque da publicidade veiculada na imprensa, por ocasião do primeiro ano do governo Negrão de Lima. A gestão não poupou recursos para reparar os estragos e realizar a limpeza de centenas logradouros em toda a Guanabara, assim como o asfaltamento de ruas: “em Santa Teresa, Corcovado, Alto da Boa Vista, Estrada das Canoas... construíram-se 460 metros de muralhas para evitar desmoronamentos. E, para maior segurança das encostas, plantaram-se 2.300 novas árvores em apenas seis meses”³⁸⁸. Quase dois milhões de doses da vacina contra tifo foram aplicados em um curto espaço de tempo. Obras de contenção de encostas, de canalização de rios e várias outras foram realizadas nos meses seguintes, contudo todos os moradores da cidade sofreram com outra tragédia, pouco tempo depois.



Foto 1 - Flagelados no shopping center Cidade Copacabana, 1966

Fonte: Arquivo Nacional (Fundo Correio da Manhã).



Foto 2 - Flagelados no Maracanã, 1966

Fonte: Arquivo Nacional (Fundo Correio da Manhã).

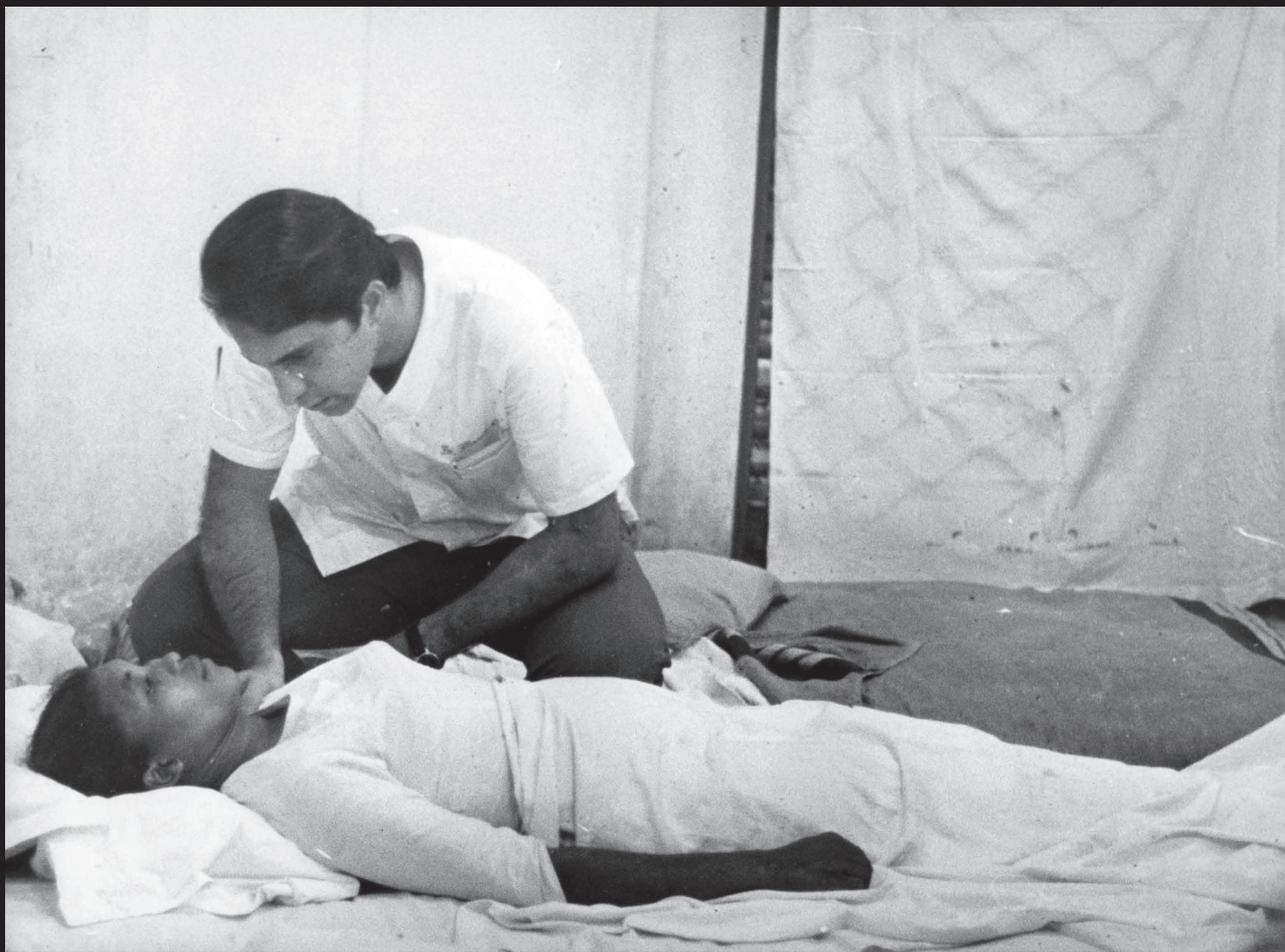


Foto 3 - Assistência aos flagelados, 1966

Fonte: Arquivo Nacional (Fundo Correio da Manhã).



Foto 4 - Temporal invade pontos comerciais na rua Voluntários da Pátria, 1966

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Ferreira / Fundo Correio da Manhã).

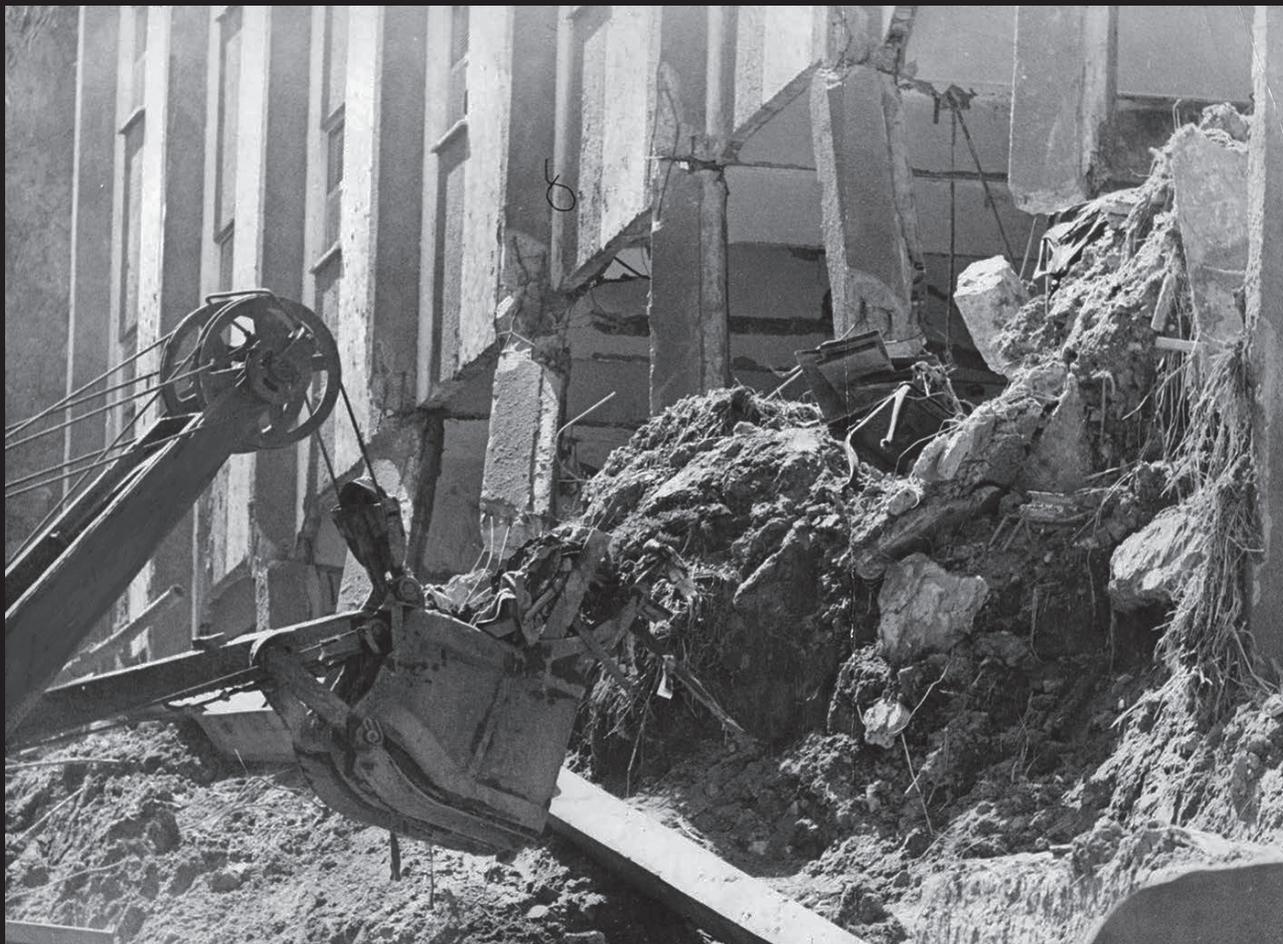


Foto 5 - Demolição parcial e risco de novos desabamentos dos prédios na rua Santo Amaro, 1966

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Manoel / Fundo Correio da Manhã).

1967 - A ENCHENTE QUE FICOU NA MEMÓRIA DO BAIRRO DE LARANJEIRAS

Após a enchente de 1966, estudos do Instituto de Geotécnica identificaram os pontos críticos e, a partir daí, várias obras foram realizadas, incluindo contenção das encostas, drenagens, recomposição e estabilização dos solos, remoção de pedras (algumas pesando toneladas), construção de muretas e calhas de escoamento, rios foram canalizados e galerias pluviais desobstruídas, totalizando trinta e nove ações. Com orçamento “em quase dois bilhões de cruzeiros velhos, foram executadas obras pelo Instituto de Geotécnica, da Sursan, que foi criado para promover o estudo da topografia das encostas e executar serviços destinados a prevenir deslizamentos e queda de pedras”³⁸⁹. Foram contempladas a rua Euclides da Rocha e o Cantagalo, em Copacabana; a

avenida Epitácio Pessoa e a rua Gastão Bahiana, na Lagoa, além dos bairros de Santa Teresa, Glória, Botafogo, Jacarepaguá, Grajaú, Estácio, Riachuelo, entre outros, além dos morros do Borel, Santa Marta e dos Urubus.

As intensas chuvas voltaram a cair na Guanabara logo no início de 1967. No dia 6 de janeiro, mais uma vez, as ruas ficaram inundadas e os transportes foram afetados. Jorge Bandeira de Mello, então diretor do Departamento de Obras da Secretaria de Obras Públicas, informou que grandes pedras poderiam ceder no Pavãozinho, na Rocinha, no Cantagalo e na Formiga. Na Mangueira, existia a ameaça de um grande deslizamento. Um barraco ruiu sobre outras casas. Não houve vítimas, pois os moradores e os vizinhos foram retirados pouco antes e encaminhados para a antiga sede da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Em entrevista com os repórteres

do *Correio da Manhã*, moradores acusaram os engenheiros do estado e os peritos do Instituto de Geotécnica de precipitarem-se nos acontecimentos, levando-os a abandonarem suas casas “pela simples presença de um pedaço de pedra” que ameaçava cair.³⁹⁰ Os funcionários públicos tentaram explicar a situação e o risco que corriam se continuassem nessa parte da Mangueira.

Galerias pluviais de ruas do Centro não foram desobstruídas desde a enchente do ano anterior, e, com o temporal, ficaram intransitáveis para alguns veículos. A situação ficou pior em outros locais, como as ruas do Passeio e transversais. Um rio de lama formou-se com o transbordamento do canal da rua Paulo de Frontin, no Rio Comprido. A Praça da Bandeira e várias ruas do Catumbi e da Tijuca foram afetadas pelas chuvas.

Novamente, Santa Teresa foi afetada, deixando muitas partes do bairro inacessíveis.



Foto 6 - Bar da Praça República alagado, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Manoel / Fundo Correio da Manhã).

Desde janeiro de 1966, o bonde não ultrapassava, na rua Almirante Alexandrino, o trecho entre Dois Irmãos e Silvestre. Nos bairros da zona sul, foram registrados os maiores índices pluviométricos, deixando as principais ruas de Botafogo, Flamengo e Copacabana alagadas. A intempérie foi intensa na Glória e no Catete, na rua Santo Amaro, onde foi registrado grave desabamento no ano anterior e, ainda assim, as encostas não foram contidas, imprimindo aos moradores o temor de novos acidentes.

As chuvas que caíram nos rios fluminenses fizeram transbordar os afluentes em Santa Cruz, na Zona Oeste carioca. As famílias atingidas tiveram assistência do Corpo de Bombeiros, do Batalhão de Engenharia do Exército e da 3ª Zona Área. No episódio, o lavrador Ubaldo de Oliveira caiu no rio, e seu corpo não tinha sido encontrado. O

sistema de drenagem funcionou, e, em menos de 24 horas, a água escoou com a maré baixa. O administrador regional de Campo Grande alertou os moradores do risco de enchente, mas somente uma família aceitou ser removida para galpões na Fazenda Modelo, em Campo Grande, as outras preferiram ficar.

A secretaria estadual de Serviços Sociais afirmou que “o Estado está preparado para controlar a situação e enfrentar as consequências”³⁹¹. O Maracanã e o Maracanãzinho, a rede escolar da Guanabara e outros locais espalhados pela cidade poderiam receber, ao menos, 47 mil pessoas.

No dia 18 de janeiro, o superintendente da Sursan divulgou que “o problema das enchentes na Praça da Bandeira foi definitivamente eliminado com a construção da travessia sobre o Rio Maracanã, as estradas de ferro Central e a

Leopoldina”³⁹², embora fosse de conhecimento de todos que ele não foi resolvido efetivamente. Outros trabalhos estavam sendo feitos, como a abertura e o nivelamento de leitos de rios, a canalização, o desvio de adutoras e as novas galerias nos rios da região de São Cristóvão.

No dia seguinte, o temporal continuou, e, como consequência, um desabamento no morro de Santa Marta, no final da rua Marechal Francisco de Moura, em Botafogo, resultando na morte de Marco Antônio de Oliveira, com oito anos de idade, e levando à hospitalização a mãe e a irmã do menino. No episódio, doze barracos foram destruídos, um casal ficou soterrado, cinquenta e quatro pessoas foram encaminhadas para o Albergue João XXIII e nove foram atendidas no hospital Miguel Couto. O administrador regional de Botafogo, George Avelino, e

o diretor do Departamento de Recuperação de Favelas, Vitor Pinheiro, em reunião com os moradores, anunciaram que outros barracos foram interditados, ao que alguns dos desabrigados retornaram aos escombros para procurar o que restou.

No dia 11 de janeiro, um temporal rápido abateu a cidade, mas que foi capaz de inundar ruas do Centro, Catumbi, Rio Comprido, Botafogo, Flamengo e bairros da zona norte, como Tijuca, Vila Isabel, Méier, Engenho Novo e Jacarezinho. As ruas Santo Amaro e Benjamin Constant, que, segundo a imprensa, ficavam no Catete e que, atualmente, ficam na Glória, tiveram trechos parcialmente cobertos pela lama proveniente dos morros em torno. Os sistemas de transportes não foram afetados e funcionaram normalmente³⁹³.



Foto 7 - Chuva torrencial na Tijuca, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Mendes / Fundo Correio da Manhã).



Foto 8 - Chuva torrencial na Tijuca, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Manoel / Fundo Correio da Manhã).



Foto 09 - Efeitos da inundação na Tijuca, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Ferreira / Fundo Correio da Manhã).



Foto 10 - Inundação na Tijuca, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Ferreira / Fundo Correio da Manhã).



Foto 11 - Efeitos da inundação na Tijuca, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional Fotógrafo: Mendes / Fundo Correio da Manhã).



Foto 12 - Falta de água após a enchente na Tijuca, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).



Foto 13 - Departamento de Limpeza Urbana (DLU) nas ruas da Tijuca, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).

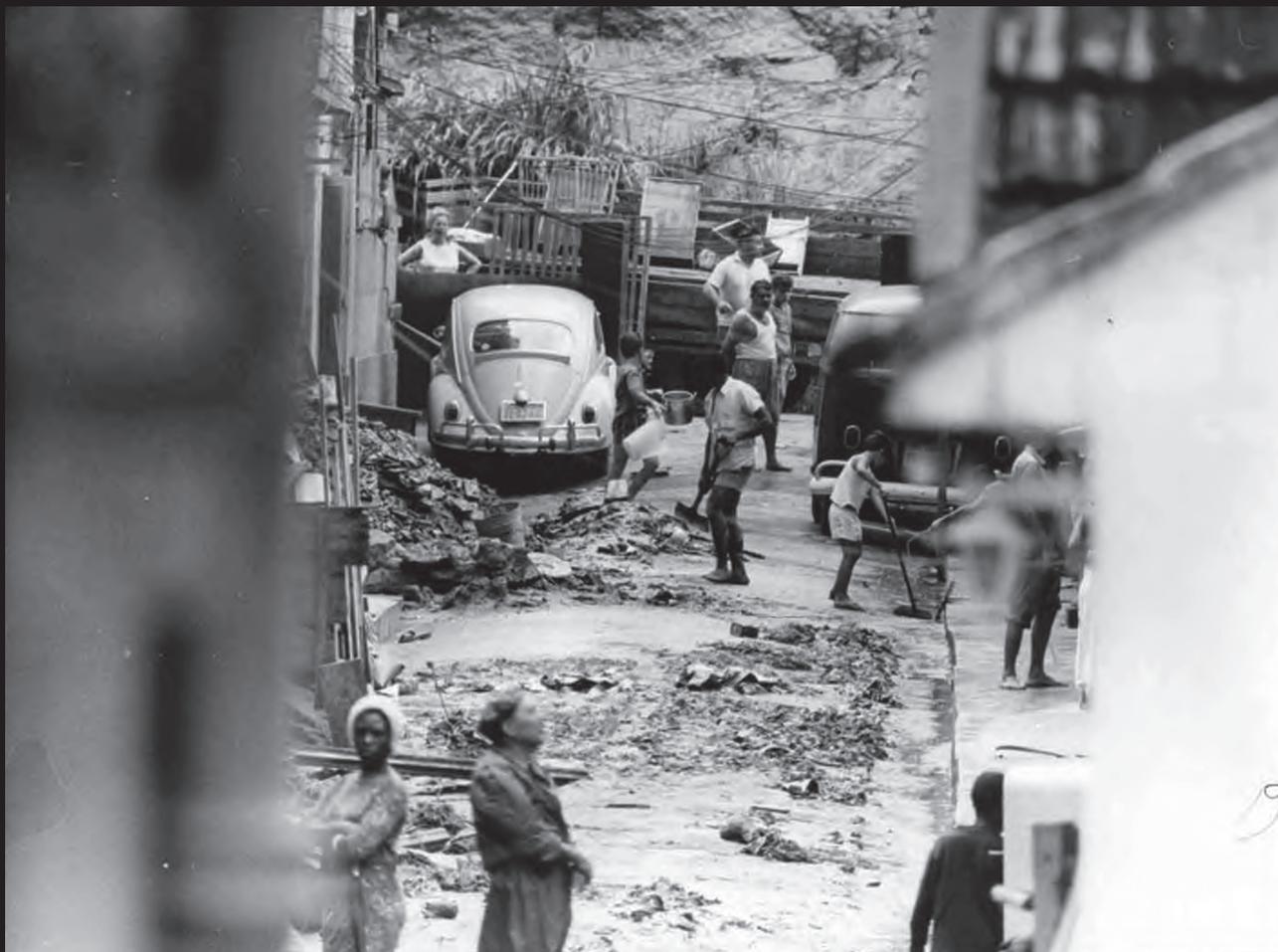


Foto 14 - Moradores limpando ruas na Tijuca, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).



Foto 15 - Rastro de destruição das chuvas na Tijuca, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Ferreira / Fundo Correio da Manhã).



Foto 16 - Transbordamento do rio Maracanã, na Tijuca, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Ferreira / Fundo Correio da Manhã).



Foto 17 - Inundação na Praça da Bandeira, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Ferreira / Fundo Correio da Manhã).



Foto 18 - Inundação em Vila Isabel, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Ferreira / Fundo Correio da Manhã).



Foto 19 - Inundação na Praça da Bandeira, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Ferreira / Fundo Correio da Manhã).



Foto 20 - Inundação em Vila Isabel, janeiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Ferreira / Fundo Correio da Manhã).



Foto 21 - Rua Visconde Silva completamente alagada, Botafogo, 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Milton / Fundo Correio da Manhã).



Foto 22 - Casa cheia de lama na rua Visconde Silva, Botafogo, 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fundo Correio da Manhã).

O estado do Rio decretou calamidade pública, após tromba d'água atingir a região da Serra das Araras e do Vale do Paraíba, especialmente as cidades de Itaguaí, Piraí e Barra Mansa, no dia 23 de janeiro de 1967. A catástrofe afetou duramente vários municípios, cessou a comunicação na Via Dutra, além de causar falta de água e de luz, prejudicando o abastecimento do estado da Guanabara. A busca por corpos foi mantida por muitos dias, com milhares de flagelados, os quais receberam ajuda de vários estados. O governo argentino, por meio de sua Embaixada, enviou antibióticos, medicamentos e vacinas para as vítimas³⁹⁴. No mesmo dia, a cidade do Rio também foi atingida, especialmente a Tijuca, onde foram registrados treze mortos, e o número poderia aumentar.

No estado da Guanabara, a grande enchente de 1967 começou na noite do sábado, dia 18 de fevereiro, por volta de 19 horas, prolongando-se ao longo de todo domingo.³⁹⁵ O governador Negrão de

Lima, em reunião no Palácio Guanabara, em Laranjeiras, ordenou que o Departamento de Limpeza Urbana começasse, na mesma noite, o serviço de desobstrução de ruas e bueiros para permitir o escoamento. No dia 21, o *Correio da Manhã* trazia, na primeira página, a manchete: “GB e Estado do Rio ameaçados de mais chuva têm 500 mortos”³⁹⁶, completando a reportagem que cerca de 20 mil necessitavam de abrigos nos dois estados.

As viagens ferroviárias para São Paulo foram interrompidas, e as linhas da Central e da Leopoldina foram suspensas, em razão do aguaceiro que inundou partes das vias férreas, contudo, na segunda-feira, a situação já estava normalizada. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) informou que as barreiras foram removidas nas estradas para Petrópolis e Teresópolis, porém trechos da rodovia da Serra das Araras continuavam obstruídos, dificultando a ligação com São Paulo. O túnel Santa Bárbara, importante ligação

entre zona sul e região Central, por Laranjeiras e Catumbi, ficou inundado e interditado.

Por dias, a secretaria estadual de Saúde recomendou que a água para beber fosse fervida, em virtude dos possíveis riscos de contaminação. Segundo a Companhia Estadual de Águas da Guanabara (CEDAG), o abastecimento de água vindo da Estação do Guandu foi gradualmente normalizado, pois as adutoras e as conexões danificadas pela enxurrada de 1966 passaram por reparos ao longo do semestre. Os sistemas telefônicos deixaram a maior parte do Rio sem conexão e, em quase toda a cidade, houve problemas no serviço de energia elétrica.

O abastecimento de gêneros alimentícios ficou comprometido, Maria Angelina, então moradora da rua Barão de Petrópolis, na subida do Rio Comprido para Santa Teresa, relatou que as duas filhas, Ana Elizabeth e Maria Helena, a irmã, Maria Guilhermina, e sua mãe, Evangelina, ficaram sem ter como sair de casa por

vários dias e que, nas noites da enchente, no fim de semana, descia junto com a enxurrada desde móveis, em partes ou inteiros, pedaços de construções, entulho, muita lama e até animais à deriva, sendo impossível qualquer carro, moto ou ônibus atravessar a real corredeira que alagaria a parte mais baixa do bairro do Rio Comprido. O intenso barulho da água correndo a ladeira foi também lembrado no relato da ex-moradora. A família teve de contar com a despensa que tinha em casa, e somente o marido, Manuel, saiu para trabalhar de carro e com muito esforço.³⁹⁷ Próximo da rua em que morava, a depoente rememorou que, em outras enchentes, um prédio em Santa Teresa ruiu e, por várias vezes, casas nas favelas do entorno desabaram.

O *Correio da Manhã*, no editorial do dia 21 de fevereiro, destacou que, segundo os dados do Serviço Meteorológico, a descarga pluviométrica do fim de semana não chegou sequer a

dois terços daquela de janeiro do ano passado. Contudo informações do governo estadual citando o mesmo serviço ressaltou que o volume de água foi maior que no ano anterior. As críticas e as contradições apontadas pelo periódico continuaram, ao sublinhar que a explicação da catástrofe pela fatalidade reiterou o discurso oficial de que a natureza impedia maiores ações e justificava a incompetência administrativa. Acerca das frequentes enchentes na Guanabara colocou-se que o poder público devia se preparar a fim de reduzir ao mínimo possível as suas consequências negativas, traduzidas, logo em primeira instância, em milhares de vidas humanas em jogo. Seguindo esse argumento, foram reconhecidas ações de Negrão de Lima para voltar à normalidade, mas alegou que, após treze meses da tromba d'água do ano anterior, “o Rio de Janeiro continua sem sistema preventivo de defesa da cidade”³⁹⁸.

Assim como em outras edições do jornal, manteve-se o tom crítico ao governo federal, uma vez que as ações do Executivo concentraram-se em socorros emergenciais e decretos liberando verbas, faltando, sobretudo, políticas públicas de assistência dinâmica aos estados. Reconhece-se os esforços do governo estadual, mas destacou que pouco foi feito pela sustentação de encostas dos morros. Por fim, afirmou que o marechal Castelo Branco estava mais interessado na nova Lei de Segurança Nacional e de juntar “os nomes de mais algumas dezenas de vítimas de cassações de direitos políticos do que construir uma política federal dinâmica que não se restrinja ao estado de calamidade pública”³⁹⁹.

Na perspectiva do editorial, o atual governante herdou obras de fachada feitas pelo governador Carlos Lacerda (1960-1965), desde galerias pluviais inadequadas, os poucos trabalhos de sustentação das encostas dos morros até a péssima conservação dos ralos, que

viviam entupidos. O periódico alegou que não era fatalidade, mas, sim, falta de planejamento e de ação por parte dos poderes estadual e federal.

Imediatamente, outros veículos de imprensa ecoaram percepções dos cariocas sobre a enchente, como o *Jornal do Brasil*, no editorial do dia 21 de fevereiro, cujo texto iniciou com a afirmação: “Mais uma vez, a Guanabara vive sob o impacto da calamidade. As chuvas torrenciais que, como de outras vezes, abateram-se sobre a cidade encontraram-na, ainda uma vez, inteiramente despreparada para enfrentar a situação anormal”⁴⁰⁰. As chuvas de sábado e de domingo foram reincidentes na abrangência da destruição, assim como em 1966.

“Nos morros, os barracos caem, os deslizamentos de terra se sucedem, as pedras rolam. A lama, toneladas de lama, entope as galerias pluviais insuficientes. A enxurrada paralisa o tráfego, fecha as ruas e inunda um sem-número de logradouros por toda

a Cidade. Os telefones se calam. As comunicações rodoviárias e ferroviárias são interrompidas. O abastecimento de água, já precário, torna-se precaríssimo. A energia, já racionada, escasseia ainda mais e os cortes de luz passam a ser feitos caprichosamente, segundo critérios que a população não conhece, mas que a submete a novas e intoleráveis torturas. Por todo lado, cidadãos ficam presos em elevadores. Bairros inteiros mergulham na escuridão. Todo um cortejo de tragédias, como há um ano, se desdobra e se completa dentro de uma atitude de conformismo oficial⁴⁰¹”.

Seguindo a premissa crítica, após a enchente do ano anterior, as esferas públicas deviam ter um plano de ação, mas, diante da amplidão da tragédia, constatou-se que o governo recusa-se a ver, porque se recusa a agir, e caberia à população se adaptar à situação de flagelada, permanente e irremediável. As objeções do veículo de imprensa afirmaram que o Governo do Estado

não abandona a sua atitude contemplativa e, de braços cruzados, assiste aos acontecimentos, segundo o rito de sua imperturbável rotina, cobrando, ainda, a presença mais significativa das Forças Armadas. A percepção do editorial seguiu outras opiniões, ao decretar que o povo espera atos, medidas concretas, providências objetivas que comprovem a existência de um governo capaz de devolver ao Rio a sua condição de cidade habitável e segura. Tais veículos elevaram o tom crítico, ao afirmar que “o carioca precisa estar certo de que a calamidade não vai ser uma rotina numa cidade desgovernada e entregue ao fatalismo dos que não sabem o que fazer”⁴⁰².

Durante a gestão de Carlos Lacerda (1960-1965), primeiro governador da Guanabara, foi contratado o arquiteto e urbanista grego Constantino Doxiadis para elaborar um plano de desenvolvimento urbano para a cidade do Rio até o ano 2000.⁴⁰³ Segundo matéria

publicada no *Jornal do Brasil*, várias soluções para os problemas das enchentes estavam no Plano Doxiadis, como ficou conhecido, como a separação das canalizações de esgotos e de drenagem, inexistente em muitos bairros do Rio, assim, as águas pluviais poderiam escoar com mais facilidade, para serem descarregadas nos vários canais e rios existentes na Cidade, percorrendo menores trajetos, com a utilização de canalizações menos extensas. Os técnicos da firma também defendiam a “remoção das favelas, que provocam erosão e deslizamentos de terra nos morros”⁴⁰⁴.

No dia 22 de fevereiro de 1967, o governo da Guanabara fez uma publicação, veiculada pelo *O Globo* e *Correio da Manhã*, com o título “Nem omissão, nem perplexidade”, na qual se defende das críticas, alegando que o poder executivo estadual se reuniu com os secretários para determinar medidas a serem tomadas e que a Secretaria de Serviços Sociais já estava providenciando guarida

para os desabrigados, além de informar que a rede hospitalar estava preparada para atender às vítimas. O texto trouxe uma série de medidas direcionadas à assistência e à vistoria em locais ameaçados.

A cidade foi fundada e cresceu à beira dos morros e em cima deles, realidade impossível de ser desfeita. Como não podem as autoridades estaduais providenciar a mudança da Cidade para outro local, e nem remover os seus morros, deve ser procurada uma forma satisfatória de convivência entre o Homem e a Natureza. Adaptar-mo-nos a ela e adaptá-la a nós, sempre que possível⁴⁰⁵.

Em seguida, alegou-se que as chuvas de janeiro de 1966 e as de fevereiro de 1967 produziram efeitos inevitáveis sobre a cidade, começando pelas encostas dos morros que, muitas vezes, não suportam o impacto das águas e deslizam, provocando desmoronamentos. Diante da constatação de que não existiam formas de impedir chuvas excepcionais nem de transferir a cidade ou os seus morros, frisou-se: “Cabe-nos a

tomada de medidas preventivas e estar preparado para minorar os efeitos de possíveis catástrofes”⁴⁰⁶. A gestão de Negrão de Lima foi responsável por algumas medidas, tais como, regular a limpeza das galerias pluviais e as obras de contenção em morros da cidade, como nas proximidades da rua Euclides da Rocha, em Copacabana, no Borel e no Cantagalo, entre outros locais. Lembremos que, de fato, a enchente de 1967 foi tão ou mais devastadora que a do ano anterior.

O governo federal ofereceu ajuda imediata, por meio dos ministérios e das Forças Armadas, assim como organismos internacionais, como a Cruz Vermelha Brasileira, a qual solicitou que voluntários fossem à sede da instituição no Centro para socorrer as vítimas. Entidades filantrópicas e organizações da sociedade civil organizaram campanhas por doativos, agasalhos, roupas, leite em pó e diferentes alimentos, além de atuar no recolhimento de doações. Assistentes sociais do Estado

da Guanabara vinham estudando, com representantes das associações, sobre como agir em casos de temporais. O número de flagelados cresceu ao longo dos dias e rapidamente ultrapassou a marca de 10 mil pessoas, somente na Guanabara. Mais de cinquenta escolas foram severamente danificadas pela enchente, e, para o início do ano letivo, em março, seria necessária a liberação imediata de recursos para a execução de obras emergenciais.

A maior parte dos desabrigados foi encaminhada para o Maracanãzinho, onde eram separados por gênero: homens dormiam nas arquibancadas, mulheres e crianças, nas cadeiras e nos camarotes. Alguns desses desabrigados relataram

aos jornalistas que não havia comida para todos, reclamaram da qualidade dos alimentos e da limpeza do local. Ao longo dos dias, outras queixas foram relatadas aos jornalistas, inclusive, casos de desidratação, sobretudo entre as crianças. Laura Pereira da Silva foi uma das mulheres abrigadas no estádio.

Olha, fui bem tratada, porque cada um já ganhava seu colchão. E ficava ali tudo junto, família ficava assim tudo junto. Aí vinha uma pessoa que mostrava onde era o banheiro. Que chamava a gente pra hora da refeição. Toda hora tinha alimento. Tinha leite, tinha fruta, tinha tudo. Toda hora, lá no Maracanãzinho era assim. E a comida era boa. Eu não marquei não, mas acho que foi uma semana. De lá nós fomos pra Fazenda⁴⁰⁷.



Foto 23 - Mulher abrigada no Maracanãzinho, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: França / Fundo Correio da Manhã).



Foto 24 - Crianças desabrigadas no Maracanãzinho. Distribuição de alimentos, Fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Andrade / Fundo Correio da Manhã).



Foto 25 - Desabrigados no Maracanãzinho, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).



Foto 26 - Criança desabrigada no Maracanãzinho, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).



Foto 27 - Crianças desabrigadas no Maracanãzinho, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: França / Fundo Correio da Manhã).

O Asilo São Francisco de Assis, assim como algumas instalações da Fundação Leão XIII e outros espaços na cidade, foram usados para abrigar centenas de pessoas.

Gradualmente, o governo estadual planejava levar todos para a Fazenda Modelo da Guanabara, em Campo Grande, pertencente ao Departamento de Assistência ao Menor, e o traslado seria feito nos ônibus da Companhia de Transportes Coletivos (CTC).⁴⁰⁸ Muitas pessoas que foram enviadas para o local reclamaram da precária alimentação e da dificuldade de transporte para os locais de trabalho. O serviço médico de suporte aos flagelados informou diversos casos de sarampo, catapora e caxumba.

A seguir, o relato de Laura Pereira da Silva, acerca da experiência na Fazenda Modelo.

Chegou lá (...) foi a mesma coisa – eu calculo que seja um pouco melhor de que um campo de concentração. Muito triste, muito triste. Olha, era assim tudo a toque de caixa, aos gritos, aos gritos... E na hora

de acordar, na hora de deitar... Os maridos tinham que dormir num alojamento. Os menores que tinham mais de 15 anos tinham que dormir no alojamento com os homens. Não podiam ficar perto da mãe. E as crianças pequenas menores de 15 anos ficavam perto da mãe. Mas se fosse assim um de 14 anos compridão tinha que passar pra lá. Muita gente! Quando apagava a luz, era de ter que tampar o ouvido. Quando voltava pior ainda. Aqueles gritos que as pessoas dão... Era horrível. A comida... parecia que molhou o arroz e o feijão e vinha pra você comer. Ficava azul o feijão. O arroz ficava como que só molhado. Quando acabava a hora do almoço você ia assim na beirada dos pavilhões, tinha pilha de comida jogada fora assim, arroz, feijão. Era a polícia militar que fazia a comida. E depois começaram a recrutar algumas senhoras que queriam ajudar pra cozinhar pros oficiais. Quando elas eram bem espertas conseguiam trazer um pratinho para a família e para as amigas. Ai a gente via passar aquela comida cheirosa assim... Não, eu nunca consegui.(...) Era sim, muito triste. Era para lá que íamos, aguardar as casas. O Maracanãzinho eles tinham que entregar para jogo, essas coisas... Tinham que limpar (...) eu fiquei na Fazenda Modelo quase três meses. Sai de lá primeiro de maio⁴⁰⁹.



Foto 28 - Moradores abrigados em locais que antes eram criadas galinhas. Fazenda Modelo, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Ferreira / Fundo Correio da Manhã).



Foto 29 - Desabrigados na Fazenda Modelo, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).



Foto 30 - Flagelados na Fazenda Modelo, fevereiro de 1967.

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).



Foto 31 - Flagelados na Fazenda Modelo, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: França / Fundo Correio da Manhã).



Foto 32 - A vida na Fazenda Modelo, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: França / Fundo Correio da Manhã).



Foto 33 - Família na Fazenda Modelo, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: França / Fundo Correio da Manhã).

As enchentes de 1966 e 1967 aceleraram a construção de casas na Cidade de Deus, Zona Oeste carioca, por parte do governo estadual, acomodando pessoas de várias partes da cidade, mas sem infraestrutura concluída e ausência de serviços, como pequenos comércios. A região recebeu milhares de moradores de várias favelas do Rio de Janeiro, contribuindo para mudar “a geografia física, mas [também] a paisagem cultural da cidade. Como em um formigueiro depois da enxurrada, tais comunidades buscavam refazer seus laços comunitários no novo espaço ocupado, ainda que sob novos parâmetros”⁴¹⁰.

Lucinha, moradora, antes da enchente, do morro da Formiga, rememorou lembranças da infância.

Eu vim pra cá em 1966. Fui uma das primeiras moradoras da enchente. Vim da comunidade do morro da Formiga. A minha casa na realidade não chegou a cair, mas a gente morava lá no pico do morro, bem lá no alto, e tinha uma pedra que estava condenada a rolar. Então, nós fomos obri-

gados a sair, e eu era pequena, mas eu lembro, foi muita tristeza, muito choro, muita dor. E nós saímos de lá e ficamos desabrigados algum tempo. Eu não tenho bem noção, acho que chegou a um ano. Nós ficamos lá dentro do Maracanãzinho esperando uma posição. Meus pais tinham muitos filhos... Nós éramos oito. E eu lembro que teve um irmão meu que teve meningite, meu irmão mais novo teve meningite. Eu lembro que ele não chegou a vir para a Cidade de Deus, pois por lá mesmo ele morreu. E nós ficamos naquela luta, era um sacrifício muito grande. Os meus pais tinham que trabalhar, e era um sacrifício grande... mas, mal ou bem, estavam por perto, porque da Tijuca para o Maracanã era perto, e meus pais continuaram trabalhando. E a gente não tinha noção que o governo daquela época iria levar a gente para a Cidade de Deus. E foi quando nós ficamos sabendo que a gente vinha pra esse local ⁴¹¹.

Alguns moradores relataram que saíram de locais que alagavam ou corriam risco de desabamento. Ao longo dos anos, a própria Cidade de Deus passou a sofrer com as enchentes cariocas, pois tornou-se uma área vulnerável a inundações, graças ao

assoreamento dos rios e ao crescimento, que superou, em muito, os planos iniciais. Mas o padrão de ocupação já fora estabelecido nesta primeira fase.⁴¹²

A Secretaria de Serviços Sociais foi responsável por organizar a vacinação e resgatar os flagelados desde sábado, contando com importante colaboração das Associações de Proteção ao Favelado “que tomaram as primeiras providências, removendo favelados para suas sedes, e, com isso, prestando grande auxílio à Secretaria e facilitando em muito o seu trabalho”⁴¹³. Essas associações dos moradores das favelas, como da Rocinha e de comunidades da Tijuca, “por sua própria conta, evacuaram os barracos ameaçados, reunindo os desabrigados na sede da Associação, o que facilitou o trabalho de recolhimento e transporte para o Maracanãzinho”⁴¹⁴. Muitos moradores do Rio receberam vacinas nos postos de saúde espalhados pela cidade. O retorno das pessoas para suas casas somente ocorreu

após autorização do Instituto de Geotécnica.

Habitações populares ruíram em Realengo, Bangu, Padre Miguel e vários outros bairros de toda a cidade do Rio. Em Engenheiro Leal, uma enorme pedra destruiu vários barracos e soterrou moradores, sendo as vítimas encaminhadas para os hospitais Carlos Chagas e Salgado Filho. No evento, os bombeiros fizeram árduo trabalho na busca por sobreviventes. Na rua Silva Vale, em Cavalcanti, Célia de Oliveira perdeu dois filhos e um sobrinho, que foram soterrados por uma barreira que esmagou a casa humilde onde viviam. O próprio marido salvou dois filhos dos escombros. Pela segunda vez, Vespertina Toledo perdeu tudo que tinha no seu terreno nas margens da estrada dos Bandeirantes, em Jacarepaguá. Os rompimentos de fios de alta tensão vitimaram e feriram pedestres em diversos bairros.

Mesmo diante das obras estaduais, as águas alcançaram dois metros de altura na praça da Bandeira e o corpo de Bombeiros transportou

moradores em barcos. Assim como outras ocasiões, o rio Joana, na região de São Cristóvão, inundou. O rio Jacaré transbordou, alagando as ruas Barão de Bom Retiro e adjacências no Engenho Novo. Dez pessoas faleceram com o desabamento de uma pedra de cerca de sete toneladas, proveniente do morro do Engenho Novo, sobre duas casas, na rua Vitor Meireles, no Riachuelo. Na rua Paula Brito, no Andaraí, a força da água estourou galerias pluviais, as quais jorravam água a dois metros de altura, causando danos em habitações e inviabilizando a circulação. A ameaça de desabamento na Barreira do Vasco, em São Cristóvão, colocou em risco quarenta famílias. Moradores da rua Ramiro Monteiro, em Vaz Lobo, temiam o deslizamento de uma enorme pedra sobre as residências. Dezenas de pessoas foram removidas dos morros de São Bartolomeu, do Macaco e Vila Jardim, em Vila Isabel, por causa de desmoronamentos.

O acúmulo de lama e de detritos causou transtornos nas



Foto 34 - Desabamento no Riachuelo, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).



Foto 40 - Casas e um prédio foram atingidos no Engenho Novo, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).



Foto 41 - Dias após a enchente, a moradora varre a calçada e o meio fio, no Grajaú, março de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Andrade / Fundo Correio da Manhã).

proximidades da estação do Engenho Novo, na Boca do Mato, com bueiros entupidos. As vias de acesso entre Madureira e Penha e no entorno da estação de Tomás Coelho ficaram intransitáveis. A estrada Grajaú-Jacarepaguá foi fechada, em razão da queda de barreiras; nos bairros do Catumbi e Rio Comprido, a avenida Paulo de Frontin e várias ruas ficaram com mais de 30 centímetros de barro e lixo. Na rua do Catete, próximo à rua Pedro Américo, por causa do mar de lama, não havia possibilidade de circulação de veículos, que foram desviados para a Praia do Flamengo.

Na Tijuca, a rua São Miguel, que fora inundada na enchente do ano anterior, voltou a ficar obstruída por lama e lixo. Vias de todo bairro foram alagadas, e, com o transbordamento do rio Maracanã, ruas vizinhas registraram vazão da água atingindo um metro de altura, invadindo casas e impossibilitando a circulação. Uma casa de cômodos onde moravam 32 famílias foi condenada pela Secretaria de Obras no Grajaú, e os moradores encaminhados para abrigos.

Assim como em 1966, a rua Almirante Alexandrino ficou interditada, dessa vez, nas imediações do Largo do França, pois uma barreira cedeu e cerca de 50 toneladas de pedras caíram sobre a via. O volume era tamanho que explosivos foram usados para desobstruir o local. Ficaram severamente prejudicados os sistemas de transporte público, o abastecimento de água e de luz, além dos serviços de telefonia. Em todo bairro de Santa Teresa, ocorreram mais de vinte desabamentos, os quais deixaram os moradores alarmados, momento em que muitos abandonaram suas casas. Em virtude da suspensão do serviço de bondes, a Companhia de Transportes Coletivos (CTC) disponibilizou ônibus para auxiliar a população. Nos morros dos Prazeres e Fallet, barracos desabaram, mas não foram registradas vítimas.

Todos os bairros da zona sul foram afetados, com ruas se transformando em rios, isolando moradores nos prédios e nas casas. A rua Jardim Botânico virou um rio em toda



Foto 42 - Risco de desabamento, Santa Teresa. Fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Franco / Fundo Correio da Manhã).



Foto 43 - Desobstrução da rua Almirante Alexandrino após queda de barreira, Santa Teresa, março de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).

extensão, da praça Santos Dumont até o Humaitá, com profundidade de um metro em algumas partes da via. O alagamento ocorreu também no entorno da praça na Gávea. Pelo segundo ano consecutivo, habitações foram destruídas na rua Euclides da Rocha, em Copacabana, causando mortes de moradores, sendo os sobreviventes auxiliados pela paróquia de Santa Cruz de Copacabana.

Barreiras desabaram no morro da Babilônia e no Corte do Cantagalo, entre Copacabana e Lagoa, na rua Santa Clara e na

Ladeira dos Tabajaras, mas sem causar danos ou vítimas. Pedras do Morro do Pasmado atingiram a Policlínica de Botafogo e o Instituto de Nutrição da Secretaria de Educação. Na Lagoa, os paralelepípedos da rua Sacopã foram arrancados em vários trechos, deixando o lugar isolado; um prédio no final da rua Guilhobel teve uma das colunas da fundação escavada pela enxurrada, além da destruição das canalizações de gás e esgoto.

Poucos dias após o temporal do fim de semana, banhistas frequentavam a praia de Botafogo, que



Foto 44 - Motorista em apuros durante temporal na rua Toneleros, Copacabana, em 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).



Foto 45 - Durante a enxurrada taxista transita pela rua Toneleros, Copacabana, em 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).



Foto 46 - Rua Barão da Torre, Ipanema, continuava enlameada dias após forte chuva, março de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Andrade / Fundo Correio da Manhã).



Foto 47 - Ameaça de desabamento no corte do Cantagalo, março de 1967

Fonte: Fotógrafo: Manoel / Fundo Correio da Manhã, Arquivo Nacional.

continuava interdita pela Superintendência de Saúde Pública, devido ao alto grau de poluição constatado nas águas que vinham dos morros e desembocavam no mar. O Departamento de Saneamento anunciou que seriam construídos três vertedores em caráter emergencial, para separar as águas e impedir que a sujeira chegasse ao oceano.⁴¹⁵

Um dos fatos mais trágicos ocorreu em Laranjeiras, com o desabamento de três construções, algo parecido com o episódio da rua Santo Amaro, na enchente de 1966. Por volta das 22h30min de domingo, dia 19, uma enorme pedra se deslocou e, primeiramente, atingiu uma casa na rua Belisário Távora, de propriedade de Eládio Coimbra Bueno, vitimando o casal e dois filhos. Eládio era irmão do ex-senador Jerônimo Coimbra Bueno, próximo do ex-presidente Juscelino Kubitschek e vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ficaram gravemente feridos a filha, Maria Helena, e os amigos, Maria Eugênia

Vieira e o Major do Exército Wilson Batista da Fonseca Dória, oficial de gabinete do ministro da Guerra, os quais foram encaminhados para o hospital Rocha Maia. Pouco antes do desastre, Abelardo Coimbra, outro irmão, avisou por telefone acerca do risco de desabamento, ao que Eládio relativizou: “Isto não é nada. Só caiu uma barreira pequena aqui atrás de casa. Não há necessidade de sairmos”⁴¹⁶. Após destruir a casa, a avalanche de escombros atingiu um prédio na mesma rua, que tombou sobre o edifício Solar Laranjeiras, na rua Cristóvão Barcelos,²⁸¹.

O prédio da Belisário Távora, 581, tinha dezesseis apartamentos, divididos em quatro andares, os quais ficavam no nível da rua, com um andar inferior com vista para os fundos e a rua abaixo. Entre os moradores falecidos, estavam um casal de alemães, o japonês Takeo Kanatsu, sua esposa e seus filhos, e uma família nisei. Carlos Antunes Muniz, professor catedrático aposentado de Matemática do Colégio Pedro

II, e seu filho estavam entre os desaparecidos. Rosita Melo Torres e sua filha, residentes em Botafogo, estiveram nesse prédio até às 22h15 e, minutos depois, enquanto estavam no ponto de ônibus, ouviram um estrondo violento, contudo somente no dia seguinte que souberam da tragédia.

Em um dos edifícios morava o casal Elisa e o coronel Policarpo de Oliveira Santos, Chefe de Gabinete do Diretor de Instrução do Exército, que foi sepultado no Cemitério São João Batista, com presença do marechal Costa e Silva, recém-eleito presidente; do general Ademar de Queiroz, ministro da Guerra; do marechal Cordeiro de Farias; do futuro ministro do Interior Afonso Albuquerque e de Mário Andreazza, que assumiria a pasta dos Transportes; de José Antônio de Moraes, comandante da Força Pública de São Paulo; de Sebastião Chaves, secretário de Segurança de São Paulo, além de outros militares e integrantes do Superior Tribunal Militar (STM).⁴¹⁷

Olga Dutra Lopes, professora de inglês e francês, e duas netas estavam na sala do apartamento na rua Belisário Távora, assistindo a um programa de televisão, quando ouviram um “estrondo surdo”, em seguida, tudo desabou. Os gritos foram ouvidos pelo jovem estudante de medicina Eduardo, que, junto com outras pessoas, conseguiram resgatá-las dos escombros do edifício. Olga foi encaminhada para o hospital Souza Aguiar com fraturas em um braço e escoriações no rosto e no corpo.⁴¹⁸

A reportagem de *O Globo* entrevistou Auricélia Rodrigues Barbosa, moradora da rua Belisário Távora que, após as enchentes de 1966, convenceu um engenheiro da Sursan que viesse ao local, ao que ele informou que não havia risco de desabamento. Desde o início da chuva no sábado à noite, ela tentou falar com o palácio Guanabara, mas não conseguiu nenhuma linha telefônica. Durante o dia de domingo, bombeiros estiveram em um prédio da rua Cristóvão Barcelos, que desabara

parcialmente. Na mesma noite, Auricélia ouviu um estrondo, “a pedra se desprendera do morro e deixara na sua passagem a destruição e a dor”⁴¹⁹. Segundo seu depoimento, o poder público e os órgãos de governo deveriam ser responsabilizados pela tragédia.

Para garantir a segurança do local, a Polícia do Exército montou guarda, com vistas a evitar saques. A busca pelos corpos durou vários dias, sendo a equipe de bombeiros comandada pelo coronel Abel Fernandes. O governador Negrão de Lima e o presidente Castelo Branco visitaram a região do desabamento, mas o chefe do Executivo não prometeu qualquer ajuda mais contundente.

F u n c i o n á r i o s do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) disseram aos jornalistas que os escombros foram encaminhados “para o aterro do Flamengo e depositados, por caminhões, atrás do Monumento aos Mortos da II Guerra Mundial. Muitos dos blocos de concreto para ali transportados ainda levam

pedaços de roupa ou utensílios domésticos, presos em seus ferros”⁴²⁰. Negrão de Lima nomeou uma comissão de engenheiros do DER, da Sursan e da Geotécnica para vistoriar os edifícios próximos e o morro Novo Mundo, de onde desabou a barreira que atingiu a primeira casa. O laudo apontou “que o grande acúmulo de detritos pesados sobre a encosta do morro foi uma das causas principais do desabamento”⁴²¹.

Berenice Maranhão, de 21 anos, ficou presa durante 17 horas, sendo alimentada com soro pelos bombeiros, mas morreu pouco depois de ser resgatada. Sua irmã, Sônia, sobreviveu, por ficar num pequeno espaço, sendo socorrida com ferimentos leves e muito traumatizada. A mãe delas e um irmão faleceram sob os escombros. Moradores dos prédios nas imediações relataram ouvir o violentíssimo estrondo e a nuvem de poeira que se formou, gritos desesperados por socorro e a escuridão da noite dimensionada pelo rompimento dos fios de alta tensão espalhados pelo chão.⁴²²

O jornalista e escritor Paulo Rodrigues tinha 46 anos, residia no prédio da Belisário Távora e faleceu soterrado, juntamente com a esposa, o casal de filhos e a sogra.⁴²³ Desde as enchentes de 1966, o irmão de Paulo, Augusto Rodrigues, tentava convencer Paulo de se mudar, e, devido à insistência, estava se preparando financeiramente para procurar outro apartamento. O também jornalista Nelson Rodrigues, irmão de Paulo, afirmou que a família foi vítima da cidade, a mesma que inspirou a coluna jornalística e a obra literária de seu irmão falecido. Por ocasião das grandes chuvas que assolavam a cidade do Rio, o famoso dramaturgo Nelson Rodrigues dizia: “esse é um mau tempo de quinto ato de ‘Rigoletto’ com raios de curto-circuito e trovões de orquestra⁴²⁴. A ópera de Giuseppe Verdi tinha três atos, e a menção teve como intenção intensificar a impressão acerca da chuva-rada, sendo, justamente, em uma intempérie dessa, que seu irmão faleceu.

Paulo Rodrigues era redator do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, respeitado no meio literário, com livros prefaciados por Álvaro Moreyra, Jorge Amado e Carlos Heitor Cony. Os irmãos Rodrigues trabalharam em *O Globo*. Assim como Mário Rodrigues (outro irmão, também jornalista esportivo e falecido no ano anterior), Nelson, Augusto e Paulo eram integrantes da redação, sendo Paulo, nessa ocasião, lembrado:

Paulo, o mais novo dos Rodrigues, era companheiro de convívio exemplar. Chegava, silencioso e discreto, à redação, para cumprir os seus deveres com pontualidade religiosa (...) quieto, fumando um cigarro sobre outro, sempre sobraçando livros, sentava-se a sua mesa, percorrendo os jornais do dia, em busca de matéria para a sua crônica⁴²⁵.

Colegas de redação e grandes nomes da imprensa brasileira compareceram ao velório, realizado na capela Real Grandeza, incluindo Adolfo Bloch, fundador da revista *Manchete*, e Roberto

Marinho, então diretor redator-chefe de *O Globo*, que segurou o caixão.⁴²⁶ Os jornalistas Hélio Pelegrino, Murilo Mello Filho e Paulo Vial Corrêa, então diretor do Departamento Jornalístico da TV Tupi, também estiveram no enterro. Outros nomes importantes da mídia nacional compareceram, como o diretor da TV Globo Walter Clark e Nelson Alves, então diretor da revista *Manchete*.⁴²⁷ Militares e políticos prestaram homenagens, como o general Lauro Loureiro de Sena, o ex-deputado Lutero Vargas, filho do presidente Getúlio Vargas, e Dênio Nogueira, presidente do Banco Central. Também marcaram presença artistas como a atriz Yoná Magalhães, famosa pela atuação em filmes, como “Deus e o Diabo na terra do sol” (1964), de Glauber Rocha, em peças de teatro, inclusive, “Vestido de noiva”, de Nelson Rodrigues, e por protagonizar novelas como “Eu compro essa mulher” (1966) e “O sheik de Agadir” (1966-1967), ambas de Glória Magadan e exibidas pela TV Globo nos primeiros anos da emissora.



Foto 48 - Governador Negrão de Lima e o presidente Castelo Branco em visita ao local do desabamento, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Gilmar / Fundo Correio da Manhã).

O ator Jece Valadão era muito próximo do casal Paulo Rodrigues e Maria Natália, pois era casado com Dulce Rodrigues, irmã do jornalista falecido. Nessa época, o ator já tinha participado dos filmes “Rio, 40 graus” (1955), “Rio, Zona Norte” (1957), “Os cafejests” (1961) e “Boca de ouro” (1963), de Nelson Pereira dos Santos, e protagonizado peças teatrais de Nelson na década de 1950.⁴²⁸ Paulo e os familiares foram enterrados no Cemitério São João Batista, em Botafogo.

Até 2024, nenhuma construção foi realizada no terreno onde ficavam os dois prédios, entre as ruas Belisário e Cristóvão Barcelos, sendo o local, atualmente, ocupado por uma horta comunitária e pela alta vegetação. Ladeando a área verde, o acesso entre as ruas ocorria por uma escadaria, usada pelos moradores.



Foto 49 - Vista da região do desabamento, a partir da rua Belisário Távora, 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fundo Correio da Manhã).



Foto 50 - Vista da região do desabamento, a partir da rua Belisário Távora, 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fundo Correio da Manhã).



Foto 51 - Bombeiros trabalhando nos escombros da tragédia, 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Mendes / Fundo Correio da Manhã).



Foto 52 -Bombeiros trabalhando nos escombros da tragédia, 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Erno / Fundo Correio da Manhã).



Foto 53 - Vista da região do desabamento, a partir da rua Cristóvão Barcelos, 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Andrade / Fundo Correio da Manhã).



Foto 54 - Rastro de destruição na região do desabamento, 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Andrade / Fundo Correio da Manhã).



Foto 55 - Bombeiros trabalhando nos escombros da tragédia, 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: França / Fundo Correio da Manhã).



Foto 56 - Rastro de destruição na região do desabamento, 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Andrade / Fundo Correio da Manhã).



Foto 57 - Equipe médica na busca por sobreviventes no desabamento, 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Mendes / Fundo Correio da Manhã).



Foto 58 - Pertences das vítimas em meio aos escombros, 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Andrade / Fundo Correio da Manhã).

Desabamentos com ou sem vítimas foram registrados em diversos bairros cariocas, como no Méier, em Vila Isabel, no Campinho, no Catumbi, em Santa Teresa, no Humaitá, em Copacabana, entre outros, assim como nas favelas da Rocinha e do Rato Molhado, em Inhaúma. O caos urbano era identificado em todas as zonas da cidade, como na Vila Kennedy, então parte do bairro de Bangu, onde os moradores estavam, desde domingo, sem água potável e sendo obrigados a percorrer seis quilômetros, ida e volta, para ficar, no mínimo, duas horas em uma fila para encher baldes em uma bica de água.

Quanto à enchente de 1967, o governador Negrão de Lima destacou que haveria severa fiscalização para evitar a construção nas encostas dos morros, evitando catástrofes como a de Laranjeiras. A celeridade dos órgãos públicos era desigual, uma vez que ela foi verificada na avenida Borges de Medeiros, na Lagoa, onde morava o governador (pois logo a via foi liberada), contudo moradores das regiões mais afetadas continuavam sofrendo com

o caos urbano, sem perspectivas de retornarem ao cotidiano. A estrada Grajaú-Jacarepaguá, por exemplo, precisaria de cerca de duas semanas para ser totalmente recuperada, segundo o Departamento de Estradas de Rodagem da Guanabara.

Dias depois da enchente, as águas ainda cobriam extensa área de Santa Cruz, causando prejuízos e transtornos para os moradores. Autoridades comunicaram que o expressivo volume de água causou destruição de dois terços das plantações e morte de dezenas de cabeças de gado, de centenas de porcos e de milhares de aves. O Serviço Meteorológico da Região Administrativa informou que, no domingo, choveu 195 milímetros, entre meio-dia e 20h, sendo, na primeira hora, registrados 70 milímetros, evento identificado como recorde para a zona da cidade. Vários rios transbordaram, inundando diversas partes, tendo, em alguns locais, chegado a um metro e meio de altura. Uma parte do dique do Guandu rompeu e inundou toda a margem direita do rio, “atingindo a zona agrícola japonesa da Reta do Rio Guandu até o canal de São Francisco”⁴²⁹.



Foto 59 - Água atingindo mais de um metro, em Santa Cruz, fevereiro de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Andrade / Fundo Correio da Manhã).

Pouco após a enchente, os comerciantes da Guanabara, por meio da Associação Comercial, mobilizaram-se para encaminhar sugestões ao governo estadual, como a evacuação de habitações em locais sujeitos a desabamentos de pedras, como na Muda e em Laranjeiras. A proposta mais polêmica girava em torno da erradicação das favelas cariocas, com prioridade para as situadas nos morros, como forma de evitar outras tragédias provenientes de desabamentos. “A grande diminuição no movimento comercial carioca em decorrência das enchentes, ao lado dos estragos provocados pelas chuvas, está motivando forte reação por parte dos setores empresariais”⁴³⁰. Seguiu-se, assim, a premissa de que a reincidência das intempéries caracterizava o Rio como uma cidade inóspita, somados os problemas de fornecimento de água e de luz em diversos bairros cariocas. Tal contexto, na perspectiva dos comerciantes, dificultava o interesse de

investimentos estrangeiros e a capacidade turística carioca de atrair visitantes nacionais e internacionais.⁴³¹

As tragédias ocorridas nas Laranjeiras, em 1967, e na Glória, no ano anterior, evidenciaram que os deslizamentos “partiram de morros arborizados, o que prova claramente que não são as favelas que causam estas ocorrências, como se tem pensado”⁴³².

Em meio à tragédia, Negrão de Lima disse, em entrevista à imprensa, que precisaria de um levantamento para ter dimensão dos prejuízos causados pelos temporais de sábado e de domingo. Comunicou, ainda, que seria aberto um crédito emergencial de NCr\$ 4 milhões, em uma época em que o salário mínimo era de 105 cruzeiros novos: “as galerias pluviais, apesar de limpas, não suportaram tamanha quantidade de água, e que pôde constatar, pessoalmente, que, depois das chuvas violentas, vários logradouros

estavam com as águas esgotadas, somente permanecendo detritos e lama”⁴³³.

O governador retomou o argumento já defendido em outras ocasiões de que a solução para o problema seria “a construção de um cinturão de cimento armado em todos os morros, obra faraônica e considerada impraticável diante de seu elevado vulto financeiro”. Diante das críticas de morosidade em combater os efeitos da tragédia, Negrão de Lima afirmou que “dentro das nossas possibilidades para atender às circunstâncias, realizamos o impossível, pois as catástrofes são imprevisíveis”⁴³⁴. Reafirmou que aspectos topográficos da Guanabara – morros e encostas – facilitaram as enchentes, e que, em razão dos temporais, o secretário de Obras deveria adotar medidas proibitivas para construção de moradias em encostas dos morros, principalmente, nas vertentes das encostas.

A edição do *Correio da Manhã* do dia 22 de fevereiro de 1967 trazia a manchete “Governador proíbe construções civis nas encostas dos morros”, na primeira página. O decreto impedia o licenciamento de “obras de edificação, terraplanagem, abertura de logradouros ou loteamentos”⁴³⁵. As autorizações para obras nas encostas precisariam passar pelo Instituto de Geotécnica do Estado, que detinha o poder de embargar as obras em face do descumprimento das exigências ou colocar a segurança pública em risco. O terceiro artigo do decreto autorizava a “demolição total ou parcial dos edifícios ou construções”⁴³⁶. Importantes obras foram executadas pelo Instituto, como as enormes colunas de contenção no morro do Cantagalo, na face virada para a Lagoa.

Engenheiros criticaram o decreto estadual, e o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil, Félix Martins de Almeida, afirmou que o documento era

demagógico e bem ao interesse do Governo, que quer apenas uma posição cômoda. Ainda segundo o engenheiro, o decreto deveria defender a “eliminação das favelas, fato muito mais grave, pois elas são as principais causas para os deslizamentos de terra, uma vez que o local é desmatado para a construção dos barracos”⁴³⁷.

Hermann Haberlehner, professor de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirmou que os desabamentos das construções em Laranjeiras tinham semelhanças com a ruína parcial do prédio, na rua Santo Amaro, no ano anterior. Segundo o geólogo austríaco, a solução não era proteger as encostas, mas evitar que as águas pluviais corram livremente e sem uma direção predeterminada, sendo lançadas sobre as ruas, que servem, no caso, como canal para as águas se espalharem desordenadamente, como ocorre em Santa Teresa. Antes da abertura da rua Almirante Alexandrino, “a água caía ora para o lado do

Rio Comprido, ora para o lado do Cosme Velho, distribuindo-se sem se concentrar”⁴³⁸, mas com a construção que acompanha o morro a mencionada rua:

serviu como canalizadora de toda a água, que, sem ser lançada em uma galeria subterrânea que a transporte para o mar (poderia ser na Glória), desce concentrada e, em cada curva do terreno, ou em cada bueiro, é despejada sobre outras ruas ou sobre pequenas encostas, provocando enchentes e desabamentos. ‘É por isso que já caíram, em apenas treze anos, três edifícios em Santa Teresa, várias casas e muitos barracos situados em favelas’⁴³⁹.

Na percepção do geólogo acima citado, os engenheiros brasileiros tinham capacidade de buscar soluções e ressaltou que um dos entraves eram as obras feitas em propriedades particulares, que seguiam os parâmetros apenas em seu terreno, sendo que os poderes públicos deveriam realizar obras em todas as encostas dos morros. O sistema de bueiros era extremamente inadequado, precisando ser modernizado, de modo que

impedisse que o grande fluxo de água chegasse às ruas.

O morro do Sumaré foi apontado pelo geólogo como um dos responsáveis das enchentes na Tijuca, afirmando que a canalização das águas tinha de ser feita em “diversas seções, sendo utilizados canalizadores naturais, que são os grotões que concentrarão as águas pluviais aos invés de espalhá-las desordenadamente por uma área muito grande”⁴⁴⁰. Ainda na avaliação de Hermann, os custos vultosos deveriam ser divididos entre o governo e os proprietários dos terrenos.

Antônio José da Costa Nunes, vice-presidente da Associação Internacional de Mecânica das Rochas para a América do Sul, Evaldo Ferreira e Otacílio Francesconi, ambos professores de Geologia, advertiram o governo estadual acerca da possibilidade de novas tragédias, como a ocorrida em Laranjeiras, se repetir nos próximos temporais, e sugeriram

algumas medidas urgentes que poderiam ser adotadas⁴⁴¹.

Reincidentemente, as esferas de poder combateram os efeitos e as consequências, mas eram reticentes e inadimplentes quanto às medidas de combate às causas das enchentes. O *Correio da Manhã* alertou sobre o corte de despesas feito pelo governo federal, o que impediu o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, do Ministério da Agricultura, de fazer o reflorestamento de várias regiões da Guanabara. Técnicos do mesmo departamento alertaram as autoridades para a necessidade de cumprir a proibição em vigor antes do governo estadual de Carlos Lacerda, que proibia construções acima de determinadas altitudes⁴⁴². Por meio do editorial, o periódico sublinhou que deviam ser feitas várias medidas de prevenção de novas tragédias, e aceleradamente, como “obras públicas de tratamentos dos morros e outras elevações, ou seja, emparelamento, remoção de pedras, reflorestamento, traçado de

cursos artificiais das águas das chuvas, eliminação de fendas, sustentação de barreiras”⁴⁴³.

Somente após uma semana da enchente o sistema de telefonia foi normalizado pela Companhia Telefônica Brasileira (CTB). A Companhia Estadual de Águas da Guanabara (CEDAG) informou aos canais de imprensa que, no fim de semana seguinte, conseguiu normalizar a situação de abastecimento na cidade, com a recuperação de duas linhas que passavam pelo Corte do Cantagalo, danificadas por deslizamentos no temporal de sábado.

A secretaria de Obras do Estado da Guanabara iniciou alguns estudos, visando a acabar com as enchentes dos rios Papacouve, Trapicheiro, Comprido, Joana e Maracanã, que desaguavam no canal do Mangue. Ao construir um canal subterrâneo, que seria escavado no Maciço Carioca, levaria as águas para o oceano, em vez de levá-las para a baía de Guanabara. “Os rios serão



Foto 60 - Funcionários da Sursan trabalhando na rua Toneleros, em Copacabana, março de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Pimentel / Fundo Correio da Manhã).

captados, em pontos determinados do seu curso, por tubulações que funcionarão como os ladrões das caixas d'água, as quais levarão as águas dos rios para o tal canal⁴⁴⁴.

Mais uma vez, ocorreu o alinhamento do poder público com a iniciativa privada, no que tangia às favelas, pois a direção do Departamento de Recuperação das Favelas aceitou a proposta da Associação Comercial da Guanabara de que “as classes empresariais brasileiras desejam cooperar efetivamente com as autoridades na solução do problema das favelas”. O projeto do governo estadual era construir centros comunitários na Rocinha e no Jacarezinho “porque representam 25% das favelas da Guanabara, onde, em cinco habitantes, um é favelado”. Cerca de 60 mil pessoas seriam transferidas para um grande conjunto residencial, vindas de Santa Marta, Macedo Sobrinho, Catacumba e Cantagalo, favelas consideradas “não urbanizáveis”, além dos que viessem da Rocinha, local que seria parcialmente urbanizado.⁴⁴⁵

A perspectiva era de que os apartamentos fossem comprados ou alugados pelos futuros moradores. O Jacarezinho não estava em área sujeita aos desabamentos, mas havia risco de inundações, e a construção receberia quem morava em áreas sistematicamente inundadas, além do fato de que seria canalizado o rio Jacaré, já tendo sido iniciada a obra.

Os dias foram passando e a urbe, gradualmente, voltou ao cotidiano, porém coube ao escritor Carlos Drummond de Andrade destacar perguntas que ainda ecoam, sem respostas, aos que vivem na cidade do Rio de Janeiro.

Qual a jovem que amanhã vai ficar debaixo de ferragens retorcidas? Qual o escritor, como o bom Paulo Rodrigues, que tinha tanta vontade de afirmar-se na literatura e criava uma expressão própria, que será esmagado essa noite com toda a sua família? Que morros se esfacelarão, que barreiras e pedras irão rolar, sobre quais edifícios e barracos? Qual a parte do Rio destinada a morrer na próxima chuva, perante a inutilidade dos mecanismos de defesa?⁴⁴⁶.



Foto 61 - Vestígios das quedas de barreiras, com a via interdita, em razão do risco de desabamento, no Corte do Cantagalo, abril de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Milton / Fundo Correio da Manhã).



Foto 62 - Moradores retirados do morro do Urubu, em Pílares, março de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Andrade / Fundo Correio da Manhã).



Foto 63 - Construção do sistema de proteção à rua Santo Amaro, vista do bairro da Glória e parcial do Centro, março de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Andrade / Fundo Correio da Manhã).



Foto 64 - Construção do sistema de proteção à rua Santo Amaro, março de 1967

Fonte: Arquivo Nacional (Fotógrafo: Andrade / Fundo Correio da Manhã).

NOTAS

301. ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). Ângelo Mendes de Moraes. In: **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2014. p. 798-799.
302. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1950, p. 1.
303. Idem, Ibidem.
304. Idem, Ibidem.
305. Idem, Ibidem.
306. Idem, Ibidem.
307. ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). Sá Lessa. In: **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2014, p. 660-661.
308. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1956, quarto caderno, p. 1.
309. Idem, Ibidem.
310. ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). João Carlos Vital. **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2014. p. 1376.
311. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1956, Quarto Caderno, p. 12.
312. Idem, Ibidem.
313. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 de março de 1956, p. 6.
314. Idem, Ibidem.
315. ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). Sá Freire Alvim. In: **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2014. p. 34-35.
316. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1959, p. 6.
317. Idem, Ibidem.
318. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1959, p. 16.
319. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1959, p. 6.
320. Idem, Ibidem.
321. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1959, p. 16.
322. Idem, Ibidem.
323. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1959, p. 6.
324. Idem, Ibidem.
325. Idem, Ibidem.
326. Ver: VALLADARES, Licia do Prado. **A Invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
327. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1959, p. 6.
328. O gaúcho Amaury Krueel teve destacada participação na história política do Brasil Republicano entre as décadas de 1940 até 1970. Ver: COUTINHO, Amélia. Amaury Krueel. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2014, p. 620-623.
329. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1959, p. 6.
330. Idem, Ibidem.
331. Ver: MOTTA, Marly Silva da. **Rio, Cidade-Capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
332. Ver: SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. **Minha alma canta, vejo o Rio de Janeiro: a zona sul carioca entre crônicas e canções**. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.
333. MALIN, Mauro. Negrão de Lima. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2014, p. 673-679.

334. *Ibid*, p. 678.
335. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1966, p. 1.
336. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 1.
337. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 8.
338. MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. *História Oral* 14, v. 2, p. 230.
339. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1966, segundo caderno, p. 9.
340. COSTA, Armando, VIANA FILHO, Oduvaldo, PONTES, Paulo. *Opinião*. Rio de Janeiro: Edições Do Val, 1965.
341. MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. *História Oral* 14, v. 2, p. 243.
342. Ver ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 35.
343. MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. *História Oral* 14, v. 2. p. 243-244.
344. *Idem*, p. 246.
345. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1966, segundo caderno, p. 9.
346. Em agosto de 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que direcionava recursos para as COHABs, com objetivo de construir moradias destinadas aos segmentos de menor renda em algumas capitais e cidades de maior porte.
347. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1966, p. 3.
348. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1966, p. 21.
349. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1967, p. 3.
350. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1966, p. 1.
351. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 7.
352. *Idem*, *Ibidem*.
353. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 1.
354. Segundo dados do IBGE, em janeiro de 1966, o salário mínimo era de 84 mil cruzeiros.
355. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 2.
356. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 1.
357. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1966, p. 5.
358. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 1.
359. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1966, p. 1.
360. *Idem*, *Ibidem*.
361. Ver: KNAUSS, Paulo. A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea: o incêndio do Gran Circus norte-americano em Niterói, 1961. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 25-54, 2007.
362. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 5.
363. *Idem*, *Ibidem*.
364. *Idem*, *Ibidem*.
365. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 3.
366. Na época, a legislação vigente possibilitava “abrir créditos extraordinários destinados a despesas urgentes ou imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública”. In: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 10.
367. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 10.
368. *Idem*, *Ibidem*.
369. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 1.
370. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1966, p. 3.

371. MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. *História Oral* 14, v. 2, p. 230.
372. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 1.
373. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1966, p. 6.
374. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1966, p. 5.
375. MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. *História Oral* 14, v. 2, p. 230.
376. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1966, p. 9.
377. MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. *História Oral* 14, v. 2, p. 230.
378. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1966, p. 5.
379. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 6.
380. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1966, p. 6.
381. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1966, p. 19.
382. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1966, p. 11.
383. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1966, p. 6.
384. Idem, Ibidem.
385. Idem, Ibidem.
386. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de março de 1966, p. 2.
387. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1966, p. 9.
388. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1966, p. 19.
389. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967, p. 3.
390. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1967, p. 5.
391. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1967, p. 5.
392. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1967, p. 7.
393. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1967, p. 5.
394. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1967, p. 10.
395. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1967, p. 18.
396. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967, p. 1.
397. Entrevista gravada por Vicente Saul Moreira dos Santos, em 29 de agosto de 2024.
398. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967, p. 6.
399. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967, p. 6.
400. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967, p. 6.
401. Idem, Ibidem.
402. Idem, Ibidem.
403. OLIVEIRA, Lucia Lippi. Memórias do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
404. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967, p. 7.
405. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967, p. 3.
406. Idem, Ibidem.
407. SEDREZ, Lise; MAIA, Andréa Casa Nova. Enchentes que destroem, enchentes que constroem: natureza e memória da Cidade de Deus nas chuvas de 1966 e 1967. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 8, 2014, p. 190.
408. *O Globo*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1967, p. 11.
409. SEDREZ, Lise; MAIA, Andréa Casa Nova. Enchentes que destroem, enchentes

que constroem: natureza e memória da Cidade de Deus nas chuvas de 1966 e 1967. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 8, 2014, p. 190.

410. SEDREZ, Lise; MAIA, Andréa Casa Nova. Enchentes que destroem, enchentes que constroem: natureza e memória da Cidade de Deus nas chuvas de 1966 e 1967. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 8, 2014, p. 191.

411. Idem, p. 191-192.

412. SEDREZ, Lise; MAIA, Andréa Casa Nova. Enchentes que destroem, enchentes que constroem: natureza e memória da Cidade de Deus nas chuvas de 1966 e 1967. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 8, 2014, p. 197.

413. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1967, p. 7.

414. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967, p. 5.

415. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1967, p. 7.

416. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967, p. 7.

417. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1967, p. 5.

418. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1967, p. 3.

419. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro

de 1967, p. 7.

420. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1967, p. 5.

421. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1967, p. 5.

422. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967, Primeiro Caderno, p. 2.

423. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967, p. 7.

424. CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico**: a vida de Nelson Rodrigues. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 355.

425. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967, p. 7.

426. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967, p. 3.

427. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967, p. 3.

428. RODRIGUES, Apoenan. **Jece Valadão** - Também somos irmãos. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

429. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1967, p. 3.

430. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967, p. 2.

431. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967, p. 2.

432. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1967, p. 2.

433. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967, p. 3.

434. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967, p. 3.

435. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967, p. 1.

436. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967, p. 10.

437. *O Globo*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1967, p. 14.

438. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967, p. 10.

439. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967, p. 10.

440. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967, p. 10.

441. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1967, p. 19.

442. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1967, p. 1.

443. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1967, p. 6.

444. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1967, p. 3.

445. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1967, p. 3.

446. ANDRADE, Carlos Drummond de. "Berenice, Rio, morte". In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967, p. 6.



Considerações Finais



Eu moro aqui há dez anos e todo ano é isso aí. Já perdi as contas de quantos guarda-roupas comprei, de quantos sofás eu já comprei, sabe? Fica muito difícil. A gente luta... (chorando). Eu trabalhei Natal, 24, 31, e a gente vê nossas coisas indo embora assim...

Alcidinéia Lopes Lima, moradora da Pavuna, 2024.

A história urbana carioca assemelha-se à de muitas cidades brasileiras e estrangeiras, isto é, a construção da urbe foi feita com estreitamento, alteração e canalização dos leitos dos rios. Ao longo das três últimas décadas do século XX, a cidade do Rio de Janeiro foi castigada por enchentes, que deixaram rastro de centenas de mortes como em fevereiro de 1988 e em fevereiro de 1996, com deslizamentos, desabamentos e extensas zonas urbanas alagadas. As tempestades afetaram todos os bairros cariocas, promovendo o caos por vários dias e deixando milhares de desabrigados.

Outra enchente que abalou o Rio começou no final da tarde do dia 5 de abril de 2010, permanecendo pelo dia seguinte, causando danos em todas as regiões da cidade, ultrapassando cem mortos. Houve o soterramento de doze casas no morro dos Prazeres, em Santa Teresa, com cerca de dez mortes, sendo também registrados óbitos nos morros dos Macacos,

do Borel, do Andaraí e nos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Ilha do Governador, Humaitá, Cosme Velho e Jacarepaguá. No dia 7 de abril, houve um enorme desabamento no morro do Bumba, em Niterói, destruindo mais de vinte casas e matando 47 pessoas.

Uma das mais importantes medidas de prevenção contra enchentes ocorreu no final do segundo semestre de 2013, quando entrou em operação o Reservatório da Praça da Bandeira, no segundo mandato do prefeito Eduardo Paes (2013-2017). A água acumulada, especialmente durante as chuvas de verão, é armazenada e escoada para o rio Trapicheiros, de maneira controlada. Como foi mostrado nas páginas anteriores, a região era um conhecido lugar de reincidentes e significativos alagamentos, os quais causaram enormes transtornos aos comerciantes e moradores, além de dificultar ou mesmo inviabilizar a ligação viária entre a zona norte e o Centro da cidade. Nos subsolos das praças Varnhagen e Niterói, na Tijuca, também foram construídos reservatórios, podendo, os três juntos, acumular 118 milhões de litros de água, além de outras medidas.

O desvio do Rio Joana também faz parte do sistema, com um dos maiores túneis de drenagem urbana do país. Foi criado um segundo deságue para esse rio, diretamente na Baía de Guanabara, por meio de um desvio de 3,4 km, em túnel subterrâneo e galeria, que passa pelo Morro da Mangueira, São Cristóvão e deságua na baía⁴⁴⁷.

Nos anos seguintes, outras intensas chuvas se abateram sobre o Rio de Janeiro e a Região Metropolitana, mas o conjunto das obras realizadas na região da grande Tijuca foi essencial para combater a gravidade das enchentes nessa parte da cidade. Nas primeiras décadas do século XXI, algumas gestões municipais construíram sistemas de drenagem e outras medidas para evitar as enchentes.

O que mais se poderia dizer, no final deste livro, acerca das chuvas? Algo que impressiona, de tudo o que foi apurado, é o fato de que sete das onze maiores enchentes do Brasil, com relação ao número de mortes, aconteceram na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Os dados da listagem elaborada pelo jornal *O Globo*, com o ranking das regiões afetadas, exibem, ainda, os gastos emergenciais.⁴⁴⁸

RANKING DAS ENCHENTES

	<u>ANO</u>	<u>Área atingida</u>	<u>Gastos Emergenciais</u>	<u>Mortes</u>
1	1967	Serra das Araras / Piraí - RJ	<u>R\$ 8,7 milhões</u>	<u>1.700</u>
2	2011	Região Serrana - RJ	<u>R\$ 5,8 bilhões</u>	<u>918</u>
3	1967	Caraguatatuba - SP	<u>R\$ 8,3 milhões</u>	<u>436</u>
4	1948	Zona da Mata - MG	<u>R\$ 6,1 milhões</u>	<u>250</u>
4	1966	Cidade do Rio - à época, Estado da Guanabara	<u>R\$ 2,6 milhões</u>	<u>250</u>
5	2022	Petrópolis - RJ	<u>R\$ 2,5 milhões</u>	<u>241</u>
6	1967	Cidade do Rio - à época, Estado da Guanabara	<u>R\$ 12,7 milhões</u>	<u>200</u>
7	2010	Região Metropolitana do Rio	<u>R\$ 447,7 milhões</u>	<u>182</u>
8	1966	Grande Recife - PE	<u>R\$ 328,2 milhões</u>	<u>175</u>
9	1988	Petrópolis - RJ	<u>R\$ 43,9 milhões</u>	<u>171</u>
10	2008	Vale do Itajaí - SC	<u>R\$ 4,8 milhões</u>	<u>135</u>

Tabela 1. REMIGIO, Marcelo; NOIA, Julia. “Dez maiores tragédias ambientais do Brasil mostram mais investimento em obras emergenciais do que em prevenção”. O Globo, Rio de Janeiro, 19 de maio de 2024

Os valores foram atualizados de acordo com os índices IPCA e IPC-SP/Fipe. Cabe ressaltar que tais montantes foram investidos para resolver ou atenuar os efeitos das enxurradas, contudo grande parte desses gastos poderia ser redimensionada, caso medidas de proteção, contenção, combate às causas e previsão das consequências das enchentes fossem adotadas como plano de governança, atravessando diversas gestões e dando continuidade às políticas públicas. Desde o início da República, podem ser encontradas matérias e artigos de jornais sobre a interrupção de obras ou projetos de proteção que nunca saíram do papel, ao passo que os gastos com obras emergenciais sempre foram vultosos.

De acordo com vários especialistas, uma das questões que deveria, e deve, ser debatida diz respeito às construções irregulares (e regulares) em áreas de risco, tornando o debate sobre a situação ambiental um dos temas mais urgentes no Brasil da década de 2020. A Senhora Vera, na entrevista feita em

2012, destacou que as enchentes aconteceram por vários fatores.

Com relação à população, eu acho que as pessoas não estão nem aí, elas sujam tudo. Elas entopem os bueiros, elas jogam papel no chão e não querem nem saber, jogam qualquer coisa, copo descartável, pet, aquelas coisas de guaraná, de Coca-Cola, eles jogam em qualquer lugar. Isso entope, isso aí dá um problema sério. Porque você vê que o rio também já é abaixo do nível do mar, então isso já é um problema sério. Sempre encheu, é, sempre encheu. (...) O Maracanã, nesses lugares onde passa rio, sempre encheu... (...) Onde tem rio tem enchente. É muito difícil não ter. (...) A natureza tem o seu, vamos dizer assim, a sua culpa, não é culpa, mas enfim, a sua... parcela...ela é indomável. É uma coisa que vem arrasando, isso aí tem tudo a ver com a situação de clima, mudanças e tudo o mais. Mas isso vem de muito tempo, não é só agora. Quer dizer, o ciclo da natureza está aí. Agora, se a população não ajuda e se os governos não têm cuidado e não bancam a coisa, isso é o que acontece todo ano, essa porcaria. Fora as contenções de um ou outro morro, não. Mais asfaltos, mais viaduto. Não absorve. Agora, você coloca, por exemplo, muito cimento, cimento acaba com o lençol

freático, não tem jeito. O Rio sempre foi arborizado, mas em determinados locais, por exemplo, no Mangue mesmo você tinha. Mas você tinha palmeira, o que é a palmeira? Porque a terra é fechada, eles fecham com asfalto, fecham com o cimento das calçadas. Então, eles têm que arranjar outra forma de canalizar a água para a água não subir, porque a água sobe.⁴⁴⁹

A análise da Senhora Vera estava em sintonia com as avaliações sobre morar numa cidade suscetível aos desastres das enchentes, sobretudo por ser construída sobre aterros, em áreas de manguezais, com perda de cobertura de florestas e manutenção de moradias em áreas de risco.

Em razão das intensas chuvas que atingiram cidades da Baixada Fluminense, da capital e de São Gonçalo, na Região Metropolitana, no dia 13 de janeiro de 2024, a ministra da Igualdade Racial trouxe a expressão “racismo ambiental” para a discussão política. Anielle Franco, empossada em janeiro de 2023, no início do terceiro mandato do presidente

Lula, foi criticada por trazer esse conceito para o cenário brasileiro. Segundo o *Le Monde Diplomatique Brasil*, a situação revelou ausência de conhecimento básico sobre a questão racial brasileira por parte do grupo político que ocupou o centro do poder federal, entre 2019 e 2022. Esse grupo, além de ignorar, menosprezou a amplitude do problema ambiental no país.

As perspectivas sobre raça e território foram e são essenciais para compreender muitos aspectos brasileiros, como o ambiental, englobando a luta contra a discriminação racial e a injustiça climática. Segundo o Censo Demográfico 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): “O Brasil abriga 11.403 comunidades informais, onde, aproximadamente, 16 milhões de indivíduos residem em cerca de 6,6 milhões de residências”⁴⁵⁰. Em termos populacionais, as maiores favelas do país eram Sol Nascente (Brasília), Rocinha (Rio de Janeiro), Cidade de

Deus / Alfredo Nascimento (Manaus) e Rio das Pedras (Rio de Janeiro), ou seja, as favelas poderiam ser identificadas em todas as regiões. “O racismo ambiental refere-se à prática de deslocar comunidades racialmente marginalizadas para áreas contaminadas, sujeitas à poluição e aos impactos ambientais prejudiciais”⁴⁵¹, e isso foi feito ao longo da história brasileira e da história da urbanização de todas as maiores cidades do Brasil, fato que não somente manteve, mas agravou as desigualdades sociais, econômicas e territoriais/ambientais, afetando comunidades negras e segmentos pobres da população de uma maneira mais ampla.

A vulnerabilidade em relação às enchentes fortaleceu e continua fortalecendo “o racismo porque oferece uma miserável condição de vida”⁴⁵². O fenômeno social foi divulgado amplamente nos últimos anos, mas, sucessivamente, ao longo da história brasileira, aconteceu em todas as enchentes na cidade do Rio e em todo o Brasil, bastando lembrar as

enchentes ocorridas na Baixada Fluminense, no primeiro de semestre de 2024, que afetou, sobretudo, zonas pobres dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Tanto a Baixada quanto as periferias da capital sofrem com a falta de políticas públicas integradas e intermunicipais e com um deficitário ou ausente planejamento urbano. Isso contribui para transbordamento dos rios, alagamentos de extensas áreas urbanas, deslizamentos nas encostas, entre outros fatores que deixam, ano após ano, rastros de destruição.

Começar de novo é e era a realidade para muitos dos moradores do Rio — tanto no início do século XX quanto nos anos da década de 2020 — como a babá Alcidineia Lopes Lima, moradora da Pavuna, na zona norte carioca.

Eu moro aqui há dez anos e todo ano é isso aí. Já perdi as contas de quantos guarda-roupas comprei, de quantos sofás eu já comprei, sabe? Fica muito difícil. A gente luta... (chorando) Eu trabalhei Natal, 24, 31, e a gente vê nossas coisas indo embora assim.⁴⁵³

A catástrofe natural e sem precedentes que atingiu o Rio Grande do Sul, entre o final de abril e o início de maio de 2024, totalizou 180 mortos, registrados pela Defesa Civil,⁴⁵⁴ mas o número de vítimas, provavelmente, era maior, uma vez que ainda havia desaparecidos. Cerca de 96% das cidades gaúchas foram afetadas e mais de 85% declararam estado de alerta. As enchentes também mudaram a paisagem natural em grande parte do estado. Milhares de pessoas tiveram de deixar suas residências, deixando milhares desabrigadas, dentro das quais, muitas já eram vulneráveis socialmente. O rastro de destruição estava no âmbito do crescente

aquecimento global, responsável pelas mudanças climáticas que afligem todos os países.⁴⁵⁵

Segundo o Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis, apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), “cidade-esponja é um conceito de cidade sensível à água, remetendo à situação na qual o lugar possui a capacidade de deter, limpar e infiltrar águas usando soluções baseadas na natureza”⁴⁵⁶. Esse conceito trata-se da realidade nos Estados Unidos, na Alemanha, na Dinamarca e na China, inclusive a metrópole chinesa Jinhua, com mais de 4 milhões de habitantes, tornou-se exemplo e referência no campo das *Smart Cities* (Cidades

Inteligentes). O parque Jinhua Yanweizhou teve o solo coberto com material permeável, capaz de absorver o excesso de água das chuvas e de contribuir para o abastecimento dos lençóis freáticos e aquíferos. Essa é uma opção urbanística que viabiliza a convivência de estruturas urbanas com a natureza e os impactos climáticos, considerando a concentração populacional em núcleos urbanos que atuam na alteração severa das paisagens e comprometem a impermeabilização do solo. Nesse sentido, a criação de telhados verdes constitui um componente essencial no processo, uma vez que eles contribuem para o escoamento da chuva. A cidade-esponja atua na introdução e na proteção da

biodiversidade, realça a qualidade de vida dos moradores e pode atrair empresas da economia verde.

Partes da cidade de São Paulo ficaram sem luz por mais de quatro dias após enchente em outubro de 2024, evidenciando a importância da fiação subterrânea em uma capital que é coberta por fios, assim como muitos municípios do Brasil. O país não investe nesse tipo de infraestrutura urbanística em razão do alto custo de instalação, processo que exige o mapeamento do subsolo urbano, visando evitar que cabos elétricos entrem em contato com a rede de água e esgoto, e a interligação das tubulações aos diversos tipos de imóveis. Em defesa da fiação subterrânea, estão: a segurança (ao romperem,

não causam choques elétricos); melhor qualidade do serviço; menor custo de manutenção (não são afetadas por acidentes e intempéries climáticas); diminuem a poluição visual.

O professor de Urbanismo da Universidade de São Paulo, Nabil Bonduki, destacou que enterrar a fiação não é prioridade para a prefeitura de São Paulo, pois o orçamento municipal, em 2025, seria de 120 bilhões, dispondo 4% desse orçamento para essa finalidade, vai dar R\$ 5 bilhões por ano (...) daria para enterrar uns 500, 600 quilômetros⁴⁵⁷, além da “contribuição de outros níveis de governo também, a contribuição da própria empresa concessionária [para] repartir esse custo”, observou que

“quando um desastre acontece na periferia, pouca gente fica tão mobilizada como quando acontece na Lapa, em Pinheiros, no Morumbi etc. Então, tem também esse fator da desigualdade socio-territorial, tudo isso precisa ser pensado de frente”.⁴⁵⁸ As questões das mudanças climáticas, entre elas, as enchentes e as severas secas em regiões como o Pantanal e a Floresta Amazônica, estão cada vez mais na pauta contemporânea, devendo essas questões serem consideradas um aspecto essencial para pensar a história de qualquer cidade brasileira, não apenas a de São Paulo e a do Rio de Janeiro.

NOTAS

447. Reservatório da Praça da Bandeira completa dez anos de operação. Prefeitura do Rio, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.rio/fundacao-rio-aguas/reservatorio-da-praca-da-bandeira-completa-dez-anos-de-operacao/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

448. O número de mortes é aproximado, pois outras fontes indicaram diferentes somatórios. REMIGIO, Marcelo; NOIA, Julia. “Dez maiores tragédias ambientais do Brasil mostram mais investimento em obras emergenciais do que em prevenção”. O Globo, Rio de Janeiro, 19 de maio de 2024. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/sos-rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/19/dez-maiores-tragedias-ambientais-do-brasil-mostram-mais-investimento-em-obras-emergenciais-do-que-em-prevencao.ghtml> Acesso em 30 de jun de 2024.

449. MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: Memória e Natureza na grande enchente de 1966. *História Oral* 14, v. 2, p. 250.

450. MIGUEL, Herlon. Racismo ambiental existe. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 23 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/racismo-ambiental-existe/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

451. Idem. Ibidem.

452. Idem. Ibidem.

453. BASSAN, Pedro. Histórico de enchentes do RJ tem mais de 500 anos: “Já perdi as contas de quantos guarda-roupas comprei”, diz babá que perdeu tudo. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/01/16/historico-de-enchentes-do-rj-tem-mais-de-500-anos-ja-perdi-as-contas-de-quantos-guarda-roupas-comprei-diz-baba-que-perdeu-tudo.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2024.

454. Rio Grande do Sul atualiza para 180 o número de mortos nas enchentes. *Carta Capital*, 3 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/rio-grande-do-sul-atualiza-para-180-o-numero-de-mortos-nas-enchentes/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

455. Climate change, El Niño and infrastructure failures behind massive floods in southern Brazil. *World Weather Attribution*, 3 June, 2024, Disponível em: <https://www.worldweatherattribution.org/climate-change-made-the-floods-in-southern-brazil-twice-as-likely/>. Acesso em: 12 out. 2024.

456. O que é uma cidade-esponja e como ela funciona para evitar enchentes? *National Geographic Brasil*, 24 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2024/05/o-que-e-uma-cidade-esponja-e-como-ela-funciona-para-evitar-enchentes>.

Acesso em: 25 set. 2024.

457. Nabil Bonduki é citado por TOLEDO, José Roberto de. SP tem orçamento para enterrar fiação, mas falta prioridade, diz urbanista. *Notícias UOL*, 15 out. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jose-roberto-de-toledo/2024/10/15/entrevista-nabil-bonduki-analise-da-noticia.htm>. Acesso em: 15 out. 2024..

458. TOLEDO, José Roberto de. SP tem orçamento para enterrar fiação, mas falta prioridade, diz urbanista. *Notícias UOL*, 15 out. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jose-roberto-de-toledo/2024/10/15/entrevista-nabil-bonduki-analise-da-noticia.htm>. Acesso em: 15 out. 2024.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2014.
- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- ABREU, Maurício de Almeida. **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- ALCÂNTARA, U. M. A. As inundações e os aguaceiros. *In: Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, 1951.
- ALLEMEYER, Marie L. Profane hazard or divine judgement? Coping with urban fire in the 17th century. *In: Historical Social Research*, Cologne, v. 32, n. 3, p. 145-168, 2007.
- ALMANDOZ, Marte Arturo. **Planning Latin America's capital cities, 1850-1950**. London; New York: Routledge, 2002.
- AMARAL, Alexandre Souza. **Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904-1911)**. Pará: Universidade Federal do Pará, 2006.
- ANCHIETA, José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões – 1554-1594**. Rio de Janeiro: Livraria Itatiaia, 1988.
- ARAÚJO, Sérgio. **Rio de Janeiro: as grandes enchentes desde 1711. Eu e Elas**, 2011. Disponível em: <http://aleosp2008.wordpress.com/2008/11/29/rio-de-janeiro-as-grandes-enchentes-desde-1711/>. Acesso em: 23 jun. 2011.
- ARROM, Silvia Marina; ORTOLL, Servando. **Riots in the cities: popular politics and the urban poor in Latin America, 1765-1910**. Wilmington: Scholarly Resources, 1996.
- ASSIS, Machado de. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962.
- BACKHEUSER, Everardo. **Minha terra e minha vida** (Niterói há um século). Niterói: Niterói Livros, 1994.
- BARAT, Josef. **Estrutura metropolitana e sistema de transportes: estudo de caso do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Toda crônica**. v. 1. RESENDE, B.; VALENÇA, R. (org.). Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1990.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. *In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). O Brasil republicano*. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p.13-14.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. *In: Obras escolhidas*, v. 1. São

Paulo: Brasiliense, 1988.

BERNARDES, L. M. C.; SOARES, M. T. de S. **Rio de Janeiro: cidade e região.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

BRANDÃO, A. M. **Tendências e oscilações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

CACHAPUZ, Paulo Brandi; PEREIRA, João Filipe. *In:* ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV / CPDOC, 2014, p. 1024-1025.

CARDOSO, Ciro Flamarion; ARAÚJO, Paulo Henrique da Silva. **Rio de Janeiro.** Madri: Editorial MAPFRE, 1992.

CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil (1890-1945).** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARVALHO, Delgado de. **História da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de

Cultura, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Habitações populares.** Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 1995.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Quatro vezes cidade.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CASTRO, Celso. **A proclamação da República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues.** 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista.** A vida

e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1988.

COSTA, Armando; VIANA FILHO, Oduvaldo; PONTES, Paulo. **Opinião.** Rio de Janeiro: Edições Do Val, 1965.

COSTA, Helder; TEUBER, Wilfried (eds.). **Enchentes no Estado do Rio de Janeiro — Uma Abordagem Geral.** Rio de Janeiro: SEMADS, 2001.

COUTINHO, Amélia; KRUEL, Amaury. *In:* ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV / CPDOC, 2014.

CRONON, William. **Nature's Metropolis**: Chicago and the Great West. New York: W. W. Norton, 1992.

CRONON, William. The Trouble with Wilderness: or, getting back to the wrong nature. **Environmental History**, v. 1, n. 1, jan. 1996, p. 7-28.

CROSBY, A. The past and present of environmental history. **American Historical Review**, v. 100, n. 4, 1995, p. 1177-89.

CUKIERMAN, Henrique. **Yes, nós Temos Pasteur – Manguinhos**: Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil. Rio de Janeiro: Faperj/Relume Dumará, 2007.

DOYLE, Plínio. **Histórias de Revistas e Jornais Literários**. v. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1976.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental e o choque das civilizações. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

DUARTE, R. H. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. **Luso-Brazilian Review**, v. 41, n. 2, 2005, p. 144-62.

DUNLOP, Charles. **Os meios de transporte do Rio antigo**. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1972.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 86, v. 140, 1920.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Rio de Janeiro**: uma cidade na história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FONSECA, Juliana. **Capitalidade e Civilização da Reforma Urbana de Pereira Passos (1903-1906)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da

fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). **Novas memórias do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FURTADO, Janaína Lacerda. **O engenheiro e o político**: as relações entre o discurso político e o discurso científico na trajetória de Francisco Pereira Passos. Disponível em: http://www.sbh.org.br/pdfs/revistas_anteriores/2006/2/artigos_4.pdf. Acesso em: 19 ago. 2011.

GARCIA ACOSTA, Virginia (ed.). **Historia y desastres en América Latina**. Lima, Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología, 1997.

GARCÍA MARTINEZ, Bernardo; Alba González Jácome (eds.). **Estudios sobre historia y ambiente en América I**: Argentina, Bolívia,

Mexico, Paraguay. México City: Instituto Panamericana de Geografía e Historia, 1999.

GILBERT, Alan. **The mega-city in Latin America**. Tokyo; New York: United Nations University Press, 1996.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa Gente do Rio...** Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.

GONÇALVES, Rafael Soares; BRUM, Mário; AMOROSO, Mauro (orgs.). **Pensando as favelas cariocas**: história e questões urbanas. Rio de Janeiro: PUC-Rio / Pallas, 2021.

GORBERG, Marissa. **Belmonte**: Caricaturas dos anos 1920. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HALL, Stuart. **Representation: cultural representations and**

signifying practices: culture, media and identities. Londres: Sage/The Open University, 2009.

HOLSTON, James. **Cities and citizenship**. Durham: Duke University Press, 1999.

HUGHES, J. D. **What is environmental history?** London: Polity, 2006.

HURLEY, Andrew. Aqueducts and drains: a comparison of water imperialism and urban environmental change in Mexico City and Los Angeles. **Journal of the West**, v. 44, 2005, p. 12-21.

JAY, Martin. Cultural relativism and the visual turn. **Journal of Visual Culture**, London, v.1, n. 3, 2002, p. 267-278.

JAY, Martin. Vision in context: reflections and refractions. *In*: BRENNAN, Teresa; JAY, Martin (eds.). **Vision in context**. Historical and contemporary perspectives on sight. London: Routledge, 1996.

JOSEPH, G. M.; SZUCHMAN, M. D. **I saw a city invincible**: urban portraits of Latin America. Wilmington, Del: SR Books, 1995.

KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho**. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

KLANOVICZ, J. A. Apontamentos teórico-metodológicos para uma História Ambiental dos “desastres naturais” em Santa Catarina. **Tempos Acadêmicos**, v. 1, n. 6, 2008.

KNAUSS, Paulo. A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea — o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, 2007.

KOEPPEL, Gerard. **Water for Gotham**: a history. Princeton: Princeton University Press, 2000.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Ed., 1999.

LE GOFF, Jacques. 1984. Documento/Monumento. *In*: **Enciclopédia EINAUDI**, v. 1, Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda: [2024], p. 95-105.

LEITE, Miriam Lifchiz

Moreira; FELDMAN-BIANCO, Bella (eds.). **Desafios da imagem** (fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais). 2. ed. Campinas: Papirus, 1998.

LEITE, Miriam Moreira. Retratos da família. Imagem paradigmática no passado e no presente. *In*: SAMAIN, Etienne (org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LEJEUNE, Jean-François. **Cruelty & utopia**: Cities and landscapes of Latin America. New York: Princeton Architectural Press, 2005.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LINS, Vera. Em revistas, o simbolismo e a virada de século. *In*: VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia. **O moderno em revistas**: representações do Rio de

Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

LISBOA, Balthazar da Silva. **Annaes do Rio de Janeiro**. Tomo 7. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e Const. De Seignot-Plancher, 1835.

LOBATO, Monteiro. A caricatura no Brasil. *In*: LOBATO, Monteiro. **As ideias de Jeca Tatu**. São Paulo: Brasiliense, 1964. p. 20-21.

LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra J. (orgs.). **História e Linguagens**: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras / Edições Casa de Rui Barbosa, 2006.

LORETO L. R. (ed.). **Agua, poder urbano y metabolismo social**. Puebla, México: Instituto de Ciências Sociales y Humanidades, 2009.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: UNESP, 2006.

LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. *In*: DELGADO, Lucília de

Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. **História Oral** 14, n. 2, 2011.

MAIA, Andréa Casa Nova. Imagens de uma cidade submersa: o Rio de Janeiro e suas enchentes na memória de escritores e fotógrafos. **Escritos**, ano 6, n. 6, 2012.

MAIA, Andréa Casa Nova; CARDOSO, Luciene Carris; SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. **Lições do Tempo**: temas em história e historiografia do Brasil Republicano. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

MALIN, Mauro. Negrão de Lima. *In*: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV / CPDOC, 2014.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista**: imprensa

e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922). São Paulo: FAPESP, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Os fatos e suas fotos: dispositivos modernos na produção do acontecimento na contemporaneidade. **Revista Z Cultural**, UFRJ, v. 4, 2008, p. 1-8.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 78.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MELOS, Martin V. **The sanitary city**: urban infrastructure in America from colonial times to the present. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, 2003, p. 45-97.

MESQUITA, Cláudia. Alar Prata. *In*: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV / CPDOC, 2014.

MESQUITA, Cláudia. Bento Ribeiro. *In*: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV / CPDOC, 2014.

MESQUITA, Cláudia. Carlos Sampaio. *In*: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de. **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MESQUITA, Cláudia. Prado Júnior. *In*: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV / CPDOC, 2014.

MESQUITA, Cláudia. Sousa Aguiar. *In*: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV / CPDOC, 2014.

MIRZOEUF, Nicholas (ed.). **Visual culture reader**. London: Routledge, 1998.

MOREIRA, Alfredo da Costa. Comunicação sobre as inundações no Rio de Janeiro. **Revista do Clube de Engenharia**, Rio de Janeiro, 1931.

MORSE, Richard M.; HARDOY, Jorge Enrique (eds.). **Rethinking the Latin American city**. Washington, D. C.; Baltimore: Woodrow Wilson Center Press; Johns Hopkins University Press, 1992.

MOTTA, Marly Silva da. **Rio, Cidade-Capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MURUCI, Lucio Picanto. **Seth: um capítulo singular na caricatura brasileira**. Rio de Janeiro: PUC, 2007.

MYERS, D. J.; DIETZ, H. A. (eds.). **Capital city politics in Latin America**: Democratization and empowerment. Boulder, Colo: Lynne Rienner, 2002.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEEDELL, J. D. Rio de Janeiro

and Buenos Aires: public space and public consciousness in fin-de-siècle Latin America. **Comparative Studies in Society and History**, v. 37, n. 3, jul., 1995, p. 519-40.

NONATO, José Antônio; SANTOS, Nubia M. **Era uma vez o Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

OLIVEIRA, Cláudia. **A arqueologia da modernidade**: fotografia, cidade e indivíduo em Fon-Fon!, Selecta e Para Todos (1907-1930). Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Memórias do Rio de Janeiro. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade é patrimônio**: uma viagem. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Terras cançadas e mattas estragadas: uma pequena história ambiental das chuvas e

florestas do Rio de Janeiro. *In*: **Águas urbanas: a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado** (eds.). GARI, V. R.; SCHLEE, M. B.; ANDRADE, R. de; DIAS, M. Â. v. 1, p. 57-77. Rio de Janeiro: FAPERJ/PROARQ-FAUFRJ/Minister Editora, 2006.

PECHMAN, Robert (org.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PEREIRA, Sonia Gomes. **A Reforma Urbana de Pereira Passos e a construção de uma identidade carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do Urbano — Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PESSOA, Flávio. **Jeca-Tatu a rigor**: caricaturas do povo brasileiro na Primeira República (1902-1929). Curitiba: Appris, 2023.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2., n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, Ana Gomes. Um

esqueleto no paço imperial: literatura e política em alguns folhetins do início da república. **Cadernos AEL 16/17. Literatura e imprensa no século XIX**, Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v. 9, n. 16/17, 2002.

QUEIROZ, Suely Dobles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Gladys Sabina. (org.). **Brasileiros e Cidadãos**. Modernidade Política 1822-1930. São Paulo: Alameda, 2008.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; CARRIS, Luciene. **De “Colina Sagrada” a “Dente Cariado”**: a modernidade carioca e o desmonte do Morro do Castelo. Rio de Janeiro: Ayran, 2023.

RODRIGUES, Apoenan. **Jece Valadão**: também somos irmãos. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

ROSA, Luiz Pinguelli; LACERDA, Willy Alvarenga

(eds.). *Tormentas cariocas. Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. “Minha alma canta, vejo o Rio de Janeiro”: a zona sul carioca entre crônicas e canções. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCHWARTZ, S. B. Differential disasters: the 1928 hurricane and the shaping of the circum-Caribbean region. **Revista Harvard Review of Latin America**, v. 2, n. 1, p. 3-9, 2007.

SCOTT, James C. **Seeing like a state**: How certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven: Yale University Press, 1998.

SEDREZ, Lise; MAIA, Andréa. Casa Nova. Enchentes que

destroem, enchentes que constroem: natureza e memória da Cidade de Deus nas chuvas de 1966 e 1967. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, 8, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. **Revolta da Vacina**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. **Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, M. A. **A caricata República**: Zé Povo e o Brasil. São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1990.

SILVA, Maria Laís Pereira da. **Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro**: tensões e conflitos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992.

SMITH, T. L. The changing

functions of Latin American cities. **The Americas**, v. 25, n. 1, jul. 1968, p. 70-83.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

STEINBERG, Ted. **Acts of God**: the unnatural history of natural disasters in America. Cleveland: C.W. Reserve University, 2002.

TARR, J. A. The city and technology. **Journal of Urban History**, v. 5, n. 3, 1979, p. 275-408.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **O traço como texto**: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, traças da razão**: a charge. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

THOMSON, B. A. The periphery and the environment: three case-studies in Argentina and Brazil (1870-1970). **International Social Science Journal**, v. 30, n. 3, 1978, p. 498-535.

TOMINAGA, L. K. Desastres Naturais: por que ocorrem? *In*: TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (orgs.). **Desastres naturais**: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

VALE, L. J.; Thomas J. C. (eds.). **The resilient city**: how modern cities recover from disaster. Oxford: Oxford University Press, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930)**: mediações, linguagens e espaços. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia. **O moderno em revistas**: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. *In*: VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia. **O moderno em revistas**: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

VIANNA, Carolina. Monteiro Lopes. *In*: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane

Jalles de (coord.). **Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV / CPDOC, 2014.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Delfim Moreira. *In*: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. Memória e história: fundamentos, convergências, conflitos. *In*: **Memória Social e documento: uma abordagem interdisciplinar**. Rio de Janeiro: MMSD/UNIRIO, 1997. p. 9-26.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOBRE OS AUTORES

ANDRÉA CASA NOVA MAIA tem licenciatura e mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996/1999). É doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2002). Tem pós-doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. É Professora de História do Brasil Republicano e História da Arte na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi presidente da Associação Brasileira de História Oral (Gestão 2020-2022) e foi vice-presidente da Associação Internacional de História Oral (IOHA), entre 2012-2014, onde, atualmente, é representante da América Latina na diretoria desta associação (2023-2025). Pesquisadora FAPERJ como Jovem Cientista do Nosso Estado (2014-2016). Bolsista de Produtividade em pesquisa do CNPq. Atua no Programa de Pós-graduação em História Social e no Programa de Pós-graduação

em História Comparada, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É coordenadora do IMAM – GP-CNPq, Laboratório de Imagem, Memória, Arte e Metrôpole (www.imam.historia.ufrj.br), bem como pesquisadora do GP-Imprensa e Circulação de Ideias no século XIX e XX. É autora de: *Apubh-20 anos. História oral do Movimento Docente da UFMG* (APUBH, 1998); *Nos trilhos do tempo – memória ferroviária de Pedro Leopoldo* (Mazza, 2003); *Encontros e despedidas: história de ferrovias e ferroviários de Minas Gerais* (Argvmentvm, 2009); *Lições do tempo, temas em História e Historiografia do Brasil Republicano* (7 Letras, 2016); *Russos em revista* (Gramma, 2018); *Waldir dos Santos, o sambista operário; História de uma mina de ouro no tempo de Vargas* (Gramma, 2019); organizadora de *Ética e Imagem* (C/Arte, 2010); *Outras histórias: ensaios em História*



Social (Ponteio, 2012); *O mundo do trabalho nas páginas das revistas ilustradas* (7 Letras, 2015); *História oral e direito à cidade* (Letra & Voz, 2019); *Recortes do feminino* (Telha, 2020); *Corpo em trânsito: imagem, memória e cidades* (Telha, 2022); *Arquivo Pandemia em 2 volumes* (Ed. UFMG, 2020, 2022); *Independências e modernismos* (Telha, 2022); *Brasil República Podcast* (Telha, 2023); *Pandemia e futuros possíveis* (Telha, 2023); *Novas pautas para a História Social* (Dialética, 2024), entre outros capítulos e artigos em revistas especializadas.

SOBRE OS AUTORES

VICENTE SAUL MOREIRA DOS SANTOS tem Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestrado em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz (COC / Fiocruz) e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Tem experiência de pesquisa na área de História e Ciências Sociais, com ênfase em História Pública e História do Brasil Republicano. Atua, principalmente, nos seguintes temas: Primeira República (1889-1930); Era Vargas (1930-1945); Intervalo Democrático (1945-1964); Regime Militar (1964-1985); História do Rio de Janeiro,

história da cultura, história social da arte, história da saúde pública, história política, história da imprensa, memória e historiografia. Trabalhou no CPDOC-FGV, COC-Fiocruz; Museu da República; Casa Rui Barbosa; Universidade de Oxford (Inglaterra); Academia Brasileira de Ciências; Editora G. Ermakoff; Editora Casa da Palavra; Edições de Janeiro; Editora Bazar do Tempo; Itaú Cultural; em pesquisa de livros, exposições e filmes. Foi pesquisador de conteúdo da Rede Globo de Televisão e pesquisador do Museu Casa Darcy Ribeiro, com curadoria de Gringo Cardia. Lecionou em cursos na Universidade Estácio de Sá, Universidade Cândido Mendes e Universidade Veiga de Almeida. Escreveu artigos publicados em periódicos acadêmicos, capítulos de livros e foi autor de verbetes no Dicionário da História



Republicana do Rio de Janeiro (Editora FGV, 2014). É autor dos livros: *Lições do tempo; Temas em História e Historiografia do Brasil Republicano* (7 Letras, 2016); e *Russos em revista* (Gramma, 2018). Em julho de 2023, participou da Escola São Paulo de Ciência Avançada: *Modernismo e Projetos de Nação* no Instituto de Estudos Brasileiros / Universidade de São Paulo (IEB/USP). Atualmente, é pesquisador associado do IMAM - GP-CNPq, Laboratório de Imagem, Memória, Arte e Metrópole (www.imam.historia.ufrj.br).



"Os historiadores Andréa Casa Nova Maia e Vicente Saul Moreira dos Santos trazem à tona as longas relações entre cariocas e as inundações. A memória das enchentes cariocas ao longo do século XX, da Praça da Bandeira à rua das Laranjeiras, inclui a emoção dos desastres urbanos, as furiosas demandas ao poder público por soluções, e uma copiosa produção iconográfica em jornais, revistas e arquivos pessoais. Com arte, humor, drama e uma extensa pesquisa histórica, Andréa e Vicente enfrentam as chuvas e oferecem uma contribuição valiosíssima para a história ambiental urbana do Rio de Janeiro."

Lise Sedrez
Universidade Federal do Rio de Janeiro



ISBN: 978-65-984280-3-7

TED

